

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E
DOUTORADO)**

PRISCILLA TEIXEIRA MAMUS

**DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

**MARINGÁ-PR
2017**

PRISCILLA TEIXEIRA MAMUS

**DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras: Estudos Linguísticos, Área de Concentração: Descrição Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva

MARINGÁ-PR
2017

PRISCILLA TEIXEIRA MAMUS

**DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
- Presidente -

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Profa. Dra. Nerli Nonato Ribeiro Mori
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Profa. Dra. Ieda Maria Alves
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Odair Luiz Nadim da Silva
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder sabedoria, serenidade e ânimo para cumprir esse projeto, e pelo dom à vida. Sem Ele nada tem sentido;

Aos meus pais, Pedro e Zuleica, pelo amor incondicional e por sempre estarem presente em todos os momentos me amparando, me consolando ou apenas dividindo momentos felizes em família;

Aos meus irmãos, Renata e Alessandro, que sempre me incentivam, rezam por mim e vibram a cada nova conquista;

Ao meu sempre amigo e amado Janderson, sem o qual nada seria fácil. Ele que me traz calma, coragem, carinho e força para buscar meus objetivos. Ele que esteve presente mesmo quando separados por um oceano inteiro. Ele que me faz feliz;

À amiga Rosângela, por dividir comigo cada momento dessa jornada chamada doutorado, sempre disposta a ajudar, a ouvir, a compartilhar conhecimento e amizade;

Ao meu orientador, professor Manoel Messias Alves da Silva, não só pelas contribuições e oportunidades, mas também por ter demonstrado confiança em meu trabalho, dedicando seu tempo e paciência para me apontar o melhor caminho a seguir durante a pesquisa;

À professora Iolanda Galanes Santos que, durante meu doutorado sanduíche na Universidade de Vigo, Espanha, esteve sempre à disposição tanto em termos de pesquisa e orientação, quanto em ajudar-me no que fosse preciso;

Aos colegas do Departamento de Ensino da UTFPR – Campo Mourão, por fazerem o meu trabalho durante todo o meu período de afastamento; e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, de modo geral, por ter me concedido a possibilidade de dedicação exclusiva à minha tese;

À CAPES, pela concessão de minha bolsa para os estudos no exterior;

Enfim, a todos amigos e familiares que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes nessa longa trajetória de quatro anos de dedicação à minha pesquisa.

OBRIGADA!!

“Deve nutrir-se carinho por um sofrimento sobre o qual se soube construir a felicidade, repetiu muito seguro. Apenas isso. Nunca cultivar a dor, mas lembrá-la com respeito, por ter sido indutora de uma melhoria, por melhorar quem se é. Se assim for, não é necessário voltar atrás. A aprendizagem estará feita e o caminho livre para que a dor não se repita.”

Valter Hugo Mãe, O Filho de Mil Homens

RESUMO

MAMUS, P. T. **Dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência**. 2017. 333f. Orientador: Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

Este trabalho tem como objetivo mostrar, sob o ponto de vista epistemológico, a existência de uma área do conhecimento denominada inclusão das pessoas com deficiência a partir, inclusive, da elaboração de um dicionário terminológico. Para esse fim, partimos da perspectiva teórico-metodológica da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), desenvolvendo as seguintes etapas: estudo epistemológico da inclusão, o qual nos mostra que a área agrupa conhecimentos de diversas teorias e campos de estudo, e como os valores e conceitos sofreram mudanças no curso dos movimentos em prol da inclusão; organização do corpúsculo de análise, formado por 439 textos digitalizados e submetidos ao programa Unitex, para a busca dos candidatos a termos que compõem o dicionário; elaboração da estrutura conceptual, importante recurso metodológico não só por facilitar o trabalho do terminólogo, mas também por auxiliá-lo, bem como o consultante, na compreensão e delimitação do campo de estudo; elaboração de fichas terminológicas; redação das definições dos termos. A delimitação dos conceitos próprios da área da inclusão das pessoas com deficiência, por meio da Terminologia, contribui não só com o conhecimento dessa nova linguagem de especialidade, mas também mostra como a linguagem carrega os valores e conceitos de uma sociedade e de uma época, e como a inclusão das pessoas com deficiência possui termos cujos conceitos devem ser amplamente conhecidos, para que todos os cidadãos sejam agentes da inclusão.

Palavras-chave: Inclusão das pessoas com deficiência. Terminologia. Estrutura conceptual. Dicionário terminológico.

ABSTRACT

MAMUS, P. T. **Terminological dictionary of the inclusion of persons with disabilities**. 2017. 333f. Doctoral Thesis, Universidade Estadual de Maringá, 2017.

This Thesis aims to present, under an epistemological point of view, the existence of an area of knowledge called inclusion of people with disabilities, including with the elaboration of a terminological dictionary. To this purpose, the author follows the theoretical-methodological perspective of the Communicative Theory of Terminology (TCT), by developing the following steps: an epistemological study of inclusion, which shows that the area brings together knowledge of several theories and fields of study, and how values and concepts have undergone changes in the course of movements for inclusion; organization of the corpus, formed by 439 digitized texts and submitted to the Unitex program, for the search of candidates to terms that make up the dictionary; elaboration of the conceptual structure, an important methodological resource not only to facilitate the work of the terminologist, but also to assist him, as well as the consultant, in understanding and delimiting the field of study; elaboration of terminological records; writing of definitions of terms. The delimitation of concepts related to the inclusion of people with disabilities through Terminology contributes not only to the knowledge of this new specialty language, but also to show how language carries the values and concepts of a society and time, and how the inclusion of people with disabilities has terms whose concepts must be widely known, so that all citizens are agents of inclusion.

Keywords: Inclusion of people with disabilities. Terminology. Conceptual framework. Terminological dictionary.

RESUMEN

MAMUS, P. T. **Diccionario terminológico de la inclusión de las personas con discapacidad.** 2017. 333f. Tesis de Doctorado. Universidade Estadual de Maringá, 2017.

El objetivo de esta tesis es presentar, bajo el punto de vista epistemológico, la existencia de un área de conocimiento llamado inclusión de las personas con discapacidad, incluyendo el desarrollo de un diccionario terminológico. Para eso, se parte del punto de vista teórico y metodológico de la Teoría Comunicativa de la Terminología (TCT), desarrollando las etapas siguientes: estudio epistemológico de la inclusión, lo que demuestra que el área reúne el conocimiento de diversas teorías y campos de estudio, y cómo se han cambiado los valores y conceptos en el curso de los movimientos por la inclusión; organización del corpus, que consta de 439 textos escaneados y enviados al programa Unitex para la búsqueda de candidatos a términos que componen el diccionario; preparación de la estructura conceptual, recurso metodológico importante no sólo por facilitar el trabajo del terminólogo, sino también para ayudarlo, y al consultante, en la comprensión y la definición del campo de estudio; elaboración de fichas terminológicas; redacción de las definiciones de los términos. La delimitación de los conceptos del área de la inclusión de las personas con discapacidad, basada en la terminología, contribuye no sólo con el conocimiento de este nuevo lenguaje de especialidad, pero es también para mostrar cómo el lenguaje lleva los valores y conceptos de una sociedad y de un tiempo, y cómo la inclusión de las personas con discapacidad tiene términos cuyos conceptos deben ser ampliamente conocidos, de manera que todos los ciudadanos pueden ser agentes por la inclusión

Palabras-clave: Inclusión. Personas con discapacidad. Terminología. Estructura conceptual. Diccionario terminológico.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Exemplo de planilha de candidatos a UCE.....	72
FIGURA 2	A inclusão como grande área.....	82
FIGURA 3	Primeira estrutura conceptual da área da Inclusão das Pessoas com Deficiência.....	83
FIGURA 4	A estrutura conceptual da Inclusão das Pessoas com Deficiência.....	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Textos de especialidade que formam o <i>corpus</i> de pesquisa.....	35
QUADRO 2	Desenvolvimento da Terminologia.....	41
QUADRO 3	Diferenças entre teorias terminológicas.....	45
QUADRO 4	Principais aplicações dos conhecimentos terminológicos.....	58
QUADRO 5	Convergência entre Lexicografia e Terminografia.....	63
QUADRO 6	Divergências entre Lexicografia e Terminografia.....	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO: HISTÓRICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	16
3	POR QUE ELABORAR UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?.....	24
3.1	SURGE UMA ÁREA ESPECIALIZADA DO CONHECIMENTO.....	26
4	ESTADO DA ARTE.....	31
5	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	36
6	A TERMINOLOGIA.....	38
6.1	DA TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA (TGT) À TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT).....	42
6.2	TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT).....	46
6.3	UNIDADE DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO (UCE).....	49
6.4	DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA.....	53
6.5	A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA PARA A SOCIEDADE MODERNA – FINALIDADES E APLICAÇÕES.....	56
7	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	60
7.1	DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO.....	60
7.2	TERMINOGRAFIA.....	62
7.3	LINGUÍSTICA DE <i>CORPUS</i>	65
7.4	ETAPAS DA COMPILAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	68
7.4.1	Projeto do <i>corpus</i>	69
7.4.2	Compilação, manipulação e nomeação dos arquivos de textos.....	69
7.4.3	Processando o <i>corpus</i> – seleção e indexação das Unidades de Conhecimento Especializado (UCEs).....	70
7.4.4	<i>Corpus</i> espanhol.....	73
7.5	ELABORAÇÃO DAS FICHAS TERMINOLÓGICAS.....	74
7.6	PROPOSTA DE ESTRUTURA CONCEPTUAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	80
7.6.1	Como representar a área da inclusão social das pessoas com deficiência?.....	82
8	DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS	

COM DEFICIÊNCIA.....	97
8.1 INTRODUÇÃO	97
8.1.1 Constituição da nomenclatura e estrutura do dicionário.....	98
8.1.2 Apresentação dos verbetes.....	99
8.2 ABREVIATURAS.....	101
8.3 RELAÇÃO DAS UCES CONFORME A ESTRUTURA CONCEPTUAL.....	101
8.4 REPERTÓRIO DAS UNIDADES DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO PERTENCENTES À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	110
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	290

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência é um tema que tem sido amplamente discutido em diversos campos do saber, especialmente no campo das políticas sociais, educacionais e no espaço político-jurídico. Um fator importante na emergência dessa temática, em âmbito internacional, foi o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 e, no Brasil, foi o trato dos direitos das pessoas com deficiência na Constituição Federal Brasileira, na Lei Federal nº 7.853, bem como o estabelecimento da concepção de “sociedade para todos”, com a Resolução 45/91, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 1990, a qual trata da execução de programas de ação mundial para as pessoas deficientes.

Nossa aproximação com essa temática se deu em meados de 2009, quando começamos a trabalhar no núcleo de atendimento aos alunos com necessidades específicas de uma universidade. Nesse núcleo, realizávamos ações em prol do bem estar e inclusão de alunos com deficiência ou qualquer necessidade específica, e também buscávamos cada vez mais ter conhecimento sobre leis, direitos e questões ligadas à luta pela inclusão. Entre tantos desafios, um deles era com a linguagem: como escrever notícias para o jornal e site institucionais de forma livre de estigmas e preconceitos? Como falar ou escrever sobre um tema eivado de estereótipos e conceitos que ainda não estão claros para a sociedade, de modo geral? Como deixar de escrever pensando apenas em ser politicamente correto, e transpassar que é preciso ser humano? Que termos estão de acordo com os ideais de inclusão? Como nos dirigirmos aos alunos com deficiência?

Essas e outras indagações nos mostram como a linguagem carrega os valores e conceitos de uma sociedade e de uma época, e como a inclusão das pessoas com deficiência possui termos cujos conceitos devem ser amplamente conhecidos, para que todos os cidadãos sejam agentes da inclusão.

O *Manual da Mídia Legal 1- comunicadores pela inclusão*, elaborado pela ONG Escola de Gente¹, traz a informação de que, já em 2002, houve um crescimento de 600% no número de publicações de textos artigos voltados aos assuntos infanto-juvenis, contabilizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

¹<http://www.escoladegente.org.br/>

Apesar desse crescimento quantitativo, a agência observou que a qualidade dessas produções não acompanhou o crescimento, indicando um despreparo dos profissionais para tratarem de temas recorrentes na sociedade. Isso nos leva a compreender que escrever bem sobre um assunto significa conhecê-lo profundamente. Não basta apenas falar sobre inclusão, é preciso entender todas as questões atreladas à área.

Conforme o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo 2010 revela que 46 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência. Mesmo amparadas pela Constituição - entre outros estatutos e regulamentos, elas tiveram de travar muitas lutas, após anos de segregação e preconceito, por seus direitos na sociedade, criando movimentos e grupos organizados, a fim de promoverem a efetiva inclusão e a redemocratização do país. Um percurso histórico dessas lutas aponta para diversas concepções relacionadas ao modo como a pessoa com deficiência é vista na sociedade, conforme a época e, conseqüentemente, à cultura, à política, aos preceitos religiosos, aos valores éticos, às descobertas médicas, aos ideais de sociedade.

O crescimento desses ideais tem modificado a concepção da deficiência e da pessoa com deficiência, e mostra que a linguagem utilizada nessas concepções tem que acompanhar todas as mudanças, no intuito de contribuir à integração e à diminuição do preconceito e marginalização. Nesse contexto, surgem as reflexões e as tentativas de se levar ao público (seja ele formado por educadores, assistencialistas, sociólogos, estudantes, familiares, etc.) um conjunto de termos adequados para uso em todas as abordagens de assuntos que envolvam as pessoas com deficiência. Uma pesquisa feita no site de buscas *Google*, envolvendo os termos “terminologia” e “inclusão” mostrou que o assistente social e consultor de inclusão, Romeu Kazumi Sassaki (2003), tem elaborado uma pequena lista de termos que devem ser deixados de se utilizar, bem como de outros os quais considera corretos. Apesar disso, não há, ainda, um consenso nem mesmo entre especialistas.

Além dessas transformações eminentes no paradigma social sob o qual as pessoas com deficiência têm sido vistas, a inclusão trouxe mudanças também em termos de política e economia. No primeiro caso, leis começaram a surgir para garantirem seus direitos. No segundo, a busca pela qualidade de vida e as políticas de inclusão propiciaram sua inserção no mercado de trabalho e, ao obterem renda, tornaram-se público consumidor e alvo dos fabricantes de novas tecnologias, sobretudo aquelas

capazes de auxiliar as pessoas com deficiência em seu dia a dia. São as chamadas Tecnologias Assistivas. Este setor movimentou, em média, 5,5 bilhões de reais por ano².

Ao serem vistos como público consumidor, passaram a obter, também, crédito especial em bancos. Um exemplo de como a inclusão gerou pujança à economia é o programa Viver sem Limite, amparado pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, lançado em novembro de 2011 pela Presidência da República, sob o Decreto nº 7.612. Entre as iniciativas do programa, estão: disponibilização de 150 mil vagas em cursos por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Bolsa Formação (cursos de formação técnica e/ou continuada); créditos do programa Minha Casa Minha Vida para construção de imóveis adaptados; Crédito Acessibilidade (para compra de produtos da tecnologia assistiva, como cadeiras de rodas, notebooks, softwares, adaptação veicular, etc.).

Todo ano ocorre, em São Paulo, a Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech), maior evento de inclusão da América Latina. Durante a feira, são apresentadas novas tecnologias, produtos e serviços que promovem a inclusão. Em 2017, ocorrerá a 15ª edição da feira. Logo, vê-se que é um setor lucrativo, pois conforme as pessoas com deficiência têm mais acesso às ações de inclusão, mais produtos e serviços são lançados.

É a partir dos anos de 1990 que ocorre a implementação de ações mais contundentes, as quais integram diversos setores a fim de eliminarem os fatores de exclusão e de colocarem as pessoas com deficiência em seu lugar de direito, entre eles, no mercado de trabalho, no ensino regular de qualidade, no lazer, no esporte, nos planos das políticas públicas. Desse modo, elas passam a integrar, ainda que paulatinamente, um grupo de consumidores específicos, ansiosos pela busca e melhora na qualidade de vida, fonte de pesquisas e discussões e alvo de desenvolvimento tecnológico científico. Todos esses fatores originaram diversos tipos de textos específicos sobre essa temática e, conseqüentemente, novos conceitos, como os relacionados à acessibilidade, que permeia a área da inclusão em várias instâncias. Aos poucos a sociedade foi se deparando com termos como os próprios *pessoa com deficiência*, *inclusão* e *acessibilidade*, entre outros como *sociedade inclusiva*, *ambiente adaptado*, *comunicação alternativa*, *Libras*, *integração social*, etc., sem saber ou ter certeza de todos os conceitos atrelados; até mesmo entre especialistas da área há divergências no

² Disponível em: <<http://reatech.tmp.br/16/2016/11/08/empregabilidade-e-inclusao-profissional-para-pessoas-com-deficiencia-sao-focos-da-reatech-2017/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

uso de determinado termo em detrimento de outro. Logo, embora uma terminologia surgisse, a falta de uma organização entre os termos da área faz, até hoje, com que termos impróprios sejam utilizados.

A fim de descrever e analisar essa nova linguagem é que propomos, por meio da ciência da Terminologia, delimitar conceitos próprios da área e mostrar que se a inclusão das pessoas com deficiência for tratada como um saber especializado, possuidor de termos, muitos dos problemas, como a mudança na concepção de deficiente e o uso de termos adequados, poderão ser amenizados. O resultado dessa análise e descrição será um dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência.

Para a elaboração desse dicionário, foi preciso seguir alguns passos iniciais fundamentais preconizados pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), cujos pressupostos teórico-metodológicos embasam esta pesquisa. Entre eles, conforme Cabré (1999), estão os seguintes:

- Determinação do tema: a terminologia da inclusão das pessoas com deficiência;
- Perspectiva teórica: TCT;
- Tipo de trabalho: dicionário monolíngue com equivalentes em Espanhol;
- Destinatários: profissionais das ciências humanas e sociais, pessoas com deficiência, pessoas que lutam em prol da inclusão, profissionais envolvidos com questões sobre deficiência.

Seguindo esses passos prévios, foi possível iniciar o trabalho terminológico e identificar as unidades léxicas da língua portuguesa que se configuram como unidades terminológicas no âmbito da inclusão. A partir, então, da delimitação do tema, foi feita uma contextualização por meio de um histórico da inclusão, o qual trará conhecimento básico para a posterior identificação das unidades terminológicas.

2 DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO: HISTÓRICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao longo da história, as pessoas com deficiência estiveram à margem do desenvolvimento econômico e social do país. Apesar das deficiências sempre terem existido, a forma com a qual elas foram vistas mudou conforme as influências culturais, os costumes, a política, o conhecimento equivocado ou até mesmo a falta de conhecimento.

Na Idade Primitiva, por exemplo, a forma dos seres humanos sobreviverem era por meio da caça e da pesca. A caça não só os alimentava, mas as peles também os aqueciam. Conforme Gugel (2014), o modo de vida primitiva indica que as pessoas com deficiência eram tidas como sem utilidade, como fardos, e ficavam abandonados. É possível que morressem de fome.

O livro *A epopéia ignorada – a história da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje*, escrito em 1987 por Otto Marques da Silva, mostra que o surgimento da escrita, a partir dos anos de 2500 a.C., possibilitou o registro da presença e do tratamento de pessoas com deficiência em tempo remotos. Os egípcios da História Antiga, por exemplo, registraram tratamentos para problemas nos ossos e nas vistas. Além disso, a conservação de nobres e faraós em múmias permitiu o estudo de restos mortais que, em alguns casos, mostravam distrofias e limitações físicas.

Na Antiguidade, também, o valor de todo homem na sociedade dependia das relações econômicas representadas pela agricultura e pecuária. Logo, quem não era Senhor não tinha valor social, era homem inferior. A criança com deficiência não era vista como problema, mas era deixada ao relento, abandonada (ARANHA, 1995).

Silva (1987) aponta que em Esparta, na Grécia Antiga, havia um costume em que os pais deveriam apresentar seus filhos recém-nascidos ao Conselho dos Espartanos, os quais avaliavam as condições do bebê. Se fosse uma criança considerada saudável, os pais podiam levá-la para casa e o Estado auxiliaria em seu crescimento direcionado para a arte de guerrear. Caso a criança fosse tida como fraca ou disforme, o Estado ficava com ela e a jogava em um abismo chamado “depósito”, pois consideravam que deixá-la viver não seria bom nem para ela, nem para uma sociedade onde todos os cidadãos tinham de ser guerreiros.

Na Roma Antiga, apesar de também haver execução de crianças com deficiência, isso não era determinado pelo Estado. O direito romano permitia aos pais que deixassem essas crianças na margem de rios ou locais sagrados. Silva (1987) cita que foi na Roma Antiga, possivelmente, onde as pessoas com deficiência e má formações passaram a ser atração de circo e divertimento, muitas vezes humilhadas.

Posteriormente, na Idade Média, com o Cristianismo, quem detinha o conhecimento e determinava as relações sociais era o clero e a nobreza. Os servos eram responsáveis pela produção. O homem era considerado ser racional e criação de Deus. Nessa sociedade estruturada em feudos, a igreja determinava que a pessoa deficiente, possuidora de uma alma, não era mais um sub-humano, mas merecedora de piedade, e

devia ser cuidada por ela ou pela família. Nenhuma organização e preparo, porém, havia, de forma que a pessoa continuava à margem.

Em contrapartida, durante a Inquisição da Igreja Católica, qualquer pessoa que não se enquadrasse na estrutura determinada pelas leis divinas deveria ser exterminada. Assim, muitas pessoas com problemas mentais eram sacrificadas juntamente com adivinhos, alucinados, psicóticos etc. Isso permaneceu também na Reforma Luterana, tempo no qual “a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação. A explicação reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca, quando lhe vem a faltar à razão ou ajuda divina”(PESSOTI, 1984, p.12). Por esses motivos, a sociedade permanecia intolerante com as pessoas com deficiência.

Uma importante obra do século XVI é *Sobre as doenças que privam os homens da razão*, escrita pelo médico e alquimista Paracelso (Philipus Aureolus Paracelsus), pois é nela que aparece a concepção médica para o “idiota”³. Embora acusado de bruxaria e ateísmo, por sua alquimia, Paracelso não aceitava a visão diabólica dada aos deficientes intelectuais e, como médico, acreditava que a “demência” podia ser um trauma, uma doença. Essa nova visão, entretanto, não determinou a mudança da concepção, efetivamente, de forma que a doutrina moral católica ainda era vigente (*Idem*, p. 21).

Ainda no século XVI, o início das revoluções burguesas e ascensão do capitalismo mercantil também alavancavam a mudança na visão de homem e sociedade. Houve queda das monarquias e da hegemonia religiosa e o surgimento de pequenos empreendedores, que deram origem a uma nova classe de trabalhadores. Os ideais iluministas, a partir do século XVII, criticavam o regime do absolutismo, o mercantilismo e a intolerância religiosa, de forma que a desigualdade social passou a ser vista como fruto de uma sociedade que precisa ser mais tolerante e ter liberdade de expressão.

Um dos filósofos do iluminismo foi John Locke, cuja filosofia empirista contrariava os dogmas da igreja, pregava a liberdade religiosa e acreditava na igualdade dos homens diante da natureza. Enquanto filósofo e médico, Locke (*apud* TEZZARI, 2009, p. 51) considerava que a mente só pode operar se ela tiver experiência sensorial, ou seja, só se pode entender, compreender aquilo que se vê ou se pensa se houver a

³ Termo utilizado para referir-se ao deficiente intelectual na obra de Pessoti (1984).

experiência, pois a mente é como uma “tábula rasa”, em branco, pronta para ter experiências sensoriais que façam ter o conhecimento. Dessa forma, Locke (*Idem*) compara a mente da criança e do deficiente intelectual com sua visão naturalista: ambos possuem pouca ou nenhuma experiência sensorial, e necessitam de uma didática individual que os faça conhecer o mundo e ordenar seus pensamentos. Com isso, o filósofo inaugura uma nova compreensão da pessoa com deficiência, especificamente a intelectual, chamado na época de idiota, e suas propostas deveriam

determinar alterações profundas na atuação da sociedade no trato com os oligofrênicos ou amentes e, de fato, geraram uma verdadeira revolução na teoria e na práxis educacional em geral, visto que abalaram decisivamente a ‘teoria’ da aprendizagem então vigente e dominante. (PESSOTI, 1984, p. 23)

As propostas pedagógicas de Locke, no entanto, só tiveram atenção maior mais de cem anos depois.

Não vistos mais como diabólicos, mas ainda com poucas chances de receberem educação, as pessoas com deficiência, até então, eram colocadas em asilos, especialmente após o fim da epidemia de lepra. No auge dessa epidemia, enormes casarões foram construídos para a segregação das pessoas com lepra e, ao seu fim, tais casarões passaram a receber as pessoas com deficiência. Assim, a família não teria mais o encargo de manter um ente que não podia ajudar nos rendimentos ou nos trabalhos domésticos. Milhares de pessoas com deficiência foram segregadas nesses espaços. Aos poucos foram surgindo outros espaços de atendimento, ainda separados do convívio em sociedade, mas em melhores condições que tais casarões e asilos, pois as pessoas com deficiência já eram vistas como seres humanos.

Os soldados que lutaram em guerras e que ficaram deficientes tiveram maior atendimento a partir do século XIX, especialmente nos Estados Unidos, onde foi fundado o Lar Nacional para Soldados Voluntários Deficientes, marcando um certo pioneirismo na reabilitação. As sequelas dos soldados de guerras foram responsáveis pelo desenvolvimento de muitos programas de reabilitação até o século XX, momento no qual houve maior avanço no tratamento das pessoas com deficiência, de modo geral.

Com relação ao tratamento à pessoa com deficiência no Brasil, no período colonial há poucos registros. Como os jesuítas tiveram importante papel na educação e na medicina desse período, é possível que cuidassem também dessas pessoas. O fato de elas serem, em grande maioria, confinadas em suas casas, impedidas de conviverem em

sociedade, faz com que pouco se saiba sobre os períodos iniciais do desenvolvimento do país. Sabe-se sobre a existência das “Casas dos Muchachos”, que recolhiam as crianças indígenas nascidas das relações entre os brancos ou negros e as índias, as quais abandonavam seus filhos devido à tradição indígena de que uma criança filha de um pai não índio não pode fazer parte da tribo. Semelhante a este tipo de casa são as Santas Casas de Misericórdia, que recebiam, a partir do século XVIII, crianças abandonadas por meio das “Rodas dos Expostos”, de origem italiana. Crianças renegadas eram colocadas de forma anônima nessas rodas e elas passavam a ser cuidadas pelas freiras. Muitas crianças com deficiências foram para esses lugares. Os casos de pessoas com hanseníase eram os piores, pois como a doença causava deformidades, eram chamados de leprosos, morféticos, e completamente isolados (LANNA JR., 2010).

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, no século XIX, foram tomadas outras medidas assistenciais destinadas às pessoas com deficiência, chamadas de “alienados”. Foi em junho de 1841, no Rio de Janeiro, a partir do Decreto nº 82, que se deu a criação do Hospício Dom Pedro II, destinado ao tratamento dos alienados, especificamente, e anexado à Santa Casa de Misericórdia. Posteriormente, em 1854, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, em seguida, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Desde 1957, este último é chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Na América Latina, o Brasil é pioneiro no atendimento dos cegos e surdos aos criar tais institutos. No século XIX, entretanto, eram as únicas deficiências consideradas passíveis de se superar com instruções.

As pessoas com deficiência intelectual tiveram um atraso ainda maior com relação ao tratamento digno, pois até a metade do século XIX eram consideradas loucas, chamadas de imbecis, cretinas. Embora os preceitos do cristianismo dissessem que aquelas pessoas possuíam uma alma, ao mesmo tempo sua deficiência era considerada um castigo por seus pecados ou de seus antecessores (PESSOTI, 1984, p. 11). Somente a partir do século XX que a deficiência intelectual passou a ser estudada e novas possibilidades educacionais surgiram. Foi só no século XX, também, que as demais pessoas com deficiência tiveram um espaço, em 1904, com a criação do Pavilhão-Escola Bourneville. Mais tarde, já no Brasil República, o Dom Pedro II passou a ser chamado de Hospício Nacional de Alienados, e deixou de ser vinculado à Santa Casa.

Essas iniciativas não eram suficientes para atender a todas as pessoas com deficiência, pois se concentravam em locais específicos, alcançando a minoria. Os institutos para cegos e surdos foram se expandindo de forma lenta e, como nenhuma

nova medida foi tomada pelo Estado no início do século XX, foi então que a sociedade civil começou a criar organizações assistenciais. Até meados da década de 50 daquele século, a maioria dos institutos era destinada apenas a cegos e surdos. Com as organizações civis, foram criados movimentos como as Sociedades Pestalozzi (1926) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) (1954), os quais expandiram o atendimento a outros tipos de deficiências, atuando nas áreas educacionais e da saúde.

O Instituto Pestalozzi foi criado em 1926, na cidade de Porto Alegre, pelo professor Thiago Würth, inspirado pelo educador e filósofo suíço Johann Heinrich Pestalozzi que, no século XIX, educou crianças carentes em sua própria casa e fez grandes pesquisas para a melhoria do sistema educacional. Em 1928, o Instituto foi transferido para a cidade de Canoas e tinha como foco o atendimento e ensino às pessoas com dificuldade de aprendizagem. Com a chegada da educadora russa Helena Antipoff ao Instituto, o movimento pestalozziano teve grande impulso e foi dada ênfase à reabilitação e à formação de recursos humanos em apoio às pessoas com deficiência (FEDERAÇÃO PESTALOZZI, 2014).

Com o surgimento do Instituto em outros Estados brasileiros, houve a necessidade de criação da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, liderada também por Helena Antipoff a partir de 1970, a fim de unir as ações sociais do Instituto. Assim, os métodos educacionais foram implementados e a inclusão social passou a ter mais resultados, pois a federação atua não só no acompanhamento da pessoa com deficiência, mas também junto aos poderes público e privado, para que todos os direitos dessas pessoas sejam respeitados.

Outra organização que surgiu foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu no Rio de Janeiro com o objetivo de atender, principalmente e de modo integral, pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Hoje, está presente em mais de dois mil municípios brasileiros, e atua fortemente na “promoção e defesa dos direitos e cidadania da pessoa com deficiência e sua inclusão social”(APAE BRASIL, 2014). A Federação Nacional das Apaes, no atendimento às pessoas com deficiência, é o maior movimento social do Brasil.

Ainda na primeira metade do século XX, iniciou-se o surto de poliomielite no país; até então não era tido como um grande problema de saúde pública. A poliomielite é uma doença viral que, quando não tratada, pode causar a morte por comprometer os músculos respiratórios ou deixar graves sequelas, como a perda parcial ou total da

capacidade de contração dos músculos. Com o surto, muitas crianças ficaram com paralisia, o que ocasionou o surgimento da Fundação Nacional para Paralisia Infantil, em 1945, com o intuito de promover a reabilitação das pessoas com paralisia proveniente da pólio. As sequelas dessa doença são consideradas uma alavanca para o desenvolvimento de técnicas de fisioterapia no Brasil e no mundo, comparada, inclusive, com a reabilitação dos feridos das duas grandes guerras mundiais (CÂMARA & SILVA, 2014). A Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) foi criada, então, em 1950, pelo médico Renato da Costa Bomfim, a fim de reabilitar crianças com paralisia infantil. Hoje é uma instituição que atende a diversas pessoas com dificuldades locomotoras e, devido a um plebiscito realizado em 2000 por pessoas com deficiência, o nome mudou para Associação de Assistência à Criança com Deficiência, pois “defeituosa” trazia uma carga pejorativa conforme os paradigmas de inclusão desenvolvidos por todas as instituições e pessoas que lutam por seus direitos na sociedade.

Observa-se, até o momento, o atendimento segregado das pessoas com deficiência dentro de instituições especializadas, pois o paradigma pelo qual eram tratadas era o médico, como é visto no artigo 6º da Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 1978:

As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social. (ONU, RESOLUÇÃO Nº 2.542/75)

Embora a deficiência fosse vista como uma doença, como algo a ser curado pelas instituições de reabilitação, é possível ver, nesse artigo, o princípio dos ideais de inclusão, ainda que incipiente.

Conforme Sasaki (2006), o paradigma médico foi dando lugar ao conceito de integração social no fim da década de 60, quando as pessoas com deficiência passaram a ser inseridas nos “sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer” (*idem*, p. 31). E por que o uso do termo *integração*, e não ainda *inclusão*? Pois partiam do princípio da *normalização*, ou seja, a pessoa com deficiência devia ter o direito de participar do estilo considerado normal de vida em sociedade,

desconsiderando suas necessidades específicas. Na década seguinte, normalizar designava a padronização dos serviços e dos espaços, de modo que as pessoas com deficiência pudessem seguir um estilo de vida igual ao das demais pessoas. O que ocorria era que esse estilo era levado aos centros de reabilitação, às casas, aos programas comunitários, ao invés de a sociedade receber aquelas pessoas.

Ainda conforme o autor, surgia, na década de 80, sob o princípio da integração, o conceito de *mainstreaming*, o que significou um grande passo rumo à inclusão, pois as pessoas com deficiência eram levadas às escolas regulares de ensino para fazerem alguma matéria específica (como arte ou música), ou atividades extracurriculares junto aos demais alunos.

O processo de integração, no entanto, exigia das pessoas com deficiência um esforço de se igualar aos padrões de normalidade da sociedade, da qual nenhuma mudança era exigida. Elas continuavam sem a garantia de seus direitos, discriminadas e tendo de superar barreiras individualmente, muitas vezes com o apoio apenas da família.

A partir de então, iniciaram-se as discussões sobre as reais necessidades das pessoas com deficiência, momento no qual a questão deixa de ser apenas médica, e passa a ser uma área amplamente discutida, como será apresentado adiante.

Os princípios de inclusão deram início à criação de diversas leis e decretos, a partir dos quais a sociedade passou a conviver com um novo conceito, um novo paradigma: o paradigma social da inclusão. O ano de 1981 foi muito importante para as mudanças, pois foi considerado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente. Neste momento, as pessoas com deficiência passaram a se organizar politicamente e a ver a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, fazendo parte da economia do país pela primeira vez; passaram a ser vistas por suas potencialidades, de modo que surgiram cursos de capacitação específicos; passaram a ser inseridas no ensino regular, gerando diferentes metodologias de ensino; passaram a ser responsáveis pelo desenvolvimento de diversas tecnologias, as chamadas tecnologias assistivas; passaram a ser vistas como consumidores, já que começaram a trabalhar, a viajar, a praticar esportes:

Presentes hoje todos os segmentos, os deficientes deixaram de ser os “coitadinhos” para ser um público consumidor, produtivo e, sabedor de onde realmente quer chegar, exigente de bons serviços. Conseqüência disso, é que cada vez mais o contexto social está se vendo obrigado a promover e se adaptar à política da inclusão social para recebê-los. Por lei, o mercado de trabalho está tendo que reservar vagas em seus quadros de funcionários; as escolas e universidades

públicas estão tendo que se reestruturar para que alunos com e sem deficiência dividam as mesmas classes de aula; pessoas com deficiência estão cada vez mais presentes nos lugares de lazer consumindo cultura e outros produtos: em espaços urbanos as barreiras arquitetônicas estão começando a serem eliminadas com a construção de rampas, telefones públicos, degraus e guias rebaixadas, construções de elevadores e muito mais; os empresários, atentos às novas tendências, estão criando serviços especializados a essas pessoas; até mesmo os órgãos de comunicação estão abrindo cada vez mais espaço para essa temática. No campo esportivo, o Brasil alcança cada vez maiores índices de mobilização de pessoas com deficiência, consagrando-se e atingindo importantes resultados no ranking internacional. Assim, todas essas ações geram representações sociais cada vez mais próximas da normalidade. (FIGUEIRA, 2008, p. 141)

Se surgem novos paradigmas, surgem novos conceitos, novas formas de representar esta área que vem acompanhada de uma linguagem especializada que a caracteriza. Uma mudança nessa amplitude não acontece sem que se mude também a linguagem, o que se procurará abordar neste trabalho.

3 POR QUE ELABORAR UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Estudos como o de Chagas (2006) mostram que não há um consenso no tratamento, no modo de se referir às pessoas com deficiência, bem como a todos os aspectos relacionados ao tema. A autora aponta que, ao longo do século XX, vários termos foram utilizados para se referir à elas: “a terminologia passou de inválidos, incapacitados ou incapazes; defeituosos, deficientes ou excepcionais; pessoas deficientes; pessoas portadoras de deficiência ou portadores de deficiência; pessoas com necessidades especiais (...)” (CHAGAS, 2006, p. 13). Para a antropóloga Diniz (2007), tais termos eram usados porque deficiência foi, durante um longo período, sinônimo de desvantagem natural. Os saberes biomédicos dominaram o campo dos estudos sobre deficiência. Essa noção de desvantagem está atrelada a todo o histórico de exclusão social e ao próprio preconceito, muitas vezes, observado no uso de certos termos.

Com o avanço dos estudos sociopolíticos e educacionais, passou-se a utilizar termos que põem em relevo a pessoa, “definem com precisão sua desvantagem sem eludi-la, o que torna possível a organização em um ou mais grupos com afinidade política, reivindicatória, pois, ao encarar de frente a deficiência, obriga que os outros a reconheçam e atuem com correção diante dela” (CHAGAS, 2006, p. 13). Logo,

observa-se que o uso dos termos mudou conforme mudou a própria noção de deficiente e de inclusão.

Na construção de uma sociedade inclusiva, portanto, o cuidado com a linguagem é fundamental, já que nela “se expressa, voluntária ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiência” (SASSAKI, 2003, p. 6). Conforme este autor, fazer uso de termos mais adequados na área da inclusão não significa apenas tratar de seus conteúdos semânticos, mas também tratar de um assunto “evitado de preconceitos, estigmas e estereótipos” (*Ibidem*) com o respeito e a ciência que lhe é merecido.

Logo, apresentar a terminologia da inclusão das pessoas com deficiência pode ser a forma ideal de representarmos o conhecimento científico estabelecido por essa área, bem como seus princípios, fortalecendo e fixando o saber científico por ela cunhado. Em outras palavras,

a constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. (BENVENISTE, 1989, p. 252).

O dicionário terminológico vai, então, facilitar a transmissão dos conhecimentos e a comunicação profissional e, conseqüentemente, contribuir com a legitimação da inclusão das pessoas com deficiência enquanto uma área de especialidade que tem recebido maior atenção e respeito nas últimas décadas.

Cabe, aqui, ressaltar o que bem afirmam Krieger e Finatto (2004), que

a funcionalidade operada pelo léxico especializado na transmissão de conhecimentos, na transferência de aparatos tecnológicos, bem como nas relações contratuais faz com que, cada vez mais, a Terminologia assumam a relevância na e para a sociedade atual, cujos paradigmas de desenvolvimento estão intimamente relacionados ao processo de economia globalizada e ao acelerado desenvolvimento científico e tecnológico. Alinham-se, no mesmo paradigma, a organização e divulgação da informação, condições que favorecem o comércio e as relações internacionais. (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 18).

Para explicar a aplicação da teoria terminológica em uma área que, sob uma óptica inicial, parece fazer parte tão somente das ciências humanas e sociais, será apresentado, a seguir, como a inclusão das pessoas com deficiência se constitui em uma área de especialidade geradora de textos específicos e de desenvolvimento social e tecnológico.

3.1 SURGE UMA ÁREA ESPECIALIZADA DO CONHECIMENTO

Os documentos da Organização das Nações Unidas - Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, de 1983, e Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, de 1994 – o estabelecimento da concepção de “sociedade para todos”, com a Resolução 45/91, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 1990, e a Declaração de Salamanca, de 1994, são marcos relevantes na visão da inclusão não mais apenas como uma questão social a ser resolvida, mas como uma importante e grande área para a qual as atenções têm se direcionado nas últimas décadas. Essa mudança nos hábitos sociais e no pensar político fez surgir novas legislações e novos saberes técnicos e científicos, da mesma forma que nos séculos XVIII e XIX, como salienta Barros (2004, p. 26), quando o desenvolvimento produzido pela revolução industrial fez surgir muitos engenhos e fábricas, bem como organizações e novas leis e, conseqüentemente, surgia um vocabulário mais técnico e científico para designar as novas especialidades, e para representar os novos rumos do desenvolvimento.

Esse paralelo mostra que o desenvolvimento da sociedade é sempre acompanhado com a evolução da linguagem, sobretudo das linguagens utilizadas em determinados setores, as linguagens especializadas, pois para viver em um mundo globalizado e em constante desenvolvimento, no qual as informações veiculam rapidamente, é preciso saber se expressar e compreender novos saberes, ou seja, não basta o domínio do discurso diário. Este discurso é aquele relacionado à língua geral utilizada pelos falantes de uma determinada língua, cuja norma está na gramática e cujos temas fazem parte de conversações e situações linguísticas do cotidiano, aprendidas naturalmente na convivência em uma sociedade linguística. Diferentemente ocorre com as linguagens de especialidade, pois conforme Pavel & Nolet (2002, p. 124), a linguagem de especialidade é um “sistema de comunicação oral ou escrita, usado por uma comunidade de especialistas de uma área particular do conhecimento”. Logo, são

linguagens que surgem no meio profissional para a melhor eficácia na comunicação, gerando terminologias específicas de cada área do saber.

Embora as linguagens de especialidade façam uso de recursos da língua geral na composição de seus textos, estes possuem suas particularidades estruturais. Conforme Cabré (1993), uma das diferenças entre as linguagens de especialidade e a linguagem comum é o fato de as primeiras possuírem uma terminologia própria, o que também as diferencia de outras linguagens específicas. No caso da temática da inclusão das pessoas com deficiência, houve um longo percurso até que se configurasse em um campo específico do saber. O histórico da inclusão aponta que é somente nos últimos trinta anos que ela tem tido maior relevância e, portanto, possui uma terminologia ainda em formação.

A História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil (LANNA JR., 2010) mostra que houve, inicialmente, uma preocupação linguística de cunho social, mas que representa os indícios de uma necessidade de organização que, até os dias de hoje, não foi efetivamente realizada. Nota-se, primeiramente, o rompimento com os usos pejorativos de termos como *inválidos*, *aleijados*, *defeituosos*, utilizados em grande parte do século XX. Essa visão negativa de incapacitados, no final dos anos 1970, deu lugar à expressão *pessoas deficientes*, amplamente divulgada no início da década de 80, época em que ocorreu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Em seguida, foi incluído o termo *portador*, a fim de apontar para a especificidade da *pessoa portadora de deficiência*, termo encontrado na Constituição Federal de 1988 e nas leis e documentos posteriores. A expressão não foi considerada adequada pelos que lutam pela inclusão, pois a deficiência não é algo que se porta, mas que faz parte da pessoa. Surgiram, também, na tentativa de valorização da pessoa com deficiência, alguns eufemismos como *pessoa com necessidades especiais*, os quais também foram criticados pelos movimentos de inclusão, uma vez que a luta pela igualdade de direitos não condiz com a condição que o adjetivo “especial” traz à pessoa.

Foi somente em 2006, com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que o termo *pessoa com deficiência* foi adotado como o mais adequado, pois expressa a questão humana, em primeiro lugar, seguida da condição de deficiente. Apesar desse termo ser considerado o que melhor representa as pessoas em questão, frequentemente aparece, em textos midiáticos, principalmente, o termo *pessoa portadora de deficiência*, pois ainda não há uma padronização por meio da qual especialistas e comunidade em geral possam se basear, como dito acima.

As palavras utilizadas pela sociedade em geral foram dando lugar a unidades lexicais mais específicas, pois conforme foram surgindo textos na área da inclusão, seus termos foram se delimitando, já que junto de uma área especializada do conhecimento há também uma linguagem especializada, como se pretende mostrar nesta pesquisa. Toda área específica do conhecimento, destarte, é composta por um conjunto de termos que possuem, em suas definições, as noções que são úteis a determinado campo, compondo a sua terminologia, e a transmissão do conhecimento específico é feita por meio de textos que carregam essa terminologia, e possuem características peculiares em diversos níveis: sintático, semântico, pragmático, semiótico, lexical. O número de diferentes textos que surgem da inclusão das pessoas com deficiência denotam que ela se constitui como uma área do conhecimento, como será visto a seguir.

Um importante documento na composição dessa área é a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001, após alguns anos de divergências quanto a definições de alguns termos e traduções do inglês para o português. Conforme Sasaki (2006), o documento foi lançado em 1980, com o título Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades, e trazia as seguintes definições:

Impedimento (*impairment*) – Qualquer perda ou anormalidade da função ou estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica.

Deficiência (*disability*) – Qualquer restrição ou falta (resultante de um impedimento) da habilidade para desempenhar uma atividade de uma maneira, ou com variância, considerada normal para um ser humano.

Incapacidade (*handicap*) – Uma desvantagem, resultante de um impedimento ou de uma deficiência, que limita ou impede a realização de um papel considerado normal (dependendo de idade, sexo e fatores sociais e culturais) para um dado indivíduo. (SASSAKI, 2006, p. 46)

O autor salienta que estas definições foram muito criticadas, pois foram elaboradas por especialistas sem consulta ao movimento de inclusão e às pessoas com deficiência. Por isso, ou eram superficiais ou consideravam apenas a questão médica. Após anos de estudos, a CIF foi aprovada pela OMS em 2001 no formato de hoje, e a tradução para o português trocou o termo *incapacidade* por *deficiência*. A CIF é importante não só pela classificação dos tipos de deficiência, mas também por contribuir com as ações de inclusão amparadas pelas leis. Além disso, pode ser aplicada “em intervenções clínicas, em estatísticas, em desenvolvimento de políticas sociais e em

educação” (*Idem*, 2006, p. 48). Um dos objetivos da CIF é a harmonização da linguagem, a partir da descrição de estados relacionados à saúde.

Muitos conceitos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência podem ser encontrados a partir do “Paradigma de Suporte” (ARANHA, 2001). Segundo a autora, esse paradigma se caracteriza pelo direito de acesso das pessoas com deficiência aos mesmos recursos dos demais cidadãos, sem segregação. Para tanto, é preciso que sejam desenvolvidos instrumentos que possibilitem o suporte, seja ele social, econômico, físico, instrumental. O desenvolvimento desses recursos é responsável pela elaboração de textos específicos, que têm como base conceitos de diversas áreas, como a das ciências sociais, da psicologia, da medicina, da economia, do desenvolvimento tecnológico, entre outras. Essa interdisciplinaridade aponta para um dos princípios da Terminologia enquanto ciência, especificamente, da Teoria Comunicativa da Terminologia(TCT)⁴, que ancora esta pesquisa. Esse princípio mostra que a interdisciplinaridade da terminologia de uma área ocorre quando diferentes campos do saber a compõem. Mas não basta, somente, acrescentar fundamentos de diferentes disciplinas. É preciso reorganizar os conceitos (CABRÉ, 1999).

Retomando-se o paradigma acima citado, como suporte social, que trata dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive do direito ao ensino regular, houve a criação de documentos, leis, decretos e portarias, como exemplos, entre outros, tem-se:

Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990 - Documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Constituição Federal de 1988 – Promover o bem de todos.

Lei nº 9.394/96– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Decreto nº 186/08– Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Portaria nº 1.793/94 – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.

⁴ A TCT será abordada em outro capítulo.

A Lei de Cotas, Lei nº 8. 213, de 27/7/91, pode ser considerada como suporte econômico. Conforme essa lei, todas as empresas com cem ou mais empregados devem contratar de 2% a 5% de funcionários reabilitados ou com deficiência. Em 2001, foi publicada a Instrução Normativa nº 20, pelo Ministério do Trabalho, por meio da qual as empresas passaram a ser fiscalizadas. Logo, a lei de cotas teve maior visibilidade e uso na sociedade, principalmente entre os empregadores. Eles tiveram de compreender essa lei para aplicá-la, e como ela é carregada de conceitos de inclusão, muitas vezes sua aplicação fica comprometida, pois há muitos casos em que a pessoa é apenas colocado na empresa, mas sem o auxílio e apoio técnico que tem por direito. Isso mostra que a falta de compreensão dos conceitos trazidos pela terminologia dessa área é fator determinante para que não ocorra a inclusão, efetivamente. Para a aplicação da Lei de Cotas no mercado de trabalho, é preciso ter conhecimento das leis de acessibilidade.

Embora amparada por leis, a inclusão não é possível sem que os espaços se modifiquem, a fim de cumprir o princípio da acessibilidade às pessoas com deficiência. Por isso, surgiram as leis de acessibilidade, e o Decreto-Lei nº 5.296, de 2/12/04, que regulamenta a Lei nº 10.048 (sobre a prioridade de atendimento) e a Lei nº 10.098 (que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade). Essas modificações enquadram-se no suporte físico. As adaptações necessárias para garantirem a inclusão geraram diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), subsidiária no Brasil da *International Standardization for Organization* (ISO). Ora, para que as ações da sociedade e do Estado estejam em consonância com os princípios de acessibilidade, é fundamental que se unifiquem os processos, e que haja a garantia de qualidade e segurança. Ao se harmonizar os processos, há a necessidade de se harmonizar o uso de uma linguagem especializada, a fim de que haja compreensão por parte de quem executa os processos e, portanto, eficácia e qualidade.

Algumas normas da ABNT enquadram-se na criação das Tecnologias Assistivas, que são produtos, recursos, serviços que visam à autonomia e melhoria na qualidade de vida de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também conhecidos por Produtos de Apoio, são classificados pela ISO 9999: 2007, que traz uma lista de definições, como exemplo “Produtos de apoio para atividade doméstica: Incluem-se, p. ex., produtos de apoio para comer e beber”.

A temática em questão também tem gerado muitos livros e pesquisas acadêmicas. Em uma busca com o termo *inclusão das pessoas com deficiência* no

Banco de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foram encontrados 376 trabalhos, entre teses e dissertações. Já a busca no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) resultou em 126 trabalhos. Quanto a livros, a *Revista Sentidos*, que se dedica à temática da inclusão, publicou, em 2006, uma lista de 100 livros fundamentais sobre deficiência. A maioria aborda a questão a partir da inclusão.

A partir desse levantamento, foram selecionados os textos que servirão de *corpus* para a pesquisa, e poderão ser vistos em capítulo posterior.

4 ESTADO DA ARTE

No início desta pesquisa, no ano de 2013, foi feita uma busca na internet a fim de verificar os trabalhos existentes que, de alguma forma, relacionam o tema da inclusão das pessoas com deficiência à terminologia. Para a pesquisa, não foram consideradas, inicialmente, as concepções de terminologia (enquanto disciplina, ciência ou conjunto dos termos de uma área). O objetivo foi fazer um levantamento dos trabalhos que tratam dos conceitos e termos da inclusão e, posteriormente, analisar se partem dos pressupostos teóricos da Terminologia, ou se apenas consideram as mudanças sociais, culturais e jurídicas que influenciaram nas mudanças dos conceitos.

O primeiro nome de destaque é o de Romeu Kazumi Sassaki, formado em serviço social e consultor na área de inclusão desde os anos de 1960. Já em 1997, ele lançou o livro *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Nessa obra, Sassaki fala da mudança do enfoque médico da deficiência para o enfoque social, e traz a importância de que os conceitos dentro das práticas sociais sejam compreendidos para que as ações se moldem adequadamente. Assim, aponta alguns conceitos pré-inclusivistas como: modelo médico de deficiência, sociedade inclusiva, integração social, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social etc, e diz que a mídia tem grande papel na transmissão desses conceitos.

Em 2000, essa preocupação com os conceitos é vista no artigo intitulado *Conceituando Deficiência*, publicado na *Revista de Saúde Pública*, em fevereiro daquele ano. Escrito por integrantes do Laboratório Interunidades de Estudos sobre Deficiências do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, aponta que a imprecisão dos conceitos relativos à deficiência dificulta as pesquisas, e analisa os sentidos e aplicações dos termos deficiência, incapacidade e desvantagem.

Sasaki lança outro texto em 2001: *Terminologia correta sobre Deficiência e Inclusão Social*. Esse texto é muito citado em diversos sites da internet que tratam de inclusão. Nele, Sasaki mostra uma relação de aproximadamente 60 termos que devem ou não ser usados em textos e discursos sobre inclusão. Apresenta essa lista com objetivo de que subsidie o trabalho de estudantes, pesquisadores e demais pessoas que pretendem escrever ou falar em temas sobre pessoas com deficiência.

Outro texto muito difundido na internet, do mesmo autor, é o *Terminologia sobre deficiência na era da inclusão*, de 2003, no qual diz que a linguagem tem papel importante na construção de uma sociedade inclusiva, e apresenta, novamente, relação de aproximadamente 60 termos que devem ou não ser utilizados. Mostra um quadro das formas com as quais as pessoas com deficiência foram chamadas na literatura, na mídia, nas leis e outros documentos, no decorrer dos anos, desde “inválidos”, “defeituosos”, passando por “excepcionais”, “portadores de deficiência”, até os dias da publicação do texto: “pessoa com deficiência”.

Em 2003, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância e a Fundação Banco do Brasil lançam o *Mídia e Deficiência*. Apontam a importância que os meios de comunicação de massa têm na transmissão de conceitos e conhecimentos.

Continuando em ordem cronológica, encontra-se, em 2006, o livro *A norma da igualdade e o trabalho das pessoas portadoras de deficiência* de Lutiana Nacur Lorentz. A autora abrange as diversas concepções relacionadas às pessoas com deficiência na história, e traz um capítulo intitulado *As terminologias afetas à pessoa com deficiência e suas definições legais*.

Débora Diniz lança o livro *O que é deficiência?*, em 2007, no qual fala sobre a violência contida na linguagem de assuntos sobre a deficiência, como o uso dos termos *aleijado, manco, inválido*. Diz que a noção de desvantagem está atrelada a todo o histórico de exclusão social e ao próprio preconceito, muitas vezes, observado no uso de certos termos.

Também foram encontrados o parecer nº 21/2009, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, e a Portaria Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, da Secretaria de Direitos Humanos. O primeiro trata da terminologia adequada para designar as pessoas com deficiência. Por meio desse parecer, os parlamentares do País são alertados de que a forma apropriada é “pessoas com deficiência”, consagrada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Já a portaria trata da mudança na nomenclatura, a saber:

Art. 1º Esta portaria dá publicidade às alterações promovidas pela Resolução nº 01, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE em seu Regimento Interno.

Art. 2º Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses:

I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência";

II - Onde se lê "Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República", leia-se "Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República";

III - Onde se lê "Secretário de Direitos Humanos", leia-se "Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República";

IV - Onde se lê "Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", leia-se "Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência";

V - Onde se lê "Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", leia-se "Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência";

Em 2011, tem-se *A pessoa com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro*, de Marcos César Botelho, publicado no Boletim de Direito Administrativo em forma de artigo. Nele, há um breve histórico sobre a mudança na terminologia relativa à pessoa com deficiência ao longo do tempo, com base, principalmente, em Romeu Sasaki. Sai do âmbito do conceito para analisar quando as pessoas com deficiência passaram a ter atenção no âmbito jurídico do Brasil.

No ano de 2012, destaca-se a publicação de Aline Aparecida Veltrone e Enicéia Gonçalves Mendes do artigo Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual, na revista *Educação em Perspectiva*, volume 3, número 2. Falam da mudança de “retardo mental” para “deficiência intelectual”, e como a mudança foi percebida por profissionais da rede municipal de uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

Mais adiante, em 2014, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS lança uma nota técnica intitulada *Terminologia e Acessibilidade*. Cita apenas a forma como o tipo de deficiência deve ser colocado diante da palavra “pessoa”, como exemplo: pessoa com deficiência auditiva ou surda. Fala sobre a importância da terminologia correta de modo breve.

Essas publicações encontradas mostram que existe, há algum tempo, uma preocupação com a linguagem relacionada à inclusão das pessoas com deficiência. No entanto, não é uma preocupação genuinamente linguística ou terminológica, mas uma tentativa de se levar ao público geral aquilo que é “politicamente correto”, ou a “forma correta” de se referir a alguém com deficiência, em detrimento de uma forma pejorativa. A maioria dos textos tem um teor instrutivo, de mostrar a “terminologia correta” da inclusão, com pequenos glossários ou listas que não só definem o termo, mas trazem o contexto histórico e social de mudanças e dos motivos que fazem determinado uso ser incorreto.

Um trabalho de grande importância vem sendo feito pela ONG Escola de Gente, que trabalha em prol da inclusão, tendo como meio principal a comunicação. Publicam, desde 2002, o Manual da Mídia Legal, a fim de qualificar a mídia brasileira a favor da inclusão das pessoas com deficiência. Já foram lançados seis manuais:

2002 - Manual da Mídia Legal: Comunicadores pela inclusão

2003 - Manual da Mídia Legal 2: Comunicadores pela Educação

2004 - Manual da Mídia Legal 3: Comunicadores pela saúde

2005 - Manual da Mídia Legal 4: Comunicadores pelas Políticas de Inclusão

2008 - Manual da Mídia Legal 5: Comunicadores(as) pela Não-discriminação

2010 - Manual da Mídia Legal 6: Comunicadores(as) pelas Políticas de Juventude

Além de trazerem orientações sobre como escrever ou falar sobre temas da inclusão, os manuais fazem reflexões a partir de análise de notícias veiculadas pela mídia impressa, dando grande suporte aos profissionais dessa área e a qualquer pessoa que queira se comunicar de modo a atuar na legitimação da mudança de concepção da pessoa com deficiência. Encontram-se, nos manuais, glossários sobre termos adequados ou não, sobre leis e documentos relativos à inclusão, entre outros auxílios.

Para a extração dos termos do dicionário terminológico apresentado ao final dessa pesquisa, foi montado um *corpus* com 439 textos específicos da área da inclusão. Tais textos são: teses e dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que hospeda pesquisas defendidas a partir do ano de 2006, e também do Banco de Teses do Portal da CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), defendidas a partir de 1987; artigos científicos da Scielo - Biblioteca científica eletrônica; normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); guias e cartilhas encontrados por meio do buscador Google; leis, portarias e decretos disponíveis no site do Palácio do Planalto.

Para a divisão desses textos por assunto, ou área temática, foram lidos seus títulos e resumos. Assim, obteve-se a seguinte divisão:

Educação	139
Inclusão	90
Tecnologias de apoio	76
Mercado de trabalho	59
Esporte	29
Comunicação e inclusão digitais	25
Lazer e turismo	21

Quadro 1. Textos de especialidade que formam o *corpus* de pesquisa.

A maioria dos textos encontrados é sobre a inclusão na educação. Tratam da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, da permanência deles tanto no ensino fundamental e médio quanto no superior, além de temas como o papel da escola, do professor etc. Em seguida, vêm os textos sobre inclusão de modo geral, que abordam as políticas públicas, as ações afirmativas, o papel da família na inclusão e outros assuntos mais gerais.

Entre os textos sobre tecnologias de apoio, estão aqueles sobre as tecnologias que auxiliam na vida diária da pessoa com deficiência, os avanços das tecnologias assistivas, as formas de acessibilidade física, etc.

Em mercado de trabalho, encontram-se textos sobre a responsabilidade da empresa, a lei de cotas, a saúde da pessoa com deficiência no trabalho e o panorama da inclusão no mercado de trabalho. Em seguida estão os textos sobre a inclusão no esporte, que falam de mobilidade, da inclusão por meio do esporte, da saúde e dos atletas paralímpicos.

Em comunicação e inclusão digitais estão os poucos trabalhos que relacionam a inclusão e a terminologia, bem como aqueles sobre os tipos de comunicação alternativa, a Libras, o Braille, as adaptações feitas nos computadores, as legendas e outras formas de inclusão comunicacional e digital. Por fim, estão os textos sobre lazer e turismo, que trazem formas de inclusão pela arte, acessibilidade em museus e outros centros de lazer, adaptações de lugares turísticos e pessoal para receberem pessoas com deficiência.

O levantamento inicial, antes da apresentação do *corpus*, mostra os trabalhos que envolvem a inclusão das pessoas com deficiência e a linguagem. Em sua maioria, a preocupação é mais com a utilização de termos pejorativos, com carga social negativa, e com a necessidade de se entender o processo de mudança dos conceitos. Apresentam pequenos glossários ou listas do que deve ou não ser usado. Já o *corpus* é formado por textos de diversas áreas do conhecimento, como educação, saúde, tecnologia, trabalho, acessibilidade física, digital que, juntos, vão formar a área da inclusão.

Não há, portanto, um estudo como o realizado nessa pesquisa, que concebe a inclusão das pessoas com deficiência como uma área específica do conhecimento, tendo, assim, uma linguagem especializada que a caracteriza, uma terminologia própria, importante para a compreensão de todos os conceitos vigentes da área.

A elaboração do dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência, a partir de sua estrutura conceptual, poderá auxiliar na mudança do pensar apenas no que seja “politicamente correto”, partindo para o entendimento da inclusão como uma área importante para o desenvolvimento do País, que gera avanços sociais, econômicos, tecnológicos, e que possui uma terminologia própria, em desenvolvimento, mas já bem caracterizada e sistematizada. Além disso, será um complemento a todos esses trabalhos apresentados, bem como aos que estão por vir.

5 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta tese é defender, sob o ponto de vista epistemológico, a existência de uma área denominada inclusão de pessoas com deficiência a partir inclusive da elaboração um dicionário terminológico, com princípios teórico-metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), que seja útil tanto aos profissionais que atuam na área quanto a qualquer consulente a quem possa interessar.

Para atingir esse objetivo, os específicos se constituem em:

- investigar o uso especializado da língua na área da inclusão das pessoas com deficiência: a partir do histórico da inclusão das pessoas com deficiência, mostrar como a área se configura atualmente e, então, selecionar as unidades terminológicas em contextos reais de uso;
- apresentar os fundamentos teóricos da Terminologia: desde as diferentes perspectivas até suas aplicações;
- seguir os procedimentos metodológicos da TCT para a elaboração de um dicionário monolíngue: constituição de *corpora* a partir de textos escritos; elaboração de uma

estrutura conceptual; elaboração das fichas terminológicas com campo específico para as variantes terminológicas;

- apresentação do dicionário terminológico: definir macro e microestrutura do dicionário, bem como o sistema de remissivas.

6 A TERMINOLOGIA

O final do século XX é marcado pelo início do que se entende por Era da Informação ou Era Digital. A renovação das ideias, das formas e das técnicas de produção promoveram uma evolução do que foi visto, inicialmente, na Era da Agricultura, depois na Revolução Industrial, e o novo modo de produzir trouxe também transformações geográficas, culturais e, sobretudo, para este trabalho, linguísticas.

Nesse novo cenário, têm papel central a informação e o conhecimento, os quais estão ligados à aceleração da globalização, haja vista que a internet, especialmente, possibilitou a integração mundial de novas culturas, saberes e linguagens. Dessa forma, as linguagens tiveram de se adaptar às novidades trazidas pela rapidez no fluxo de informação e pelo desenvolvimento científico e tecnológico, cujos resultados são responsáveis pelo surgimento de diversos conceitos. Tais resultados são transmitidos em forma de textos que carregam novos conhecimentos sob diferentes características, sejam elas sintáticas, semânticas, pragmáticas, estilísticas, discursivas e lexicais, cujas marcas denotam a especialidade linguística de cada texto, pois, já que os novos saberes são compostos por novos conceitos, eles são documentados e determinados por uma terminologia específica de cada área do conhecimento humano (BARROS, 2004).

Isso quer dizer que as técnicas e instrumentos de trabalho, os conceitos que surgem do desenvolvimento científico e tecnológico possuem termos próprios para os designar, e são fundamentais para a comunicação entre profissionais, especialistas de cada área e também entre leigos que se interessam ou precisam tratar de determinado tema. O conjunto desses termos específicos é denominado terminologia, e o estudo das terminologias existentes consiste na ciência da Terminologia (KRIEGER; FINATTO, 2004), isto é, há mais de uma aceção. Conforme Cabré (2001), há três aceções para o termo *terminologia*. Uma delas refere-se à disciplina teórica que estuda as unidades terminológicas, por meio das quais o conhecimento especializado sobre um determinado domínio do saber é transmitido. A segunda está relacionada à elaboração de produtos terminológicos, que podem ser glossários e dicionários especializados, a fim de harmonizar o vocabulário técnico ou léxico especializado de um domínio. Por último, a autora aponta a aceção de *terminologia* como o conjunto de unidades terminológicas de uma área específica do saber. O uso da letra maiúscula é feito para evitar a confusão entre as aceções: a primeira, terminologia, representa o conjunto de termos de uma área de especialidade; a segunda, Terminologia, representa a ciência que estuda as

linguagens de especialidade.

A língua, como fator social e histórico, reconfigura-se, pois, como apontado por Saussure (2006), os fatores externos à língua, pertencentes à história de uma civilização ou raça, podem modificá-la internamente. Com a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, juntamente à celeridade com que as informações circulam, os estudos terminológicos tiveram uma ascensão, já que acompanharam as mudanças linguísticas ocorridas, principalmente, no século XX.

Apesar dessa recente ascensão, a existência de unidades léxicas específicas é observada há tempos. Segundo Rondeau (1984), as terminologias são encontradas em todas as manifestações linguísticas na história da humanidade, como na filosofia grega, na linguagem que os comerciantes cretenses utilizavam para negócios, na arte militar, entre outras manifestações. Barros (2004), Cabré (1993; 1998; 1999), Almeida (1998; 2003) trazem, em seus estudos, informações sobre o desenvolvimento da Terminologia, e apontam que o homem sempre teve a necessidade de nomear as coisas para se comunicar. A partir do momento em que entra em contato com outras civilizações e línguas, a necessidade de comunicação faz com que as palavras e seus conceitos sejam compartilhados, surgindo dicionários bilíngues. Os registros mostram que a troca de conhecimento entre áreas específicas do saber já evidenciavam a importância de se documentar os termos.

Sumérios e egípcios faziam registros de termos de seu cotidiano antes de Cristo. Também eram elaboradas listas de termos, com ênfase na área da Medicina. No início da Era Cristã, termos médicos utilizados por Hipócrates foram registrados em um glossário por um gramático e um médico e, além das listas, há registros de obras com tradução de termos de outro idioma, cuja consequência foi a criação de novos termos para aqueles conceitos que não tinham correspondência na língua de chegada, conhecidos como neônimos. Um exemplo desse tipo de obra é a tradução de *Política*, *Economia* e *Ética*, de Aristóteles, em 1370. Alguns conceitos gregos deram origem a novos termos no francês (aristocracia, legislação, monarquia, tirania, etc). Outro exemplo notável vem do século XVII, época em que a terminologia começa a ser percebida como

conjunto de termos de uma área técnica ou científica e como disciplina de natureza linguística que estuda esse conjunto. A maior contribuição da época para a consolidação dessa disciplina não veio, todavia, dos cientistas da linguagem, mas de naturalistas como o sueco

Karl Von Lineu (1707-1778), que propôs um sistema universal de nomenclatura binominal. Esse sistema dotou a botânica e a zoologia de regras precisas de criação de nomes científicos para designarem espécies da flora e da fauna do mundo todo, independente do idioma falado pelo cientista. (BARROS, 2004, p. 31)

Ainda no século XVII, e também no XVIII, Cabré (1999) salienta que é deste período o início da prática terminológica consciente, com os trabalhos de normalização das disciplinas científicas. Dois nomes que bem representam a prática desse tempo são Lavoisier e Linné, com descrições terminológicas nas áreas da Botânica e da Zoologia. A essa altura, o termo *terminologia* estava mais delineado, sendo empregado com sentido próximo daquele que compõe o atual objeto de estudo da Terminologia, correspondente ao conjunto de termos de uma área.

A tomada de consciência sobre as linguagens científicas gerou discussões sobre suas características e preocupações com problemas de comunicação, adentrando o século XIX. É neste século, também, que aparecem os termos *língua técnica* e *língua das ciências* (CONTENTE, 2008).

Cabré (1993) afirma que toda prática terminológica, desde seu nascimento, vincula-se à comunicação, mais precisamente à resolução dos problemas comunicativos, como exemplo, a variação. Ora, o objetivo de se desenvolver o produto terminológico de uma área é a harmonização/normalização da linguagem especializada, a fim de facilitar a comunicação entre os profissionais. Com a ampliação dos vocabulários técnico-científicos, aumentou também a variação dos termos e, conseqüentemente, a preocupação com a normalização universal das terminologias. Entre os séculos XIX e XX, as trocas de conhecimento científico se internacionalizaram, atenuando-se a necessidade de univocidade na comunicação científica (KRIEGER & FINATTO, 2004). A partir dessa preocupação, começaram a aparecer as Escolas Clássicas de Terminologia, que deram origem à Terminologia moderna. São elas:

1 - a **Escola de Viena**: fundada entre os anos 20 e 30 do século XX pelo engenheiro austríaco Eugen Wüster, com o propósito de normalizar as terminologias provenientes do desenvolvimento tecnológico da época. Essa escola trabalha com os termos e, conforme Contente (2008, p. 25), com “sua definição, as relações semânticas entre eles, as suas características, a sua formação, a normalização e a internacionalização dos conceitos e dos termos”. Seus desígnios impulsionaram a criação da Teoria Geral da

Terminologia (TGT), cujos princípios teóricos ainda norteiam trabalhos de normalização, inclusive nas comissões técnicas da ISO na Áustria, com repercussão mundial.

2 - a **Escola de Praga**: influenciada pela Escola Funcional de Praga, os estudos dessa escola consideram o aspecto funcional, dinâmico e social da língua, e os termos como pertencentes a um estilo profissional. Utilizavam processos metodológicos da linguística para analisar texto especializados e termos. A Linguística Funcional auxiliou na busca pelas normas universais das terminologias, também com o intuito de padronização. Teve como principais representantes L. Drozd e Rostilav Kocourek.

3 - a **Escola de Moscou**: os engenheiros Lotte e Caplygin, preocupados com a padronização, teoria e metodologia, desenvolveram estudos terminológicos na ex-União Soviética nos anos de 1930. Por essa razão, muito os consideram os pioneiros em ver a Terminologia enquanto disciplina científica, ao invés de Wüster. Nas palavras de Barros (2004, p. 49), “Lotte sempre se preocupou com os aspectos teóricos e metodológicos da Terminologia, ao passo que Wüster só veio a desenvolver sua Teoria Geral da Terminologia nos anos de 1970”.

França e Canadá também possuem forte tradição nos estudos terminológicos do final do século XX. No primeiro, destacam-se Alain Rey, François Gaudin, Louis Guilbert, Pierre Lerat. No outro país, Louis-Jean Rousseau, Guy Rondeau, Pierre Auger e Jean Claude Boulanger, cujos princípios da socioterminologia são até hoje fundamentais, como será visto adiante.

Aranda (2010), com base em Cabré (1999), traz um quadro que bem aponta os períodos de desenvolvimento da Terminologia:

Período	Denominação	Características
1930/1960	Origens	Representantes: Lotte e Wüster. Primeiras teorizações;criações de metodologias.
1960/1975	Estruturação	Incorporação da microinformática e desenvolvimento detécnicas de documentação. Organização de bancos dedados internacionais.
1975/1985	Eclosão	Propagação dos projetos de planificação linguística.
1985/atual	Ampliação	Inovações tecnológicas; consolidação do mercado da linguagem; projetos de intercâmbio e redes internacionaisde terminologias estabilizadas.

Quadro 2. Desenvolvimento da Terminologia (ARANDA, 2010, p. 76).

Apesar da discussão sobre o pioneirismo na fundação da Terminologia moderna, é fato que as contribuições de todas as escolas ainda ancoram pesquisas atuais e, a partir

de suas reflexões teóricas, novas teorias são desenvolvidas e aperfeiçoadas, mostrando a importância dos estudos terminológicos para o desenvolvimento da comunicação e da própria ciência.

Não se pode negar, porém, a evidência que teve Eugen Wüster nos estudos dos vocabulários técnico-científicos, difundidos por meio de sua Teoria Geral da Terminologia, e as reflexões posteriores que delinearão a Teoria Comunicativa da Terminologia, proposta por Cabré. O histórico entre esses dois eixos é importante para que se perceba a evolução da Terminologia enquanto ciência.

6.1 DA TEORIA GERAL DA TERMINOLOGIA (TGT) À TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT)

O engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), no intuito de normalizar os conceitos e as denominações de sua área, publicou sua tese de doutoramento, em 1931, com o título *A normalização internacional da terminologia técnica*, pela Universidade de Stuttgart - Alemanha. O objetivo do engenheiro, nesse trabalho, era a metodologia e normalização da linguagem técnica, sem fins teóricos, a princípio, e buscando a univocidade da linguagem da área, ou seja, cada termo tinha de designar apenas um conceito, bem como cada conceito devia ser representado por apenas um termo. A precisão conceitual norteou as diretrizes metodológicas para a apresentação dos termos, isto é, a preocupação maior era com a prática no tratamento dos dados terminológicos para a comunicação eficaz do conhecimento especializado.

Em 1968, Wüster publicou o dicionário *The Machine Tool*, ou *Dicionário multilíngue da máquina-ferramenta: conceitos fundamentais*, com propósitos de desfazer ambiguidades na comunicação técnico-científica. Posteriormente, segundo Barros (2004), começou a lecionar na Universidade de Viena, onde passou a ensinar os princípios da Teoria Geral da Terminologia (TGT), e fez inúmeras contribuições com trabalhos de normalização terminológica, inclusive na Organização Internacional de Normalização (ISO).

Todos os trabalhos desenvolvidos por Wüster tinham como objetivo propor as bases que indicassem a melhor e mais correta forma linguística para expressar os conceitos de uma ciência. Com isso, os termos seriam ligados aos conceitos arbitrariamente, definidos e fixados por um consenso institucional (FINATTO, 2001).

Sobre a TGT,

Esta primeira perspectiva da pesquisa terminológica foi fundada em princípios que poderiam corresponder a uma disciplina autônoma, e definida como um campo próprio de relação entre as ciências das coisas e outras disciplinas como a linguística, a lógica, a ontologia e a informática, cuja vocação está associada à missão de controlar e harmonizar os usos terminológicos em âmbito global. Consequentemente, assume um caráter metodológico, de natureza prescritiva e normalizadora, em detrimento da apreensão quanto aos modos de funcionamento do léxico especializado. (SILVA, 2003, p. 100)

Apesar dessa teoria estabelecer uma relação com a linguística, há uma diferença na forma como o termo é concebido. Para Wüster, deve-se eliminar as sinonímias, as homonímias e a polissemia, de modo que os termos e seus conceitos sejam determinados independentemente do contexto, fora do discurso (monorreferencialidade). Assim, se alguma área do saber possui um conceito sem uma denominação, esta pode ser criada com base na metodologia terminológica determinada: a definição de um conceito pode surgir antes mesmo da relação dele com um termo. A comunicação em ambiente especializado não pode ser flexível, e deve pautar-se em uma linguagem ideal, sem ambiguidades.

O conceito do termo não pode, então, sofrer variações (sejam elas sintáticas, conceituais, culturais, etc.), o que o diferencia da palavra, pois esta pode variar conforme o contexto, o período histórico, social, ideológico. Nenhuma dessas influências pode alterar o conceito de um termo, segundo a TGT, pois sua natureza é denominativa, sendo irrelevante alguns daqueles aspectos. Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 33), "o termo wüsteriano serve como rótulo, etiqueta denominativa que o distancia da palavra do léxico geral". Além disso, o percurso seguido pela TGT é o onomasiológico, que parte do conceito para a denominação, isto é, a unidade lexical surge após a identificação da noção ou conceito.

Os princípios normativos da TGT foram fundamentais para o reconhecimento de uma unidade lexical enquanto unidade terminológica ou, como será visto posteriormente, Unidade de Conhecimento Especializado (UCE), bem como para a precisão na comunicação especializada. Contribuíram fortemente com a consolidação da Terminologia enquanto ciência. Entretanto, com o crescente aumento da produção terminológica e do interesse em linguagens de especialidade por linguistas, a TGT passou a receber críticas com relação a sua proposta do fazer terminológico, considerado, então, reducionista. Houve, a partir dos anos 1990, uma evolução na maneira de compreender as necessidades de comunicação no meio especializado. De

acordo com Cabré (1999), a inflexibilidade no tratamento do termo e de suas características pode limitar essa comunicação, pois ao contrário do que defendeu a TGT, um campo do conhecimento não pode ser realmente estruturado fora de seu contexto, da mesma forma que o saber técnico e científico não é universal, uniforme e igual em qualquer situação. A autora afirma que a teoria é insuficiente sob o ponto de vista da linguística, uma vez que não explica todos os fenômenos linguísticos de uma terminologia, e porque o conhecimento científico não pode ser visto como homogêneo. Sua tentativa de universalidade a torna uma teoria lógica e, portanto, idealista, com conceitos julgados autônomos, criados por consenso.

Novas concepções sobre o funcionamento do termo começaram a surgir no fim do século XX, indo além da prescrição proposta pela TGT e abordando o caráter descritivo do léxico especializado. A linguagem de especialidade passou a ser investigada não como algo artificial, mas a partir do uso real da língua, influenciada por questões sociais, culturais, econômicas e propriamente linguísticas.

Um dos autores que refletiram sobre o novo direcionamento ao fazer terminológico foi Gaudin, que criticou os pressupostos normalizadores da TGT e propôs o reconhecimento da variação e do contexto das terminologias, isto é, uma **socioterminologia**. Conforme Krieger e Finatto,

Gaudin postula a variação como o eixo central para o desenvolvimento da socioterminologia, bem como alerta para a necessidade de efetivar o diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento afetas à problemática terminológica. Acredita que, com esses fundamentos, a Terminologia avançará teórica e aplicadamente, tornando operatório seu aparato teórico-metodológico. (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 35)

Apoiado na Sociolinguística, Gaudin considera que a prática terminológica não pode se dissociar do contexto social, cultural e político, nem tampouco do campo de atuação no qual a linguagem de especialidade se desenvolve, bem como os textos que dela se originam e o público ao qual se dirige.

Segundo Faulstich (1995), o termo *socioterminologia* aparece em um artigo escrito por Jean-Claude Boulanger, no Québec, pela primeira vez, em 1981. Mas são as discussões de François Gaudin, alguns anos depois, que trazem os estudos terminológicos de ênfase social com mais propriedade e pertinência. Faulstich (1995)

concebe a socioterminologia como prática do trabalho terminológico e também como o estudo do termo, em forma de uma disciplina descritiva, no contexto social.

Além da Socioterminologia, surge a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), postulada por Temmerman (2000), por meio da qual a autora também traz inovações frente à TGT. As diferenças entre as teorias podem ser observadas no quadro elaborado por Silva (2008), a saber:

Princípios da Terminologia tradicional	Observações da TST a respeito da Terminologia
Primeiro princípio: A terminologia parte do conceito sem considerar a língua.	A língua tem relevante papel na concepção e na comunicação das categorias.
Segundo princípio: os conceitos são bem definidos e possuem um lugar em um sistema de conceito estruturado lógica ou ontologicamente.	Muitas categorias não podem ser classificadas por meios lógicos ou ontológicos.
Terceiro princípio: um conceito é definido de forma ideal.	Uma definição intencional muitas vezes não é nem possível nem desejável.
Quarto princípio: um conceito é designado por um termo e um termo designa somente um conceito.	A polissemia, a sinonímia e os sentidos figurados ocorrem na língua de especialidade e cumprem um papel funcional.
Quinto princípio: a relação conceito/termo é permanente.	As categorias se desenvolvem, os termos mudam de significado.

Quadro 3. Diferenças entre teorias terminológicas.

Entre os pesquisadores que redimensionaram a teoria da Terminologia, está Maria Teresa Cabré, do Instituto de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha. Seus estudos, anteriores ao de Temmerman, também apontam para o caráter variacional da Terminologia, e consideram as dimensões textual e discursiva do termo. Assim, oposta aos preceitos da TGT, sobretudo a sua ótica prescritiva, normativa e artificialidade da linguagem, surge a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

Duas vertentes são observadas, então, nos estudos da Terminologia: uma mais formal e prescritiva, ancorada na TGT; outra com aspectos funcionalistas, representada pela Socioterminologia e pela TCT, sendo a última a base teórica dessa pesquisa ora apresentada.

6.2 TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT)

Em suas obras, nos anos 1990, Cabré (1996; 1998; 1999) formulou e aperfeiçoou sua teoria, cujos pilares (de I a V, a seguir) são expostos por Almeida (2003, p. 216-217), por meio dos quais é possível visualizar os preceitos da TCT:

I. Os objetos terminológicos (conhecimento especializado, textos especializados e unidades terminológicas) devem ser estudados sob três perspectivas: a perspectiva **social**, a perspectiva **cognitiva** e a perspectiva **linguística**. A primeira refere-se às características que deve ter um trabalho terminológico para ser eficiente aos fins a que se propõe e adequado às necessidades comunicativas dos profissionais e dos usuários em geral. A segunda – perspectiva cognitiva – diz respeito ao conhecimento do domínio especializado que será objeto do trabalho, posto que sem conhecer as especificidades da área-objeto não é possível identificar a sua terminologia e, menos ainda, estruturá-la. E, finalmente, a perspectiva linguística refere-se ao uso de um modelo que abranja a competência e a atuação. Dessa forma, a Terminologia, vista como uma disciplina linguística, deve dar conta da descrição dos códigos, da descrição dos atos comunicativos especializados reais, da explicação do funcionamento da terminologia dentro da linguagem natural e da elaboração de aplicações terminológicas diversas que satisfaçam necessidades comunicativas igualmente diversas. (CABRÉ *et al.*, 1998, p. 37 *et seq.*; CABRÉ, 1999, p. 133-134)

Este trecho apresenta o princípio comunicativo da Terminologia e a comunicação pode ser feita tanto entre especialistas quanto por meio de traduções, interpretações ou linguagens documentárias (comunicação direta e indireta, respectivamente). Com relação à perspectiva cognitiva, que trata da necessidade de se conhecer a área especializada, retoma também a condição de comunicação especializada, ou seja, uma terminologia não surge naturalmente de uma realidade, ela é marcada por um tema a partir de situações profissionais, cujos significados são consensualmente estabelecidos. Além disso, os textos provenientes de uma comunicação especializada podem ter alta ou baixa densidade terminológica, marcando seu grau de especialização (SALES, 2007). Isso será retomado adiante, no quarto pilar.

Outro fator apontado no trecho acima é o da Terminologia vista como disciplina linguística. Se ela deve explicar o funcionamento das terminologias dentro da linguagem natural, é devido a sua própria condição de linguagem natural; têm de estar de acordo com a gramática a que pertencem. As unidades lexicais tornam-se termos

conforme a situação de comunicação, por isso a linguagem de especialidade está inserida na linguagem natural.

As três perspectivas abarcam também os termos. Cabré (1999) ressalta que são unidades poliédricas: integram aspectos linguísticos, cognitivos e sociais e são vistos sob diferentes perspectivas, conforme o especialista. Considera, portanto, a migração do termo de uma especialidade para outra, e aceita a entrada de um termo da língua geral para a língua de especialidade. Diferente da TGT, o termo e seu conteúdo aparecem simultaneamente e são condizentes com o contexto de uso. A autora salienta que “os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com um valor singularmente específico”⁵ (CABRÉ, 1999, p. 133, tradução nossa), como se pode observar a seguir:

II. Os termos não são unidades de um sistema artificial e auto-suficiente como as nomenclaturas técnico-científicas; eles pertencem ao sistema lingüístico. As regras gerais que regem o funcionamento do léxico são as mesmas que regulamentam os termos; assim, determinadas diferenças entre termos e palavras se anulam. (CABRÉ *et al.*, 1998, p. 38)

Em outras palavras: não existe, pois, um conjunto de termos isolados constituindo uma língua marginal à língua geral; o que há são signos da língua natural que se realizam ora como palavras, ora como termos. (CABRÉ, 1999, p. 133)

O próximo pilar trata do princípio da variação, uma das grandes inovações na construção da teoria de Cabré. Silva (2003) afirma que

a TCT vem abrindo caminhos consistentes para o fazer terminográfico, a partir dessa inovação no pensar terminológico, assumindo necessariamente a diversificação discursiva em função da temática, do tipo de emissor, dos destinatários, do nível de especialização, do grau de formalidade, do tipo de situação, da finalidade, do tipo de discurso, entre outros. (SILVA, 2003, p. 107)

Logo, não só diferenças dialetais e funcionais são consideradas (aspectos sociais, históricos, geográficos, de instrução, de nível de especialidade do discurso, etc.), mas também variações linguísticas do tipo sinonímia e polissemia – diferentes formas para um mesmo conceito e diferentes conceitos para formas iguais. Em uma comunicação

⁵ Los términos no pertenecen a um ámbito sino que son usados em un ámbito com um valor singularmente específico (CABRÉ, 1999, p. 133).

especializada não pode haver equívocos que vão prejudicar a compreensão de determinado tema. Assim, para a Terminologia, há relação de sinonímia entre termos, bem como relação de homonímia para as polissemias. Se há mais de um conceito para uma unidade lexical, então são dois termos em relação de homonímia.

III. A variação é entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem. Nesse sentido, a variação deve ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia, e não eliminada nem reduzida a fim de favorecer uma comunicação especializada precisa e unívoca, sem ambiguidades. (CABRÉ *et al.*, 1998, p. 38)

Como postula Finatto (1996), as

melhores perspectivas para uma comunicação especializada de melhor qualidade, em qualquer área do conhecimento, constroem-se também a partir do reconhecimento da naturalidade e inerência da variação terminológica como um tipo de variação linguística. (FINATTO, 1996, p. 67)

IV. A especialização (ou não) de um conceito deve ser estabelecida por critérios temáticos ou pragmáticos. Os conceitos não têm um modo e funcionamento distinto dos significados da língua geral, que, aliás, também podem apresentar graus e especialização. (CABRÉ *et al.*, 1998, p. 38)

V. Os conceitos sofrem influência dos fatores socioculturais e linguísticos de uma comunidade, como também são influenciados pelos canais comunicativos por onde eles circulam e se difundem. (CABRÉ *et al.*, 1998, p. 38)

A escolha desses trechos das obras de Cabré, representando os pilares da TCT, se faz pertinente pois fundamentam a teoria e apontam para um estudo mais amplo e completo dos objetos terminológicos, diferente das características de idealismo, reducionismo, universalismo e estatismo da TGT.

Entre os fundamentos da TCT está o da interdisciplinaridade. Ao considerar o termo textual e discursivamente, a TCT apoia-se em teorias linguísticas e também nas ciências cognitivas e sociais. Além disso, aponta para uma transdisciplinaridade da Terminologia – que faz uso de diversas disciplinas, pois a comunicação e representação eficientes de uma área do saber se dão por meio de sua terminologia (SALES, 2007). Quando um profissional entra em contato com sua área do conhecimento, tornando-se um especialista, ele integra em seu léxico os termos, os quais não são unidades isoladas e advêm de diversos campos do saber. A Terminologia não é, portanto, uma disciplina

autônoma, ao que parece. Este suposto se aplica nos termos e nos conceitos. Ambos podem surgir em uma área específica do saber. No entanto, isso não impede que migrem para outras áreas, mantendo suas características ou acrescentando outras que lhes são pertinentes no novo campo.

Os principais fundamentos da Teoria Comunicativa da Terminologia podem ser então destacados:

- interdisciplinaridade: é uma ciência interdisciplinar constituída pela teoria do conhecimento, da comunicação e da linguagem. Além disso, os termos que compõem cada terminologia fazem parte de diferentes campos do saber;

- termo: objeto de estudo da Terminologia. É uma unidade lexical da língua que, ao ser utilizado em contexto específico, possui forma e conteúdo específico e torna-se termo integrante de uma dada terminologia;

- variação: quando forma ou conteúdo de um termo se equivalem a outro, estão em relação de sinonímia ou de polissemia;

- estrutura conceptual: cada linguagem de especialidade tem sua terminologia. O conjunto dos conceitos componentes se relacionam de diversas maneiras, formando a estrutura conceptual da especialidade;

- finalidade: a Terminologia tem como fim descrever as unidades lexicais que se constituem em termos, formal, semântica e funcionalmente (objetivo teórico), bem como apresentar a terminologia das áreas do saber por meio da recopilação de seus termos (objetivo prático).

A seguir, será feita uma abordagem mais específica sobre o termo, unidade básica de estudo da Terminologia, visto sob a denominação de Unidade de Conhecimento Especializado (UCE), por ser um conceito mais amplo, que transcende o linguístico; sobre variação; e sobre língua de especialidade, principais aspectos da TGT que foram reanalisados.

6.3 UNIDADE DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO (UCE)

Como o objetivo desta pesquisa é estabelecer epistemologicamente uma determinada área do conhecimento e elaborar um dicionário terminológico, é imprescindível que sejam apresentadas as características do termo, elemento central dos estudos terminológicos e dos produtos terminográficos.

As unidades lexicais ou não lexicais (como símbolos e fórmulas) da língua geral, quando inseridas em uma comunicação especializada, passam a ser vistas como

unidades terminológicas que tanto fazem parte da produção do saber quanto são componentes linguísticos (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 75). Não se constituem, portanto, de um sistema léxico diferente do da linguagem natural, mas possuem significado especializado em determinados contextos. Trata-se de uma espécie de processo de terminologização. Com as inovações advindas da Teoria Comunicativa da Terminologia, surge o conceito de Unidade de Conhecimento Especializado (doravante UCE), modo escolhido para tratar de tais unidades nesta pesquisa. Tal escolha pode ser justificada com base no estudo feito por Krieger (2001), no qual a autora apresenta um panorama sobre os modos como o termo é concebido, a seguir apresentado.

Cada designação dada a esse objeto da Terminologia está atrelada aos diferentes pontos de vista sobre sua natureza. Como visto anteriormente, Wüster tratava os termos como rótulos de conceitos, cuja forma e conteúdo eram indissociáveis, ou seja, o objeto era estudado *in vitro*, descontextualizado e sem considerar aspectos pragmáticos e funcionais; na TCT, esse modelo deu lugar ao estudo *in vivo* das UCEs, sua ocorrência real em textos especializados orais e escritos, nos *habitat* naturais das comunicações especializadas (CABRÉ, 1999). Foi no âmbito da TGT que surgiu a designação “termo técnico-científico” que, para Krieger (*Idem*, p. 116), pode prejudicar a compreensão da natureza de uma unidade lexical especializada. Se é um termo, já se pressupõe que faz parte de um léxico especializado, sendo, portanto, técnico-científico. Além disso,

A proposição de compreender as terminologias como unidades lexicais técnicas, correspondendo ao sentido de unidades especializadas, está intimamente relacionada à constatação de que se constituem terminologias não apenas nas áreas científicas, o que justificaria o emprego de científico, mas também em outros campos que produzem conhecimentos específicos e, nessa medida, técnicos, como os das artes, da indústria, da tecnologia, entre tantas outras realidades. Deste modo, o termo técnico pode ser compreendido como uma expressão que recobre o uso de um vocabulário de natureza científica, mas não o contrário. (KRIEGER, 2001, p. 117)

Para Wüster, ainda, o termo é a designação de um conceito, diferente da visão de Alain Rey (*apud* KRIEGER, 2001), para o qual uma unidade lexical se torna um termo conforme sua dimensão conceitual especializada e desde que seja diferente de outros termos dentro de uma terminologia.

Outra noção de termo trazida pela autora é a de Daniel Gouadec, para quem “um termo é uma unidade linguística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos do universo percebido ou concebido. Ele,

raramente, confunde-se com a palavra ortográfica” (*apud Idem*, 2001, p. 121), ou seja, o termo também expressa conceitos, abstrações e processos. Rondeau (*apud Idem*, 2001, p. 121) trata do termo a partir da relação de univocidade entre a forma e o conceito, como na TGT.

A partir dessas diferentes noções apresentadas, Krieger (2001) afirma que há uma relação condizente entre elas: a de que é a dimensão conceptual da unidade léxica que lhe confere o estatuto terminológico, pois é o conteúdo que vai integrar a unidade – ou não – a uma área específica do conhecimento. Isso mostra que o termo é uma Unidade de Conhecimento Especializado.

Conforme Cabré (1993, p. 171), os termos podem ser vistos sob três pontos: o formal, o semântico e o funcional. No primeiro, possuem estrutura interna constituída por morfemas, formando conjuntos fonológicos. Semanticamente, referem-se a uma realidade com significados que podem se descrever como um conjunto de traços distintivos. Sob o ponto de vista funcional, as UCEs são unidades de distribuição que requerem um ambiente linguístico específico, e se relacionam entre si no discurso especializado. Encontram-se, então, no núcleo do campo do conhecimento da Terminologia como um poliedro, com três pontos de vista: o linguístico, relativo ao termo; o cognitivo, relativo ao conceito; o comunicativo, relativo à situação discursiva. Diferenciam-se do léxico comum se forem considerados os critérios pragmáticos e comunicativos e, segundo Cabré (1999), conforme o usuário, a situação de uso, o tema e o tipo de discurso.

As UCEs podem ser formadas por unidades léxicas nominais, que são as Unidades Terminológicas, prototipicamente; também por unidades verbais, adjetivas e adverbiais e, conforme Bevilacqua (1999), por unidades poliléxicas, nas quais se enquadram as Unidades Fraseológicas Especializadas e as Unidades Discursivas. Seguindo as definições da autora (1999, p. 54):

- **Unidades Terminológicas (UTs):** prototipicamente nominais, de caráter denominativo e valor referencial. Ao serem usadas em contextos específicos, passam de unidades léxicas a termo. Fazem parte da estruturação conceptual da área especializada e podem ser monoléxicas ou poliléxicas: *deficiente, pessoa com deficiência; comunicação alternativa.*

Para Sager, citado por Contente (2008, p. 36), a natureza da UT é constituída por três aspectos que a diferencia da unidade lexical: a significação, o modo de designação e a função. A significação da UT depende do sistema cognitivo ao qual ela pertence, do

seu domínio. Quanto à designação, pelo processo de terminologização, a UT deixa de ser uma unidade lexical e pode ser criada deliberadamente e especificamente. Sobre função, as UTs transmitem conhecimentos.

Para o reconhecimento e descrição das Unidades Terminológicas, Cabré (1999) aponta princípios teórico-metodológicos que as caracterizam, a saber: a) não são unidades autônomas e podem exercer diferentes funções – referencial, conativa, etc. – no discurso, possuindo núcleos predicativos ou argumentos de predicado; b) são, potencialmente, termos ou não termos, ou seja, não são nem termos nem unidades lexicais, a princípio; c) a UT adquire esse estatuto dentro de um determinado contexto de especialidade, com características morfossintáticas, semânticas e pragmáticas; d) são unidades do léxico geral que, a partir das condições pragmáticas adequadas a uma comunicação específica, são ativadas; e) possuem forma constante e conteúdo singular ao tipo de comunicação (conforme o domínio, o tema, a abordagem, o veículo, o destinatário); f) o conteúdo é simultâneo à forma. Caso haja outras denominações para a mesma forma, consta em uma nova unidade linguística de conteúdo especializado semanticamente relacionado. As UTs podem se apresentar de modo não linguístico, pertencendo a sistemas simbólicos de conteúdo especializado; g) seu conteúdo depende de cada situação de uso sendo, portanto, relativo; h) cada UT possui um valor dentro da estrutura conceptual que pertence; i) não pertencem a uma área do saber, especificamente.

- **Unidades Fraseológicas Especializadas (UFE):** unidades poliléxicas formadas por ao menos uma UT (simples ou sintagmática); possuem grau de fixação interna e frequência elevada dentro da especialidade; normalmente seu núcleo tem valor eventivo (de base verbal ou derivada de verbo – nominalização ou participio): *inclusão da pessoa com deficiência*.

- **Unidades de Discurso (UD):** sua estrutura sintática pode ser a mesma de uma UFE e incluir uma UT; possuem, no entanto, grau nulo de fixação e pouca frequência: *mouse controlado pelo movimento da cabeça*.

Considerando as configurações morfossintáticas prototípicas, de modo formal, Krieger (2001) sistematiza as principais características de uma UCE, a qual pode se apresentar como:

Nome
Sintagmas Terminológicos
Configurações sígnicas:

- sigla
- acrônimo
- abreviaturas
- fórmulas

Nome e sintagmas correspondem às formas apresentadas acima (UT, UFE e UD). Quanto às configurações sígnicas, tem-se como exemplos de siglas e acrônimos retirados do *corpus* desta pesquisa: de sigla – DA (deficiente auditivo); de acrônimo – Libras (Língua Brasileira de Sinais). Também são encontradas unidades não lexicais na área da inclusão social das pessoas com deficiência. Será feita, portanto, uma apresentação de como as unidades não lexicais, especificamente as simbólicas, se configuram dentro da área em questão, tendo em vista sua importância no âmbito da inclusão.

6.4 DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA

Conforme a teoria da Terminologia passou a ser reavaliada sob a perspectiva linguística, considerando teoria e prática, seus objetos também passaram a alvos de novas pesquisas e discussões, entre eles, as UCEs, anteriormente explanadas e, junto delas, um dos elementos constituintes dos produtos terminográficos: a Definição Terminológica (doravante DT). Este assunto tem sido abordado em pesquisas de cunho terminológico, nos últimos anos, a partir de diferentes enfoques, gerando o que alguns pesquisadores apontam como a problemática da DT:

Qualquer discussão sobre o estatuto da **DT**, em seus diversos tipos e propósitos, insere-se, nos dias de hoje, (...) num cenário mais amplo do que aquele restrito apenas ao dicionário ou texto especializado, alcançando a dimensão da discussão da própria Terminologia, de seus objetos e métodos de investigação. Desse modo, ainda que não se reconheça explicitamente, a definição de um termo, em sua natureza, feitos e funções, perfaz um verdadeiro objeto epistemológico, pois desempenha um papel muito importante no engendramento das teorias de Terminologia. (FINATTO, 2001, p.85)

A fim de trazer contribuições teórico-metodológicas, Finatto (2001) desenvolve, em sua tese de doutoramento, uma pesquisa de grande referência nos estudos brasileiros sobre a DT, com o objetivo não só de melhor configurá-la, mas também de indicar “um caminho alternativo e mais abrangente para a descrição e explicação da constituição da DT” (FINATTO, 2001, p. 45). Os resultados da autora, especialmente os procedimentos

metodológicos, junto dos propostos por Silva (2003), serão fundamentais para a composição das definições das UCEs do dicionário que será apresentado na segunda parte desta pesquisa. Não cabe a este estudo, portanto, discutir questões epistemológicas que subjazem à DT, mas apresentar qual caminho foi seguido para sua elaboração.

Finatto (2001, p. 21) considera, primeiramente, que a definição é “um todo de significação”, pois é um texto que se refere a um determinado tópico. Sua estrutura textual é ampla, dinâmica e multifacetada, e particulariza de forma peculiar o significado de um termo (ou UCE), representando diversas possibilidades de um conceito de tecnologia ou ciência. Dessa forma, o sistema de conceitos, crenças e valores da área do conhecimento é apresentado, podendo caracterizá-la “enquanto prática societária, historicamente constituída, permeada por diferentes interesses e relações de poder” (FINATTO, 2001, p. 35).

Silva (2003, p. 225) afirma que o usuário de um dicionário, ao se deparar com uma UCE e sua definição, tem uma imagem mental dos conceitos nela definidos, desde que a DT permita isso. Para tanto, é preciso seguir procedimentos metodológicos adequados a uma boa definição:

em uma primeira etapa, faz-se o levantamento da mesma UCE em várias publicações ou número de informantes; em seguida, compatibilizam-se os conceitos encontrados e chega-se ao conceito-parâmetro que será depois submetido aos chamados juízes, especialistas da área em questão; finalmente, chega-se ao conceito final que, submetido às teorias e procedimentos terminográficos, constituirá a definição. (SILVA, 2003, p. 225-226).

Ao seguir esses passos, o indivíduo que desenvolve um dicionário – o terminógrafo – deve considerar que

A definição em terminografia serve para delimitar com precisão um conceito de uma área ou subárea de especialidade e é fundamental para a determinação dos traços semânticos pertinentes. É considerada pertinente aquela informação que serve para diferenciar conceitualmente as UCEs de uma mesma área ou subárea de especialidade. Não é considerada pertinente aquela informação meramente explicativa ou descritiva da realidade designada pela UCE em um trabalho terminográfico. Caso essa informação tenha que constar, ela deverá ser escrita em uma nota e não na definição do verbete. (SILVA, 2003, p. 226)

Finatto (2001, p. 153) também sugere etapas para a descrição de um bom texto definitório. Primeiramente, é preciso identificar as condições sócio-históricas do

entorno de significação da linguagem na qual se encontra a UCE a ser definida, o que possibilitará recuperar informações básicas sobre a ciência a ser estudada, fundamentais no direcionamento da descrição do enunciado. Essa observação indireta da UCE apontará elementos que podem interferir no enunciado da definição⁶. Em seguida, é feita uma observação direta da UCE, que mostrará dois blocos que moldam o enunciado: a Significação Nuclear da UCE, onde o sujeito coletivo está representado; a Significação Circundante, que representa o sujeito individual.

O reconhecimento sócio-histórico da linguagem científica possibilita, então, avaliar componentes fundamentais para o texto definitório, como elementos e recursos de significação indispensáveis para o enunciador, a recorrência ou não de um tipologia de termo que integra um conjunto de tópicos definitórios e do ambiente de significação (*Idem, ibidem*, p. 154).

De maneira mais sucinta, Lorente (2001, p. 104) aponta que a DT é uma redação simples capaz de situar um significado inserido em uma categoria mais abrangente, além de refletir características básicas para sua apreensão e, a partir do conhecimento adquirido pela experiência, torna possível relacionar o significado a algum referente ou a outros significados da língua. A autora afirma que, independentemente da forma de apresentação da DT (se é feita por compreensão, por paráfrases, por sinonímias ou por metalinguagem), quem a compõe deve preocupar-se, inicialmente, com a sua adequação aos objetivos do dicionário e às necessidades de seus usuários⁷. Ter em mente, portanto, quem fará uso do produto, é basilar para a sua construção. É preciso, no entanto, que a DT, ao mesmo tempo que inclui a UCE em uma mesma estrutura conceptual (poliedricidade dos conceitos), seja capaz de diferenciá-la das demais.

⁶ Para demonstrar a produtividade das relações mantidas entre o enunciado-texto e seu contexto de significação e entre o enunciado-texto e os sujeitos enunciantes, a pesquisadora se vale dos conceitos básicos da semântica enunciativa de Émile Benveniste, propondo-se a observar as condições de subjetividade contida nos textos definitórios.

⁷ Essa ideia remonta ao *princípio de adequação* estabelecido pela TCT: A ideia central da metodologia da TCT é a de adequação. Essa teoria propõe uma metodologia ampla que reflete os pressupostos gerais da metodologia de todo trabalho terminológico e os fundamentos obrigatórios da TCT. Esta metodologia serve de marco restritivo para a atividade prática. Com exceção dos princípios mínimos que lhe servem de marco, cada trabalho em concreto adota uma estratégia em função de sua temática, contexto, elementos implicados e recursos disponíveis. Nessa teoria, pois, em vez de se impor a metodologia, esta se adapta à circunstância sem contradizer os princípios: a adequação metodológica está acima da unificação extrema. Assim, um trabalho pode adotar uma perspectiva onomasiológica ou semasiológica; pode partir de textos ou de bancos de dados; pode processar automaticamente textos em suporte digitalizado e aplicar detectores automáticos que exigem um minucioso trabalho de supervisão; podem propor a normalização dos termos de uma matéria ou simplesmente recopilar usos efetivos que os especialistas implicados fazem deles. Em todos os casos se respeitarão os princípios mínimos, mas cada um adequará a metodologia às suas circunstâncias (CABRÉ, 1999, p. 137).

Para Krieger e Finatto (2004), a DT veicula conceitos de uma área do conhecimento, pois abarca significados de UCEs relativas a uma técnica ou ciência no âmbito da comunicação profissional. Expressam, por isso, o conhecimento especializado.

Outros passos importantes para a elaboração de uma DT adequada são indicados por Barros (2004), entre eles: a linguagem utilizada deve corresponder ao público-alvo desejado; evitar dados supérfluos, palavras com sentido vago, ambíguo ou figurado e forma negativa de definição; evitar iniciar o texto com cópulas como (o termo) quer dizer, trata-se de, é, significa, entre outras; a UCE a ser definida não deve estar contida no texto.

Todas as considerações aqui apresentadas serão pertinentes para a elaboração das definições, item fundamental do dicionário monolíngua, produto apresentado nesta pesquisa.

6.5 A IMPORTÂNCIA DA TERMINOLOGIA PARA A SOCIEDADE MODERNA – FINALIDADES E APLICAÇÕES

Tendo em vista o que é a Terminologia, bem como seus principais objetos de investigação, é importante ressaltar como os estudos terminológicos têm sido de grande relevância no desenvolvimento dos estudos linguísticos, especialmente no tratamento das linguagens de especialidade e, conseqüentemente, das unidades terminológicas.

De acordo com Silva *et al.* (2011), com a globalização, o País passa por uma ascensão internacional e, por isso, realiza intercâmbio cultural e linguístico, exporta tecnologia e conhecimento. Uma política terminológica, nesse contexto, tem papel fundamental na comunicação, pois o desenvolvimento científico e social de uma nação gera novos conceitos, novos termos. A cada nova descoberta a língua se renova, e a Terminologia vem para favorecer ao intercâmbio científico e linguístico, ganhando novas dimensões. Em outras palavras,

a ciência e a tecnologia tomam parte de nossa existência. Com essa interferência direta, a língua deve estar apta para nomear novos referentes e novos conceitos, a ponto de ser eficaz comunicativamente. As línguas especializadas, por sua vez, juntamente com o suporte prático e teórico da Terminologia, passam a ser importantes para legitimar a função real de uma língua como um veículo de comunicação também em situações especializadas. (SILVA, 2003, p. 110)

Auger (*apud* BARROS, 2004, p. 46-47) analisou pesquisas em Terminologia em diversos países e verificou que há três tendências mundiais para tais estudos:

- 1 – **Terminologia orientada para o sistema linguístico (corrente linguístico-terminológica):** enfoque na descrição e organização de conceitos e termos (**Terminologia descritiva**) e na normalização de termos (**Terminologia normativa**);
- 2 - **Terminologia orientada para a tradução (corrente traducionista):** elaboração de obras terminográficas de alto grau de precisão para o trabalho dos tradutores;
- 3 - **Terminologia orientada para o planejamento (corrente planejadora):** auxílio aos problemas de países bilíngues e ao resgate de línguas regionais, por exemplo.

Dias (2000, p. 91) diz que a terminologia utiliza-se “da própria engenharia linguística para organizar e facilitar seu processo de trabalho, armazenar a informação terminológica e construir um posto de trabalho terminográfico adequado aos avanços das tecnologias da informação e comunicação”. Quer dizer que essa ciência faz uso da própria linguagem para representar, de maneira organizada, o conhecimento técnico-científico, sob a forma de manuais e glossários. Ademais, afirma que a comunicação e o repasse de conhecimento entre especialistas seria ineficaz sem a organização propiciada pela terminologia.

Para Lorente (2001, p. 84), a aplicação terminológica está relacionada a método, técnica e produtos que objetivam resolver problemas de comunicação especializada, de modo que essa comunicação tenha maior alcance e eficácia.

Pérez (2009) aponta que apesar dos dicionários e vocabulários serem as aplicações por excelência da terminologia, há diversas outras, como: *corpus* textuais especializados, ontologias, tesouros, sistemas de tradução automática, memórias de tradução, extratores de terminologia, corretores ortográficos e de estilos para a redação técnica, além da contribuição no ensino de línguas para fins específicos, na divulgação científica, na padronização industrial de produtos e técnicas, na normalização linguística e na tradução automática ou assistida.

Barros (2004, p. 71-96) também salienta as principais aplicações dos conhecimentos terminológicos, sintetizadas no Quadro 4 abaixo:

Aplicação	Explicação
Tradução especializada	A tradução de textos técnicos, científicos e especializados implica no conhecimento das unidades terminológicas especializadas; estudos terminológicos bilíngues.
Ensino de línguas	Alunos de línguas estrangeiras precisam

	dominar amplo vocabulário, incluindo os de domínios especializados.
Ensino de disciplinas técnicas e científicas	O ensino de terminologias pode aumentar o rendimento de alunos de disciplinas específicas; levantamento de vocabulário técnico empregado em livros didáticos.
Ciências sociais	A descrição do sistema linguístico, bem como o universo lexical e terminológico, é fundamental para a caracterização e estudo de um povo.
Planejamento linguístico	O Estado pode intervir na política linguística de seu povo, a fim de: criar um Estado nacional, manter um Estado único multilíngue, afirmar um Estado nacional, resgatar línguas minoritárias, reformar ou simplificar uma língua; necessidade de normalização terminológica.
Normalização terminológica	Fins de comunicação eficaz entre especialistas; criação da Organização Internacional de Normalização (ISO).
Terminologia e documentação	Cooperação entre essas duas ciências para a indexação e a elaboração de <i>tesauros documentais</i> .
Indústria e mundo atual	A globalização e aquisição de novas tecnologias faz com que as terminologias se renovem; empresas e setores industriais precisam normalizar sua terminologia.
Jornalismo científico e técnico	O jornalista, ao se deparar com a variedade de textos técnicos, precisa transpor a linguagem específica para uma de maior acesso aos público leitor.

Quadro 4. Principais aplicações dos conhecimentos terminológicos.

As aplicações da Terminologia revelam-se imprescindíveis no mundo atual, onde o desenvolvimento industrial, científico, tecnológico e social traz à tona uma diversidade ampla de discursos e textos provenientes das mais diferentes áreas do saber.

No Brasil, os estudos terminológicos começaram a se fortalecer com a criação, em 1986, do Grupo de Lexicologia e Lexicografia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), passando a Grupo de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia dois anos depois. Outro marco importante para o país foi em 1990, quando sediou o II Simpósio Ibero-Americano de Terminologia.

Inicialmente, as pesquisas, mais voltadas à tradução, documentação e organização sistêmica de terminologias, eram de cunho normativo, em sua maioria, já que essa era a tendência não só dos estudos terminológicos no Brasil, mas também dos outros países estrangeiros, de modo a focar os problemas com os termos e com a

comunicação especializada. Hoje, por outro lado, as pesquisas em terminologias ibero-americanas mostram resultados não prescritivos e desenvolvimento de teorias próprias que fortalecem e colocam os estudos “latinos” em ascensão (BEVILACQUA & KRIEGER, 2005).

Essa terminologia descritiva tem contribuído sobremaneira com o desenvolvimento de repertórios terminológicos e, portanto, com a comunicação especializada, “ao mesmo tempo em que se preocupa em criar mecanismos que preservem e difundam a língua nacional” (SILVA, 2003, p. 114). Dessa forma, as aplicações da terminologia vistas acima reforçam os postulados teóricos, os quais embasam a prática, seja por meio dos procedimentos metodológicos, seja pela elaboração de produtos como glossários, dicionários, banco de dados, etc.

Como o produto desta pesquisa é o dicionário, é de grande importância evidenciar os passos que foram seguidos para sua construção, o que será feito a partir do próximo capítulo. Ainda mais porque ele se iniciou a partir de uma necessidade desta pesquisadora que apresenta o trabalho.

7. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, foi feita uma abordagem sobre as propriedades do dicionário terminológico para, em seguida, apontarmos os passos dados para a sua elaboração. Dessa forma, constitui-se em: i) o dicionário terminológico e suas especificidades; ii) constituição dos *corpora*; iii) estrutura conceptual; iv) seleção das unidades terminológicas; v) elaboração das fichas terminológicas.

7.1 DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO

Como já observado entre as diversas aplicações dos estudos terminológicos, elaborar dicionários especializados é a que tem maior evidência, por sua grande utilidade social em meio aos problemas de comunicação do mundo globalizado. Conforme Krieger e Finatto (2004, p. 124), embora não seja a única aplicação, a relevância se dá porque obras terminográficas são os “catalisadores de uma relação mais evidente entre a Terminologia teórica, seus usuários, a mediação da comunicação e a tradução científico-técnica”.

Vale ressaltar, antes de tratar de dicionários especializados, que uma das obras de grande referência sobre tipologia de obras lexicográficas é o livro *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*, de Haensch *et al.* (1982). Na opinião de Leongómez,

cualquiera obra lexicográfica, trabajada de acuerdo con los principios teóricos y prácticos esbozados y desarrollados metodológicamente en el libro habrá de culminar en un diccionario valioso, útil y ajustado a las exigencias de la vida moderna y en el cual subyacerá, como hilo conductor, un contenido altamente riguroso y científico.(LEONGÓMEZ, 1983, p. 160)⁸

No livro, os autores tratam de pressupostos teóricos sobre teorias linguísticas para chegarem a considerações sobre a prática de elaborar dicionários. Em um dos capítulos, Haensch (1982) trata da história da lexicografia, traz uma classificação das tipologias de obras lexicográficas que existiam até o momento e aponta que os termos *dicionário*, *vocabulário*, *glossário*, entre outros, tinham, na Antiguidade, significados

⁸ Qualquer obra lexicográfica, trabalhada de acordo com os princípios teóricos e práticos esboçados e desenvolvidos metodologicamente no livro haverá de culminar em um dicionário valioso, útil e ajustado às exigências da vida moderna e no qual subjazerá, como fio condutor, um conteúdo altamente rigoroso e científico (tradução nossa). (LEONGÓMEZ, 1983, p. 160)

diferentes. Para os gregos e romanos, *léxico* e *dicionário* (derivado de *dictio*) reúnem locuções e expressões; os *glossários* tratavam de interpretar textos de difícil compreensão, obscuros ou antigos; já os vocabulários continham poucos vocábulos e eram destinados a estudantes, principalmente.

A partir de 1539, ano em que o francês Robert Etienne publicou o *Dictionarium latino-gallicum* e o *Dictionnair français-latin*, a lexicografia europeia passou a usar os termos *vocabuarium*, *dictionarium* e *lexicon* a diferentes tipos de obras, gerando confusão quanto as suas denominações em diversos idiomas, pois cada autor ou editor escolhia a denominação arbitrariamente.

Barbosa (1996, p. 25) assinala que “persiste pluralidade de denominações de um mesmo conceito de obra lexicográfica e, inversamente, pluralidade de conceitos para uma mesma denominação”. A autora faz uma apresentação dos tipos de obras lexicográficas, importante contribuição para maior conhecimento das tipologias.

Domingues (*apud* BARBOSA, 1995) afirma que, embora sejam empregados para se referirem ao mesmo conteúdo, há diferenças entre léxico, vocabulário, dicionário e glossário. Uma delas é avaliar o nível linguístico do qual parte o *corpus* estudado. Se os dados partem da língua, tem-se dicionários e léxicos, diferente de dados originados da fala, os quais resultam em vocabulários e glossários. Também vale considerar se a análise do *corpus* foi ou não exaustiva e se houve critérios específicos de seleção das ocorrências. Por fim, a autora ainda coloca que os dois primeiros tipos são obras de codificação, enquanto vocabulários e glossários são de decodificação.

Em seu texto *Dicionário, vocabulário, glossário: concepções*, Barbosa (1996) faz um levantamento das diversas definições para esses tipos de obras, entre elas, as apontadas pela Norma ISO (International Standardization for Organization) 1087, por Grupos de Trabalho da Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia (CEETT), criado no âmbito do IBICT/ABNT, pelo texto *Terminologia-Glossário* (proposto para substituir a tradução norma ISO 1087), pelos linguistas Rachel Boutin-Quesnel, Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, Jean-Claude Boulanger e Enilde Faulstich. Tais citações corroboram com as denominações desses tipos de obras feitas por Haensch (1982).

Ao analisar o levantamento feito por Barbosa, Silva (2003) toma posição sobre as definições as quais pondera serem mais pertinentes, e que serão tomadas como base também nesta pesquisa. Desse modo, ficam assim definidos:

i. os chamados **dicionários de línguas** processam as unidades lexicais da língua geral; ii. os **dicionários terminológicos** processam unidades lexicais especializadas de uma determinada língua de especialidade, podendo ser denominados também por **vocabulários** (quando a coleta não se mostrar exaustiva de uma determinada área de especialidade), ou **glossário**, como sinônimo. (SILVA, 2003, p. 124)

Sobre glossário, essa investigação toma posição um pouco diferente da de Silva (2003); considera a definição adotada pelo grupo Termisul⁹, para o qual o glossário abrange quantidade menor de *corpus* de estudo que um dicionário, não exaustivo.

Após essa introdução sobre os tipos de obras lexicográficas, trataremos da *Terminografia*, pela qual se chegará ao tipo específico *dicionário terminológico*, raros ao produto desta investigação.

7.2 TERMINOGRAFIA

A prática terminológica de elaborar dicionários, vocabulários, glossários, banco de dados, entre outros, é chamada Terminografia, a qual ocupa-se do termo, sua análise, descrição e aplicação.

Para Cabré (1993), o terminógrafo atribui denominações aos conceitos, ou seja, vai do conceito ao termo, em um processo onomasiológico. Já o lexicógrafo, inversamente, parte da denominação (que corresponde à entrada no dicionário) para depois caracterizá-la e defini-la, da palavra ao conceito (processo semasiológico).

Conforme Krieger e Finatto (2004), Terminografia e Lexicografia relacionam-se por constituírem ciências do léxico, mas se diferem quanto ao objeto de estudo: a primeira disciplina estuda o termo, unidade do conhecimento especializado proveniente de campos do saber; a segunda estuda o léxico geral da língua, e “toda a abrangência da realidade cognitiva e referencial apreendida e construída pelo homem” (KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 43).

Acima das características específicas de cada disciplina, acredita-se, com Barbosa (1990), no processo de cooperação recíproca e interdisciplinaridade entre elas, pois, enquanto ciências, não possuem fronteiras e se superpõem, necessitando umas das outras.

Boulangier (2001) afirma que tanto a Terminografia quanto a Lexicografia atuam em função da *Dicionarística*, o que define como disciplina voltada à elaboração de

⁹ Grupo responsável pelo Projeto Terminológico Cone Sul, que tem como objetivo avançar na pesquisa teórica e aplicada da Terminologia.

dicionários, independente da tipologia. Com base nesse autor e em Krieger e Finatto (2004, p. 54), o Quadro 5 seguinte apresenta as convergências entre as disciplinas:

Convergência	Lexicografia e Terminografia
Objeto de estudo	De ordem lexical.
Vertentes	Prática e teórica.
Âmbito da pesquisa	Análise e descrição linguística do objeto, considerando o aspecto semântico, seja para a Lexicografia (signo linguístico = significado + significante), seja para a Terminografia (termo = denominação + noção).
Suporte formal	O produto da análise é o dicionário de língua geral ou o dicionário terminológico.
Conformidade ao real	Os dicionários devem ser atualizados conforme a evolução linguística.

Quadro 5. Convergência entre Lexicografia e Terminografia.

O Quadro 6 seguinte apresenta as principais divergências entre as disciplinas:

Lexicografia	Terminografia
Língua comum; palavra	Língua de especialidade; termo
Natureza linguístico-descritiva	Natureza cognitiva-normalizadora
Dicionário geral: máximo de informações sobre a palavra (grafia, pronúncia, categoria gramatical, sentido)	Dicionário terminológico: termos selecionados conforme a intenção do produto com designações específicas de uma área
Público heterogêneo	Público-alvo específico
Processo semasiológico	Processo onomasiológico
Admite polissemia = inclusão	Seleciona acepção mais pertinente à área = exclusão
Apresenta as unidades lexicais sincrônica e diacronicamente	Apresenta termos efetivamente usados pela área sincronicamente
Apresenta palavras lexicalizadas	Apresenta terminologizações e até

	neologismos especializados
Definições elaboradas a partir de outros textos	Definições elaboradas a partir de textos que contextualizam o termo
Apresenta diferentes níveis de uso da palavra	Apresenta modelo único para normalizar e facilitar a comunicação especializada

Quadro 6. Divergências entre Lexicografia e Terminografia.

Estudos como os da Socioterminologia mostram que o fazer terminográfico passou a aceitar variações do termo, a partir de seus estudos em contextos reais de funcionamento, como mostra o histórico sobre a Terminologia, isto é, compreende que os termos podem ter concepções distintas, conforme a área em que são utilizados, e trata essas diferenças de conceito como homonímia, de modo a não haver confusão na aceção de um conceito pelo consulente de determinada terminologia. Um dicionário terminológico deve, portanto, conter informações pertinentes a uma área específica do saber, articuladas por meio das definições das unidades lexicais de valor especializado. Isso remonta ao que dizem Bevilacqua e Finatto (2006, p. 50-51), que “o estatuto terminológico de uma unidade é dado por sua pertinência a um determinado tipo de texto. Isto é, nenhuma unidade lexical é *a priori* um termo, mas sim, torna-se um termo à medida que essa condição é ativada em um ambiente textual discursivo”.

Conceber a Terminografia como aplicação prática de teorias da Terminologia implica em considerar os procedimentos dessa aplicação, tão importantes para a elaboração de dicionários. Para Barbosa (2013), o dicionário terminológico é, entre outras obras lexicográficas,

um dos instrumentos imprescindíveis para o recorte dos “fatos” científicos, para a armazenagem e recuperação desses dados, para a comunicação mais intensa e eficiente entre especialistas, no interior de uma área científica, e entre áreas científicas. Além disso, assinala-se por importante instrumento da pesquisa e de sustentação do arcabouço teórico da própria ciência. Diante disso, compreende-se que os vocabulários técnico-científicos assumam, em sua natureza e processo de produção, atributos dos discursos científico e tecnológico, os princípios que os sustentam e, sobretudo, a sua ideologia necessária. Contudo, esses vocabulários não podem deixar de ser, simultaneamente, é claro, obras terminográficas, dotadas da natureza e processo de produção que as caracteriza, sustentando, por conseguinte, a ideologia necessária que lhes é específica, condição peculiar que os obriga a articular dialeticamente esses atributos, ideologia e processos. (BARBOSA, 2013, p. 9)

Vê-se, portanto, a relevância do processo de produção na caracterização de uma terminologia e, sobretudo, em garantir que ela realmente transmita os conhecimentos da ciência estudada, suas ideologias e comunicabilidade. O “universo de discurso”, ou conjunto de discursos provenientes de um domínio são passíveis de coerções, de influência do meio em que se manifesta ou é manifestado e de se configurar por uma norma discursiva. Por meio da terminografia, essas manifestações são metodologicamente recuperadas, analisadas, organizadas e compiladas, gerando um dicionário (BARBOSA, 1990).

Como a metodologia da pesquisa proposta nesta tese equivale-se à metodologia do trabalho terminológico, tratar-se-á, agora, dos passos para a produção do *Dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência*.

7.3 LINGUÍSTICA DE *CORPUS*

Um dos pressupostos para a elaboração de um produto terminológico, como o dicionário, conforme a Teoria Comunicativa da Terminologia, é que os termos devem ser analisados e compilados a partir de discursos especializados, ou seja, em seu ambiente natural de ocorrência. Isso significa que o trabalho é realizado a partir de um *corpora* por meio do qual, segundo Cabré (1999), os termos são verificados em seu efetivo comportamento linguístico, facilitando o trabalho e dando maior credibilidade aos resultados.

A coleta criteriosa e a exploração de *corpus*, ou dados linguísticos, a fim de se fazer uma pesquisa específica sobre uma língua ou variedade linguística a partir de dados empíricos são procedimentos dos quais se ocupa a Linguística de *corpus*, segundo Berber Sardinha (2004), grande expoente dessa área no Brasil.

Sardinha (2000) informa que o primeiro *corpus* linguístico eletrônico foi lançado no ano de 1964, nos Estados Unidos, conhecido como *Brown University Standard Corpus of Present-Day American English*. Antes dele já havia outros *corpora*, nenhum deles, porém, eletrônico. O *corpus* Brown tem sua relevância, portanto, por esse pioneirismo na utilização do computador na compilação de documentos para estudos linguísticos e, além disso, por ter surgido em uma época em que o gerativismo chomskyano mudava o paradigma na linguística:

Dentro desta visão de linguagem, que se instauraria a partir desta obra [*Syntactic Structures*] de Chomsky, os dados necessários para o lingüista estavam em sua mente e eram acessíveis por meio da introspecção. Não havia necessidade de coletar-se dados abundantes de terceiros. Estes serviriam apenas para o estudo do desempenho, quando todos sabiam que o que interessava era a investigação da competência lingüística. (SARDINHA, 2000, p. 324)

Vê-se, assim, o desafio que o lançamento do *corpus* Brown enfrentou para ter seu mérito reconhecido, pois com o pensamento racionalista e a ideia de um falante ideal, ao invés de real, nas teorias de Chomsky, analisar a língua em uso por meio de um *corpus* era algo desnecessário, senão perda de tempo. O Brown, no entanto, foi um marco no desenvolvimento das pesquisas com base em *corpus* eletrônico, hoje conhecida como Linguística de *Corpus*.

Conforme Almeida e Aluísio (2006, p. 157), as duas grandes diferenças de *corpus* para a Linguística de *Corpus* e para a Linguística está no fato de que, na primeira, ele deve ser fundamentalmente eletrônico e estar disponível para futuras pesquisas. Esse formato, entretanto, não é construído aleatoriamente, pelo simples uso da *web*. A *web* apenas auxilia na busca de documentos que podem compor um *corpus*, seguindo alguns procedimentos que vão garantir sua estruturação, que servirá a pesquisas lingüísticas específicas de modo eficiente. Tais características serão posteriormente apresentadas. Antes, vale apontar algumas concepções do que seja um *corpus*.

Um dos marcos das obras em Linguística de *corpus* foi Sinclair que, em 1966, escreveu *Beginning the study of lexis*, apontando algumas formas de se fazer pesquisa com *corpus*. Além disso, em 1987, lançou o dicionário COBUILD, o primeiro a ser produzido a partir de *corpus* computadorizado. Para Sinclair (1991, *apud* SARDINHA, 2000, p. 336), *corpus* é uma coletânea ou um corpo de textos compostos por uma linguagem natural, autêntica, selecionados para fins específicos de pesquisa lingüística. Isto é, embora a seleção dos textos seja feita artificialmente, com propósitos determinados, os textos não devem ser produzidos para tal fim, e sim naturalmente.

Para Sardinha (2000), a definição mais completa de *corpus* é a de Sanchez:

Um conjunto de dados lingüísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser

processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise. (SANCHEZ, 1995, *apud* SARDINHA, 2000, p. 338)

Para ele, essa definição aborda os principais requisitos para a composição de um *corpus* eletrônico, a saber: a) autenticidade dos textos, que não devem ser produzidos artificialmente; b) textos elaborados por falantes nativos, a não ser que o propósito da pesquisa seja referente à aquisição de nova linguagem, por exemplo; c) escolha criteriosa dos textos, para que o *corpus* caracterize aquilo que se deseja pesquisar; d) representatividade, a extensão do *corpus* deve dar conta de que os resultados sejam satisfatórios e confiáveis, considerando a probabilidade de que, quanto maior, mais próximos os resultados estarão das manifestações linguísticas reais.

Com base nesses requisitos e nos de outros autores (como BIBER *et al.*; KENNEDY, 1998; SINCLAIR, 2005; RENOUF, 1998), Almeida e Aluísio (2006, p. 158-159) apresentam os critérios para a criação de um *corpus* computadorizado, que foram seguidas na metodologia desta pesquisa. Entre eles, os quatro principais já citados anteriormente. São eles:

- 1) **Autenticidade:** o *corpus* deve ser constituído por textos autênticos, isto é, por textos escritos em linguagem natural, não artificial, e sem o propósito de servirem para pesquisas linguísticas. Ademais, os autores devem ser falantes nativos, a não ser que o objetivo da pesquisa seja investigar algum aspecto do aprendizado de outros idiomas, configurando o que Sardinha (2000b) chama de *corpora* de aprendizes.
- 2) **Representatividade:** embora todo *corpus* tenha como essência ser representativo, essa é uma questão complexa, já que definir seu tamanho ideal não é algo objetivo. Para tentar explicar melhor esse requisito, Sardinha (2000b, p. 5) cita novamente Halliday (1991; 1992): "a linguagem é um sistema probabilístico; logo, possui traços mais ou menos freqüentes. Quanto maior o tamanho de um *corpus*, mais fácil será verificar a freqüência de palavras, e maior será a probabilidade de encontrar as de rara freqüência, por exemplo." Dessa forma, uma solução para se ter um *corpus* representativo é organizar o maior número possível de textos, a fim de que se aproxime o mais possível da população do qual deriva sendo, portanto, mais representativo (SINCLAIR, 1991, *apud* SARDINHA, 2000b, p. 5). Nota-se, então, que a representatividade está ligada a outro requisito, o da extensão.

- 3) **Extensão:** a representatividade de um *corpus* depende, então, de sua extensão. Para definir qual o número de palavras ou quão extenso ele deve ser, Sardinha (2000, p. 343) sugere que sejam feitas as seguintes perguntas: um *corpus* deve ser representativo do quê? E para quem? A primeira pergunta refere-se à amostragem, próximo requisito a ser apresentado. A segunda refere-se ao fato de que o pesquisador, ao construir ou utilizar um *corpus*, torna-se responsável por sua representatividade, ou seja, é ele quem vai fazer as considerações sobre o número de palavras ser ou não suficiente para os fins de sua pesquisa, sem deixar de relevar o caráter probabilístico do sistema linguístico, isto é, quanto maior esse número, maior a abrangência da investigação.
- 4) **Amostragem:** o conjunto de textos que compõe um *corpus*, ou seja, sua amostragem, deve conter variações linguísticas que representem a população que a utiliza. Como a dimensão disso não pode ser medida de modo absoluto, Sardinha (2000, p. 343) aponta novamente o critério da extensão e probabilidade: “um *corpus* maior é em geral mais representativo do que um menor devido ao fato de conter mais instâncias de traços linguísticos raros” (*idem*, 2000, p. 343).
- 5) **Balanceamento:** a amostragem que vai compor o *corpus* deve conter diferentes tipos e gêneros textuais, em quantidades mais ou menos equilibrada, todos criteriosamente escolhidos. Essa variedade fortalecerá a representatividade.
- 6) **Diversidade:** ao citar Biber *et al.* (1998), Almeida e Aluisio (2006, p. 159) complementam o requisito do balanceamento informando que a diversidade de gêneros e tipos do *corpus* contribui para que ele melhor represente a língua estudada, pois a frequência de uma palavra, ou termo, pode mudar conforme o tipo de texto onde se encontra, e essa variação é de grande importância para as pesquisas que fazem uso da Linguística de *corpus*.

Seguindo esses requisitos, foi possível compilar um *corpus* próprio para a pesquisa desenvolvida nesta tese, mostrado a seguir.

7.4 ETAPAS DA COMPILAÇÃO DO *CORPUS*

Os autores Almeida e Aluisio (2006) ensinam que é importante seguir alguns passos principais para se compilar um *corpus*: 1) projeto do *corpus*; 2) compilação, manipulação, nomeação dos arquivos de textos e pedidos de permissão de uso.

7.4.1 Projeto do *corpus*

Inicialmente, foi realizada a seleção dos textos seguindo os requisitos anteriormente explanados. Sobre a autenticidade, todos os textos são originalmente em português, escritos por falantes nativos sem o propósito de servirem a esta pesquisa. No que diz respeito à representatividade, a inclusão das pessoas com deficiência é tema abordado por diversas áreas (por exemplo, Ciências Sociais, Educação, Psicologia, Arquitetura, Engenharia Civil), como será visto no tópico que trata da estrutura conceptual. Para obtermos um *corpus* representativo, foram selecionados textos provenientes de todas essas áreas. Mais especificamente, em números, foram selecionados 435, gerando um total de 27.757.607 *tokens*, considerado por Sardinha (2000) um *corpus* com extensão grande. Sobre os tópicos amostragem, balanceamento e diversidade, a amostragem selecionada abarcou não só distintas áreas do saber, mas também diferentes gêneros e tipologias: dissertações, teses, artigos acadêmicos, leis federais e outros documentos como portarias, decretos e declarações, guias, cartilhas, livros e normas (especificamente as da ABNT).

7.4.2 Compilação, preparação e nomeação dos arquivos de textos

A procura pelos textos que compõem este *corpus* foi realizada, essencialmente, pela internet. Primeiramente buscamos por dissertações e teses na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁰, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Na plataforma de busca, foram digitados os termos “inclusão”+“pessoa com deficiência”. O resultado aparece com o título das teses e dissertações, em forma de lista. A partir desses títulos, e da leitura de seus resumos, 240 dissertações e 56 teses foram selecionadas e baixadas para pastas de armazenamento em computador pessoal, as quais estavam previamente separadas e organizadas conforme o gênero textual (normas, artigos, teses, dissertações, leis, guias e cartilhas, documentos do governo). Os mesmos recursos da busca acima foram utilizados na plataforma do *Scientific Electronic Library Online* - SciELO¹¹, que funciona como uma biblioteca eletrônica na qual se encontram diversos periódicos científicos brasileiros, criteriosamente selecionados para comporem o *site*. Desse *site*, 68 artigos científicos compõem o *corpus*.

¹⁰ Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

¹¹ Disponível em: <www.scielo.br/>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

Leis federais, decretos, declarações e portarias, totalizando 33 itens, foram encontrados nos *sites* do Palácio do Planalto¹² e no portal do Ministério da Educação (MEC)¹³. As 21 normas da ABNT referentes à inclusão estavam disponíveis no *site* da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência¹⁴.

Os demais textos que complementam o *corpus* foram selecionados a partir das leituras feitas para aprofundar o conhecimento na área da inclusão das pessoas com deficiência. Livro, artigos e *sites* da internet citavam textos importantes e recorrentes sobre as diversas discussões e estudos da área. Entre eles, 17 guias e cartilhas municipais e estaduais sobre os direitos da inclusão, o Relatório Mundial sobre a Deficiência, o documento da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, e a própria Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Os arquivos que não estavam no formato “pdf” foram transformados e, em seguida, nomeados também conforme o gênero: como exemplo, o primeiro arquivo entre os artigos foi nomeado “1 art”, ou o décimo primeiro entre as dissertações, “11 dis”.

7.4.3 Processando o *corpus* - Indexação das Unidades de Conhecimento Especializado (UCEs)

Após todos os arquivos estarem em formato “pdf” e organizados em pastas por subárea, passaram pelo processo de transformação para “txt”. Para isso, utilizamos o *software* “Some PDF to TxT Converter”¹⁵, ferramenta gratuita. A conversão por esse *software*, no entanto, pode ser comprometida por arquivos com extensão .pdf bloqueados. Nesse caso, o recurso utilizado foi o zamzar.com¹⁶, por meio do qual é possível carregar os arquivos em .pdf, escolher a extensão final desejada e dar início à conversão. Os novos arquivos .txt são enviados para email informado antes de iniciar o processo.

Estando o *corpus* delimitado e organizado, iniciamos o processo de indexação das UCEs por meio, inicialmente, de leitura técnica, buscando sintagmas nominais com características de unidades terminológicas, monoléxicas ou poliléxicas, como possíveis fraseologias. Vale aqui ressaltar que nosso envolvimento com a área da inclusão das

¹² Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

¹³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

¹⁴ Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

¹⁵ Disponível em: <www.somepdf.com>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

¹⁶ Disponível em: <www.zamzar.com>. Acesso em: 25 ago. 2013 *et seq.*

peças com deficiência existe desde antes do início do doutoramento, por fazermos parte do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Nuape) da universidade em que trabalhamos como Técnica em Assuntos Educacionais. Isso facilitou sobremaneira o reconhecimento dos candidatos a UCEs por meio da leitura técnica. Além disso, outros candidatos foram identificados ao analisarmos o *corpus* no *software* Unitex, versão GramLab IDE 3.1 utilizando da ferramenta *token list by frequency*, a qual provê uma lista das palavras mais frequentes no *corpus*. O Unitex é um *software* aberto, criado na França, disponível para qualquer pessoa baixar em seu computador¹⁷, por meio do qual é possível processar textos em línguas naturais.

Para facilitar a busca da referência e página dos contextos selecionados para comporem cada verbete, utilizamos o *software* DocFetcher¹⁸, um aplicativo aberto para buscas entre os arquivos do computador pessoal. Nele, foram carregados todos os textos em formato PDF e, por meio da opção de busca, encontramos os contextos desejados, suas referências e qual a página do excerto.

Cada possível UCE encontrada foi digitalizada em planilhas previamente separadas conforme a estrutura conceptual da área. Em caso de variações, eram digitadas na mesma linha da UCE referente, conforme demonstra a imagem extraída da planilha de candidatas a UCEs da Inclusão no Esporte:

¹⁷<http://www-igm.univ-mlv.fr/~unitex/index.php?page=3>

¹⁸<http://docfetcher.sourceforge.net/en/index.html>

9	atividade esportiva inclusiva	
10	atleta de alto rendimento	
11	atleta paraolímpico	
12	atleta surdo	
13	auto-atualização	
14	basquetebol sobre rodas	
15	bola com guizos	
16	cadeira de roda desportiva	
17	classificação funcional esportiva	
18	comite paraolimpico brasileiro CPB	
19	desempenho do atleta	
20	educação física adaptada (EFA)	
21	educação motora adaptada	
22	esporte adaptado	desporto adaptado / esporte para deficiente físico
23	esporte adaptado de alto nível	esporte adaptado de alto rendimento
24	esporte paraolimpico	
25	esportes em cadeira de rodas	
26	funcionalidade nas habilidades	
27	futebol de cegos	
28	futebol de cinco	
29	futebol de sete	

Figura 1. Exemplo de planilha de candidatos a termo.

As formas nominais simples (*reabilitação, deficiência, discriminação, etc.*), indicadas nas fichas terminológicas como S (substantivo), ocorrem em menor escala que as formas nominais complexas, ou sintagmas nominais (SNs). As formas mais encontradas são:

- **Nome + Adjetivo:** *perspectiva inclusivista, acessibilidade metodológica, mobilidade reduzida, segregação escolar.*

- **Nome + Sintagma Preposicionado:** *ausência de membros, direito à inclusão, futebol de sete, pessoa com deficiência.*

Se for feita uma lista das formas mais recorrentes, as nominais simples estariam após as duas expostas, seguidas das formas um pouco mais complexas, como:

- **Nome + Sintagma Preposicionado + Adjetivo:** *modelo de sociedade excludente, acessibilidade na educação superior, aplicabilidade dos recursos pedagógicos, redução da capacidade funcional.*

- **Nome + Adjetivo + Sintagma Preposicionado:** *direito constitucional à acessibilidade, rede regular de ensino, oficina protegida de produção, modelo caritativo de deficiência.*

- **Nome + Sintagma Preposicionado + Sintagma Preposicionado:** *direito da pessoa com deficiência, acesso ao mercado de trabalho, esportes em cadeira de rodas.*

- **Nome + Adjetivo + Adjetivo:** *limitação funcional motora, material pedagógico especial, oficina protegida terapêutica, atividade esportiva inclusiva.*

- **Adjetivo:** *acessível, adequado, adaptado, adaptável.*

- **Nome + Adjetivo + Sintagma Preposicionado + Sintagma Preposicionado:** *proteção legal às pessoas com deficiência, associação brasileira de desportos para deficientes.*

Outras formas menos observadas têm a seguinte configuração: S+SP+Conjunção+S+Adj; Adj+S+Adj; Adj+S; N+N+N.

7.4.4 *Corpus* espanhol

A realização do doutorado sanduíche na Universidade de Vigo, em Vigo - Espanha, por meio do Projeto de Pesquisa “Valores culturais e didáticos na metáfora de especialidade: as múltiplas imagens da crise econômica mundial na imprensa escrita”, elaborado conforme Edital nº 040/2014-Renovação, lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no âmbito do Brasil e, na Espanha, pela Direção Geral de Universidades (DGPU), vinculada ao Ministério da Educação, Cultura e Desportos (MECD), com vistas ao Programa de Cooperação Internacional CAPES-DGPU, no acordo de cooperação mútuo entre a universidade citada, na pessoa da Profa. Dra. Iolanda Galanes Santos, e a Universidade de São Paulo (USP), na pessoa da Profa. Dra. Ieda Maria Alves, a qual coordena o projeto no Brasil, além da Universidade Estadual Paulista (Unesp – Araraquara) e a Universidade Estadual de Maringá, possibilitou-nos a inclusão dos equivalentes em espanhol em nosso dicionário. Para isso, utilizamos o *Corpus del Español del Siglo XXI*, chamado CORPES XXI¹⁹, da Real Academia Española. Esse *corpus* contém 225 milhões de formas em espanhol provenientes de textos de diversos gêneros textuais, 90% de língua escrita e 10% de língua oral. Além disso, 70% dos textos são provenientes da Espanha, enquanto os outros 30% são dos países da América Latina cujo idioma é o Espanhol. O CORPES XXI possui uma plataforma de acesso online, facilitando as buscas dos termos.

Como esse *corpus* não é de especialidade, montamos um para ser processado no *Unitex*, a partir dos mesmos processos utilizados para montar o *corpus* de especialidade

¹⁹

Disponível

em:

<<http://web.frl.es/CORPES/view/inicioExterno.view;jsessionid=38DD6E5796F7C5F02CCDBDA7EF197997>>. Acesso em: 20 ago. 2016 *et seq.*

em português demonstrados anteriormente. Este *corpus* contém vinte textos de língua espanhola sobre temas da inclusão das pessoas com deficiência. Além disso, os candidatos a termos em espanhol também foram buscados na plataforma do Google, a fim de verificar se são usados com recorrência na forma encontrada. Outra ferramenta de auxílio na seleção dos equivalentes em espanhol foi o dicionário online *Word Reference*²⁰.

Como as fichas terminológicas foram elaboradas antes da inclusão dos equivalentes em espanhol, eles foram inseridos diretamente no dicionário abaixo dos demais dados da ficha.

7.5 ELABORAÇÃO DAS FICHAS TERMINOLÓGICAS

Um dos passos na construção de um dicionário terminológico é a elaboração e organização das UCEs em fichas terminológicas. Segundo Cabré (1993), tais fichas são

materiais estruturados que devem conter toda a informação relevante sobre cada termo. As informações que apresentam são extraídas das fichas de coleta ou da documentação de referência, e se representam seguindo alguns critérios previamente estabelecidos. (CABRÉ, 1993, p. 281)

Não há um modelo ideal de ficha a ser seguido. No entanto, ele deve estar de acordo com os objetivos de cada pesquisa, considerando o tipo de dicionário e seu público-alvo desejado. Em sua quase totalidade, as fichas apresentam dados, em diferentes campos, como classe gramatical, contexto e texto definatório. Mas também podem conter variações, equivalente em outro idioma, dados enciclopédicos, etc.

A ficha aqui proposta baseou-se em Silva (2003, p. 251-254), que seguiu modelo proposto por Alves (1998), com algumas adaptações julgadas necessárias:

Campo 1. CÓDIGO: número de identificação da UCE para melhor controle, colocado pela pesquisadora seguindo a ordem alfabética das UCEs por subárea.

Campo2. UCE: apresentada sob a forma mais recorrente (plural ou singular, masculina ou feminina, verbo no infinitivo).

²⁰ Disponível em: <<http://www.wordreference.com/es/>>. Acesso em: 20 ago. 2016 *et seq.*

Campo 2.1. SIGLA: forma abreviada da UCE, quando há.

Campo 2.2. VARIANTE: outra forma de ocorrência da UCE, com menor frequência, cujas discrepâncias podem ser ortográficas e/ou morfossintáticas.

Campo 3. REFERÊNCIAS GRAMATICAIS: indicações morfológicas da UCE.

Campo 4. CONTEXTO: transcrição do contexto, de caráter preferencialmente definatório, contendo a UCE (colocada entre <>) no âmbito de seu funcionamento conceitual e morfossintático. Pode haver mais de um contexto para apresentar possíveis variações.

Campo 5. REFERÊNCIAS DO CONTEXTO: indicações do autor e da fonte (ano de publicação e página), que remetem ao *corpus* da pesquisa. Nesse campo também foi inserida a referência de qual subárea a UCE faz parte, considerando a divisão em suportes estabelecida na estrutura conceptual da área da inclusão: GE – UCEs gerais;

I- Suporte social; I.1- Inclusão no esporte; I.2- Turismo e lazer; I.3- Ensino regular; I.3.1- Ensino fundamental e médio; I.3.2- Ensino superior;

II- Suporte econômico; II.1- Mercado de trabalho;

III- Suporte físico; III.1- Acessibilidade aos espaços físicos; III.1.1- Equipamentos urbanos e edificações; III.2- Acessibilidade aos transportes; III.2.1- Transporte público; III.2.2- Transporte autônomo em veículos automotores;

IV- Suporte instrumental; IV.1- Acessibilidade comunicacional termos gerais; IV.1.1- Acessibilidade digital; IV.1.2- Comunicação alternativa; IV.1.3- Caixas eletrônicas; IV.1.4- Televisão; IV.2- Tecnologias de apoio.

Exemplo: I-I.2, o termo pertence ao suporte social, subárea turismo e lazer.

Campo 6. DEFINIÇÃO: indicações dos traços necessários à identificação do conceito, ou seja, um elemento genérico e suas características específicas que individualizam a UCE definida. É redigida de forma intencionalmente curta e com o objetivo de ser compreendida por leitores não especializados, observando-se a mesma estrutura sintática na redação das UCEs relacionadas.

Campo 7. ÁREA: refere-se à inclusão social das pessoas com deficiência.

Campo 8. SUBÁREA: refere-se às subdivisões em subáreas propostas na estrutura conceptual do dicionário.

Campo 9. OBSERVAÇÕES LINGUÍSTICAS: indicações de particularidades gramaticais e linguísticas da UCE, com a utilização da seguinte acrosemia: s (substantivo), adj (adjetivo), ar (artigo), v (verbo), p (preposição), cp (contração prepositiva), c (conjunção), n (numeral), pref (prefixo), suf (sufixo), pr (pronome) e adv (advérbio) e de um código dado para efeito de referência em relação a sua formação, além de outras informações pertinentes à exata compreensão da UCE em questão.

Campo 10. OBSERVAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: indicações de particularidades da UCE não incluídas na definição, do ponto de vista histórico, funcional, social, político, etc.

Campo 11. DADOS FRASEOLÓGICOS: eventuais UCEs que se juntam a uma outra não sintagmática.

Campo 12. UCEs RELACIONADAS: denominadas de unitermos, são aquelas que estejam citadas na ficha terminológica da UCE, até um número máximo de três, tanto na definição quanto nas observações enciclopédicas, assim como aquelas que pertençam a uma

classificação, sempre em ordem alfabética, e que façam parte do repertório.

Campo 13. SINÔNIMOS: indicações dos diferentes significantes da UCE, que possuem o mesmo significado, utilizados em contextos e fichas terminológicas próprios, com a mesma definição;

Campo 14. AUTOR DA FICHA: nome da pesquisadora que preencheu a ficha.

Campo 15. REVISOR: nome do pesquisador que revisou a ficha após a colaboração do especialista da área.

Campo 16. DATA DO REGISTRO: data em que a ficha foi preenchida pela primeira vez, sem mencionar as revisões e reelaborações.

Vale ressaltar que foram acrescentados, ao final de cada verbete, seu equivalente em língua espanhola.

Exemplos de ficha terminológica preenchida:

Código 1508

UCE atividade esportiva inclusiva

Variante(s)

Sigla ou forma abreviada

Referências gramaticais sf

Contexto(s) Entende-se por <atividade esportiva inclusiva> toda e qualquer que, levando em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicie a sua efetiva participação nas diversas atividades esportivas recreativas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Referências do contexto AZEVEDO, P. H; BARROS, J. D. F., 2004, p. 79.

Definição Toda atividade esportiva que leva em consideração as potencialidades e limitações de seus participantes.

Área Inclusão

SubáreaEsporte**Observações lingüísticas** s+adj+adj**Observações enciclopédicas****Dados fraseológicos****Termos relacionados****Sinônimos****Autor da ficha** Priscilla**Revisor** Manoel**Data** 06/07/2015**Código** 1516**UCE** colocação competitiva**Variante(s)****Sigla ou forma abreviada****Referências gramaticais** sf**Contexto(s)** I - <colocação competitiva>: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais.**Referências do contexto** 159 dis p. 25**Definição** Modalidade de inserção laboral em que a pessoa com deficiência concorre igualmente aos demais trabalhadores.**Área** inclusão**Subárea** mercado de trabalho**Observações lingüísticas** s+adj**Observações enciclopédicas** O Decreto n. 3298/99, que trata da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e no trabalho, estabelece três modalidades de colocação no mercado de trabalho: colocação competitiva, colocação seletiva e colocação por conta própria.**Dados fraseológicos****Termos relacionados** modalidade de inserção laboral**Sinônimos****Equivalente****Autor da ficha** Priscilla

Revisor Manoel

Data 23/07/2015

Código 1531

UCE oficina protegida de produção

Variante(s)

Sigla ou forma abreviada

Referências gramaticais sf

Contexto(s) A <oficina protegida de produção> tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescentes e adultos portadores de deficiência, provendo-os com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal.

Referências do contexto 138 dis p. 155

Definição Unidade dependente de entidade pública ou beneficente que tem objetivo de desenvolver programas de habilitação de jovens e adultos com deficiência para a autonomia por meio do trabalho remunerado.

Área

Subárea

Observações lingüísticas s+adj+sp

Observações enciclopédicas Oficina estabelecida pelo Decreto Federal n. 3.298, de 1999, artigo 35, § 4º.

Dados fraseológicos

Termos relacionados

Sinônimos

Equivalente

Autor da ficha Priscilla

Revisor Manoel

Data 27/07/2015

7.6 PROPOSTA DE ESTRUTURA CONCEPTUAL PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Todos os textos pertencentes à temática da inclusão caracterizam-se como textos especializados, pois são construídos a partir da gramática de língua geral sendo, portanto, linguisticamente complexos e sua ampla possibilidade de utilização lhes garante caráter pragmático também complexo. Além disso, as situações de comunicação nas quais são inseridos transmitem conhecimentos específicos de sua área do saber, de modo que os especialistas podem se comunicar entre si. Como já foi dito, as linguagens de especialidade são constituídas por um conjunto de UCEs que a configuram. O termo, designado neste trabalho como Unidade de Conhecimento Especializado (UCE), deixa de ser uma unidade do léxico comum quando o seu conteúdo específico o integra a uma área do saber, tornando-se objeto de estudo da Terminologia. Assim, ao se identificar as UCEs que compõem a terminologia de uma dada área, é importante, primeiro, observar sua extensão semântica, o seu significado para, em seguida, indicar o seu significante, a sua forma linguística, de modo que as UCEs se definem em relação ao seu universo terminológico de sua área. Essa abordagem é denominada onomasiológica, pela qual a Terminologia parte do conceito, geralmente, para então apontar a UCE correspondente (FINATTO, 1998).

Os significados das UCEs não devem ser considerados isoladamente, eles fazem parte de uma rede de conceitos de um domínio especializado. Para Cabré, citada por Almeida (1998), esses conceitos mantêm diversos tipos de relação, formando um mapa conceitual, e o conteúdo das unidades dependem da situação de uso.

Os conceitos não estão isolados, fazem parte de um campo especializado e relacionam-se com outros conceitos, formando uma rede ou estrutura conceptual. São estas estruturas conceptuais - representando um conjunto sistematizado dos conceitos - que descrevem um âmbito especializado. (ALMEIDA, 1998, p. 224)

Para se desenvolver uma estrutura conceptual, é preciso ter grande conhecimento da área que se deseja trabalhar, o qual pode ser obtido pela leitura dos textos especializados e pelo auxílio de especialistas. A área da inclusão das pessoas com deficiência, como será vista nesse capítulo, é formada por conceitos de outras áreas, como a da educação, do esporte, da comunicação, da arquitetura, etc. Dessa forma, três foram os especialistas que analisaram a proposta do dicionário: Helena Eliane de Castro Marini, intérprete de língua de sinais com certificação em PROLIBRAS/2008 - Exame

Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais, formada em Pedagogia e Ciências Contábeis, com especialização em Educação Especial; Nerli Nonato Ribeiro Mori, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, pós-doutora em Ciências Humanas e diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá; Eliana Patrícia Pereira, graduada em Educação Física e especialista em Educação Especial com ênfase em inclusão.

Como essa pesquisa visa ao desenvolvimento de um dicionário terminológico, desenvolver a estrutura conceptual da área da inclusão das pessoas com deficiência foi um processo imprescindível, pois é nessa estrutura que se enquadram as definições das UCEs, conforme o lugar que ocupam.

Segundo Almeida (2006), a importância desse processo consiste em:

- 1) possibilitar uma abordagem mais sistemática de um campo de especialidade; 2) circunscrever a pesquisa, já que todas as ramificações da área-objeto, com seus campos, foram previamente consideradas; 3) delimitar o conjunto terminológico; 4) determinar a pertinência dos termos, pois separando cada grupo de termos pertencente a um determinado campo, poder-se-á apontar quais termos são relevantes para o trabalho e quais não são; 5) prever os grupos de termos pertencentes ao domínio, como também os que fazem parte de matérias conexas; 6) definir as unidades terminológicas de maneira sistemática e, finalmente; 7) controlar a rede de remissivas. (ALMEIDA, 2006, p. 89)

Por meio dos campos e subcampos determinados na estrutura, as UCEs são coletadas no *corpus* e tornam possível visualizar o modo como a área se apresenta. Logo, é um recurso metodológico facilitador não só do trabalho terminológico, mas também do uso do dicionário pelo consulente.

Para Krieger e Finatto (2004, p. 134), que chamam essa estrutura de “árvore de domínio”, por seu resultado esquemático gerar um diagrama hierárquico composto por “termos chave de uma especialidade”, a estrutura conceptual deve ser um dos primeiros passos antes da elaboração do dicionário propriamente dito, pois uma de suas funções é propiciar uma aproximação inicial da área.

Outra função da estrutura conceptual é a representação de uma área. Puech (*apud* CREMONESE, 2007, p. 119) afirma que “o discurso de especialidade nunca ignora completamente a necessidade exotérica de se situar para se transmitir”. Uma forma de situar uma linguagem de especialidade e de representar sua área é, então, elaborar sua estrutura conceptual. Tal representação vem contribuir sobremaneira com a

visão epistemológica dessa área. No caso de o dicionário ser elaborado por mais de um pesquisador, a estrutura também auxilia para que todos convirjam para o mesmo objetivo e direção.

7.6.1 Como representar a área da inclusão das pessoas com deficiência?

Ao ser realizado o estudo epistemológico da área da inclusão das pessoas com deficiência por meio de leitura de diversos textos especializados, consultas em sites, leis e especialistas, além da experiência pessoal da pesquisadora, observamos que essa área se insere em um contexto interdisciplinar, partindo de uma grande área que é a da inclusão social. Vale ressaltar que o conceito de *inclusão social* surgiu como tentativa de colocar em prática as discussões sobre a *exclusão social*, tema multidimensional que trata das pessoas com deficiência, da pobreza, dos imigrantes, dos ex-prisioneiros, dos dependentes químicos, dos idosos, entre outros grupos que estão à margem da sociedade:



Figura 2. A inclusão social como grande área.

A Inclusão Social está em um primeiro nível, seguido das áreas correspondentes. Pessoa com deficiência está no segundo nível, a partir do qual aparecem suas subáreas.

A familiarização com a área mostrou que o paradigma de suporte apontado por Aranha (2001), ancorada pela divisão feita pelo especialista Romeu Sasaki (2006) - parecem ser o que melhor abrange a realidade atual da inclusão, estabelecendo-se as subáreas (Nível 3).

Assim, a primeira subárea seria a do **suporte social**, que compreende a inclusão da pessoa com deficiência no esporte, turismo e lazer e no ensino regular, que também se subdivide em ensino fundamental, médio e ensino superior. A outra subárea seria o **suporte econômico**, que enquadra a inclusão no mercado de trabalho.

Como **suporte físico**, encontram-se as UCEs relacionadas aos ambientes físicos, com a mesma concepção dada por Sasaki: “todas as coisas construídas que cercam o

ser humano: as edificações, os espaços urbanos, o mobiliário, os aparelhos assistivos, os utensílios e os meios de transporte (2006, p. 143). Para melhor divisão, essa estrutura coloca os utensílios, chamados tecnologia de apoio, e os produtos de acessibilidade comunicacional na subárea do **suporte instrumental**.

A primeira representação da área ficou, então, configurada assim:

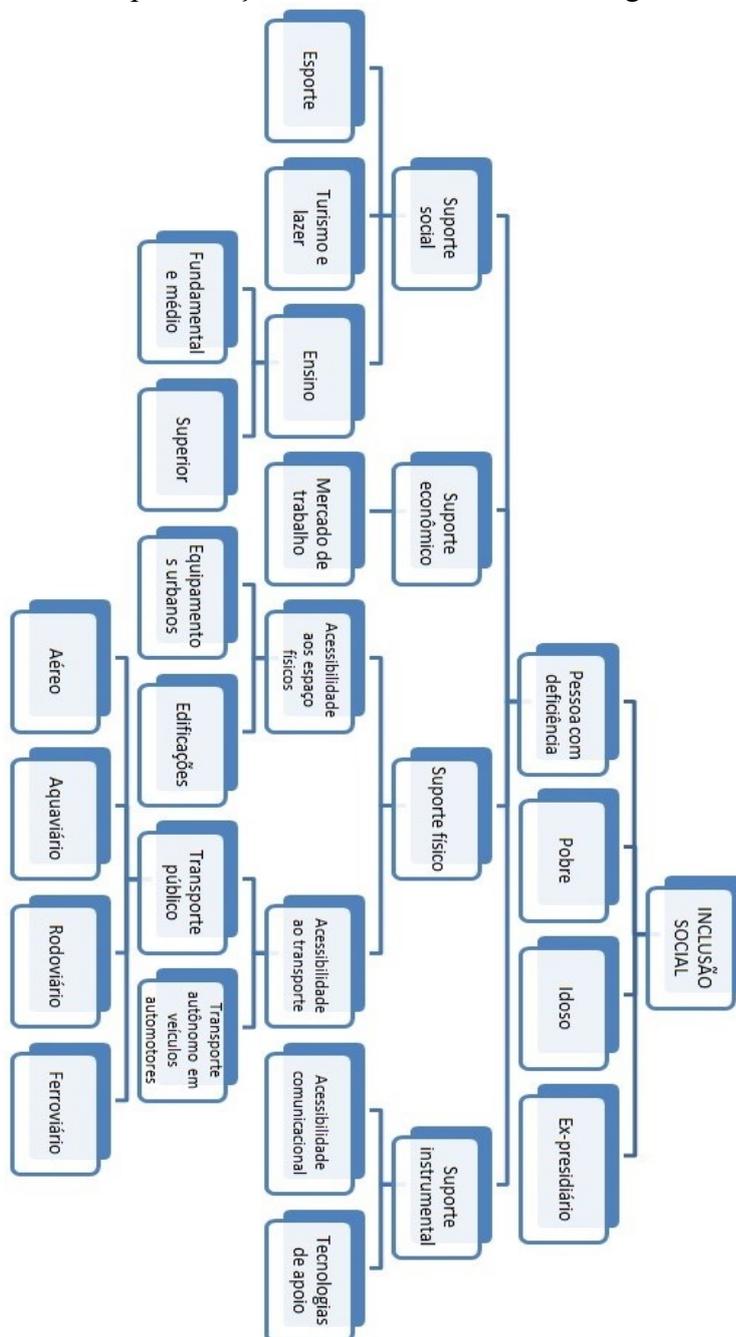


Figura 3. Primeira estrutura conceitual da área da Inclusão Social das Pessoas com Deficiência.

A partir dessa estrutura, as candidatas a UCEs foram buscadas e enquadradas. No decorrer do processo, no entanto, foi possível observar que a estrutura apresentada não condizia com a realidade da área, já que várias UCEs não se encaixavam, especificamente, em uma única subárea, mas seu conceito perpassava todas as demais. Além disso, havia elementos desnecessários ou excessivos.

Definimos, então, por considerar uma alteração dessa estrutura inicial, de forma a ser mais fidedigna no seu papel de representação. Como vimos, a inclusão social das pessoas com deficiência é formada por conceitos de diversas outras áreas, como a educação, a psicologia, o esporte, a política, a construção civil, etc. Alguns conceitos partem de cada área para compor uma subárea da inclusão. Outros são utilizados por todas elas, e passaram a ser classificados como unidades léxicas especializadas gerais. Foram encontradas unidades léxicas especializadas gerais que perpassam os quatro suportes (social, econômico, físico e instrumental), e unidades léxicas específicas da subárea Acessibilidade Comunicacional, que se subdivide em Acessibilidade Digital, Comunicação Alternativa, Caixas Eletrônicas e Televisão.

Uma relevante observação foi atestada nas alterações necessárias da estrutura conceptual: por ser o campo da inclusão social das pessoas com deficiência epistemologicamente formado por diversas áreas, suas relações são convergentes, isto é, os conceitos convergem das outras áreas para formar a da inclusão, como mostra o diagrama:

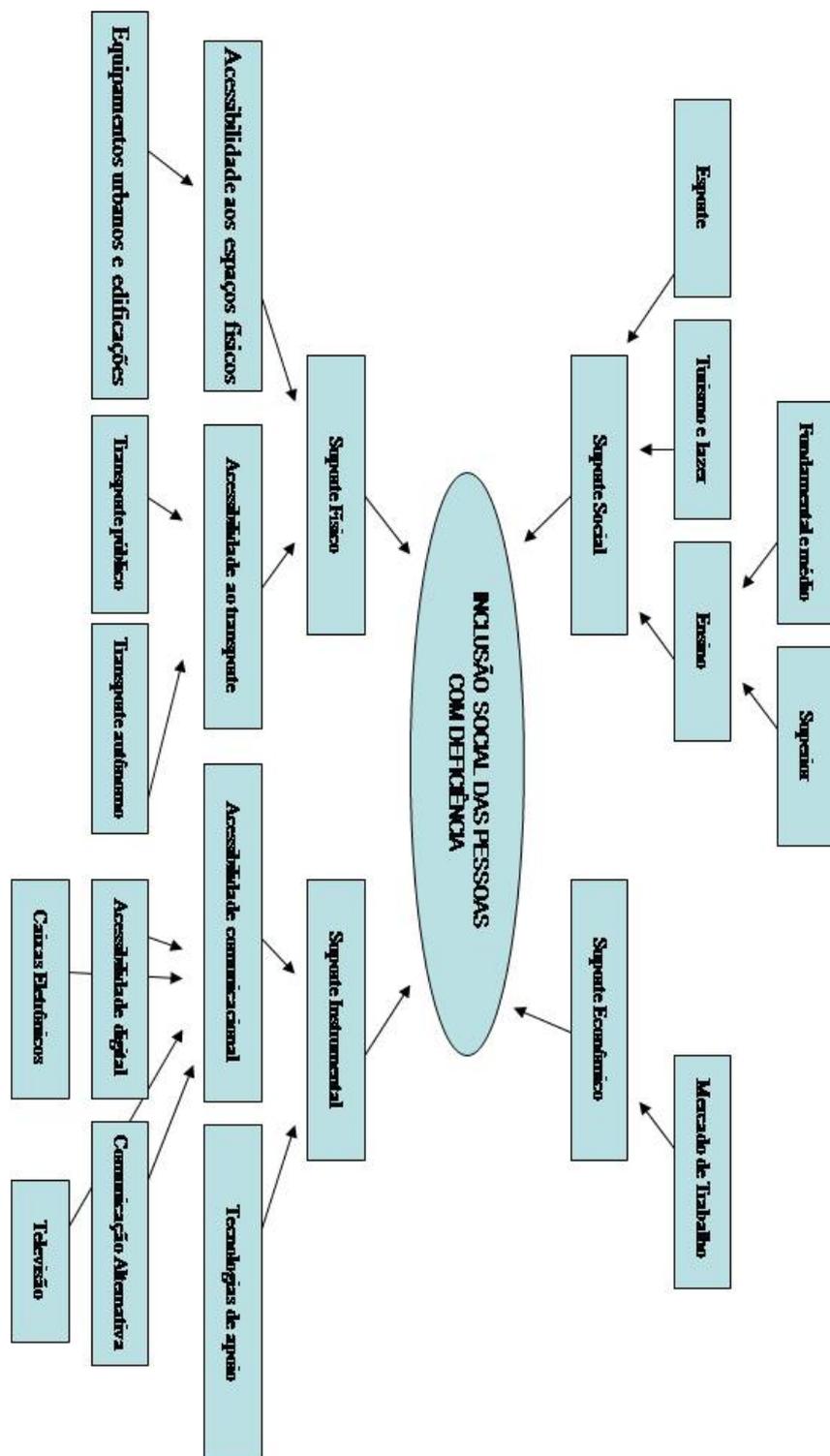


Figura 4. A estrutura conceitual da Inclusão das Pessoas com Deficiência.

A partir desse diagrama seguem, abaixo, as UCEs já distribuídas conforme a estrutura conceptual da área. Um ponto considerado importante em nosso dicionário foi a inclusão de nomes próprios na nomenclatura da inclusão das pessoas com deficiência. Nomes de associações, de declarações, organizações e instituições são de extrema relevância para o conhecimento da área.

Inclusão das pessoas com deficiência - UCEs gerais (GE)

acessibilidade	condição secundária de saúde
acessibilidade assistida	corpo deficiente
acessibilidade atitudinal	corpo híbrido
acessibilidade instrumental	cultura inclusiva
acessibilidade metodológica	deficiência
acessibilidade programática	deficiência auditiva
acessível	deficiência auditiva surdez
acuidade visual	deficiência física
ações afirmativas	deficiência física leve
adaptado	deficiência física moderada ou grave
adaptável	deficiência intelectual
adequado	deficiência múltipla
ambientes facilitadores	deficiência permanente
atendimento prioritário	deficiência sensorial
ausência de membros	deficiência tátil
baixa visão	deficiência visual
barreiras	deficiência visual moderada
barreiras atitudinais	deficiência visual profunda
benefício condicionado	deficiência visual severa
cadeirante	desvantagem
carga global de doenças	desvantagem física
cegueira legal	dificuldade de fala
classificação internacional de doenças	dignidade da pessoa humana
comorbidade	direito à acessibilidade
condição primária de saúde	direito à diversidade

direito à igualdade
 direito da pessoa com deficiência
 direitos humanos
 discriminação
 discriminação da deficiência
 discriminação positiva
 equidade
 escola peripatética
 excluídos
 fatores ambientais
 fatores contextuais
 fatores pessoais
 formas de discriminação
 funções visuais
 garantia de acessibilidade
 grau de deficiência
 Incapacidade
 inclusão indiscriminada
 inclusão social
 índice percentual de reconhecimento de fala
 instrumento de inclusão social
 integração social
 isonomia
 limitação funcional
 mobilidade reduzida
 modelo caritativo de deficiência
 modelo de integração social
 modelo de sociedade excludente
 modelo médico de deficiência
 modelo social de deficiência
 múltipla deficiência sensorial
 normalização
 organização das pessoas com deficiência
 organização mundial de saúde
 padrões de acessibilidade
 perspectiva inclusiva
 pessoa com deficiência
 pessoa com necessidade especial
 pessoa portadora de deficiência
 reabilitação baseada na comunidade
 resíduo visual
 restrições de participação
 sentidos remanescentes
 serviços convencionais
 sociedade inclusiva
 sociedade integrativa
 Surdocegueira
 tratamento diferenciado¹
 tratamento diferenciado²
 viver sem limite

I. Suporte Social

I.1 Inclusão no esporte

adaptação de instalações desportivas
 amputados
 associação brasileiras de desporto
 em cadeira de rodas (Abradecar)
 associação brasileiras de desporto
 para amputados (ABDA)
 associação brasileiras de desporto
 para cegos (ABDC)
 associação brasileiras de desporto
 para deficientes mentais (ABDEM)

associação nacional de desporto
 para deficientes (Ande)
 atividade esportiva inclusiva
 atividade motora adaptada
 atleta cego
 atleta com resíduo visual
 atleta de alto rendimento
 atleta paralímpico
 atleta surdo
 autoatualização
 basquete em cadeira de rodas
 bola com guizo
 cadeira de rodas esportiva
 comitê paralímpico brasileiro (CPB)
 deficientes visuais
 desempenho do atleta
 desporto para amputado
 educação física adaptada (EFA)
 esporte adaptado
 esporte adaptado de alto rendimento
 esporte em cadeira de rodas
 esporte paraolímpico
 funcionalidade nas habilidades
 futebol de cegos
 futebol de cinco
 futebol de sete
 ginástica médica
 goalball
 grau de deficiência
 handebol em cadeira de rodas
 les autres
 lesão medular
 limitações físico-motoras
 limitações mentais
 limitações sensoriais
 melhoria da qualidade de vida
 membros inferiores
 membros superiores
 paralisados cerebrais
 parâmetros de normalidade
 paralimpíada
 paraolímpico
 perda da função motora
 reabilitação
 rugby em cadeira de rodas
 severidade da deficiência
 sistema de classificação funcional
 sociedade brasileira de
 atividade motora adaptada (SOBAMA)
 tênis em cadeira de rodas
 tipo de deficiência
 voleibol sentado

I.2 Inclusão no turismo e lazer

assento para acompanhante
 audiodescrição
 audioguia
 cadeiras articuladas
 cadeiras removíveis
 complementação de não tocar
 condições de acessibilidade
 direito ao lazer
 entradas acessíveis
 espaço livre frontal

espaço para P.C.R.

experiência ótima

facilitadores ambientais

faixa de alcance

guia vidente

háptica

lazer inclusivo

maquete tátil

mediação sensorial

mostra tátil

percepção sensorial

pisos com superfície regular

políticas culturais de acessibilidade

público cego

sala sensoperceptiva

visitável

I.3 Inclusão no ensino regular

I.3.1 Inclusão no ensino fundamental e médio

altas habilidades/superdotação

aluno com necessidades educacionais

especiais (ANEE)

ambiente adequado

aplicabilidade dos recursos pedagógicos

apoio e colaboração

aprendizagem ativa e significativa

atendimento educacional especializado (AEE)

avaliação contínua

classe especial

coensino

conferência mundial de educação

para todos

currículo adaptado

declaração de Salamanca

demonstração, prática e feedback

dificuldade de aprendizagem específica

direito à educação

diretrizes nacionais para a educação

especial na educação básica

educação especial

educação especial na perspectiva da

educação inclusiva

educação inclusiva

ensino regular

escola acessível

escola especializada

escola inclusiva

escola regular

estímulo sensorial

formação docente

funcionalidade dos recursos pedagógicos

homogeneidade

inclusão dos estudantes com deficiência

inclusão escolar

integração escolar

material pedagógico especial

necessidades educacionais especiais

negociação de objetivos

papel da escola

permanência na escola

plano de educação inclusiva

política nacional de educação especial na

perspectiva da educação inclusiva

políticas públicas de educação inclusiva
 prática segregacionista
 práticas pedagógicas inclusivas
 processo de inclusão escolar
 programa de educação inclusiva
 programa escola acessível
 proposta inclusiva
 recursos multifuncionais

recursos pedagógicos adaptados
 rede regular de ensino
 sala de recursos multifuncionais
 sala especial¹
 segregação escolar
 serviços educacionais especiais
 transtornos globais do desenvolvimento

I.3.2 Inclusão no ensino superior

acessibilidade na educação superior
 acesso da PcD ao ensino superior
 conferência mundial sobre ensino superior
 permanência no ensino superior

política integradora
 programa incluir
 universitários com deficiência

II.Suporte Econômico

II.1 Inclusão no mercado de trabalho

acesso ao mercado de trabalho
 adaptação profissional
 ambiente de trabalho adequado
 atribuições compatíveis com a deficiência
 beneficiário incapacitado parcial ou totalmente
 beneficiários do sistema de cotas
 beneficiários reabilitados
 candidato com deficiência
 colocação competitiva
 colocação seletiva
 condições especiais
 cooperativas sociais
 dimorfismo institucional da deficiência
 empresa inclusiva
 enforcement

entidades assistenciais
 exclusão do mercado de trabalho
 gestão da deficiência
 habilitação profissional
 igualdade nas relações de trabalho
 inclusão no mercado de trabalho
 lei de cotas
 livro de inspeção do trabalho (LIT)
 modalidades de inserção laboral
 oficina protegida de produção
 oficina protegida terapêutica
 organização internacional do trabalho (OIT)
 pessoa com deficiência habilitada
 política nacional para a integração da
 pessoa portadora de deficiência

promoção do trabalho por conta própria
 proteção legal às pessoas com
 deficiência
 reabilitação profissional
 redução da capacidade funcional
 reserva de cargos e empregos públicos
 responsabilidade social
 sala especial

sistema de cotas
 taxa de desemprego
 termo de compromisso de
 ajustamento de conduta
 trabalhador reabilitado
 trabalho inclusivo
 trabalho protegido
 vaga reservada

III. Suporte físico

III.1 Acessibilidade aos espaços físicos

III.1.1 Equipamentos urbanos e edificações

acessibilidade a edificações
 acessibilidade aos elevadores
 acessibilidade arquitetônica
 área de aproximação
 área de resgate
 área de transferência
 assento preferencial
 barras de apoio
 barreira arquitetônica
 calçada rebaixada
 circulação externa
 circulação interna
 cromodiferenciado
 desenho universal
 equipamentos urbanos
 escada rolante com plataforma para
 cadeira de rodas
 espaço acessível
 espaço para cadeira de rodas
 faixa elevada
 fatores de impedância

guia de balizamento
 impraticabilidade
 indicação visual de acessibilidade
 linha-guia
 marcação tátil
 mobiliário urbano
 módulo de referência
 piso cromodiferenciado
 piso tátil
 piso tátil de alerta
 piso tátil direcional
 plataforma elevatória
 projetos arquitetônicos para
 acessibilidade
 rampa de acesso
 rota acessível
 sanitário acessível
 símbolo de acessibilidade assistida
 símbolo internacional de acesso
 sinalização de assento preferencial
 torneira de acionamento facilitado

vagas em estacionamentos

III.2 Acessibilidade ao transporte

III.2.1 Transporte público

acessibilidade no interior de aeronaves	carro leito acessível
acessibilidade no sistema de transporte aquaviário	carro restaurante acessível
acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano	dispositivo de acesso
acesso em nível	personal habilitado
braços removíveis ou escamoteáveis	plataforma acessível de elevação vertical
camarote acessível	plataforma elevatória veicular
carro acessível de passageiro	sistema eletromecânico de elevação
	veículo acessível/adaptado

III.2.2 Transporte autônomo em veículos automotores

acessibilidade em veículos automotores	controle dos comandos de dirigibilidade
acesso à posição de dirigibilidade	dirigibilidade
acesso aos comandos de dirigibilidade	dirigibilidade
adaptações veiculares	impedimento da dirigibilidade
altura mínima de visão	manutenção da posição de dirigibilidade
apoio para os membros inferiores	dirigibilidade
avaliação de dirigibilidade	posição de dirigibilidade
comandos de dirigibilidade	veículo adaptado
condutor com mobilidade reduzida	veículo automotor convencional
condutor convencional	

IV. Suporte instrumental

IV.1 Acessibilidade comunicacional - UCEs gerais

acessibilidade comunicacional	classificação heart
alta tecnologia	comitê de ajudas técnicas (CAT)
auxílios diários	componentes humanos
baixa tecnologia	componentes socioeconômicos
barreiras à comunicação	componentes técnicos

comunicação
 inclusão sociodigital
 média tecnologia
 nenhuma tecnologia
 tecnologias de informação e
 comunicação

IV.1.1 Acessibilidade digital

acessibilidade ao computador
 acessibilidade digital
 acesso com código morse
 acesso direto ao computador
 acionador artesanal
 acionador com vibração
 acionador de agarrar
 acionador de pressão
 acionador de sopro ou sucção
 acionador de tração
 acionador em fita
 acionador por infravermelho
 acionadores
 acionadores de contração muscular
 acionadores especializados
 acionadores por voz
 adaptabilidade¹
 adaptabilidade²
 adaptações de hardware
 adaptações físicas ou órteses
 compatibilidade
 exclusão digital
 inclusão digital
 interação humano-computador (IHC)
 joystick
 mouse alternativo
 mouse com botões
 mouse controlado pelo movimento da
 cabeça
 mouse de controle labial
 mouse de roletes
 mouse estático de esfera
 mouse ocular
 ponteira
 recurso de acessibilidade ao
 computador
 sistema de leitura de tela
 softwares especiais de acessibilidade
 teclado alfabético
 teclado ampliado
 teclado com colmeia
 teclado programável
 teclado reduzido
 teclado virtual
 varredura

IV.1.2 Comunicação alternativa

braile	marcação tátil
comunicação aumentativa e alternativa (CAA)	pranchas alfabéticas
comunicação sonora	pranchas de comunicação
comunicação tátil	programa secundário de áudio
comunicação visual	símbolos de comunicação pictórica
drive-up	síntese de voz
equivalente textual	sintetizador de voz
guia intérprete	sistemas simbólicos
informação audível	sistemas simbólicos apoiados
intérprete de Libras	sistemas simbólicos não apoiados
legenda detalhada	telefone para surdos (TS)
leitor de tela	telefone público para surdos (TPS)
leitura labial	vocalizadores
língua brasileira de sinais (Libras)	voz digitalizada
linguagem visual	voz sintetizada

IV.1.3 Caixas eletrônicos

acessibilidade em caixa de	informações sonoras faladas
autoatendimento bancário	piso de referência
aproximação e alcance	segurança lógica
conjunto funcional	sessão do usuário
curso das teclas	teclado de funções
equipamento de autoatendimento	teclado lateral
força de acionamento	usabilidade
informação ao usuário	utilização assistida

IV.1.4 Televisão

acessibilidade em comunicação na televisão	codificador de closed caption
closed caption (CC)	decodificador de closed caption
	descrição em áudio de imagens e sons

dublagem
janela de Libras
legenda aberta
legenda em rolamento

IV.2 Tecnologias de apoio

ajuda técnica
andador
aparelho de amplificação sonora individual
aparelho locomotor
apoio de tripé
assistência com contato mínimo
assistência máxima
assistência moderada
assistência pessoal
assistência total
assistente pessoal
assistentes CBR
atividades da vida diária
bengala longa
cadeira de rodas
cadeira de rodas manual
cadeira de rodas motorizada
cadeira de rodas para transbordo
cão-guia
comunicação
controle dos esfíncteres
cuidados com o corpo

dependência completa

legenda instantânea
legenda oculta ao vivo
legenda oculta pré-gravada

dependência moderada
dependente
design para a saúde
educação ao paciente
endoprótese
ergonomia
funcionalidade
funções corporais
independência completa
independência modificada
independente
integração social²
locomoção
marcha humana
medida de independência funcional
membros alternativos
membros realistas
mobilidade
modalidade de tecnologia assistiva
muletas
muletas axilares
muletas canadenses
neuropróteses
orientação e mobilidade
órtese
órteses dinâmicas
órteses estáticas
órteses robóticas
padrões antropométricos

presbiacusia

produtos assistivos

prótese

próteses mentais

recurso animal

recurso de tecnologia assistiva

seating

sistema de auxílio à locomoção

técnicas de Hoover

tecnologia assistiva

transferências

usuário de TA

vestuário para pessoas com deficiência

vida independente

8. DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1 INTRODUÇÃO

Este dicionário apresenta a terminologia referente à inclusão das pessoas com deficiência, considerando os movimentos sociais e políticos pró-inclusão, que tiveram papel determinante nas mudanças conceituais sobre as pessoas com deficiência e na luta por seus direitos na sociedade. No Brasil, a partir da década de 80, principalmente, os movimentos dirigidos por essas pessoas em busca da inclusão na educação, no mercado de trabalho, no lazer e até mesmo nos espaços físicos foram, aos poucos, despertando a consciência social sobre as injustiças e diversas barreiras físicas e atitudinais enfrentadas diariamente por elas. Entre as barreiras de atitude, encontra-se a da linguagem. É por meio dela que, geralmente, são expressos valores discriminatórios e pejorativos, como aqueles transmitidos pelos termos “defeituoso”, “retardado”, “incapaz”.

Dessa forma, a proposta de uma sociedade inclusiva traz consigo a preocupação, também, com a linguagem, já que ela carrega todos os conceitos que vão constituindo uma terminologia própria que, por sua vez, marca a constituição de uma área específica do conhecimento – nesse caso, a área da inclusão das pessoas com deficiência.

Ao ser proposta a terminologia da área, estabelecem-se seus princípios e conhecimentos científicos, fixando os saberes nela contidos. Para isso, partimos da ciência que estuda as linguagens de especialidade, a Terminologia. A aplicação prática das teorias terminológicas é conhecida como Terminografia, cujos processos permitem a transmissão dos conhecimentos da ciência estudada, suas ideologias e comunicabilidade.

Por meio de teorias terminológicas e do processo terminográfico, então, apresentamos o *Dicionário terminológico da inclusão das pessoas com deficiência*, que pretende não só ser material de consulta para seus usuários, mas, sobretudo um passo a mais no processo de eliminação das barreiras que impedem ou dificultam a efetiva inclusão.

Como salientam Ferras e Leite (2015), a deficiência

é externa à pessoa, por advir da inacessibilidade encontrada no meio, que resulta em uma desvantagem econômica ou social para pessoas que estão fora do padrão de pessoa média, de pessoa. Em última análise, decorre da incapacidade de toda a sociedade em se organizar

adequadamente para ensinar a convivência de pessoas que estão fora dos padrões dominantes. E, na medida em que se trata de um problema estrutural, é responsabilidade do Estado e de toda a sociedade eliminar os obstáculos existentes para que pessoas com limitações funcionais participem ativamente da vida em sociedade. (FERRAS&LEITE, 2015, p. 1)

A comunicação, ou a falta dela, é um forte meio de discriminação e de prova dessa falta de organização da sociedade. Um exemplo disso é quando se deseja informar por meio de um quadrado pintado de cor amarela, no chão do estabelecimento, que ali se encontra um extintor de incêndio, não atingindo o público cego; ou quando se faz propaganda de algum benefício ou promoção por meio do rádio, não atingindo o público surdo; ou, ainda, quando se usa de uma linguagem pejorativa e ultrapassada mesmo quando a intenção é de incluir.

A jornalista Cláudia Werneck, especialista em Comunicação e Saúde e pioneira na disseminação do conceito de sociedade inclusiva, defende que a comunicação é um direito humano (WERNECK, 2003). Todas as pessoas têm o direito de se comunicar e de serem comunicadas, o que significa que não basta simplesmente que o conhecimento chegue por intermédio de pessoas sem deficiência, mas que as próprias pessoas com deficiência tenham acesso às informações.

Nesse sentido, é preciso que todos conheçam os conceitos que envolvem a inclusão para serem agentes no processo de promoção da acessibilidade e inclusão efetiva. E como essa área aborda diversas outras, o dicionário terminológico é formado por conceitos de educação, esporte, arquitetura e construção civil, desenvolvimento tecnológico e social, turismo e lazer, trabalho e comunicação. Poderá auxiliar, portanto, não só especialistas, mas qualquer pessoa envolvida em ações inclusivas.

8.1.1 Constituição da nomenclatura e estrutura do dicionário

Este dicionário apresenta as Unidades de Conhecimento Especializado (UCEs) da inclusão das pessoas com deficiência, as quais foram coletadas a partir de um *corpus* formado por 439 obras especializadas, divididas em: 240 dissertações de mestrado, 56 teses de doutorado, 68 artigos científicos, 54 documentos públicos classificados como guias ou cartilhas, leis, decretos, portarias e 21 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Para a distribuição das UCEs no dicionário, foi considerada a estrutura conceptual da área, desenvolvida na primeira parte da pesquisa. Tal estrutura representa

a rede de conceitos estabelecida pela inclusão das pessoas com deficiência e facilita o uso do dicionário pelos consulentes. Com base em leituras e pesquisas sobre esse campo do conhecimento, a estrutura foi apoiada em Aranha (2001) e Sasaki (2006), os quais apresentam a inclusão sob o paradigma do suporte: suporte social (inclusão da pessoa com deficiência no esporte, turismo e lazer e na educação; suporte econômico (inclusão no mercado de trabalho); suporte físico (inclusão nos ambientes físicos e no transporte); suporte instrumental (tecnologias de apoio, comunicação e produtos para acessibilidade). Antes da divisão em suportes, entretanto, há uma apresentação das UCEs consideradas gerais, ou seja, que não se enquadram em um suporte específico, mas que perpassam toda a área. A macroestrutura do dicionário, então, está dividida de acordo com esses suportes.

Entre as UCEs encontradas, 100 são consideradas gerais, 143 pertencem ao suporte social, 42 ao suporte econômico, 73 ao suporte físico e 182 ao suporte instrumental.

8.1.2. Apresentação dos verbetes

Conforme a estrutura conceptual, que subdivide as UCEs entre as gerais e os suportes, os verbetes estão dispostos seguindo a seguinte estrutura:

- UCE: apresentada sob a forma mais recorrente (substantivo ou adjetivo, plural ou singular, masculina ou feminina, verbo no infinitivo). Os empréstimos do inglês e do francês são apresentados em sua língua de origem, com nota explicativa. Como a inclusão é ancorada por diversos documentos, leis e instituições de apoio consolidadas, sua nomenclatura contém denominações apresentadas com letra maiúscula (Organização das Nações Unidas – ONU). Os verbetes que são nomes de instituições, órgãos ou organizações são apresentados com letras maiúsculas.
- Referências Gramaticais: após a apresentação da UCE, segue sua referência gramatical representada por *sm* (substantivo masculino), *sf* (substantivo feminino), *adj* (adjetivo). Não foi encontrada UCE pertencente a outra classe. No caso dos empréstimos de outras línguas, foram designados como masculino ou feminino conforme emprego nos contextos.
- Sigla e Acrônimo: as siglas reduzem os sintagmas em letras maiúsculas, como em *deficiente visual*: DV. Já os acrônimos reduzem em sílabas, e seu uso, por vezes, é maior do que em sua forma sintagmática, como em *Língua Brasileira de Sinais*: Libras.

- Variante: algumas UCEs ocorrem de formas variadas nos contextos verificados. Essa variação pode ser na escolha léxica (*atendimento prioritário/preferencial*); na ortografia (*fatores contextuais/ factores*); alternância entre substantivo e sintagma preposicionado (*cadeirante/ em cadeira de rodas*); apagamento de algum elemento (*direito à acessibilidade/ direito constitucional à acessibilidade*); outras variações são provenientes das mudanças sociais e de concepção acerca da inclusão, como a alteração de *pessoa portadora de deficiência* para *pessoa com deficiência*. Essa é uma variação muito mais ligada a questões epistemológicas da área do que especificamente à constituição da UCE.

- Fraseologia: algumas UCEs aparecem no contexto de forma expandida, com menor frequência, como *escala de medida de independência funcional*, expandida de *medida de independência funcional*(MIF).

- Definição: o texto definitório identifica o conceito carregado pela UCE, individualizando-a com seus traços específicos. É escrito de forma objetiva para fácil compreensão de leitores não especializados. Baseia-se tanto nos contextos em que ocorrem quanto na validação pelo especialista da área, quando buscado.

- Contexto: apresenta uma ou mais ocorrências da UCE nos textos especializados que compõem o *corpus* de pesquisa. São escolhidos, preferencialmente, contextos de cunho definitório, nos quais a UCE é destacada entre os símbolos <>. Juntamente ao contexto está a sua referência, contendo o autor, o ano e a página de onde foi extraído o trecho. No fim da referência do contexto, está a referência a qual subárea da estrutura conceptual o verbete faz parte, sendo: GE- UCE geral; I- suporte social; I.1- inclusão no esporte; I.2- inclusão no turismo e lazer; I.3- inclusão no ensino regular; I.3.1- ensino fundamental e médio; I.3.2- ensino superior; II- suporte econômico; II.1- mercado de trabalho; III- suporte físico; III.1- acessibilidade aos espaços físicos; III.1.1- equipamentos urbanos e edificações; III.2- acessibilidade aos transportes; III.2.1- transporte público; III.2.2- transporte autônomo em veículos automotores; IV- suporte instrumental; IV.1- acessibilidade comunicacional termos gerais; IV.1.1- acessibilidade digital; IV.1.2- comunicação alternativa; IV.1.3- caixas eletrônicas; IV.1.4- televisão; IV.2- tecnologias de apoio. Ao fim do dicionário, encontram-se as referências bibliográficas de todo o *corpus* de especialidade.

- Nota: neste campo podem aparecer observações linguísticas sobre os empréstimos ou as mudanças com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa; podem aparecer, também, observações enciclopédicas com informações importantes para a compreensão

da UCE que não estão na definição, como particularidades do ponto de vista histórico, social, político, etc.

- Sinônimo: quando diferentes UCEs têm o mesmo significado, são apresentadas cada uma em seu lugar dentro da estrutura conceitual, em contexto específico, mas com a mesma definição. O item aponta qual é a UCE com relação sinonímica.

- Remissivas: apresentam UCEs complementares, cujo significado auxilia na compreensão do verbete em definição. Geralmente fazem parte do texto definitivo ou das observações enciclopédicas contidas na nota. São representadas pelas letras **Cf.**, que simbolizam a indicação de conferência.

- Equivalente: equivalente da UCE em língua espanhola.

8.2 ABREVIATURAS

Adj	Adjetivo
Cf.	Conferir
Fras.	fraseologia
p.	página
Sin.	sinônimo
Sf	substantivo feminino
Sm	substantivo masculino
V	verbo
Var.	variante

8.3 RELAÇÃO DAS UCEs CONFORME A ESTRUTURA CONCEITUAL

Inclusão das pessoas com deficiência - UCEs gerais (GE)

acessibilidade	ações afirmativas
acessibilidade assistida	adaptado
acessibilidade atitudinal	adaptável
acessibilidade instrumental	adequado
acessibilidade metodológica	ambientes facilitadores
acessibilidade programática	atendimento prioritário
acessível	ausência de membros
acuidade visual	baixa visão

barreiras
barreiras atitudinais
benefício condicionado
cadeirante
carga global de doenças
cegueira legal
classificação internacional de doenças
comorbidade
condição primária de saúde
condição secundária de saúde
corpo deficiente
corpo híbrido
cultura inclusiva
deficiência
deficiência auditiva
deficiência auditiva surdez
deficiência física
deficiência física leve
deficiência física moderada ou grave
deficiência intelectual
deficiência múltipla
deficiência permanente
deficiência sensorial
deficiência tátil
deficiência visual
deficiência visual moderada
deficiência visual profunda
deficiência visual severa
desvantagem
desvantagem física
dificuldade de fala
dignidade da pessoa humana
direito à acessibilidade
direito à diversidade
direito à igualdade
direito da pessoa com deficiência
direitos humanos
discriminação
discriminação da deficiência
discriminação positiva
equidade
escola peripatética
excluídos
fatores ambientais
fatores contextuais
fatores pessoais
formas de discriminação
funções visuais
garantia de acessibilidade
grau de deficiência
Incapacidade
inclusão indiscriminada
inclusão social
índice percentual de
reconhecimento de fala
instrumento de inclusão social
integração social
isonomia
limitação funcional
mobilidade reduzida
modelo caritativo de deficiência
modelo de integração social
modelo de sociedade excludente
modelo médico de deficiência
modelo social de deficiência
múltipla deficiência sensorial

normalização
 organização das pessoas com deficiência
 organização mundial de saúde
 padrões de acessibilidade
 perspectiva inclusiva
 pessoa com deficiência
 pessoa com necessidade especial
 pessoa portadora de deficiência
 reabilitação baseada na comunidade
 resíduo visual
 restrições de participação

sentidos remanescentes
 serviços convencionais
 sociedade inclusiva
 sociedade integrativa
 Surdocegueira
 tratamento diferenciado¹
 tratamento diferenciado²
 viver sem limite

I. Suporte Social

I.1 Inclusão no esporte

adaptação de instalações desportivas
 amputados
 associação brasileiras de desporto
 em cadeira de rodas
 associação brasileiras de desporto
 para amputados
 associação brasileiras de desporto
 para cegos
 associação brasileiras de desporto
 para deficientes mentais
 associação nacional de desporto
 para deficientes
 atividade esportiva inclusiva
 atividade motora adaptada
 atleta cego
 atleta com resíduo visual
 atleta de alto rendimento
 atleta paralímpico
 atleta surdo

autoatualização
 basquete em cadeira de rodas
 bola com guizo
 cadeira de rodas esportiva
 comitê paralímpico brasileiro
 deficientes visuais
 desempenho do atleta
 desporto para amputado
 educação física adaptada
 esporte adaptado
 esporte adaptado de alto rendimento
 esporte em cadeira de rodas
 esporte paraolímpico
 funcionalidade nas habilidades
 futebol de cegos
 futebol de cinco
 futebol de sete
 ginástica médica
 goalball

grau de deficiência	paralimpíada
handebol em cadeira de rodas	paraolímpico
les autres	perda da função motora
lesão medular	reabilitação
limitações físico-motoras	rugby em cadeira de rodas
limitações mentais	severidade da deficiência
limitações sensoriais	sistema de classificação funcional
melhoria da qualidade de vida	sociedade brasileira de
membros inferiores	atividade motora adaptada
membros superiores	tênis em cadeira de rodas
paralisados cerebrais	tipo de deficiência
parâmetros de normalidade	voleibol sentado

I.2 Inclusão no turismo e lazer

assento para acompanhante	faixa de alcance
audiodescrição	guia vidente
audioguia	háptica
cadeiras articuladas	lazer inclusivo
cadeiras removíveis	maquete tátil
complementação de não tocar	mediação sensorial
condições de acessibilidade	mostra tátil
direito ao lazer	percepção sensorial
entradas acessíveis	pisos com superfície regular
espaço livre frontal	políticas culturais de acessibilidade
espaço para P.C.R.	público cego
experiência ótima	sala sensoperseptiva
facilitadores ambientais	visitável

I.3 Inclusão no ensino regular

I.3.1 Inclusão no ensino fundamental e médio

altas habilidades/superdotação	ambiente adequado
aluno com necessidades educacionais	aplicabilidade dos recursos pedagógicos
especiais	apoio e colaboração

aprendizagem ativa e significativa
 atendimento educacional especializado
 avaliação contínua
 classe especial
 coensino
 conferência mundial de educação
 para todos
 currículo adaptado
 declaração de salamanca
 demonstração, prática e feedback
 dificuldade de aprendizagem específica
 direito à educação
 diretrizes nacionais para a educação
 especial na educação básica
 educação especial
 educação especial na perspectiva da
 educação inclusiva
 educação inclusiva
 ensino regular
 escola acessível
 escola especializada
 escola inclusiva
 escola regular
 estímulo sensorial
 formação docente
 funcionalidade dos
 recursos pedagógicos
 homogeneidade
 inclusão dos estudantes com
 deficiência

inclusão escolar
 integração escolar
 material pedagógico especial
 necessidades educacionais especiais
 negociação de objetivos
 papel da escola
 permanência na escola
 plano de educação inclusiva
 política nacional de
 educação especial na
 perspectiva da educação inclusiva
 políticas públicas de
 educação inclusiva
 prática segregacionista
 práticas pedagógicas inclusivas
 processo de inclusão escolar
 programa de educação inclusiva
 programa escola acessível
 proposta inclusiva
 recursos multifuncionais
 recursos pedagógicos adaptados
 rede regular de ensino
 sala de recursos multifuncionais
 sala especial¹
 segregação escolar
 serviços educacionais especiais
 transtornos globais do
 desenvolvimento

I.3.2 Inclusão no ensino superior

acessibilidade na educação superior

acesso da PcD ao ensino superior

conferência mundial sobre ensino superior
 permanência no ensino superior
 política integradora

programa incluir
 universitários com deficiência

II. Suporte Econômico

II.1 Inclusão no mercado de trabalho

acesso ao mercado de trabalho
 adaptação profissional
 ambiente de trabalho adequado
 atribuições compatíveis com a deficiência
 beneficiário incapacitado parcial ou totalmente
 beneficiários do sistema de cotas
 beneficiários reabilitados
 candidato com deficiência
 colocação competitiva
 colocação seletiva
 condições especiais
 cooperativas sociais
 dimorfismo institucional da deficiência
 empresa inclusiva
 enforcement
 entidades assistenciais
 exclusão do mercado de trabalho
 gestão da deficiência
 habilitação profissional
 igualdade nas relações de trabalho
 inclusão no mercado de trabalho
 lei de cotas
 livro de inspeção do trabalho
 modalidades de inserção laboral

oficina protegida de produção
 oficina protegida terapêutica
 organização internacional do trabalho
 pessoa com deficiência habilitada
 política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência
 promoção do trabalho por conta própria
 proteção legal às pessoas com deficiência
 reabilitação profissional
 redução da capacidade funcional
 reserva de cargos e empregos públicos
 responsabilidade social
 sala especial
 sistema de cotas
 taxa de desemprego
 termo de compromisso de ajustamento de conduta
 trabalhador reabilitado
 trabalho inclusivo
 trabalho protegido
 vaga reservada

III. Suporte físico

III.1 Acessibilidade aos espaços físicos

III.1.1 Equipamentos urbanos e edificações

acessibilidade a edificações	impraticabilidade
acessibilidade aos elevadores	indicação visual de acessibilidade
acessibilidade arquitetônica	linha-guia
área de aproximação	marcação tátil
área de resgate	mobiliário urbano
área de transferência	módulo de referência
assento preferencial	piso cromodiferenciado
barras de apoio	piso tátil
barreira arquitetônica	piso tátil de alerta
calçada rebaixada	piso tátil direcional
circulação externa	plataforma elevatória
circulação interna	projetos arquitetônicos para acessibilidade
cromodiferenciado	rampa de acesso
desenho universal	rota acessível
equipamentos urbanos	sanitário acessível
escada rolante com plataforma para cadeira de rodas	símbolo de acessibilidade assistida
espaço acessível	símbolo internacional de acesso
espaço para cadeira de rodas	sinalização de assento preferencial
faixa elevada	torneira de acionamento facilitado
fatores de impedância	vagas em estacionamentos
guia de balizamento	

III.2 Acessibilidade ao transporte

III.2.1 Transporte público

acessibilidade no interior de aeronaves	carro acessível de passageiro
acessibilidade no sistema de transporte aquaviário	carro leito acessível
acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano	carro restaurante acessível
acesso em nível	dispositivo de acesso pessoal habilitado
braços removíveis ou escamoteáveis	plataforma acessível de elevação vertical
camarote acessível	plataforma elevatória veicular

sistema eletromecânico de elevação

veículo acessível/adaptado

III.2.2 Transporte autônomo em veículos automotores

acessibilidade em veículos automotores

controle dos comandos de

acesso à posição de dirigibilidade

dirigibilidade

acesso aos comandos de dirigibilidade

dirigibilidade

adaptações veiculares

impedimento da dirigibilidade

altura mínima de visão

manutenção da posição de

apoio para os membros inferiores

dirigibilidade

avaliação de dirigibilidade

posição de dirigibilidade

comandos de dirigibilidade

veículo adaptado

condutor com mobilidade reduzida

veículo automotor convencional

condutor convencional

IV. Suporte instrumental

IV.1 Acessibilidade comunicacional - UCEs gerais

acessibilidade comunicacional

comunicação

alta tecnologia

inclusão sociodigital

auxílios diários

média tecnologia

baixa tecnologia

nenhuma tecnologia

barreiras à comunicação

tecnologias de informação e

classificação heart

comunicação

comitê de ajudas técnicas (CAT)

componentes humanos

componentes socioeconômicos

componentes técnicos

IV.1.1 Acessibilidade digital

acessibilidade ao computador

acionador com vibração

acessibilidade digital

acionador de agarrar

acesso com código morse

acionador de pressão

acesso direto ao computador

acionador de sopro ou sucção

acionador artesanal

acionador de tração

acionador em fita	mouse controlado pelo movimento da
acionador por infravermelho	cabeça
acionadores	mouse de controle labial
acionadores de contração muscular	mouse de roletes
acionadores especializados	mouse estático de esfera
acionadores por voz	mouse ocular
adaptabilidade ¹	ponteira
adaptabilidade ²	recurso de acessibilidade ao computador
adaptações de hardware	sistema de leitura de tela
adaptações físicas ou órteses	softwares especiais de acessibilidade
compatibilidade	teclado alfabético
exclusão digital	teclado ampliado
inclusão digital	teclado com colmeia
interação humano-computador	teclado programável
joystick	teclado reduzido
mouse alternativo	teclado virtual
mouse com botões	varredura

Observamos que a nomenclatura encontra-se, a seguir, em ordem alfabética, a fim de facilitar a busca das remissivas pelos consulentes.

8.4 REPERTÓRIO DAS UNIDADES DE CONHECIMENTO ESPECIALIZADO PERTENCENTES À INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

acessibilidade sf

Acesso ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, aos produtos e serviços por pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

<Acessibilidade>: possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. GE)

Nota No final da década de 40, o surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional enfatizou a necessidade da eliminação de barreiras físicas para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência. Posteriormente, a partir do paradigma da inclusão, ela deixou de designar apenas o aspecto físico e integrou os conceitos de equiparação de oportunidades em todas as esferas da sociedade, especialmente após o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, em 1981.

Cf. **garantia de acessibilidade**

Equiv. *accesibilidad*

acessibilidade a edificações sf

Var. **acessibilidade a edifícios**

Projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, residenciais ou não, que sejam acessíveis a todas as pessoas, independente de suas necessidades específicas.

A Norma NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) dispõe sobre <acessibilidade a edificações>, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Em seu item 1, conceitua que o seu objetivo é: 1.1 estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade; (LARAIA, M. I. F. 2009, p. 137. III.1.1)

Equiv. *accesibilidad en edificaciones*

acessibilidade ao computador sf

Possibilidade de uso do computador por todos os indivíduos, com ou sem deficiência, por meio de adequação de hardware e software.

Recursos de <acessibilidade ao computador>: conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível, no sentido de que possa ser utilizado por pessoas com privações sensoriais e motoras. (MAIA, F. N. A. 2011, p. 26. IV.1.1)

Equiv. ***accesibilidad al ordenador***

acessibilidade aos elevadores sf

Garantia de acesso aos elevadores por pessoas com deficiência.

A <acessibilidade aos elevadores> por pessoas portadoras de deficiência tem que ser garantida, o que significa que é essencial que o edifício e aquelas partes que conduzem aos elevadores atendam aos requisitos das normas aplicáveis (por exemplo, entrada, rampas, áreas de giro, largura de porta, etc.). (ABNT, NBR, 2000, p. 2. III.1.1)

Equiv. ***accesibilidad en ascensores***

acessibilidade arquitetônica sf

Acesso sem barreiras físicas a todos os ambientes públicos ou privados, urbanísticos e ao transporte público.

<Acessibilidade Arquitetônica> - não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos. (MARTINS, D. S., 2011. p. 90. III.1.1)

Equiv. ***accesibilidad arquitectónica***

acessibilidade assistida sf

Acesso com segurança ao meio físico e ao transporte com auxílio de profissional capacitado para atender às pessoas com deficiência.

<Acessibilidade assistida>: condição para utilização, com segurança, do sistema de transporte coletivo de passageiros, mediante assistência de profissional capacitado para atender as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, NBR, 14022, 2006, p. 2. GE)

Equiv. ***accesibilidad asistida***

acessibilidade atitudinal sf

Acesso com ausência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações na sociedade em geral.

<Acessibilidade atitudinal>: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização dos trabalhadores em geral e da convivência na diversidade humana nos locais de trabalho. (SANTOS, A. C. N., 2012, p. 45. GE)

Cf. **discriminação**

Equiv. ***accesibilidad actitudinal***

acessibilidade comunicacional sf

Eliminação de barreiras em qualquer tipo de comunicação seja ela face a face, por linguagem falada, escrita, digital ou gestual.

<Acessibilidade comunicacional>, sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita: jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar e na comunicação virtual, acessibilidade virtual); (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 150. IV.1)

Equiv. ***accesibilidad comunicacional***

acessibilidade digital sf

Acesso a qualquer recurso de tecnologia e de informação por todos os indivíduos.

Assim, <acessibilidade digital>:[...] consiste em tornar disponível ao usuário, de forma autônoma, toda a informação que lhe for franqueável (informação para a qual o usuário tenha código de acesso ou, então, esteja liberada para todos os usuários) independentemente de suas características corporais, sem prejuízo quanto ao conteúdo da informação. (IGNÁCIO, E. A. 2007, p. 54. IV.1.1)

Equiv. ***accesibilidad digital***

acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário sf

Condições de acesso e uso de caixas eletrônicos bancários por pessoas com deficiência, seja por sistemas assistivos de voz, por aproximação e altura acessíveis por cadeirantes ou por outros recursos que complementem necessidades individuais.

<Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário> (...)Esta Norma fixa os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados quando do projeto, construção, instalação e localização de equipamento destinados à prestação de informações e serviços de auto-atendimento bancário. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 1. IV.1.3)

Nota A palavra *autoatendimento* pode ser encontrada com hífen, como no contexto e em outros textos escritos antes da implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Equiv. ***accesibilidad a cajeros automáticos***

acessibilidade em comunicação na televisão sf

Conjunto de critérios para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, independente de suas condições de percepção e cognição, tenham acesso às informações e entretenimento provenientes da televisão.

Esta Norma estabelece diretrizes gerais a serem observadas para <acessibilidade em comunicação na televisão>, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 1. IV.1.4)

Nota A Norma ABNT nº 15290, de 2005, estabelece as diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na televisão.

Equiv. ***accesibilidad en comunicación***

acessibilidade em veículos automotores sf

Condições de dirigibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Esta Norma contém as seguintes partes, sob o título geral "<Acessibilidade

em veículos automotores>": - Parte 1: Requisitos de dirigibilidade; - Parte 2: Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida; - Parte 3: Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado. (ABNT, NBR, 14970-2, 2003, p. 2. III.2.2)

Nota A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT contém a norma com título geral de "Acessibilidade em veículos automotores", a qual é dividida em três partes: NBR 14970-1, 2003, Requisitos de dirigibilidade; NBR 14970-2, 2003, Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida; NBR 14970-3, 2003, Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado.

Cf. **acessibilidade; dirigibilidade**

Equiv. *accesibilidad en vehículos automotores*

acessibilidade instrumental sf

Acesso com ausência de barreiras em instrumentos e ferramentas de trabalho, estudo, lazer e qualquer outro utensílio necessário na vida diária.

<Acessibilidade instrumental>: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho, etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.).(GARCIA, R. A. S., 2012, p. 119. GE)

Equiv. *accesibilidad instrumental*

acessibilidade metodológica sf

Acesso com métodos e técnicas que permitam à pessoa com deficiência a execução de tarefas, dentro de suas potencialidades e respeitando suas limitações.

<Acessibilidade metodológica> (sem barreiras de métodos e tecnologias nas questões de estudo, trabalho, vida social); (MARI, C. M. M., 2011, p. 25. GE)

Equiv. *accesibilidad metodológica*

acessibilidade na educação superior sf

Eliminação de barreiras físicas, comportamentais, comunicacionais e pedagógicas no ensino superior.

<Acessibilidade na Educação Superior> (Incluir): propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior. Apresenta, como principal objetivo, fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades públicas, os quais respondem pela organização de ações institucionais que assegurem a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (BASTOS, F. R., 2012, p. 50-51. I.3.2)

Nota Em 2007, o Ministério da Educação lançou a Portaria Normativa n. 14, a qual tratou do Programa Incluir, sobre acessibilidade na educação.

Cf. **programa incluir**

Equiv. *acceso a la enseñanza superior*

acessibilidade no interior das aeronaves sf

Condições que as aeronaves devem apresentar para serem acessíveis por pessoas com deficiência, como espaço para cadeira de rodas de bordo, assentos específicos, lavatórios adaptados e tripulação preparada.

<Acessibilidade no interior das aeronaves> - As aeronaves com mais de 100 assentos devem dispor de no mínimo uma cadeira de rodas de bordo, dobrável, com dimensões compatíveis (quando armada) com os vãos livres do interior das aeronaves, em especial corredores e lavatórios. (ABNT, NBR, 14273, 1999, p. 3. III.2.1)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. *accesibilidad al interior de las aeronaves*

acessibilidade no sistema de transporte aquaviário sf

Condições de acesso em meios de transporte aquaviários por pessoas com deficiência.

<acessibilidade no sistema de transporte aquaviário>: Possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, dos

espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, comunicação e informação no sistema de transporte aquaviário. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 2. III.2.1)

Cf. **acessibilidade**

Equív. ***accesibilidad al sistema de transporte acuaviario***

acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano sf

Condições de acesso ao transporte de trem por pessoas com deficiência.

Esta Norma estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para <acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano>, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.1.2 No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos, foram consideradas as diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente pela população (...). (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 1. III.2.1)

Cf. **acessibilidade**

Equív. ***accesibilidad al sistema de tren urbano o metropolitano***

acessibilidade programática sf

Acesso com inexistência de barreiras invisíveis embutidas em leis, regulamentos e políticas públicas.

<Acessibilidade programática> (sem barreiras invisíveis incluídas em políticas públicas, normas, regulamentos); (MARI, C. M. M., 2011, p. 25. GE)

Equív. ***accesibilidad programática***

acessível adj

Característica daquilo que possui acessibilidade, como espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

A redução das barreiras arquitetônicas é de suma importância para que os deficientes físicos possam usufruir das áreas de lazer. Só dessa maneira teremos uma democratização cultural do lazer, pois democratizar significa tornar <acessível> para todos. (RIBEIRO, N. M. S., 2008, p. 15. GE)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. *accesible*

acesso à posição de dirigibilidade sm

Modo em que a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida tem acesso ao veículo automotor para poder dirigir, que pode ser feita com ajuda de terceiros, de equipamentos ou de forma autônoma.

Antes de iniciar a condução de seu veículo, o c.m.r., de forma autônoma ou com o auxílio de equipamentos ou com ajuda de terceiros, deve ter <acesso à posição de dirigibilidade> para sua condição físico-motora.(ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Cf. **posição de dirigibilidade**

Equiv. *acceso a la posición de conducción*

acesso com código Morse sm

Acessibilidade ao computador por meio do sistema de representação de letras, números e sinais de pontuação conhecido como código morse.

O sistema para <acesso com código Morse> para controlar o computador depende de um software específico e de um acionador para a entrada dos comandos, não apenas do alfabeto e dos números, mas também os outros caracteres utilizados no uso do computador e as funções do mouse. O usuário precisa ter boa capacidade de abstração, memória e habilidade para ativar o acionador repetidas vezes. (MARTINS, D. S., 2011, p. 81. IV.1.1)

Nota O Código Morse foi desenvolvido em 1835 por Samuel Finley Breese, e é um sistema binário de representação à distância de números, letras e sinais gráficos, utilizando-se de sons curtos e longos, além de pontos e traços para transmitir mensagens.

Cf. **acessibilidade ao computador**

Equiv. *acceso con código morse*

acesso ao mercado de trabalho sm

Forma de inclusão social da pessoa com deficiência.

Uma sociedade que seja minimamente igualitária pressupõe equidade entre todos os cidadãos, seja de <acesso ao mercado de trabalho>, à

informação, assim como possibilidades de deslocamento na cidade.
(AUAD, J. C., 2007, p. 3. II.1)

Equiv. ***acceso al mercado laboral***

acesso aos comandos de dirigibilidade sm

Condições físicas de acesso a todos os comandos de dirigibilidade pela pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

<Acesso aos comandos de dirigibilidade> O c.m.r. deve apresentar condições de acessar os comandos de dirigibilidade de forma autônoma, ou seja, o(s) membro(s) destinado(s) ao controle de um determinado comando de dirigibilidade deve(m) ter condições para acessá-lo por conta própria, sem o auxílio de um outro membro. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Cf. **comandos de dirigibilidade; dirigibilidade**

Equiv. ***acceso a los comandos de conducción***

acesso da PcD ao ensino superior sm

Pauta de discussões para as diretrizes políticas de inclusão educacional das pessoas com deficiência.

Convém mais uma vez lembrar que além do <acesso da PcD ao ensino superior> se deve garantir as condições de permanência nele. Faz-se necessário viabilizar uma política pública e institucional que responda às reais necessidades desses estudantes, desenvolvendo um processo de adequação, em curto e longo prazo. (NASCIMENTO, V. C. G., 2011, p. 42. I.3.2)

Equiv. ***acceso de los estudiantes con discapacidad a la enseñanza superior***

acesso direto ao computador sm

Possibilidade de uso do computador pela pessoa com deficiência sem necessidade de adaptações ou de auxílio de outra pessoa.

Encontram-se também uma infinidade de alternativas em teclado e mouse para facilitar o <acesso direto ao computador> de determinadas pessoas com deficiência física. (MARTINS, D. S., 2011, p. 63. IV.1.1)

Equiv. ***acceso directo al ordenador***

acesso em nível sm

Nivelamento do nível de acesso da pessoa com deficiência ao meio de transporte, que pode ser feito por plataforma elevatória, rampa ou outros dispositivos de acessibilidade.

<acesso em nível>: condição que permite a transposição da fronteira, estando o piso interno do veículo e a área de embarque/desembarque em nível (...). (ABNT, NBR, 14022, 2006, p. 2. III.2.1)

Cf. **acessibilidade; plataforma elevatória; rampa de acesso**

Equiv. *acceso en nivel*

acionador artesanal sm

Adaptação de mouse de computador ou outros acionadores feita artesanalmente.

Para o aluno que possui a habilidade de utilizar o acionador de pressão é possível transformar o mouse comum em <acionador artesanal>, através de uma adaptação muito simples. Para fazer esta adaptação você necessitará de uma capa de álbum de fotografia (de 1 foto por página), de um pedaço de espuma, tesoura e cola. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 40. IV.1.1)

Cf. **acionadores; tecnologia assistiva**

Equiv. *dispositivo de accionamento artesanal*

acionador com vibração sm

Adaptação de mouse de computador ou outros acionadores que vibram para indicar o acionamento do dispositivo.

<Acionador com Vibração> (Technical Solutions). O percurso de movimento é a distância que a superfície de contato deve mover-se desde a posição inicial até o ponto de ativação. (MARTINS, D. S., 2011, p. 78. IV.1.1)

Cf. **acionadores; tecnologia assistiva**

Equiv. *dispositivo de accionamento con vibración*

acionador de agarrar sm

Adaptação na estrutura física do mouse de computador ou outros acionadores para que possa ser utilizado por pessoas com deficiência que afete os movimentos das mãos.

A resposta sinestésica se refere à sensação de movimento e sua ação nos músculos e tendões. Este tipo de resposta é importante para indivíduos com sensibilidade diminuída que precisam de uma resposta maior para sentir a musculatura funcionar como nos <acionadores de agarrar>. (MARTINS, D. S., 2011, p. 77. IV.1.1)

Cf. **acionadores; tecnologia assistiva**

Equiv. ***dispositivo de accionamento con ergonomía***

acionador de pressão sm

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa utilizar a parte do corpo com maior habilidade para o movimento de acionamento.

<Acionadores de pressão> São acionadores que funcionam pelo movimento de pressão realizado pelo aluno com o auxílio das mãos, dedos, cabeça, pés ou outras partes do corpo. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 36. IV.1.1)

Cf. **acionadores; tecnologia assistiva**

Equiv. ***pulsadores***

acionador de sopro ou sucção sm

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa ativar sua função por meio de sopro ou sucção em um tubo.

<Acionador de sopro ou sucção> São acionadores que reconhecem como comandos, o sopro ou a sucção realizados em um canudo ou tubo em contato com a boca do usuário. É indicado para dificuldades motoras severas, como as que apresentam quadros de distrofias ou lesões do tipo tetraplegia. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 37. IV.1.1)

Sin. **mouse de controle labial**

Cf. **acionadores especializados**

Equiv. ***pulsador de sopro o succión***

acionador de tração sm

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa puxar um cordão de acionamento amarrado na parte do corpo com maior habilidade.

<Acionadores de tração> São ativados pelo movimento de puxar. São indicados para os alunos que apresentam dificuldade em apertar o acionador de pressão ou que não conseguem retirar a mão do acionador depois de realizar o pressionamento. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 36. IV.1.1)

Cf. **acionadores; tecnologia assistiva**

Equiv. ***dispositivo de accionamiento por tracción***

acionador em fita sm

Var. **acionador do tipo fita**

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa ativar sua função flexionando a fita em duas direções.

É importante considerá-la nos casos em que o usuário apresenta movimentos extremos ou excessivos já que o movimento pode continuar mesmo após o acionador ser ativado como no <acionador do tipo fita> ou aba. (MARTINS, D. S., 2011, p. 78. IV.1.1)

Cf. **acionadores; tecnologia assistiva**

Equiv. ***pulsador con cinta***

acionador por infravermelho sm

Var. **acionador infravermelho**

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa ativar sua função por meio de movimentos detectados por raios infravermelhos.

Ele utiliza um sistema de acesso ao computador que envolve um acionador bastante sensível ao toque posicionado em sua mão (já utilizou também <acionador infravermelho> ativado por movimento de contração da bochecha). (MARTINS, D. S., 2011, p. 20. IV.1.1)

Cf. **acionadores especializados**

Equiv. ***accionamiento por infrarrojos***

acionadores sm

Var. **chaves acionadoras**

Dispositivos utilizados para acionar as funções de um mouse de computador, de comunicadores, de brinquedos adaptados e demais dispositivos eletrônicos.

São também chamadas de AJUDAS TÉCNICAS, com vista a atender às diferenciadas deficiências no campo motor, visual, auditivo e oral dos PNEEs. Ex: simuladores, <acionadores>, sensores que possibilitem efetivar o processo de interação com esses usuários. (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 69. IV.1.1)

Equiv. ***dispositivos de accionamiento***

acionadores de contração muscular sm

Var. **acionador por contração muscular**

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa ativar sua função por meio de contrações musculares.

<Acionadores de contração muscular> São acionadores que captam a contração muscular e podem ser colocados em qualquer músculo que realize esta ação voluntariamente. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 38. IV.1.1)

Cf. **acionadores especializados**

Equiv. ***dispositivos de accionamiento por contracción muscular***

acionadores especializados sm

Dispositivos de acionamento específicos para pessoas que não possuem movimentos voluntários e controlados de dedos, mãos, braços, pés, pernas e cabeça.

Os <acionadores especializados> são ativados por outros meios como através do sopro ou sucção (Fig. 39), de raios infravermelhos que percebem o movimento e do piscar dos olhos (Fig. 40), por contração muscular (Fig.

41) ou pelo som, neste caso um microfone funciona como acionador captando um determinado volume de som emitido pelo usuário associado a um software. (MARTINS, D. S., 2011, p. 79. IV.1.1)

Cf. **acionadores**

Equiv. ***dispositivos de accionamiento especializados***

acionadores por voz sm

Var. **acesso por reconhecimento de voz**

Adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa ativar sua função por meio do som da voz.

Já os <acionadores por voz>, são ativados pelo comando vocal do usuário. (RAFANI, S. M., 2010, p. 34. IV.1.1)

Cf. **acionadores especializados**

Equiv. ***dispositivos de accionamiento por voz***

acuidade visual sf

Capacidade do olho humano em discriminar atributos de objetos a determinadas distâncias.

<Acuidade visual>: é a capacidade visual de cada olho (monocular) ou dos dois olhos em conjunto (binocular).(GIL, F. C. M., 2009, p. 24. GE)

Nota Ela pode ser medida por meio da “Tabela de Snellen”, formada por uma série progressiva de letras aleatórias de diferentes tamanhos usadas para medir a visão à distância.

Equiv. ***agudeza visual***

ações afirmativas sf

Medidas compensatórias de política pública ou privada tomadas em combate à marginalização, à desigualdade e à discriminação por motivos étnicos, raciais, religiosos, de gênero.

As <ações afirmativas> podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da

discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (BARBOSA, F. K., 2009, p. 48. GE)

Equiv. ***acciones afirmativas***

adaptabilidade¹ sf

Capacidade de um produto, sistema ou ambiente sofrer adaptações necessárias para tornarem-se acessíveis a todos os indivíduos.

Adaptabilidade: sendo desde as possibilidades de personalização do sistema que são oferecidas ao usuário (flexibilidade) até o fato da estrutura do sistema precisar estar adaptada a usuários de diferentes níveis de experiência. (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 62-63. IV.1.1)

Equiv. ***adaptabilidad***

adaptabilidade² sf

Capacidade de um indivíduo em adaptar-se a um ambiente.

Integração seria um processo mais conservador dos mecanismos em vigor, já que dependeria da adaptabilidade do indivíduo, podendo ele estar integrado a um ambiente regular, ou a um meio dotado de condições especiais. (DOVAL, J. L. M., 2006, p. 49. IV.1.1)

Equiv. ***adaptabilidad***

adaptação de instalações desportivas sf

Transformação dos locais para a prática de atividade esportiva em locais acessíveis.

Ainda, serão apoiadas prioritariamente a manifestação desportiva, de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de desenvolvimento de recursos humanos especializados; promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais; pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e construção, ampliação, recuperação e <adaptação de instalações desportivas> e de lazer. (SECÇÃO, OABSP, 2007, p. 54. I-I.1)

Equiv. ***adaptación de instalaciones deportivas***

adaptação profissional sf

Habilitação ou reabilitação profissional da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho.

Art. 89 - A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re) educação e de (re) <adaptação profissional> e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. (AMORIN, B. M. P., 2009, p. 79. II.1)

Equiv. ***adaptación profesional***

adaptações de hardware sf

Modificação na estrutura física do computador para suprir necessidades específicas de uso dos indivíduos.

<Adaptações de hardware>: São todos os aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador, nos periféricos, ou mesmo, quando os próprios periféricos, em suas concepções de construção, são especiais e adaptados. (NETO, H. C. A., 2007, p. 55. IV.1.1)

Equiv. ***adaptación de hardware***

adaptações físicas ou órteses sf

Modificações e ajustes necessários na posição do indivíduo e nos equipamentos de hardware para o uso do computador.

<Adaptações físicas ou órteses>: São todos os aparelhos ou adaptações fixadas e utilizadas no corpo do aluno e que facilitam a interação do mesmo com o computador. (NETO, H. C. A., 2007, p. 55. IV.1.1)

Cf. **adaptações de hardware; adaptabilidade¹**

Equiv. ***adaptaciones físicas u órtesis***

adaptações veiculares sf

Alterações técnicas feitas em automóveis para possibilitar sua direção por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Assim, as <adaptações veiculares> constituem-se como uma das formas de ajuda técnica ou equipamento de autoajuda, que permitem acessibilidade

da pessoa com deficiência em automóvel particular, garantindo a equiparação de oportunidade para o "ir e vir", e que igualmente avalizam os princípios de dignidade e igualdade, fundamentados constitucionalmente pela União (BRASIL, 2006). (ANDRADE, V. S.; CAVALCANTI, A.; RESENDE, M. G. A. 2012, p. 74. III.2.2)

Cf. **ajudas técnicas**

Equiv. ***adaptación de vehículos***

adaptado adj

Fras. **ambiente adaptado**

Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Grande parte dos professores das escolas comuns acreditam que ensino escolar individualizado e <adaptado> é o mais adequado para atender em suas necessidades escolares, aos que têm dificuldades de aprender e aos alunos com deficiência, principalmente quando se trata de educandos com deficiência mental. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006. p. 207. GE)

Equiv. ***adaptado***

adaptável adj

Aquilo que se pode adaptar para se tornar acessível, como espaços, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou outros elementos.

<Adaptável> - Uso Flexível. Design de produtos que atendem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo <adaptáveis> a qualquer uso. (SILVEIRA, C. M., 2010, p. 65. GE)

Equiv. ***adaptable***

adequado adj

Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

Só é permitida a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" na identificação de serviços cujo uso seja comprovadamente <adequado> às pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, Lei nº 7.405, 1985, p. 1. GE)

Equiv. ***adecuado***

ajuda técnica sf

Produtos, instrumentos, tecnologias, equipamentos e procedimentos que favoreçam à autonomia pessoal, total ou assistida, das pessoas com deficiência permanente ou temporária.

<ajuda técnica>: Qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.2)

Sin. **tecnologia assistiva**

Equiv. ***ayuda técnica***

altas habilidades/supertodação sf

Sigla **AH/SD**

Fras. **alunos com altas habilidades/supertodação**

Habilidade superior em alguma área do conhecimento, apresentando desempenho elevado em relação aos demais.

III – <altas habilidades/supertodação>, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/01) (TOZZO, C. R., 2007, p. 36. I.3.1)

Equiv. ***superdotación y altas capacidades***

altura mínima de visão sf

Posição ideal que o condutor com deficiência ou mobilidade reduzida deve ficar com relação ao seu ponto de visão acima do volante.

<Altura mínima de visão>O c.m.r. deve manter seus olhos posicionados no mínimo 3 cm acima de uma linha horizontal que tangencia o diâmetro máximo superior do volante do veículo. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Equiv. ***posición correcta para conducir***

aluno com necessidades educacionais especiais sm

Sigla **ANEE**

Var. aluno com necessidade educacional especial

Aluno que necessita de atendimento educacional especializado.

<Aluno com necessidade educacional especial>, segundo Marchesi (2004) significa que o aluno apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade (p.19). (AMAZONAS, M. M. P., 2008, p. 22. I3-I.3.1)

Cf. atendimento educacional especializado; necessidades educacionais especiais

Equiv. *alumnos con necesidades educativas especiales*

alta tecnologia sf

Recursos eletrônicos tecnologicamente avançados.

<alta tecnologia>: tecnologia eletrônica, incorporada através de dispositivos, como por exemplo, cadeiras de rodas de propulsão motorizada, equipamentos de comunicação alternativa, como computadores adaptados e softwares apropriados; (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 69. IV.1)

Equiv. *alta tecnología*

ambiente adequado sm

Condições necessárias para o atendimento educacional especializado.

O que deveria ser feito para ter uma educação inclusiva é a preparação do ambiente e dos profissionais pra depois receber a pessoa, e tá acontecendo ao contrário, nós temos colocado as pessoas com deficiência dentro da escola, dentro das salas sem um professor preparado, sem um <ambiente adequado> com acessibilidade, isso em todos os segmentos. (SILVA, E. A., 2012, p. 115. I.3.1)

Equiv. *ambiente adecuado*

ambiente de trabalho adequado sm

Condições necessárias para a inclusão da pessoa com deficiência na instituição empregadora.

A Constituição Federal de 1988 assegurou em seu sistema jurídico o direito

de todo trabalhador exercer seu labor num <ambiente de trabalho adequado>. Se este direito existe para o trabalhador em geral deve ser ainda mais observado em relação à pessoa com deficiência, porque a existência de meio ambiente inadequado apresenta-lhe dois aspectos perversos: o primeiro é impeditivo do próprio trabalho. (CEZAR, K. R., 2010, p. 67. II.1)

Equiv. ***ambiente de trabajo adecuado***

ambientes facilitadores sm

Ambientes com acessibilidade na estrutura física, no atendimento e na prestação de serviços e no comportamento pessoal.

<Ambientes facilitadores>. Os ambientes - físico, social e comportamental - podem incapacitar as pessoas com deficiências, ou fomentar sua participação e inclusão. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) estabelece a importância das intervenções para melhorar o acesso a diferentes áreas do ambiente, incluindo edifícios e estradas, transporte, informação e comunicação. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 6. GE)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. ***ambientes facilitadores***

amputados sm

Categoria de atletas com deficiência elegível para competições paraolímpicas.

Atualmente as Paraolimpíadas são realizadas trinta dias após as Olimpíadas, no mesmo local, e participam atletas portadores de deficiências visual, paralisados cerebrais, <amputados>, deficientes físicos (seqüela de pólio e Les Autres). (ROSADAS, S. C., 2000, p. 47. I.1)

Equiv. ***atletas amputados***

andador sm

Órtese que auxilia na locomoção em pé da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

A norma também apresenta dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé, com e sem o uso de órteses, como: bengala; <andador>; muletas. (MORAES, M. C., 2007, p. 73. IV.2)

Cf. **órtese**

Equiv. ***andador***

aparelho de amplificação sonora individual sm

Sigla **AASI**

Prótese auditiva para captar o som, amplificar e tratar o sinal acústico para pessoas com baixa audição.

A área de dispositivos aplicados a surdez, como é o caso do <aparelho de amplificação sonora individual>, apresenta constante inovação tecnológica, o que pode motivar os profissionais a buscar informações atualizadas. (BASTOS, B. G., 2011, p. 140. IV.2)

Cf. **prótese**

Equiv. ***aparato de amplificación sonora individual***

aparelho locomotor sm

Funcionamento em conjunto dos sistemas ósseo e muscular do corpo humano, com a função de locomoção.

O movimento humano pode ser avaliado como sendo uma complexa relação de diferentes sistemas, que, agindo conjuntamente, exercem a função de fazer funcionar dentro de um padrão de normalidade o <aparelho locomotor> de cada pessoa. (MIRON, E. M., 2011, p. 56. IV.2)

Equiv. ***aparato locomotor***

aplicabilidade dos recursos pedagógicos sf

Pertinência ou não da utilização de recursos pedagógicos adaptados para alunos com deficiência.

Destacamos em especial algumas atribuições que favorecem e confirmam os objetivos dessa pesquisa, tais como o item b, em que relata a ação de programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a <aplicabilidade dos recursos pedagógicos> e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola. (EMER, S. O., 2011, p. 86. I.3.1)

Cf. **recursos pedagógicos adaptados**

Equiv. ***aplicabilidad de los recursos pedagógicos***

apoio de tripé sm

Var. **bengala tripé**

Tipo de bengala com base formada por três pés de apoio.

é necessário que o projetista leve em consideração neste nível, e ao longo de todo o projeto, os parâmetros das dimensões para deslocamento de pessoas em pé e em cadeiras de rodas, incluindo usuários de: uma e duas bengalas, andador com rodas, andador rígido, muletas, <apoio de tripé>, bengala de rastreamento e cão guia. (BITENCOURT, R. S., 2008, p. 198. IV.2)

Equiv. ***bastón trípode***

apoio e colaboração sm

Princípios orientadores da prática de ensino inclusiva.

<Apoio e colaboração> - Esse princípio contribui para romper com as práticas de ensino individualizadas que não favorecem a cooperação entre os estudantes de forma que atinjam resultados de aprendizagem satisfatórios para todos. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 321. I.3.1)

Nota Conforme o material de formação docente proposto pelo Ministério da Educação em 2005, intitulado "Educar na diversidade", o docente deve-se orientar-se pelos seguintes princípios: Aprendizagem ativa e significativa - encorajar os alunos a participarem de atividades escolares cooperativas; Negociação de objetivos - considerar a motivação e interesse dos alunos; Demonstração, prática e feedback - apresentar a prática das teorias e gerar reflexões; Avaliação contínua - avaliar o progresso do aluno; Apoio e colaboração - favorecer à colaboração entre os alunos.

Cf. **avaliação contínua**

Equiv. ***apoyo y colaboración***

apoio para os membros inferiores sm

Suporte entre o assento do carro e os membros inferiores do condutor com deficiência.

<Apoio para os membros inferiores> Caso o c.m.r. não consiga apoiar o(s) membro(s) inferior(es) utilizado(s) ou não no assoalho original do veículo, deve ser usado um apoio para o(s) membro(s). (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Equiv. ***apoyo para miembros inferiores***

aprendizagem ativa e significativa sf

Princípio orientador da prática de ensino inclusiva.

<Aprendizagem ativa e significativa> - Constituída por abordagens didáticas que encorajam a participação dos estudantes em atividades escolares cooperativas, durante as quais os estudantes se agrupam e resolvem tarefas ou constroem conhecimentos juntos. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 320. I.3.1)

Nota Conforme o material de formação docente proposto pelo Ministério da Educação em 2005, intitulado "Educar na diversidade", o docente deve-se orientar-se pelos seguintes princípios: Aprendizagem ativa e significativa - encorajar os alunos a participares de atividades escolares cooperativas; Negociação de objetivos - considerar a motivação e interesse dos alunos; Demonstração, prática e feedback - apresentar a prática das teorias e gerar reflexões; Avaliação contínua - avaliar o progresso do aluno; Apoio e colaboração - favorecer à colaboração entreos alunos.

Cf. **negociação de objetivos**

Equiv. ***aprendizaje activo y significativo***

aproximação e alcance sf

Crítérios de acessibilidade para construção e instalação de caixas de autoatendimento bancário.

<Aproximação e alcance >4.15.1 Os equipamentos localizados em edificações ou quiosques devem ser instalados em rotas acessíveis e permitir aproximação frontal ou lateral, conforme especificado na ABNT NBR 9050. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 17. IV.1.3)

Nota A Norma ABNT NBR 15250, de 2005, trás as diretrizes para construção e instalação de caixas de autoatendimento bancário acessíveis.

Equiv. ***aproximación y alcance***

área de aproximação sf

Espaço sem barreiras para que a pessoa em cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se a utilizar o mobiliário com autonomia e segurança.

Já a <área de aproximação> é a área livre necessária para que uma pessoa em cadeira de rodas possa utilizar com conforto, autonomia e segurança, um equipamento ou elemento do espaço, avançando sob ele entre 0,25 m e 0,55 m. (MORAES, M. C., 2007, p. 76. III.1.1)

Equiv. ***área de aproximación***

área de resgate sf

Espaço reservado para a pessoa com deficiência aguardar socorro, em caso de emergência, com acesso rápido para a saída.

<área de resgate>: Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 2. III.1.1)

Equiv. ***área de rescate***

área de transferência sf

Espaço necessário para que a pessoa em cadeira de rodas possa se transferir ao mobiliário.

A <área de transferência> é a área livre necessária para que uma pessoa consiga se transferir para uma superfície de altura semelhante a da sua cadeira de rodas. (MORAES, M. C., 2007, p. 76. III.1.1)

Equiv. ***área de transferencia***

assento para acompanhante sm

Assento localizado junto a espaços reservados para pessoas em cadeira de rodas, pessoa com mobilidade reduzida e pessoa obesa em cinemas, teatros, auditórios e similares.

Os cinemas, teatros, auditórios e similares devem possuir, na área destinada ao público, espaços reservados para P.C.R., assentos para P.M.R. e assentos para P.O., atendendo às seguintes condições: (...) estar

localizados junto de <assento para acompanhante>, sendo no mínimo um assento e recomendável dois assentos de acompanhante; (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 80. I.2)

Equiv. ***plaza para acompanhante***

assento preferencial sm

Assento reservado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos, gestantes, pessoas com criança de colo em transporte público, repartições públicas, cinemas, teatros, auditórios e outros estabelecimentos de natureza similar.

<assento preferencial>: Assento localizado no terminal ou na embarcação, destinado a utilização preferencial por idosos, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e pessoas com crianças de colo. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 2. III.1.1)

Nota Alguns estabelecimentos também oferecem assento preferencial para obesos.

Equiv. ***asiento reservado***

assistência com contato mínimo sf

Dependência de escala número quatro da Medida de Independência Funcional – MIF, quando a pessoa com deficiência faz 75% ou mais de suas atividades diárias sem ajuda de outras pessoas.

<Assistência com o contato mínimo> (quatro) - quando é preciso apenas tocar a pessoa em auxílio para a realização das tarefas, ou quando o paciente faz 75% ou mais do trabalho; (SILVA, G. A. da., 2015, p. 67. IV.2)

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. ***asistencia de contacto mínimo***

assistência máxima sf

Dependência de escala número dois da Medida de Independência Funcional – MIF, quando a pessoa com deficiência faz pelo menos 25% de suas atividades diárias sozinha, e precisa de ajuda física de outra pessoa.

<Assistência máxima> (dois) - quando é preciso tocar a pessoa, realizando grande esforço de auxílio e o paciente colabora com menos de 50% do esforço, mas faz pelo menos 25%; (SILVA, G. A. da., 2015, p. 67. IV.2)

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. *asistencia máxima*

assistência moderada sf

Dependência de escala número três da Medida de Independência Funcional – MIF, quando a pessoa com deficiência faz de 50 a 75% de suas atividades diárias sem ajuda de outra pessoa.

<Assistência moderada> (três) - quando é preciso mais do que apenas tocar ou quando a pessoa executa de 50 a 75% do trabalho.(SILVA, G. A. da., 2015, p. 67. IV.2)

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. *asistencia moderada*

assistência pessoal sf

Intervenções não institucionais realizadas por pessoas capacitadas adarem suporte e auxílio às pessoas com deficiência, que abrangem cuidados pessoais, domiciliares, acessibilidade aos serviços gerais prestados por toda a comunidade, acesso à informação e comunicação.

Um serviço de <assistência pessoal> avaliado pelo Centro Sêrvio para uma Vida Independente mostrou que o esquema era mais barato que os serviços de cuidado institucional. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 156. IV.2)

Equiv. *asistencia personal*

assistência total sf

Dependência de escala número um da Medida de Independência Funcional – MIF, quando a pessoa com deficiência faz menos de 25% de suas atividades diárias sozinha e a ajuda de outra pessoa é fundamental.

Assistência total (um) – a pessoa faz menos de 25% do trabalho.(SILVA, G. A. da., 2015, p. 67. IV.2)

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. ***asistencia total***

assistente pessoal sm

Pessoa capacitada para o auxílio diário a pessoas com deficiência ou necessidade específica.

Um <assistente pessoal> ajuda um cadeirante a ir a encontros ou ao trabalho. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 143. IV.2)

Cf. **assistência pessoal**

Equiv. ***asistente personal***

assistentes CBR sm

Pessoas contratadas ou que trabalham voluntariamente em algum programa de reabilitação baseada na comunidade.

Os <Assistentes CBR> podem ser funcionários contratados ou voluntários. Eles desempenham uma série de atividades nos programas CBR que incluem a identificação de pessoas, o suporte às famílias, e o encaminhamento aos serviços respectivos. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 308. IV.2)

Cf. **reabilitação baseada na comunidade**

Equiv. ***asistente CBR***

Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas sf

Acrônimo **Abradecar**

Entidade nacional que dirige o esporte para atletas em cadeira de rodas, filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

A <Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas> foi Fundada em 09 de dezembro de 1984, mas só foi reconhecida como entidade nacional de dirigente do desporto após a criação de três regionais, o que ocorreu em 30 de setembro de 1987. (ARAÚJO, P. F., 1997, p. 62. I.1)

Cf. **comitê paralímpico brasileiro**

Equiv. ***Federación Española de Deportes de Personas con Discapacidad Física - FEDDF***

Associação Brasileira de Desporto para Amputados sfSigla **ABDA**

Entidade nacional que dirige o esporte para atletas amputados, filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Atualmente, com a participação crescente do deficiente em atividades esportivas, foram criadas entidades de deficiências afins. Hoje as associações que compõem o Comitê Paraolímpico Brasileiro são: Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC), <Associação Brasileira de Desporto para Amputados> (ABDA). (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 34. I.1)

Cf. **comitê paralímpico brasileiro**Equiv. ***Federación Española de Deportes de Personas con Discapacidad Física - FEDDF*****Associação Brasileira de Desporto para Cegos sf**Sigla **ABDC**

Entidade nacional que dirige o esporte para atletas cegos, filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

A <Associação Brasileira de Desporto para Cegos> - ABDC-, foi fundada em 19 de janeiro de 1984 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, de acordo com a Art. 186, do Decreto 80.228 de 25 de agosto de 1977 e das resoluções 14/83 e 01/84, do Conselho Nacional de Desporto- CND. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituindo-se em uma Entidade de Administração Esportiva de âmbito nacional, com personalidade jurídica e patrimônio próprio. (ARAÚJO, P. F., 1997, p. 60. I.1)

Cf. **comitê paralímpico brasileiro**Equiv. ***Federación Española de Deportes para Ciegos–FDEC*****Associação Brasileira de Desporto para Deficiente Mentais sf**Sigla **ABDEM**

Entidade nacional que dirige o esporte para atletas deficiente mentais, filiada ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Na estrutura vigente, as entidades de administração do Desporto estão assim organizadas: Comitê Paraolímpico Brasileiro, com cinco filiações: -

<Associação Brasileira de Desporto para Deficientes Mentais>(ABDEM).
(TEODORO, C. M., 2006, p. 59. I.1)

Cf. **comitê paraímpico brasileiro**

Equiv. ***Federación Española de Deportes para Discapacitados Intelectuales – FEDDI***

Associação Brasileira de Desporto para Deficientes sf

Sigla **ANDE**

Primeira entidade criada para o desenvolvimento e organização do esporte para pessoas com deficiência.

ANDE - <Associação Nacional de Desporto Para Deficientes> Fundada em 18 de agosto de 1975, esta organização foi a primeira a se organizar no país, em relação ao desporto para portadores de deficiência. (ROSADAS, S. C., 2000, p. 49. I.1)

atendimento educacional especializado sm

Sigla **AEE**

Conjunto de ações em prol da inclusão e permanência do aluno com deficiência no ensino regular.

Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados <atendimento educacional especializado>, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas. (BENDINELLI, R. C., 2012, p. 72. I.3.1)

Equiv. ***atención educativa especializada***

atendimento prioritário sm

Var. **atendimento priorizado; atendimento específico**

Fras. **atendimento prioritário às pessoas com deficiência**

Tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência, bem como àquelas com mobilidade reduzida ou com necessidades específicas, como idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo.

Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as

empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar <atendimento prioritário> às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (SANTOS, A. C.. 2013, p. 60. GE)

Equiv. ***atención prioritaria***

atividades da vida diária sf

Sigla **AVD**

Var. **atividades pessoais da vida diária (APVD; atividades básicas da vida diária (ABVD))**

Capacidade funcional do indivíduo relacionada ao cuidado com o corpo e com o ambiente em que vive.

Na visão de Crepeau (2002), as <atividades da vida diária> são aquelas relacionadas com o cuidado do indivíduo com seu próprio corpo.(BASSO, L., 2012, p. 61. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfíncteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Equiv. ***actividades de la vida diaria***

atividade esportiva inclusiva sf

Toda atividade esportiva que leva em consideração as potencialidades e limitações de seus participantes.

Entende-se por <atividade esportiva inclusiva>, toda e qualquer que, levando em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propicie a sua efetiva participação nas diversas atividades esportivas recreativas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. (AZEVEDO,P. H; BARROS, J. D. F., 2004, p. 79. I.1)

Equiv. ***actividad deportiva inclusiva***

atividade motora adaptada sf

Adaptação no modo de execução de uma atividade motora para pessoas com

deficiência.

A <atividade motora adaptada> busca adequar meios para se efetivar um resultado desejado, diante da ausência ou da impossibilidade de usar os meios convencionais, que foram estabelecidos como a maneira correta de se executar ou praticar uma atividade. (TEODORO, C. M., 2006, p. 47. I.1)

Equiv. ***actividad motora adaptada***

atleta cego sm

Praticante de esporte sem capacidade de visão.

Na corrida, o <atleta cego> precisa de guia para acompanhá-lo, que terá como função lhe passar instruções e orientá-lo quanto à pista. Uma cordinha presa à mão faz a ligação entre os dois. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 32. I.1)

Equiv. ***atleta ciego; atleta con discapacidad visual***

atleta com resíduo visual sm

Praticante de esporte com baixa visão ou visão subnormal.

A fim de evitar que <atletas com resíduo visual> obtenham vantagem sobre os atletas cegos, foi criada uma classificação em três níveis de acordo com a sua capacidade visual aferida em testes oftalmológicos. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 25. I.1)

Equiv. ***atleta con resíduo visual***

atleta de alto rendimento sm

Atleta com alto preparo físico supervisionado por especialistas do esporte e da saúde.

Se um profissional qualificado contribui para o aprendizado e melhoria das habilidades motoras, capacidades físicas, psíquicas, entre outras, pode-se interpretar que isto também pode ser um elemento facilitador que favorece uma pessoa com deficiência a tornar-se <atleta de alto rendimento> participando de eventos esportivos nacionais, internacionais e paraolímpicos. (TEODORO, C. M., 2006, p. 90. I.1)

Equiv. ***atleta de alto rendimiento***

atleta paralímpico sm

Var. **atleta paraolímpico**

Atleta com deficiência que participa das paralimpíadas.

(..) para chegar a ser um <atleta paraolímpico> o cara tem que ser bom, tem que ser um atleta e muitas vezes eu vejo que o camarada por ser deficiente e praticar esporte, acha que é um atleta, mas não é. Uma pessoa que se tornou deficiente, ficou paraplégico, aprendeu a nadar, ele acha que é um atleta...não necessariamente...o atleta é uma série de condições que o cara tem que ter. (TEODORO, C. M., 2006, p. 74. I.1)

Nota O termo *paraolímpico* deixou de ser usado desde 2013, prazo dado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para que todas as entidades a ele filiadas fizessem essa atualização ortográfica. A decisão da mudança ocorreu para fins de padronização internacional do termo.

Cf. **paralimpíadas**

Equiv. ***atleta paralímpico***

atleta surdo sm

Var. **atleta com deficiência auditiva**

Pessoa com surdez praticante de algum esporte.

Os <atletas surdos> foram as primeiras pessoas com deficiência a entrarem no cenário esportivo. (SILVA, A. J., 2008, p. 62. I.1)

Equiv. ***atleta sordo; atleta con discapacidad auditiva***

atribuições compatíveis com a deficiência sf

Requisito para a investidura da pessoa com deficiência em cargos públicos ou em empresas privadas.

(..) determina condições específicas de cotas para concursos públicos com o objetivo de assegurar à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas <atribuições> sejam <compatíveis com a deficiência> que possui. (SILVA, M. S., 2013, p. 16. II.1)

Equiv. ***competencias laborales compatibles con la discapacidad***

audiodescrição sf

Descrição clara e objetiva, por meio de áudio gravado ou ao vivo, de informações que não podem ser obtidas por deficientes visuais, geralmente em teatros, cinemas, museus, auditório de programa de televisão, entre outros.

Outra das ferramentas de complementação da audição ao vivo é a <audiodescrição>, concebida especificamente para complementar a experiência do público cego em diversos ambientes (por exemplo: o cinema, obras de teatro), tentando promover igualdade de acesso da informação para quem não enxerga. (MORA, A. B., 2012, p. 70. I.2)

Equiv. ***audiodescripción***

audioguia sm

Reprodução de sons emitidos, principalmente, em ambientes culturais por meio de fones de ouvido ou aparelhos de som portáteis.

O <áudio-guia> é um dos estímulos da audição pré-gravada, é um sistema de registro e reprodução de som para visitas, principalmente de museus ou ambientes culturais, dispostos para o uso do público por meio de fones de ouvido fixos ou reprodutores de som portáteis. (MORA, A. B., 2012, p. 71-72. I.2)

Nota A palavra *audioguia* pode ser encontrada com hífen, como no contexto e em outros textos escritos antes da implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Equiv. ***audioguía***

ausência de membros sf

Var. **falta de membros**

Condição do indivíduo que apresenta um tipo de deficiência física.

Amputação ou <ausência de membros>: perda total de um determinado segmento de um membro (superior ou inferior). (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 43. GE)

Equiv. ***ausencia de miembros***

auto-atualização sf

Preservação da autoestima do indivíduo por meio da atualização de suas capacidades e potencialidades.

<Auto-atualização> é um termo, segundo Ridgway e Boyd (1994) que tem muitos significados, mas, fundamentalmente inclui: aceitação e expressão dos conteúdos íntimos de um indivíduo, ou seja, constante atualização das capacidades e potencialidades, "funcionamento" pleno, disponibilidade da essência humana e pessoal. (BRAZUNA, M. R.; CASTRO, E. M. de., 2001, p. 119. I.1)

Equiv. ***autoactualización***

avaliação contínua sf

Princípio orientador da prática de ensino inclusiva.

<Avaliação contínua> - Na prática de ensino inclusiva, o processo de avaliação é contínuo, no qual os estudantes estabelecem seus objetivos de aprendizagem e formas de avaliar seu progresso em termos da própria aprendizagem. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 321. I.3.1)

Nota Conforme o material de formação docente proposto pelo Ministério da Educação em 2005, intitulado "Educar na diversidade", o docente deve-se orientar-se pelos seguintes princípios: Aprendizagem ativa e significativa - encorajar os alunos a participarem de atividades escolares cooperativas; Negociação de objetivos - considerar a motivação e interesse dos alunos; Demonstração, prática e feedback - apresentar a prática das teorias e gerar reflexões; Avaliação contínua - avaliar o progresso do aluno; Apoio e colaboração - favorecer à colaboração entre os alunos.

Cf. **demonstração, prática e feedback**

Equiv. ***evaluación continua***

avaliação da dirigibilidade sf

Determinação feita por avaliador capacitado se as adaptações veiculares são adequadas às condições de dirigibilidade.

Para a <avaliação da dirigibilidade> do c.m.r., o processo de controle dos comandos de dirigibilidade é idêntico ao do condutor convencional. Em alguns casos existirão diferenças, porém, para que estas diferenças não afetem a segurança do processo de dirigibilidade, convém que o c.m.r.,

juntamente com seu veículo apropriado, cumpram todos os ensaios descritos nesta parte da NBR 14970, que abrangem todas as situações essenciais. (ABNT, NBR, 14970-3, 2003, p. 3. III.2.2)

Cf. **adaptações veiculares; dirigibilidade**

Equiv. ***evaluación de las capacidades de conducción***

baixa tecnologia sf

Recursos com pouca tecnologia ou tecnologia simples de desenvolvimento e utilização.

<baixa tecnologia>: itens de pouca sofisticação, como, por exemplo, instrumentos adaptados para alimentação, faixas ou cintos com velcro; (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 69. IV.1)

Equiv. ***baja tecnología***

baixa visão sf

Tipo de deficiência visual que causa dificuldades em enxergar.

A <baixa visão> se caracteriza por uma acuidade visual menor que 20/70. Não define uma tipificação visual única, pois de acordo com as circunstâncias em que se encontram os indivíduos pode variar bastante. (MIANES, F. L., 2010, p. 22. GE)

Nota A Sociedade Brasileira de Visão Subnormal apresenta as seguintes classes de acuidade visual: visão normal; próxima do normal; baixa visão moderada; baixa visão severa; baixa visão profunda; próximo à cegueira; cegueira total.

Sin. **visão subnormal**

Equiv. ***baja visión***

barras de apoio sf

Elementos de suporte instalados em banheiros e vestiários para permitir autonomia, segurança e mobilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

As <barras de apoio> são elementos instalados nos banheiros que auxiliam as pessoas no uso de seus equipamentos, como bacia sanitária, lavabo, e ducha. (MORAES, M. C., 2007, p. 145. III.1.1)

Equiv. ***barra de seguridad***

barreiras sf

Obstáculos ou restrições à acessibilidade ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, aos produtos e serviços por pessoas com deficiência.

<Barreiras>: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso e o uso do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. GE)

Equiv. ***barrera***

barreiras à comunicação sf

Impedimentos, por quaisquer motivos, no recebimento de informações por meio dos sistemas de comunicação.

<barreiras à comunicação>: Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sendo ou não de massa. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1)

Nota A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. Trata das barreiras nas comunicações e na informação como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Equiv. ***barreras a la comunicación***

barreira arquitetônica sf

Var. **barreira urbanística; barreira ambiental**

Obstáculo natural ou colocado pelo homem em espaços públicos e privados, mobiliários ou equipamentos urbanos quem impedem a autonomia, liberdade de movimento, circulação e aproximação das pessoas com deficiência.

<barreira arquitetônica>, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento

natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 2. III.1.1)

Cf. **equipamentos urbanos**

Equiv. ***barrera arquitectónica***

barreiras atitudinais sf

Atitudes humanas que causam prejuízo físico ou emocional à pessoa com deficiência, de forma consciente ou inconsciente, denotando preconceito, estereótipos e estigmas.

<Barreiras Atitudinais>: são aquelas oriundas das atitudes das pessoas diante da deficiência como consequência da falta de informação e do preconceito, o que acaba resultando em discriminação e mais preconceito. (CASTRO, S. F., 2011, p. 93. GE)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. ***barreras de actitud; barreras actitudinales***

basquete em cadeira de rodas sm

Var. **basquete sobre rodas; basquetebol sobre rodas**

Modalidade esportiva adaptada para pessoas com comprometimento funcional das pernas ou membros inferiores, jogada em cadeira de rodas.

Jogadores de <basquete em cadeira de rodas> surgiram de vários estados americanos. Esses veteranos gradualmente adaptaram as regras e regulamentos do basquetebol regular para suas necessidades específicas. (GOULART, R. R., 2007, p. 35. I-I.1)

Cf. **esporte adaptado**

Equiv. ***baloncesto en silla de ruedas***

beneficiário incapacitado parcial ou totalmente sm

Pessoa com deficiência ou com perda ou redução da capacidade funcional que fazem uso de benefícios da previdência social a fim de habilitação ou reabilitação para o trabalho.

O INSS deverá promover a reabilitação e habilitação profissional e social ao trabalhador <beneficiário incapacitado parcial ou totalmente> para o

trabalho, e às pessoas com deficiência, como também os meios para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. (SECÇÃO, OABSP, 2007, p. 45. II-II.1)

Equiv. ***beneficiario con discapacidad parcial o total***

beneficiários do sistema de cotas sm

Pessoas empregadas pelo sistema de cotas da empresa pública ou privada.

Os <beneficiários do sistema de cotas> são as pessoas com deficiência, cujo conceito foi objeto de estudo no capítulo I, e os trabalhadores reabilitados. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 157. II-II.1)

Cf. **sistema de cotas**

Equiv. ***beneficiario de cuota de reserva***

beneficiários reabilitados sm

Pessoas em processo de reabilitação profissional seguradas previdência social.

Consideram-se <beneficiários reabilitados> todos os segurados vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, submetidos ao processo de reabilitação profissional desenvolvido ou homologado pelo INSS, segundo a legislação. (SECÇÃO, OABSP, 2007, p. 45. II-II.1)

Equiv. ***trabajador rehabilitado***

benefício condicionado sm

Tipo de assistencialismo social que dá apoio financeiro a famílias elegíveis conforme critérios condicionantes.

<Benefício condicionado>: apoio financeiro direcionado às famílias elegíveis e condicionado a um comportamento mensurável. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 311. GE)

Equiv. ***beneficios sociales condicionales***

bengala longa sf

Var. **bengala de rastreamento**

Bastão utilizado na locomoção independente por pessoas cegas.

A <bengala longa> é um instrumento utilizado para permitir a autonomia de deslocamento da pessoa deficiente visual, sendo utilizada para a orientação e mobilidade, percepção e proteção em ambientes externos e internos, como também para o prolongamento do tato e a extensão do dedo indicador. (FERREIRA, L. R. C., 2010, p. 45. IV.2)

Equiv. ***bastón largo***

bola com guizo sf

Bola em cujo interior há guizos que emitem sons de chacoalho durante a prática esportiva, especialmente, por pessoas cegas.

A docente alegou que a estrutura da escola não é adaptada para que estudantes DVs possam fazer educação física, sem contar que não há, na escola, nenhuma <bola com guizo> para que os(as) estudantes deficientes visuais possam jogar e praticar alguma atividade esportiva. (COSTA, V. B., 2009, p. 234. I-I.1)

Equiv. ***balón sonoro***

braços removíveis ou escamoteáveis sm

Assentos em aeronaves e ônibus cujos braços podem ser retirados ou movidos para acomodação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

O passageiro que utilize cadeira de rodas deve ser acomodado em assento disposto ao lado dos corredores, cujos <braços sejam removíveis ou escamoteáveis>. (ABNT, NBR, 14273, 1999, p. 3. III.2.1)

Equiv. ***brazos removibles o escamoteables***

braille sm

Var. ***sistema braille***

Sistema de leitura tátil feito por pontos em relevo que podem ser sentidos por pessoas com deficiência visual.

O Sistema <Braille> é um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por pontos em relevo, o deficiente visual distingue por meio do tato. (RODRIGUES, E. S., 2010, p. 21. IV.1.2)

Nota O Braille foi criado pelo francês Louis Braille no ano de 1827, em Paris. Por

meio da sensibilidade fina do toque, conhecida como sensibilidade epicrítica, a pessoa cega pode distinguir na polpa digital pequenas diferenças de posicionamento entre dois pontos diferentes.

Equiv. ***braille***

cadeiras articuladas sf

Cadeiras que se articulam para ampliar o espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas em cinemas, teatros, auditórios e similares.

Os 2 juízes que marcaram atende plenamente consideraram uma área ampla que existe ao lado dos lugares reservados como essa área de ampliação, o que não ocorreu com os outros juízes que marcaram não atende que consideraram que deveria existir as <cadeiras articuladas> e removíveis e não apenas um espaço vazio. (RIBEIRO, N. M. S., 2008, p. 36. I-I.2)

Equiv. ***butacas articuladas***

cadeiras removíveis sf

Cadeiras que podem ser removidas para ampliar o espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas em cinemas, teatros, auditórios e similares.

(...) espaços reservados para P.C.R., assentos para P.M.R. e assentos para P.O., atendendo às seguintes condições: (...) g) estar preferencialmente instalados ao lado de <cadeiras removíveis> e articuladas para permitir ampliação da área de uso por acompanhantes ou outros usuários (P.C.R. ou P.M.R.). (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 80. I-I.2)

Equiv. ***butacas removíveis***

cadeira de rodas sf

Tecnologia assistiva utilizada para a mobilidade de pessoas com deficiência temporária ou permanente.

Segundo Barbosa Filho et al. (2002), a <cadeira de rodas> é o meio de socialização e transporte mais utilizado pelas pessoas, que de maneira congênita ou adquirida, encontram-se com alguma impossibilidade de locomoção. (MARCUIZZO, L. C., 2012, p. 6. IV.2)

Cf. ***tecnologia assistiva***

Equiv. ***silla de ruedas***

cadeira de rodas esportiva sf

Cadeira de rodas adaptada para a prática de esportes por pessoas com deficiência.

As <cadeiras de rodas esportivas> são dispositivos primordiais para tornar possível a prática esportiva das pessoas com deficiência física nas mais variadas modalidades esportivas sobre rodas. (MELO, F. A. P., 2014, p. 137. I-I.1)

Equiv. ***silla de ruedas deportiva***

cadeira de rodas manual sf

Cadeira de rodas impulsionada manualmente.

<Cadeira de rodas manual>As cadeiras de rodas do tipo manual, mostrados na figura 2-9, são caracterizadas pela propulsão manual, onde o paciente disponibiliza de uma energia corporal maior para propulsão do equipamento. (AMORIN, B. M. P., 2009, p.43. IV.2)

Cf. **cadeira de rodas**

Equiv. ***silla de ruedas manual***

cadeira de rodas motorizada sf

Cadeira de rodas impulsionada por motor elétrico.

Trata-se de uma cadeira de rodas equipada com um motor. TERMO CORRETO: <cadeira de rodas motorizada>(SASSAKI, R. K., 2005, p.2. IV.2)

Cf. **cadeira de rodas**

Equiv. ***silla de ruedas eléctrica***

cadeira de rodas para transbordo sf

Cadeira de rodas com dimensões menores que uma cadeira de rodas comum.

<cadeira de rodas para transbordo>: Aquela utilizada pela pessoa portadora de deficiência para embarcar, desembarcar e circular nos carros em que a largura da porta e corredores não permita a passagem de uma

cadeira de rodas com dimensões usuais.(ABNT, NBR, 14020, 1997, p.1. IV.2)

Cf. **cadeira de rodas**

Equiv. ***silla de ruedas para transbordo***

calçada rebaixada sf

Rampa de acesso em calçadas ou passeios.

<calçada rebaixada>: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 2. III.1.1)

Cf. **rampa de acesso**

Equiv. ***rebaje de bordillo; acera rebajada***

camarote acessível sm

Alojamento acessível em embarcações.

<camarote acessível>: Camarote que atenda aos parâmetros de circulação, transferência, aproximação, alcance e sinalização, contidos na ABNT NBR 9050. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 3. III.2.1)

Equiv. ***camarote accesible***

candidato com deficiência sm

Pessoa com deficiência candidata à prova de concurso público.

Visando alcançar a igualdade de condições, o <candidato com deficiência>, que necessitar, poderá requerer tratamento diferenciado para a realização das provas e exames, indicando as condições diferenciadas. (GUGEL, M. A., 2006, p. 94. II-II.1)

Nota O artigo n. 37 do Decreto n. 3298/1999 assegura à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em concurso público com igualdade de condições com os demais candidatos. O termo *pessoa com deficiência*, após reivindicação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, foi oficializado pela Portaria n. 2.344, de 3 de novembro de 2010, a qual substitui "pessoa portadora de deficiência" por "pessoa com deficiência" na Resolução n. 35, de 6 de julho de 2005.

Equiv. ***candidato con discapacidad***

cão-guia sm

Animal treinado para guiar pessoas cegas.

Uma ajuda técnica importante para a locomoção das pessoas cegas, é o <cão-guia>. (ABNT, NBR, 14020, 1997, p.1. IV.2)

Cf. **ajuda técnica; recurso animal**

Equiv. *perro guía*

carga global de doenças sf

Sigla **GBD**

Peso relativo da mortalidade precoce e das deficiências oriundas de diferentes doenças, lesões e fatores de risco.

O primeiro estudo sobre a <Carga Global de Doenças> foi encomendado em 1990 pelo Banco Mundial para avaliar o peso relativo da mortalidade precoce e das deficiências oriundas de diferentes doenças, lesões, e fatores de risco. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 29. GE)

Nota O projeto da Organização Mundial de Saúde Carga Global de Doenças foi lançado em 1991 com o nome original em inglês *Global Burden of Disease and risks factors*, por isso a sigla usada é GBD.

Ele pretende estimar a carga global da doença e a carga da doença que é atribuível a um conjunto de fatores de risco selecionados, para as diferentes regiões e países do mundo inteiro

Equiv. *carga mundial de morbilidad (CMM)*

carro acessível de passageiro sm

Veículo com condições de acessibilidade para o transporte de passageiros.

<carro acessível>: Aquele que permite a entrada, saída, circulação e acomodação segura no seu interior de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas, seja carro <de passageiro>, leito ou restaurante. (ABNT, NBR, 14020, 1997, p. 2. III.2.1)

Sin. **veículo acessível**

Cf. **acessibilidade**

Equiv. *transporte accesible*

carro leito acessível sm

Trem de longo percurso com leitos em cabines acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No <carro leito acessível>, a cabine destinada à pessoa portadora de deficiência deve ter porta de correr, com medidas internas que permitam manobras com a cadeira de rodas, conforme a NBR 9050, e estar, preferencialmente, próxima ao sanitário. (ABNT, NBR, 14020, 1997, p. 3. III.2.1)

Equiv. ***coche cama accessible***

carro restaurante acessível sm

Trem de longo percurso com restaurante acessível.

O piso do <carro restaurante acessível> deve ser antiderrapante, com diferenciação de cor e textura nas áreas de circulação. (ABNT, NBR, 14020, 1997, p. 3. III.2.1)

Cf. **acessível**

Equiv. ***coche restaurante accesible***

cegueira legal sf

Classificação da acuidade visual do indivíduo.

A <cegueira legal> é definida no Brasil, pela lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, da seguinte maneira: “quando a acuidade visual, no melhor olho e com a melhor correção, é pior que 20/200, ou o campo visual é menor que 20 graus, ou a ocorrência simultânea de ambas as situações”. (MARI, C. M. M., 2011, p. 32. GE)

Cf. **acuidade visual**

Equiv. ***ceguera legal***

circulação externa sf

Área externa a edificações, como calçadas, passeios e vias de pedestres.

<circulação externa>: Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 2. III.1.1)

Equiv. ***circulación externa***

circulação interna sf

Área interna em edificações, como corredores, salas, escadas, elevadores e rampas.

Barreira arquitetônica na edificação: referem-se às existentes no interior dos edifícios públicos e privados, que podem ser de acesso (rampas e portas); <circulação interna>(corredores, rampas, escadas, corrimão, elevadores); (RIBEIRO, N. M. S., 2008, p. 7. III.1.1)

Equiv. ***circulación interna***

classe especial sf

Sala de aula direcionada a alunos com alto grau de dificuldade de aprendizagem.

A <classe especial>, local onde são atendidos alunos da própria escola, sendo inseridos nessa turma alunos com enormes dificuldades de aprendizagem. (EMER, S. O., 2011, p. 117. I3-I.3.1)

Equiv. ***clase especial***

classificação heart sf

Sigla **HEART**

Var. **modelo heart**

Modelo internacional para a promoção de ações, produtos e serviços voltados à inclusão, considerando aspectos não só técnicos, mas também humanos e socioeconômicos.

A <classificação HEART> do consórcio EUSTAT (Empowering Users Through Assistive Technology) organizada pelo programa TIDE (Technology Initiative for Disabled and Elderly People), da União Européia tem como foco a formação dos usuários finais em TA, bem como a formação de recursos humanos nesta área. (MARTINS, D. S., 2011, p. 39. IV.1)

Nota HEART é o acrônimo utilizado para Horizontal European Activities in Rehabilitation Technology, classificação proposta pelo consórcio europeu EUSTAT (Empowering Users Through Assistive Technology) como alternativa à Norma ISSO 9999:2002, a fim de tornar mais amplo e

abrangente o conceito de tecnologia assistiva.

Equiv. ***clasificación heart***

classificação internacional de doenças sf

Sigla **CID**

Indexação dos tipos de doença por meio de códigos promovida pela Organização Mundial de Saúde.

As condições de saúde são classificadas principalmente na CID-10 (<Classificação Internacional de Doença>), que fornece um diagnóstico de doença, distúrbio ou outras condições de saúde. (TEIXEIRA, E., 2013, p. 28. GE)

Equiv. ***clasificación internacional de enfermedades***

closed caption sm

Sigla **CC**

Legenda oculta na tela de televisores desenvolvida, originalmente, para pessoas surdas, disponível em televisores com decodificador.

CC (<closed caption>): Legenda oculta em texto que aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico. Disponível somente em televisores que possuam decodificador. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1.4)

Nota As legendas ocultas são mais conhecidas pela palavra de língua inglesa *closedcaption* devido aos fabricantes de televisores a utilizarem em seu menu.

Equiv. ***subtitulado oculto***

codificador de closed caption sm

Var. **codificador de CC**

Circuito digital que transforma as informações da legenda em códigos disponíveis para serem transmitidos pela emissora de televisão.

<codificador de closed caption> (encoder): Dispositivo eletrônico que insere as informações de CC na linha 21 do VBI do vídeo do programa que será transmitido pela emissora. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1.4)

Cf. **closed caption**

Equiv. ***codificador de subtulado oculto***

coensino sm

Var. **co-ensino; ensino colaborativo**

Cooperação entre professores do ensino regular e professores do atendimento educacional especializado.

Outra opção que vem sendo apontada pelas pesquisas como sendo um importante instrumento para avançarmos na proposta da inclusão é o estreitamento das relações entre professor da classe comum e professor do atendimento especializado, que seria o ensino colaborativo ou <co-ensino>. (RODRIGUES, E. S., 2010, p. 125. I3-I.3.1)

Nota A palavra *coensino* pode ser encontrada com hífen, como no contexto e em outros textos escritos antes da implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Equiv. ***coenseñanza***

colocação competitiva sf

Modalidade de inserção laboral em que a pessoa com deficiência concorre igualmente aos demais trabalhadores.

I - <colocação competitiva>: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais. (COVRE, T. K. M., 2007, p. 25. II-II.1)

Nota O Decreto n. 3298/99, que trata da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e no trabalho, estabelece três modalidades de colocação no mercado de trabalho: colocação competitiva, colocação seletiva e colocação por conta própria.

Cf. **modalidade de inserção laboral**

Equiv. ***colocación competitiva***

colocação seletiva sf

Modalidade de inserção laboral em que a pessoa com deficiência recebe apoio especial.

II - <colocação seletiva>: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; (COVRE, T. K. M., 2007, p. 25. II-II.1)

Nota O Decreto n. 3298/99, que trata da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e no trabalho, estabelece três modalidades de colocação no mercado de trabalho: colocação competitiva, colocação seletiva e colocação por conta própria.

Cf. **modalidade de inserção laboral**

Equiv. *colocación selectiva*

comandos de dirigibilidade sm

Todos os elementos de um veículo necessários para dirigir.

<comandos de dirigibilidade>: Comandos utilizados por um condutor para executar o processo de dirigibilidade de um veículo automotor. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 2. III.2.2)

Nota Segundo a Norma ABNT, NBR 14970-1, 2003, os comandos de dirigibilidade são volante de direção, acelerador, freios, embreagem, seleção de marchas, ignição, indicadores luminosos, buzina, luzes, limpadores e desembaçadores de vidros e pisca-alerta.

Cf. **dirigibilidade**

Equiv. *comandos de conducción*

Comitê de Ajudas Técnicas sm

Sigla **CAT**

Comissão designada a apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre sociedade civil e órgãos públicos para trabalhar ajudas técnicas, dentre outras funções.

O <Comitê de Ajudas Técnicas> (CAT), da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão que integra a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), é responsável pelo desenvolvimento de estudos na área e propositor de políticas públicas para a implantação e implementação desta área de conhecimento em nível nacional. (RODRIGUES, G. F., 2011, p. 44-

45. IV.1)

Nota O Comitê de Ajudas Técnicas foi instituído em 16 de novembro de 2006, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Cf. **ajuda técnica**

Equiv. *ayudas técnicas*

Comitê Paralímpico Brasileiro sm

Sigla **CPB**

Var. **Comitê Paraolímpico Brasileiro**

Órgão máximo que regulamenta e atua no desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil.

Em 1995 é fundado o <Comitê Paraolímpico Brasileiro> com sede na cidade de Niterói no Rio de Janeiro, passando este a ser o órgão responsável pela organização de eventos paraolímpicos nacionais para o desenvolvimento do esporte adaptado no país. (SILVA, A. J., 2008, p. 64. I-I.1)

Nota O termo *paraolímpico* deixou de ser usado desde 2013, prazo dado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para que todas as entidades a ele filiadas fizessem essa atualização ortográfica. A decisão da mudança ocorreu para fins de padronização internacional do termo.

Equiv. *Comité Paralímpico Español*

comorbidade sf

Var. **condição comórbida**

Associação de uma ou mais doenças em um mesmo indivíduo.

Geralmente, a interação de inúmeras condições e não uma única condição contribui para a relação entre problemas de saúde e deficiência. A <comorbidade>, associada a deficiências mais graves do que uma única condição, tem implicações para a ocorrência de deficiências. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 32. GE)

Equiv. *comorbilidad*

compatibilidade sf

Harmonia e entre o funcionamento do produto ou sistema e a necessidade de

uso do indivíduo.

<Compatibilidade>: definida a partir do acordo que possa existir entre as características do sistema e as expectativas e anseios dos usuários. (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 63. IV.1.1)

Equiv. ***compatibilidad***

complementação de não tocar sf

Uso de audioguia, audiodescrição ou guia humano para descrever algo que não se pode ver, pelo deficiente visual, nem tocar, por ser peça de museu ou outra coisa cujo toque é proibido.

Audição em <complementação de não tocar>. A maioria dos museus usa o sentido da audição para recriar o que por meio das mãos não se pode conhecer. (MORA, A. B., 2012, p. 68. I-I.2)

Cf. **audioguia; audiodescrição**

Equiv. ***herramienta de inclusión***

componentes humanos sm

Uma das três áreas de formação em tecnologia assistiva propostas pela classificação HEART, composta por assuntos que tratam sobre deficiência, seleção e aceitação da ajuda técnica, aconselhamento sobre ajuda técnica e assistência pessoal.

O grupo de <componentes humanos> inclui tópicos relacionados com o impacto causado pela deficiência no ser humano. (MARTINS, D. S., 2011, p. 39. IV.1)

Cf. **classificação HEART**

Equiv. ***componentes humanos***

componentes socioeconômicos sm

Uma das três áreas de formação em tecnologia assistiva propostas pela classificação HEART, composta por assuntos que tratam sobre noções básicas de tecnologia assistiva, noções básicas de desenho universal, emprego, prestação de serviços, normalização, qualidade, legislação, economia e recursos de informação.

O grupo de <componentes socioeconômicos> indica que a tecnologia afeta

as interações dentro do contexto social (pessoas, relacionamentos e impacto no usuário final). (MARTINS, D. S., 2011, p. 40. IV.1)

Cf. **classificação HEART**

Equiv. ***componentes socioeconômicos***

componentes técnicos sm

Uma das três áreas de formação em tecnologia assistiva propostas pela classificação HEART, composta por assuntos que tratam sobre comunicação, mobilidade, manipulação e orientação.

<Componentes Técnicos> - que consideram os recursos técnicos para o exercício de diferentes atividades: Comunicação, Mobilidade, Manipulação e Orientação. (BASSO, L., 2012, p. 11. IV.1)

Cf. **classificação HEART**

Equiv. ***componentes técnicos***

comunicação¹ sf

Ato de transmitir e receber mensagens.

<comunicação> sistema de troca de mensagens que envolva pelo menos um emissor e outro, receptor. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 2. IV.1)

Equiv. ***comunicación***

comunicação² sf

Um dos critérios para avaliar a capacidade funcional da pessoa com deficiência medida pelas Atividades da Vida Diária – AVD, que envolve o nível de compreensão e expressão.

<comunicação> (nível de compreensão e expressão); (SILVA, G. A., 2015, p. 65. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfíncteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Cf. **atividades da vida diária**

Equiv. ***comunicación***

comunicação aumentativa e alternativa sf

Var. **comunicação alternativa e suplementar; comunicação alternativa e ampliada**

Sigla **CAA**

Ampliação das possibilidades de comunicação para pessoas sem fala ou sem escrita funcional.

CAA - <Comunicação Aumentativa e Alternativa>: Destinada a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre a sua necessidade comunicativa e a sua habilidade em falar e/ou escrever. (BASSO, L., 2012, p. 56. IV.1.2)

Cf. **comunicação alternativa e suplementar**

Equiv. ***comunicación aumentativa y alternativa***

comunicação sonora sf

Uso da percepção auditiva para se comunicar.

<comunicação sonora> comunicação que acontece por meio de sons e requer a percepção auditiva para sua recepção. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 2. IV.1.2)

Equiv. ***comunicación sonora***

comunicação tátil sf

Uso da percepção tátil para se comunicar, por meio de símbolos gráficos com texturas diferenciadas ou em relevo ou pela emissão de impulsos vibratórios.

<Comunicação tátil> Na Tabela A.1, estão relacionados (de 1 a 15) alguns recursos de <comunicação tátil> que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção tátil, sejam surdo-cegas, cegas ou com baixa visão. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 33. IV.1.2)

Equiv. ***comunicación táctil***

comunicação visual sf

Uso da percepção visual para se comunicar, por meio de imagens e leitura.

<Comunicação visual> Na Tabela A.2, estão relacionados (de 1 a 14)

alguns recursos de <comunicação visual> que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção visual, inclusive surdo-cegas (com visão residual), surdas e outras. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 35. IV.1.2)

Equiv. ***comunicación táctil***

condição primária de saúde sf

Estado de saúde em que se encontra um indivíduo, capaz de levá-lo a uma variedade de deficiências, entre elas de mobilidade, sensorial, mental e de comunicação.

Uma <condição primária de saúde> é o possível ponto de partida para deficiência, limitação de atividade ou restrição à participação. Exemplos de condições de saúde primárias incluem depressão, artrite, doença pulmonar obstrutiva crônica (...). (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 60. GE)

Equiv. ***condición de salud primaria***

condição secundária de saúde sf

Var. ***condição secundária***

Problema de saúde que surge após uma condição primária de saúde.

Uma <condição secundária> é aquela adicional, que pressupõe a existência de uma primária. Ela se distingue de outras condições médicas pelo lapso de tempo entre a aquisição da condição primária e a ocorrência da secundária. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 60. GE)

Cf. ***condição primária de saúde***

Equiv. ***condición secundária***

condições de acessibilidade sf

Situação em que a localidade se encontra em termos de acessibilidade.

(...) estão voltadas, sobretudo, para "a promoção das devidas <condições de acessibilidade> aos bens culturais imóveis, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência (...)". (ALMEIDA, M. P. S. C. B. S., 2010, p. 45. I-I.2)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. *condiciones de accesibilidad*

condições especiais sf

Var. **condições diferenciadas**

Necessidades específicas do candidato a concurso público ou vestibular para a realização da prova.

O Requerimento apresenta as seguintes opções de <condições especiais>:

1) Carteira para canhoto; 2) Prova Ampliada (Fonte nº, letra); 3) Sala Especial (Especificar); 4) Prova em Braille; 5) Leitura de Prova; 6) Usuário de aparelho auricular; 7) Lactante; e 8) Outra Necessidade. (CASTRO, S. F., 2011, p. 140. II-II.1)

Equiv. *necesidad de asistencia*

condutor com mobilidade reduzida sm

Sigla **c.r.m**

Pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida que necessita de adaptação veicular para obter a Carteira Nacional de Habilitação e conduzir um veículo.

<condutor com mobilidade reduzida> (c.m.r.): Indivíduo portador da CNH que possui uma deficiência física, temporária ou permanente, constatada em perícia médica, que o impossibilita de dirigir veículo automotor convencional com segurança. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 2. III.2.2)

Cf. **adaptação veicular; mobilidade reduzida**

Equiv. *conductor con movilidad reducida*

condutor convencional sm

Qualquer indivíduo sem restrições para obter Carteira Nacional de Habilitação e conduzir um veículo.

<condutor convencional>: Indivíduo portador da CNH que não possui deficiência física. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 2. 2. III.2.2)

Equiv. *conductor sin discapacidad*

Conferência Mundial de Educação para Todos sf

Evento do qual resultou a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990.

Em março de 1990, representantes de 150 países, entre eles o Brasil, reuniram-se em Jomtien, na Tailândia, para a <Conferência Mundial de Educação para todos>. Mais que um encontro de rotina, a Conferência ratificou de forma detalhada a idéia sintetizada 40 anos antes na Declaração Universal de Direitos Humanos que estabelece que toda pessoa tem direito à Educação. (SOUZA, A. A. 2005, p. 25. I3-I.3.1)

Nota Realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, foi um evento de grande repercussão e de cujos debates originaram-se importantes documentos e ações favoráveis à inclusão e educação das pessoas com deficiência.

Equív. ***Conferencia Mundial sobre Educación para Todos***

Conferência Mundial sobre Ensino Superior sf

Encontro onde foram discutidas as novas dinâmicas do ensino superior, contemplando a importância da inclusão da pessoa com deficiência na pesquisa.

No ano de 2009, foi realizada, em Paris, a <Conferência Mundial sobre Ensino Superior> com a temática: As novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social (UNESCO, 2009), nesse encontro foram reconhecidas as evidências com que a pesquisa e o ensino superior contribuem para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o progresso e este desenvolvimento deve abranger também com a contribuição de PcD. (PEREIRA, M. M., 2007, p. 30. I3-I.3.2)

Nota A Conferência Mundial sobre Ensino Superior foi realizada na sede da UNESCO em Paris, em 2009, e um dos tópicos foi o acesso, a igualdade e a qualidade do ensino superior.

Equív. ***conferencia mundial sobre enseñanza superior***

conjunto funcional sm

Agrupamento de teclas por tipo de funcionalidade, podendo ser um conjunto alfabético, numérico ou por função.

<conjunto funcional>: Conjunto de teclas agrupadas por semelhança de funcionalidade. Exemplos: teclado alfabético, teclado numérico, teclado de funções. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.1.3)

Equiv. ***conjunto funcional***

controle dos comandos de dirigibilidade sm

Domínio dos elementos do veículo necessários para sua condução de forma segura.

Para a avaliação da dirigibilidade do c.m.r., o processo de <controle dos comandos de dirigibilidade> é idêntico ao do condutor convencional. Em alguns casos existirão diferenças, porém, para que estas diferenças não afetem a segurança do processo de dirigibilidade, convém que o c.m.r., juntamente com seu veículo apropriado, cumpram todos os ensaios descritos nesta parte da NBR 14970, que abrangem todas as situações essenciais. (ABNT, NBR, 14970-3, 2003, p. 1. III.2.2)

Cf. **comandos de dirigibilidade**

Equiv. ***control de comandos de conducción***

controle dos esfínteres sm

Um dos critérios para avaliar a capacidade funcional da pessoa com deficiência medida pelas Atividades da Vida Diária – AVD, que envolve as ações de controlar a bexiga e o intestino.

<controle de esfínter> (controle da bexiga e do intestino). (SILVA, G. A., 2015, p. 65. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfínteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Cf. **atividades da vida diária**

Equiv. ***control del esfínter***

cooperativas sociais sf

Organização de pessoas com deficiência e demais pessoas em desvantagem

social com o princípio de inserção no mercado de trabalho.

As <cooperativas sociais> objetivam, portanto a inserção de "pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio de trabalho". (CARRETA, R. Y. D., 2004, p. 54. II-II.1)

Neto A Lei Federal n. 9.867, de 1999, dispõe sobre a criação de cooperativas sociais por pessoas com deficiência, dependentes químicos, egressos do sistema prisional, condenados a penas alternativas à detenção e adolescentes em idade adequada ao trabalho, que se encontrem em difícil situação econômica.

Equiv. *cooperativas sociales*

corpo deficiente sm

Corpo humano que apresenta alguma deficiência.

Um <corpo deficiente> está fora dos padrões de normalidade vigentes, gerando uma prática preconceituosa e segregacionista. (DIAS, B. C. D., 2008, p. 1. GE)

Nota A visão sobre o corpo deficiente que mais predominou na sociedade é a médica: o corpo é uma estrutura na qual cada órgão e membro tem sua função e, a partir do momento em que há uma limitação, torna-se um corpo doente, incapaz. A visão mais próxima da sociologia e dos movimentos pró-inclusão entende que a deficiência deve ser vista sob a relação da pessoa com deficiência e a sociedade, quais são as barreiras enfrentadas por ela e como sociedade e Estado podem intervir para eliminação dessas barreiras.

Equiv. *cuerpo con discapacidad*

corpo híbrido sm

Corpo ou parte do corpo humano reconstruída por meio de prótese biônica a partir da fusão do corpo com a tecnologia.

Em todas as etapas da análise entendemos o corpo do atleta cadeirante como um <corpo híbrido>, que se constitui, especificamente por sua explícita conexão com o artefato protético, um corpo preenchido pela tecnologia. (NOVAES, V. S., 2006, p. 138. GE)

Equiv. *cuerpo híbrido*

cromodiferenciado adj

Modo de diferenciar uma superfície por meio da cor, como forma de alerta e sinalização.

<cromodiferenciado>: Superfície caracterizada pela diferenciação de cor em relação à adjacente, destinada a constituir alerta ou linha-guia, para uso por pessoas com deficiência visual. (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 3. III.1.1)

Equiv. ***cromo-diferenciado***

cuidados com o corpo sm

Um dos critérios para avaliar a capacidade funcional da pessoa com deficiência medida pelas Atividades da Vida Diária – AVD, que envolve as ações de comer, aprontar-se, banhar-se, vestir as partes superior e inferior do corpo e ir ao toalete.

a escala é composta por seis grupos de atividades e 18 subgrupos, e avalia a capacidade da pessoa em <cuidados com o corpo> (comer, aprontar-se, banhar-se, vestir parte superior do corpo, vestir parte inferior do corpo e fazer toalete). (SILVA, G. A., 2015, p. 65. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfíncteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Cf. **atividades da vida diária**

Equiv. ***cuidado del propio cuerpo***

cultura inclusiva sf

Var. **cultura da inclusão**

Igualdade de oportunidade a todos os cidadãos e respeito às diferenças na sociedade em geral.

Construir uma <cultura inclusiva> requer conhecimento e disposição para a implementação de ações que possibilitem o acesso de todas as pessoas ao ambiente social. (RENDERS, E. C. C., 2006, p. 50. GE)

Equiv. ***cultura inclusiva***

currículo adaptado smVar. **currículo especial**

Currículo escolar planejado para atender às diferentes necessidades educacionais dos alunos.

O desenvolvimento educacional do aluno com deficiência ocorrerá quando houver um <currículo adaptado>, que leve em conta as diversidades de sua realidade educativa. Assim, uma escola inclusiva é aquela que atende a todos em salas de aulas regulares, ajusta o conteúdo das aulas às necessidades específicas de seus alunos e encaminha à emancipação. (RODRIGUES, M. C., 2012, p. 44. I3-I.3.1)

Equiv. **currículo adaptado****curso das teclas sm**

Espaço entre o ponto de repouso de uma tecla até o ponto de acionamento após ser apertada.

<curso das teclas>: Distância a ser percorrida por uma tecla desde o ponto de repouso até o ponto de acionamento. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.1.3)

Equiv. **accionamiento de las teclas****Declaração de Salamanca sf**

Documentos cujos princípios básicos centram-se na educação para todos com respeito às características e necessidades específicas de cada indivíduo. *A partir desse encontro sucederam-se outros, como o que ocorreu em 1994, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em que se produziu um importante documento denominado <Declaração de Salamanca>, quando compareceram noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais que discutiram a necessidade urgente de assegurar o processo de ensino-aprendizagem na escola regular a todas as pessoas com deficiência, sejam crianças, jovens ou adultos. (NEVES, C. P., 2006, p. 12. I3-I.3.1. GE)*

Nota A Declaração de Salamanca é o nome como ficou popularmente conhecida a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, ocorrida

em 1994 na cidade de Salamanca, Espanha. Este documento é um marco na evolução das práticas educacionais inclusivas.

Equiv. ***Declaración de Salamanca***

decodificador de closed caption sm

Var. **decodificador de CC**

Circuito digital que reconhece os codificadores das legendas e os transformam em *textos na tela do televisor*.

<decodificador de closed caption> (decoder): Dispositivo que reconhece e transforma em legenda de texto, na tela do televisor, as informações de CC contidas no VBI (linha 21) do sinal do vídeo. Pode ser interno, embutido no televisor, ou periférico. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1.4)

Cf. **codificador de closed caption**

Equiv. ***decodificador de subtulado oculto***

deficiência sf

Perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere impossibilidade ou dificuldade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A <deficiência> é uma característica adquirida assim como, por exemplo, a pobreza ou a idade, já gênero e raça são atributos fixos. Toda pessoa é passível de adquirir alguma deficiência física ou mental ao longo do seu ciclo de vida. A proteção social neste caso está também ligada à noção de risco de qualquer um adquirir alguma deficiência. (NERI, M., 2003, p. 10. GE)

Nota Na Espanha, desde 2005, há um proposta de se substituir o termo *discapacidad* por *diversidad funcional*, mas ainda é menos usada que a primeira.

Cf. **pessoa com deficiência**

Equiv. ***discapacidad; diversidad funcional***

deficiência auditiva sf

Sigla **DA**

Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras.

A <deficiência auditiva> caracteriza-se como a perda parcial ou total da capacidade de ouvir ou perceber sinais sonoros. (ANTUNES, M. M., 2013, p. 78. GE)

Equiv. ***discapacidad auditiva; diversidad funcional auditiva; sordera***

Deficiência auditiva surdez sf

Tipo de deficiência sensorial.

A comunicação entre o quarto acessível a pessoa com <deficiência auditiva surdez> ou com dificuldade de fala e os demais setores do estabelecimento deve ser viabilizada por sistema que transmita e receba mensagem em texto. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 13. GE)

Cf. **deficiência sensorial**

Equiv. ***sordoceguera***

deficiência física sf

Sigla **DF**

Restrição da capacidade orgânica e da habilidade funcional ocasionada por anomalia congênita ou adquirida, parcial ou total, de estrutura ou função fisiológica ou anatômica funcional.

Art. 4º: - <Deficiência Física> - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de monoplegia, monoparesia, diplegia, diparesia, triplegia, triparesia, tetraplegia, tetraparesia, paraplegia, paraparesia hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções. (SANTOS, A. C. N., 2012, p. 22. GE)

Equiv. ***discapacidad física; diversidad funcional física***

deficiência física leve sf

Restrição leve da capacidade orgânica e da habilidade funcional ocasionada por anomalia congênita ou adquirida.

Nossa pesquisa indicou que o maior número de pessoas com deficiência

incluída no mercado de trabalho local é composto por pessoas com <deficiência física leve>. (SEVERINO, M. P. S. R. S., 2007, p. 146. GE)

Nota É utilizado, principalmente, na avaliação técnica do condutor de veículo automotor, quanto à sua condição de dirigibilidade. A deficiência física leve não compromete as funções dos segmentos corpóreos que envolvam a segurança da direção veicular.

Equiv. ***discapacidad física leve; diversidad funcional física leve***

deficiência física moderada ou grave sf

Restrição moderada ou grave da capacidade orgânica e da habilidade funcional ocasionada por anomalia congênita ou adquirida.

Na detecção de alguma disfunção que comprometa a segurança da direção veicular, <deficiência física moderada ou grave>, ou se o médico perito examinador não concordar com as observações contidas na CNH, o candidato deve ser encaminhado para a avaliação clínica de junta médica especial. (ABNT, NBR, 14970-2, 2003, p. 3. GE)

Nota Termo utilizado, principalmente, na avaliação técnica do condutor de veículo automotor, quanto à sua condição de dirigibilidade. A deficiência física moderada ou grave compromete as funções dos segmentos corpóreos que envolvam a segurança da direção veicular.

Equiv. ***discapacidad física moderada o severa; diversidad funcional física moderada o severa***

deficiência intelectual sf

Sigla **DI**

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, observado antes dos 18 anos, ocasionando limitações associadas a áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, inclusive no meio acadêmico.

<Deficiência intelectual> se caracteriza como um funcionamento significativamente abaixo da média, concomitante a limitações manifestadas antes dos dezoito anos de idade e identificadas em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades adaptativas: [1] comunicação; [2] cuidados pessoais; [3] vida familiar; [4] habilidades sociais; [5] uso

comunitário; [6] empoderamento; [7] saúde e segurança; [8] funcionalidades acadêmicas; [9] lazer; e [10] trabalho. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 287. GE)

Nota Ele substituiu a UCE *deficiência mental*, oficialmente, em 1995, pela ONU, confirmado pela Declaração Mundial de Montreal Sobre Deficiência Intelectual em 2004. Estudiosos e defensores dos direitos das pessoas com deficiência afirmam que a deficiência não está na mente da pessoa, mas em sua capacidade.

Equiv. ***discapacidad intelectual***

deficiência múltipla sf

Sigla **DM**

Associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias: intelectual, visual, auditiva ou física.

A <deficiência múltipla> é aquela na qual estão associadas duas ou mais deficiências. (SOUZA, E., 2006, p. 45. GE)

Equiv. ***discapacidad múltiple***

deficiência permanente sf

Deficiência congênita ou adquirida sem possibilidade de reabilitação ou recuperação.

A <deficiência permanente> é "aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos". (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 51. GE)

Equiv. ***discapacidad permanente; diversidad funcional permanente***

deficiência sensorial sf

Perda da capacidade de receber mensagens por órgãos de percepção, como visão, audição, olfato, paladar e tato.

<Deficiências sensoriais> são aquelas que causam sérias perdas na capacidade do sistema de percepção, gerando assim dificuldades na percepção das informações, tanto as vindas do ambiente como das pessoas. (MORAES, M. C., 2007, p. 41. GE)

Equiv. ***discapacidad sensorial; diversidad funcional sensorial***

deficiência tátil sf

Deficiência sensorial ligada à perda da sensibilidade nas mãos.

Deficiência sensorial - perda da capacidade de receber mensagens por um, ou mais de um, dos órgãos de percepção (visão, audição, olfato, paladar, tato); inclui a deficiência auditiva surdez, a deficiência visual, a surdo-cegueira, a <deficiência tátil> e a múltipla deficiência sensorial. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 2. GE)

Cf. **deficiência sensorial**

Equiv. ***discapacidad táctil; diversidad funcional táctil***

deficiência visual sf

Sigla **DV**

Perda total ou parcial da visão, por motivos congênitos ou patológicos irreversíveis.

O termo <deficiência visual> está associado a um estado irreversível de diminuição da capacidade visual de um indivíduo, ocasionada por fatores congênitos (patogenias) ou ambientais (patologias, lesões, tumores, etc.), e que se mantém mesmo após a sua submissão a procedimentos clínicos (terapias) e/ou cirúrgicos e o uso de auxílios ópticos convencionais (óculos, lentes de contato). (COSTA, L. G. et. Al., 2006, p. 144. GE)

Equiv. ***discapacidad visual; diversidad funcional visual; ceguera***

deficiência visual moderada sf

Deficiência visual que apresenta acuidade visual entre 20/80 e 20/150.

c) <Deficiência visual moderada> Como características educacionais, observa-se a possibilidade de realizar tarefas visuais com o uso de ajudas e iluminação adequadas similares às realizadas pelos indivíduos com visão normal. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 25. GE)

Nota A Organização Mundial de Saúde classifica a cegueira conforme a acuidade visual do indivíduo, que pode ser: visão normal - 20/12 a 20/25; próxima do normal - 20/30 a 20/60; baixa visão moderada - 20/80 a 20/150; baixa visão

severa - 20/200 a 20/400; baixa visão profunda - 20/500 a 20/1000; próximo à cegueira - 20/1200 a 20/2500; cegueira total - SPL (sem percepção de luz).

Cf. **baixa visão; acuidade visual**

Equiv. ***discapacidad visual moderada; diversidad funcional moderada; deterioro visual moderado***

deficiência visual profunda sf

Deficiência visual que apresenta acuidade visual entre 20/500 e 20/1000.

a) <Deficiência visual profunda> *Em termos educacionais, apresenta dificuldade para realizar tarefas visuais grosseiras; impossibilidade de fazer tarefas que requeiram visão de detalhes.*(RAMOS, J. C. R., 2009, p. 25. GE)

Nota A Organização Mundial de Saúde classifica a cegueira conforme a acuidade visual do indivíduo, que pode ser: visão normal - 20/12 a 20/25; próxima do normal - 20/30 a 20/60; baixa visão moderada - 20/80 a 20/150; baixa visão severa - 20/200 a 20/400; baixa visão profunda - 20/500 a 20/1000; próximo à cegueira - 20/1200 a 20/2500; cegueira total - SPL (sem percepção de luz).

Cf. **baixa visão; acuidade visual**

Equiv. ***discapacidad visual profunda; diversidad funcional profunda; deterioro visual profundo***

deficiência visual severa sf

Deficiência visual que apresenta acuidade visual entre 20/200 e 20/400.

b) <Deficiência visual severa> *Entre as características educacionais, observa-se a impossibilidade de realizar tarefas visuais com exatidão, requerendo adequação de tempo, ajudas e modificações.* (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 25. GE)

Nota A Organização Mundial de Saúde classifica a cegueira conforme a acuidade visual do indivíduo, que pode ser: visão normal - 20/12 a 20/25; próxima do normal - 20/30 a 20/60; baixa visão moderada - 20/80 a 20/150; baixa visão severa - 20/200 a 20/400; baixa visão profunda - 20/500 a 20/1000; próximo à cegueira - 20/1200 a 20/2500; cegueira total - SPL (sem percepção de luz).

Cf. **baixa visão; acuidade visual**

Equiv. ***discapacidad visual severa; diversidad funcional severa; deterioro visual severo***

deficientes visuais sm

Categoria de atletas com deficiência elegível para competições paraolímpicas.

Atualmente o IPC reconhece cinco categorias de deficiências elegíveis para as competições: paralisados cerebrais, <deficientes visuais>, atletas em cadeira de rodas, amputados e les autres (outros comprometimentos motores que não se encaixam nas categorias anteriores). (BENFICA, D. T., 2012, p. 19. I-I.1)

Equiv. ***discapitados visuales***

demonstração, prática e feedback sf

Princípio orientador da prática de ensino inclusiva.

<Demonstração, prática e feedback> - A aula planejada pelo docente oferece modelos práticos aos estudantes sobre como as atividades devem ser realizadas ou o professor demonstra sua aplicação em situações variadas na classe e na vida real, de forma que promova uma reflexão conjunta sobre as atividades e o processo de aprendizagem. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 321. I3-I.3.1)

Nota Conforme o material de formação docente proposto pelo Ministério da Educação em 2005, intitulado "Educar na diversidade", o docente deve-se orientar-se pelos seguintes princípios: Aprendizagem ativa e significativa - encorajar os alunos a participarem de atividades escolares cooperativas; Negociação de objetivos - considerar a motivação e interesse dos alunos; Demonstração, prática e feedback - apresentar a prática das teorias e gerar reflexões; Avaliação contínua - avaliar o progresso do aluno; Apoio e colaboração - favorecer à colaboração entre os alunos.

Cf. **aprendizagem ativa e significativa**

Equiv. ***demostración, práctica y feedback***

dependência completa sf

Classificação do nível de dependência da Medida de Independência Funcional – MIF, quando a pessoa com deficiência executa menos de 50% das tarefas diárias.

No caso da <dependência completa>, a pessoa faz menos de 50% do trabalho. É necessária assistência máxima ou total, caso contrário, a atividade não é executada. (SILVA, G. A. da., 2015, p. 67. IV.2)

Nota A Medida de Independência Funcional – MIF classifica os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas. A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. *dependencia completa*

dependência moderada sf

Classificação do nível de dependência da Medida de Independência Funcional – MIF, quando a pessoa com deficiência executa 50% ou mais das tarefas diárias.

A dependência pode ser moderada ou completa. No caso da <dependência moderada>, o paciente executa 50% ou mais do trabalho (...).(SILVA, G. A. da., 2015, p. 66. IV.2)

Nota A Medida de Independência Funcional – MIF classifica os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas. A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. *dependencia moderada*

dependente sm

Pessoa com deficiência permanente ou temporária, mobilidade reduzida ou outras limitações que precisam de ajuda de terceiros para executarem suas atividades diárias.

<Dependente>- quando é preciso ajuda de uma pessoa na supervisão ou assistência física para o paciente executar a tarefa ou quando a tarefa não é executada.(SILVA, G. A. da., 2015, p. 66. IV.2)

Nota A Medida de Independência Funcional – MIF classifica os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas. A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. ***dependiente***

descrição em áudio de imagens e sons sf

Áudio que narra ações e outros detalhes da cena ou programa de televisão que não são perceptíveis por pessoas cegas ou que não possam ver as imagens.

<descrição em áudio de imagens e sons>: Narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-chave - movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena, textos e imagens que apareçam na tela, sons ou ruídos não literais - despercebidos ou incompreensíveis sem o uso da visão. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1.4)

Equiv. ***audio descripción***

desempenho do atleta sm

Variável considerada no sistema de classificação funcional do atleta com deficiência.

O sistema de classificação apresenta três variáveis de acordo com a "International Sports Organization for the Disabled" (ISOD) (2004): a natureza da severidade da deficiência do atleta a funcionalidade nas habilidades relacionadas ao esporte <desempenho do atleta> observado

em competições anteriores. (TEODORO, C. M., 2006, p. 42. I-I.1)

Cf. **sistema de classificação funcional**

Equiv. ***desempeño del atleta***

desenho universal sm

Var. **design universal; desenho inclusivo**

Concepção de espaços, artefatos e produtos que atendam a todas as pessoas, independente de suas diferenças antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, visando à acessibilidade.

O <desenho universal> propõe que os espaços sejam projetados de forma a atender ampla gama da população, considerando as variações de tamanho, sexo, peso, ou diferentes habilidades ou limitações que as pessoas possam ter. (BARBOSA, F. K., 2009, p. 46. III.1.1)

Equiv. ***diseño universal***

design para a saúde sm

Concepção de um produto para que seja físico e funcionalmente inclusivo, auxiliando na melhora de qualidade de vida.

Nesse sentido, o <design para a saúde> de produtos “vestíveis” que incorpora a moda e associa-se ao estilo de vida dos usuários poderá auxiliar no processo de superação, resiliência.(RONCOLETTA, M. R., 2014, p. 353. IV.2)

Equiv. ***diseño para la salud***

desporto para amputados sm

Esporte adaptado para pessoas que sofreram amputação.

A prática do <desporto para amputado>, você vai fortalecer e difundir o desporto para amputado no país e procurar dar subsídios, na realidade é uma coisa muito mais teórica do que prática, em que se o amputado necessita de uma prótese de qualidade para se tornar um grande corredor ou um grande saltador e você não tem condições de dar a prótese e nem tem como apresentar alguém para fazer um trabalho para que alguém pudesse dar essa prótese.(ARAÚJO, P. F., 1997, p. 100. I-I.1)

Equiv. ***deporte para amputados***

desvantagem sf

Var. **desvantagem social**

Dificuldade ou impossibilidade da pessoa em desempenhar papel social conforme sua idade, sexo e outros fatores sociais e culturais.

<Desvantagem>: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. (BARBOSA, C. S., 2007, p. 28. GE)

Equiv. **desventaja**

desvantagem física sf

Dificuldade ou impossibilidade da pessoa em desempenhar papel social conforme sua idade, sexo e outros fatores sociais e culturais devido à deficiência física.

A pessoa com deficiência para o trabalho foi definida como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no mesmo é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida <desvantagem física> ou mental. (SANTOS, M. H. C., 2010, p. 36. GE)

Cf. **deficiência física**

Equiv. **desventaja física**

dificuldade de fala sf

Dificuldade de coordenação da respiração, voz e articulação das palavras que prejudique a expressão oral.

Telefone Público para Surdos visa garantir a acessibilidade da pessoa surda ou com <dificuldade de fala>. (GUERREIRO, E. M. B. R., 2011, p. 42. GE)

Equiv. **dificultad del habla**

dignidade da pessoa humana sf

Valor inerente a todo ser humano relacionado aos direitos fundamentais do homem, como o direito à vida, independente de sua condição física, mental ou social.

A <dignidade da pessoa humana>, a cidadania e a pluralidade dizem respeito à destinação das ações dos legisladores, executores e julgadores, os quais devem ter clara a centralidade da pessoa em sua dignidade ínsita, em sua cidadania. (NOLETO, W. B. P., 2012, p. 24. GE)

Nota A dignidade da pessoa humana é um conceito abrangente considerado como primeiro fundamento de todo o sistema constitucional e base dos direitos individuais. Serve como base e direção na construção e interpretação do sistema jurídico brasileiro para aplicação do princípio da igualdade.

Equiv. ***dignidad de la persona humana***

dimorfismo institucional da deficiência sm

Concepção de deficiência apenas como física, negligenciado-se a existência de outros tipos de deficiência.

(...) revelam a presença no ambiente institucional e na concepção da própria sociedade, do <dimorfismo institucional da deficiência>. Este dimorfismo institucional se caracteriza pela concepção da existência da deficiência somente sob o ponto de vista físico, ignorando outras categorias de deficiência, como a visual, auditiva e mental. (RIBEIRO, M. A., 2008, p. 157. II-II.1)

Equiv. ***dimorfismo institucional de la discapacidad***

direito à acessibilidade sm

Fras. **direito constitucional à acessibilidade**

Direito a todos os indivíduos, com ou sem deficiência, de acesso ao ambiente físico, aos transportes, à informação, às comunicações e a outras facilidades concedidas por entidades públicas e privadas, em igualdade de condições.

O <direito à acessibilidade> está intimamente relacionado ao direito fundamental de ir e vir não só das pessoas com deficiência, mas também de crianças, gestantes, obesos, pessoas com mobilidade reduzida temporária (fraturadas, com entorse, etc.) e os idosos. (MELO, G. L. V.; ALMEIDA, M. G. E.; SILVA, M. E., 2009, p. 19. GE)

Equiv. ***derecho a la accesibilidad***

direito à diversidade sm

Direito do indivíduo em ser diferente e ter sua diferença respeitada.

Os conceitos de igualdade, não discriminação e diversidade entrelaçam-se: na sociedade inclusiva, o direito à igualdade é mais corretamente denominado <direito à diversidade>, ou seja, grosso modo, o direito a ser diferente, ser o que se é, tendo-se o direito às mesmas oportunidades e facilidades dos demais indivíduos, respeitada a individualidade de cada ser humano. (CEZAR, K. R., 2010, p. 40. GE)

Sin. **direito à igualdade**

Equiv. ***derecho a la diversidad***

direito à educação sm

Direito universal do ser humano.

Educação houve sempre, <direito à educação>, como direito universal do ser humano, só há depois da Declaração universal dos direitos do homem. (CRESPO, T. C. F., 2005, p. 24. I3-I.3.1)

Nota Com a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, a educação tradicional passou a ser um direito de todo cidadão.

Equiv. ***derecho a la educación***

direito à igualdade sm

Direito garantido por lei que assegura, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O <direito à igualdade>, por considerar positivamente as diferenças humanas, é o verdadeiro alicerce de todos os direitos constitucionalmente conferidos às pessoas com deficiência. (BERGAMO JUNIOR, A., 2009, p. 48. GE)

Nota A lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e trata do direito à igualdade.

Sin. **direito à diversidade**

Equiv. ***derecho a la igualdad***

direito ao lazer sm

Direito social garantido constitucionalmente.

O <direito ao lazer> foi reconhecido constitucionalmente pela primeira vez em 1988 e está no rol de direitos sociais fundamentais do artigo 6.º, essencial como forma de contraponto ao direito ao trabalho, à educação e aos demais (...).(TOKUNAGA, R. ., 2009, p. 73. I-I.2)

Equiv. ***derecho al ocio***

direito da pessoa com deficiência sm

Direitos diversos buscados na totalidade pelas pessoas com deficiência, como o direito ao trabalho, à educação, aos serviços e aos demais pressupostos da inclusão.

A inclusão parte do mesmo pressuposto da integração, que é o <direito da pessoa com deficiência> ter igualdade de acesso ao espaço comum da vida em sociedade. (ARANHA, M. S. F., 2001, p. 19. GE)

Nota Antes da Constituição de 1946, as leis não citavam as pessoas com deficiência. Elas foram gradativamente incluídas nas constituições seguintes, conceituando o que hoje se entende por direito das pessoas com deficiência.

Cf. **acessibilidade; inclusão**

Equiv. ***derechos de las personas con discapacidad; derechos de las mujeres y hombres con diversidad funcional***

direitos humanos sm

Direitos fundamentais inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

A expressão “<direitos humanos>” é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles o ser humano não consegue existir coletivamente, ou não é capaz de se desenvolver e de permitir que todos participem plenamente da vida.(SILVA, J. O., 2009, p. 83. GE)

Nota A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, a fim de assegurar, por meio de seus 30 artigos, liberdade, justiça e paz mundial a todos os seres humanos, entre outros direitos individuais e coletivos.

Equiv. *derechos humanos*

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica sf

Diretrizes direcionadas à educação de alunos com necessidades específicas na educação básica.

As <Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica>, instituída por meio da Resolução 02 de 11 de setembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) [...] regulamenta o atendimento que deve ser oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais. (COSTA, V. B., 2012, p. 162. I3-I.3.1)

Nota As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica foram instituídas a partir da Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Equiv. *directrices nacionales para la educación inclusiva*

dirigibilidade sf

Capacidade e condições seguras de condução de um veículo por qualquer indivíduo.

<dirigibilidade>: Ato de controlar os comandos de um veículo automotor, fazendo com que este siga um trajeto ou rumo. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Equiv. *capacidad de conducción*

discriminação sf

Diferenciação, exclusão ou restrição baseada em preconceito.

A <discriminação> envolve qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades, quando essa consideração se baseia em preconceito em vez de ter uma base legítima. (ABNT, NBR, 26000, 2010, p. 29. GE)

Equiv. ***discriminación***

discriminação da deficiência sf

Discriminação ou desfavorecimento da pessoa por conta de sua deficiência. *<Discriminação da deficiência>. Qualquer distinção, exclusão, ou restrição baseada na deficiência que tenha o propósito ou efeito de dificultar ou anular o reconhecimento, desfrute, ou exercício, em pé de igualdade com outrem, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, e que inclui a recusa de adaptação razoável.* (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 311. GE)

Cf. **discriminação**

Equiv. ***discriminación de la discapacidad***

discriminação positiva sf

Políticas sociais e ações públicas ou privadas destinadas a eliminar as situações de desigualdade, com apoio do Estado.

A <discriminação positiva> é aquela exteriorizada em política sociais do Estado e, portanto, de ações públicas ou privadas destinadas a eliminar situações de desigualdade em determinados grupos socialmente fragilizados. O Estado assume uma postura ativa para a inclusão de minorias. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 70. GE)

Cf. **discriminação**

Equiv. ***discriminación positiva***

dispositivo de acesso sm

Rampa, plataforma elevatório ou outros dispositivos que possibilitem o embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em navios, ônibus, aeronaves e outros meios de transporte com passageiros.

<dispositivo de acesso>: Estrutura/equipamento fixo ou móvel utilizado para possibilitar o acesso do cais ou píer a plataforma flutuante e desta a embarcação, atendendo aos parâmetros de circulação, transferência, aproximação e alcance contidos na ABNT NBR 9050. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 3. III.2.1)

Cf. **carro acessível de passageiros**

Equiv. ***dispositivo de acceso***

drive-up sm

Fras. **sistema drive-up**

Sistema de utilização de caixas de auto-atendimento sem sair do veículo automotor.

<drive-up>: Equipamentos de auto-atendimento projetados para serem utilizados por pessoas no interior de veículos. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.1.2)

Nota *Drive-up* é uma expressão da língua inglesa que, conforme o contexto, pode ser traduzida por "dirija até" ou "conduza a/ao" ou ainda "suba a/ao". No entanto, é utilizada sem tradução configurando-se, portanto, em um estrangeirismo.

Equiv. ***cajero automático drive in***

dublagem sf

Var. **dublagem em português; dublagem para o português**

Áudio de filmes, novelas ou outros programas televisivos, originalmente falados em idioma estrangeiro, traduzido para o português.

<dublagem>: Tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em português, sincronizadas (no tempo, entonação, movimento dos lábios das personagens em cena etc.). (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 3. IV.1.4)

Equiv. ***doblaje***

educação ao paciente sf

Var. **educação terapêutica**

Conjunto de atividades destinadas a melhorar o conhecimento e o comportamento dos pacientes perante a doença, a fim de melhorar o estado de saúde com resultados de longa duração.

A <educação ao paciente> pode ser definida como o processo de melhorar o conhecimento e habilidade de forma a influenciar as atitudes e

comportamentos necessários para manter ou melhorar a saúde. (BASTOS, B. G., 2011, p. 38. IV.2)

Equív. *educación al paciente*

educação especial sf

Var. **educação de pessoas com deficiência; educação das pessoas com deficiência**

Educação direcionada às pessoas com deficiência.

Neste mesmo cantinho a <Educação Especial> Brasileira tem como princípios: - respeito e dignidade da pessoa; - direito à igualdade de oportunidades; - direito de liberdade ele aprender e de ser diferente. (LUZ, L. M. R., 1996, p. 10. I3-I.3.1)

Cf. **educação inclusiva**

Equív. *educación especial*

educação especial na perspectiva da educação inclusiva sf

Var. **educação especial na perspectiva da educação inclusiva**

Atendimento educacional às pessoas com deficiência sob a perspectiva da educação inclusiva em escolas regulares.

O Programa “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” promove a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer <educação especial na perspectiva da educação inclusiva>. O objetivo é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular os alunos com deficiência. (TEIXEIRA, M. C. A., 2010, p. 83. I3-I.3.1)

Nota Em 2008, o governo federal lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada pelo Ministério da Educação.

Sin. **proposta inclusiva**

Cf. **educação inclusiva**

Equív. *educación especial desde la perspectiva de la educación inclusiva*

educação física adaptada sf

Sigla **EFA**

Educação física com metodologias adequadas para a participação de alunos com deficiência.

De acordo com Gorgatti e Gorgatti (2008, p. 4), "a <Educação Física Adaptada> é uma parte da Educação Física, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática de atividade física". (OLIVEIRA, A. C. S., 2011, p. 1. I-I.1)

Equiv. ***educación física adaptada***

educação inclusiva sf

Atendimento educacional a todos os indivíduos a partir do paradigma da inclusão.

A <educação inclusiva> pressupõe a potencialidade de todos, independente da singularidade de cada educando e trabalha com os pressupostos epistemológicos da diversidade e da complexidade. (RENDERS, E. C. C., 2006, p. 61. I3-I.3.1)

Nota A educação especial visa à educação das pessoas com deficiência sem, necessariamente, preocupar-se com os preceitos da educação inclusiva.

Cf. **educação especial**

Equiv. ***educación inclusiva***

empresa inclusiva sf

Empresa que contrata pessoas com deficiência e torna o ambiente de trabalho acessível física e atitudinalmente.

a <empresa inclusiva> é aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão. (DANTAS, C. K. L., 2005, p. 6. II-II.1)

Cf. **acessibilidade atitudinal**

Equiv. ***empresa inclusiva***

endoprótese sf

Prótese utilizada para impedir ou prevenir problemas nos vasos sanguíneos. *As <endopróteses> retas (Fig.8), são projetadas para o tratamento de aneurismas de aorta abdominal, aneurismas e dissecções de aorta torácica e tratamento de traumas agudos (pseudo-aneurismas e fístulas artéριο venosas) de aorta e artérias ilíacas.* (BIASI, H. H. de., 2001, p. 33. IV.2)

Equiv. ***endoprótesis***

enforcement sm

Fras. **enforcement da lei de cotas; enforcement da política de cotas**

Execução da lei de cotas.

Em diversas solicitações para reuniões e interação no processo de <enforcement> da política de cotas, inúmeras associações foram convidadas a participar. Abriu-lhes espaço para manifestarem os seus interesses e contribuir no processo de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. (RIBEIRO, M. A., 2008, p. 90. II-II.1)

Nota A palavra *enforcement* pertence à língua inglesa e pode ser traduzida por *execução, aplicação*. No entanto, é utilizada sem tradução na área da inclusão das pessoas com deficiência, configurando-se em um estrangeirismo.

Equiv. ***enforcement de la ley de cuotas***

ensino regular sm

Atendimento educacional regular, não especializado.

Ao não considerar os sujeitos com deficiências e suas especificidades em projetos que visem sua aplicabilidade no contexto de <ensino regular> torna esse processo um simples ingresso, não permitindo que tais alunos façam realmente parte dos movimentos de formação e socialização previstos no ambiente escolar. (SCHNEIDER, F. C., 2012, p. 215. I3-I.3.1)

Equiv. ***enseñanza común***

entidades assistenciais sf

Organizações que prestam serviços nas áreas sociais, educacionais e de saúde sem fins lucrativos.

Eu sei que há <entidades assistenciais> que prestam excelentes serviços.

Por exemplo, quanto à própria APAE, que talvez seja a maior instituição dessa área do Brasil e a mais antiga, também, vamos encontrar em determinados locais uma APAE muito boa, organizada, atuante e em outros lugares, não. Isso é função da gestão. (LANNA JÚNIOR, M. C. M., 2010, p. 377. II-II.1)

Equiv. **entidades asistenciales**

entradas acessíveis sf

Acessos a edificações e espaços culturais devem estar sob as condições de acessibilidade.

O cumprimento integral deverá ser exigido para a construção de novos edifícios e estradas que servem ao público. Isto inclui características tais como rampas (rebaixamentos) e <entradas acessíveis>; (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 203. I-I.2)

Cf. **condições de acessibilidade**

Equiv. **entradas accesibles**

equidade sf

Var. **igualdade**

Princípio baseado na redução das diferenças sociais, respeito às diferenças e oportunidade para cada pessoa desenvolver o seu pleno.

O principio da <equidade> deve ser alcançado, em todos os espaços, seja na família, na escola, no trabalho, na comunidade em geral, e isto significa respeito às diferenças. (SILVA, J. O., 2009, p. 144. GE)

Equiv. **equidad**

equipamento de autoatendimento sm

Conjunto de funções e serviços oferecidos por terminaleletrônico para autoatendimento.

<equipamento de auto-atendimento>: Equipamento que possibilita o auto-serviço, através de processo automático de cobrança para aquisição de produtos ou serviços. (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 3. IV.1.3)

Nota A palavra *autoatendimento* pode ser encontrada com hífen, como no contexto e em outros textos escritos antes da implantação definitiva do novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Equiv. ***terminales de autoservicio***

equipamentos urbanos sm

Bens públicos e privados que oferecem serviços necessários ao funcionamento e organização das cidades.

Devem ser criados planos que permitam a instalação de <equipamentos urbanos> acessíveis tais como bibliotecas, postos de saúde, hospitais, centros comunitários etc. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 332. III.1.1)

Equiv. ***equipamiento urbano***

equivalente textual sm

Texto com significado igual ao da imagem a qual ele acompanha.

<equivalente textual>: Determinado conteúdo que é equivalente a outro quando ambos preenchem a mesma função ou finalidade, no momento de serem apresentados ao usuário. Se uma imagem tiver função de um ícone e sua compreensão transmitir a idéia de uma direção, para a qual o usuário será conduzido, o equivalente textual deve indicar que destino é esse. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.1.2)

Equiv. ***equivalente textual***

ergonomia sf

Conjunto de conhecimentos e técnicas que visam à segurança na relação entre o homem e a máquina e a otimização das condições de trabalho.

<Ergonomia> é um conjunto de conhecimentos sobre o homem na execução de atividades com instrumentos, buscando uma melhor condição de desempenho nas tarefas sem prejudicar as condições das pessoas e, na medida do possível, agregando em qualidade de vida, tendo como importância da tríade básica: conforto, segurança e eficiência. (DUSIK, C. L., 2013, p. 114. IV.2)

Equiv. ***ergonomía***

escada rolante com plataforma para cadeira de roda sf

Var. **escada rolante com plataforma para PCR**

Sistema de transporte em formato de escada movido por motor elétrico com dispositivo de acessibilidade que, quando acionado, três degraus alinham-se horizontalmente para transportar uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebê.

<escada rolante com plataforma para cadeira de rodas>: Escada constituída de uma seqüência de degraus acionados eletricamente, utilizada para transporte de pessoas no sentido ascendente ou descendente.(ABNT, NBR, 14021, 2004, p. 4. III.1.1)

Equiv. ***plataforma para silla de ruedas en escaleras automáticas***

escola acessível sf

Escola cujos espaços físicos e recursos pedagógicos atendem às normas de acessibilidade e inclusão.

A <escola acessível> dispõe de estrutura arquitetônica e sinalização que correspondem aos critérios de acessibilidade para receber alunos com deficiência, tem sala de recursos com equipamentos e material didático que permitam o acesso à aprendizagem, informação e comunicação por todos.(LANNA JÚNIOR, M. C. M., 2010, p. 97. I3-I.3.1)

Equiv. ***escuela accesible***

escola especializada sf

Escola direcionada ao ensino de alunos com alguma necessidade específica.

Devido à perda da visão, mudou-se para Uberaba com a família, para estudar no Instituto de Cegos Brasil Central (ICBC), <escola especializada> na educação de pessoas cegas e de baixa visão, onde foi alfabetizado através do Sistema Braille. (FERREIRA, L. R. C., 2010, p. 85. I3-I.3.1)

Nota Escola especializada na educação de pessoas surdas; escola especializada para deficientes visuais.

Equiv. ***escuela especializada***

escola inclusiva sf

Var. **escola comum inclusiva; escola inclusivista**

Escola acessível em aspectos físicos, pedagógicos e atitudinais.

A escola inclusiva é aquela que respeita e valoriza as diversidades apresentadas por seus alunos e que se adapta a eles a fim de lhes proporcionar uma educação apropriada e de qualidade. (MALAQUIAS, F. F. O., 2012, p. 22-23. I3-I.3.1)

Cf. **escola acessível; educação inclusiva; acessibilidade atitudinal**

Equiv. ***escuela inclusiva***

escola peripatética sf

Var. **peripatética**

Escola de orientação empírica fundada pelo filósofo Aristóteles, cujo método é baseado no ensinar caminhando.

Tal denominação advém da linha <peripatética>, inaugurada por Aristóteles na Grécia antiga, que seria o método de ensinar caminhando. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 28. GE)

Nota Ela tem origem no Grego e significa aquele que perambula, itinerante. Aristóteles tinha o hábito de ensinar seus discípulos ao ar livre, caminhando.

Equiv. ***escuela peripatética***

escola regular sf

Var. **escola comum; escola tradicional; escola de ensino regular**

Escola que oferece ensino regular.

Para alguns tipos de deficiência, a <escola regular> pode se tornar um ambiente mais segregador do que um ambiente de ensino "de colocação mais protegida e estruturada". Estes autores referem-se à instituições de ensino especial. (SILVA, L. J. A. L., 2007, p. 61. I3-I.3.1)

Equiv. ***escuela común***

espaço acessível sm

Área cujo acesso e mobilidade é possível para todas as pessoas, com ou sem deficiência ou mobilidade reduzida.

<espaço acessível>: Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 3. III.1.1)

Equiv. ***espacio accesible***

espaço livre frontal sm

Espaços reservados para pessoas com mobilidade reduzida e pessoas obesas em cinemas, teatros, auditórios e similares devem ter um espaço frontal livre de ao menos 0,60m.

Os assentos para P.M.R. devem possuir um <espaço livre frontal> de no mínimo 0,60 m.(ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 83. I-I.2)

Equiv. ***espacio libre frontal***

espaço para cadeira de rodas sm

Área reservada em transportes públicos, plataformas de embarque, cinemas, teatros e outros locais afins para pessoas em cadeira de rodas.

Os pontos de parada devem ser providos de assento e <espaço para cadeira de rodas> de acordo com a ABNT NBR 9050. Recomenda-se a adoção de cobertura. (ABNT, NBR, 14022, 2006, p. 3. III.1.1)

Equiv. ***plaza para silla de ruedas***

espaço para P.C.R sm

Espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas.

O <espaço para P.C.R>. deve possuir as dimensões mínimas de 0,80 m por 1,20 m, acrescido de faixa de no mínimo 0,30 m de largura, localizada na frente, atrás ou em ambas posições. Os espaços para P.C.R. devem estar deslocados 0,30 m em relação à cadeira ao lado para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção.(ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 82. I-I.2)

Equiv. ***espacio para persona en silla de ruedas***

esporte adaptado sm

Var. **desporto adaptado; esporte para pessoas com deficiência; prática esportiva adaptada**

Atividades esportivas com modificações e adaptações nas regras, materiais ou espaço físico, considerando a deficiência ou limitação do praticante.

<esporte adaptado> diz respeito a toda e qualquer atividade que, levando em consideração as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais

impostas pelas respectivas deficiências, apresente adaptações nas regras, materiais ou campo do jogo proporcionando às pessoas com deficiência, melhores condições para a sua participação em várias modalidades esportivas e recreativas, facilitando o desenvolvimento das potencialidades residuais do indivíduo. (TEODORO, C. M., 2006, p. 29. I-I.1)

Equiv. ***deporte adaptado***

esporte adaptado de alto rendimento sm

Var. **esporte adaptado de alto nível**

Atividade esportiva de alto nível de exigência e desempenho com adaptações para pessoas com deficiência.

O <esporte adaptado de alto rendimento> ou esporte paralímpico é uma prática que, embora possua objetivos e características semelhantes ao esporte convencional, permite adaptações nas regras, no espaço e nos materiais de acordo com as necessidades de cada tipo de comprometimento, seja ele físico, sensorial ou intelectual. A busca pelo máximo desempenho do atleta com deficiência, no que tange os aspectos biofísicos, sociais e psicológicos é o que caracteriza o esporte adaptado de alto nível ou de alto rendimento. (BENFICA, D. T., 2012, p. 75. I-I.1)

Equiv. ***deporte adaptado de alto rendimiento***

esporte em cadeira de rodas sm

Atividades esportivas praticadas por pessoas com deficiência em cadeira de rodas devido a comprometimento funcional das pernas ou membros inferiores.

O programa de <esporte em cadeira de rodas>, construído por Guttman e sua equipe, teve grande repercussão no meio clínico e começou a ser utilizado em vários centros de reabilitação na Europa. Estas instituições, por sua vez, promoveram uma série de competições internacionais que originaram os primeiros jogos mundiais em cadeira de rodas, predecessores dos jogos paraolímpicos. (NOVAES, V. S., 2006, p. 54-55. I-I.1)

Equiv. ***deporte en silla de ruedas***

esporte paralímpico sm

Var. **esporte paraolímpico**

Atividade esportiva de alto nível de exigência e desempenho, com adaptações para pessoas com deficiência, constituinte das paraolimpíadas.

A estrutura do <esporte paraolímpico> brasileiro é semelhante à do esporte olímpico. O que consiste como diferença é que as cinco associações nacionais que representam os paratletas brasileiros foram formadas em função do tipo de deficiência e não de um esporte. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 32. I-I.1)

Nota O termo *paraolímpico* deixou de ser usado desde 2013, prazo dado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para que todas as entidades a ele filiadas fizessem essa atualização ortográfica. A decisão da mudança ocorreu para fins de padronização internacional do termo.

Cf. **paralimpíadas**

Equiv. ***deporte paralímpico***

estímulo sensorial sm

Aquisição de conhecimento por meio dos sentidos.

É importante ainda dar à criança o tempo necessário para que receba um <estímulo sensorial> de cada vez, enquanto ela ainda não é capaz de integrar todas as informações sensoriais para compreender uma ação, objeto ou fenômeno. (VILLELA, T. C. R., 2012, p. 28. I3-I.3.1)

Equiv. ***estímulo sensorial***

excluídos sm

Fras. **excluídos socialmente**

Indivíduos total ou parcialmente impedidos de participarem integralmente da sociedade onde vivem.

Isso decorre de toda tradição da ajuda social que caracteriza "populações-alvo", cristalizando categorias cada vez mais numerosas, tais como inválidos, pessoas com deficiência, idosos, crianças, etc. que são referidos como <excluídos>, de modo mais amplo e indeterminado, tendo intervenções especializadas. (ARAÚJO, E. T., 2006, p. 117. GE)

Equiv. ***excluidos***

exclusão digital sf

Desigualdade social que se caracteriza pela falta de acesso aos diversos tipos de bens eletrônicos, à internet e à globalização.

O conceito de <exclusão digital> não se refere apenas ao acesso físico a computadores, conectividade e infraestrutura, mas também às características geográficas, fatores econômicos, culturais e sociais - como o analfabetismo - que criam barreiras para a inclusão social. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE. 2011, p. 180. IV.1.1)

Equiv. ***exclusión digital***

exclusão do mercado de trabalho sf

Não contratação de pessoas com deficiência por empresas.

A questão das PPDs interditas e beneficiárias do INSS cria um grupo de excluídos dentro da população de PPDs, que já sofre com a <exclusão do mercado de trabalho>. Isto é, agrava o quadro de exclusão de um grupo de PPDs, tornando improvável sua contratação por uma empresa. (DOVAL, J. L. M., 2006, p. 156. II-II.1)

Equiv. ***exclusión del mercado de trabajo***

experiência ótima sf

Estado de grande prazer ao se realizar alguma atividade específica.

Daí que optou-se por adotar o termo <experiência ótima> introduzido pelo psicólogo Csikszentmihalyi (1991), e que é o estado no qual as pessoas se encontram tão envolvidas numa atividade que nada mais parece lhes importar; a experiência em si mesma é tão prazerosa que as pessoas a realizam por puro motivo de fazê-la. (MORA, A. B., 2012, p. 43. I-I.2)

Nota *Experiência ótima* é um termo proveniente da teoria do estado de Flow, criada pelo psicólogo húngaro Mihaly Csikszentmihalyi na década de 1970, a fim de compreender o que leva o indivíduo a um estado pleno de satisfação e motivação.

Equiv. ***experiencia óptima***

facilitadores ambientais sm

Conjunto de fatores que melhoram a funcionalidade do indivíduo, como ambiente físico assecível, tecnologias assistivas e acessibilidade atitudinal.

Uma das maiores inovações na CIF é a presença de uma classificação de fatores ambientais que possibilita a identificação de barreiras e <facilitadores ambientais> para a capacidade e desempenho de ações e tarefas na vida diária. (RIBEIRO, N. M. S., 2008, p. 17. I-I.2)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. ***facilitadores ambientales***

faixa de alcance sf

Distância acessível para pessoas em cadeira de rodas dos acessórios para sanitários, cabides de vestiários e utensílios de balcões de autosserviço em edificações acessíveis.

Os cabides devem ser instalados em altura dentro da <faixa de alcance> entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado. Recomenda-se que não sejam instaladas atrás de portas e que não criem saliência pontiaguda. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 79. I-I.2)

Equiv. ***distancia accesible***

faixa elevada sf

Var. **faixa de pedestres elevada**

Travessia de pedestres elevada a fim de igualar os níveis das calçadas ou passeio em ambos os lados do asfalto.

<faixa elevada>: Elevação do nível do leito carroçável composto de área plana elevada, sinalizada com faixa de travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a promover a concordância entre os níveis das calçadas em ambos os lados da via. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 3. III.1.1)

Equiv. ***paso de cebra elevado***

fatores ambientais sm

Facilitadores ou barreiras para a funcionalidade do indivíduo no ambiente, como produtos e tecnologias, o ambiente natural e o construído, suporte relacionamentos, atitudes e serviços, sistemas e políticas públicas.

Os <fatores ambientais> têm impactos na funcionalidade da pessoa, ou seja, podem limitar seu desempenho provocando a incapacidade. (GUERREIRO, E. M. B. R., 2011, p. 33. GE)

Cf. **fatores contextuais**

Equiv. ***factores ambientales***

fatores contextuais sm

Elementos pessoais e ambientais que, conforme o estado de saúde do indivíduo, interferem ou possibilitam a sua funcionalidade em um domínio específico.

Os <Fatores Contextuais> estão divididos em ambientais e pessoais, porém esses fatores se inter-relacionam em várias definições estabelecidas pela CIF. (GUERREIRO, E. M. B. R., 2011, p. 33. GE)

Nota A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) aponta que a deficiência surge da interação entre problemas de saúde e fatores contextuais: fatores ambientais e pessoais.

Equiv. ***factores contextuales***

fatores de impedância sm

Interferências no fluxo de pedestres que podem ser causadas por mobiliários urbanos, vegetações, postes ou outros elementos ou condições.

<fatores de impedância>: Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 3. III.1.1)

Equiv. ***factores de impedancia***

fatores pessoais sm

Elementos intrínsecos ao indivíduo que influenciam no modo como ele vive em sociedade, como idade, cultura, gênero, forma física e outros.

<Fatores pessoais>. São fatores contextuais relacionados ao indivíduo, tais como: idade, sexo, nível social, experiências da vida, etc., que não são classificados na CIF, mas que os utilizadores podem incorporar nas suas aplicações da classificação. (GUERREIRO, E. M. B. R., 2011, p. 34. GE)

Cf. **fatores contextuais**

Equiv. ***factores personales***

força de acionamento sf

Esforço de movimento necessário para acionar uma tecla.

<força de acionamento>: Força necessária para que uma tecla seja deslocada desde o ponto de repouso até o ponto de acionamento. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.1.3)

Equiv. ***fuerza de accionamiento***

formação docente sf

Desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo como professor.

Um dos limites da <formação docente> para atuar na educação especial está na nossa própria formação profissional, pois além das poucas disciplinas que se oferece nas licenciaturas essas são, por sua vez, fragmentadas, não permitindo uma formação inicial consistente. (COSTA, V. B., 2012, p. 27. I3-I.3.1)

Equiv. ***formación docente***

formas de discriminação sf

Var. **tipos de discriminação**

Preconceitos, estereótipos ou exclusões por motivos de deficiência, raça, sexo, idade ou outra característica do indivíduo.

A atual Constituição, no seu Artigo 3º inciso IV do Título I, destaca como um dos seus objetivos fundamentais, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras <formas de discriminação>". (LEITE, Z. H. M., 2006, p. 72. GE).

Nota Com o propósito de garantir os direitos das pessoas com deficiência, as formas de discriminação foram discutidas na Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), ratificada pelo Decreto 3.956/2001.

Equiv. ***formas de discriminación***

funcionalidade sf

Funções do corpo envolvidas na participação e atividades sociais cotidianas.

A CIF descreve a <funcionalidade> e a incapacidade relacionadas às

condições de saúde, identificando o que uma pessoa "pode ou não pode fazer na sua vida diária", tendo em vista as funções dos órgãos ou sistemas e estruturas do corpo. (SIMONELLI, A. P., 2009, p. 31. IV.2)

Nota Na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), os problemas com a funcionalidade do corpo humano são categorizados em: alterações das estruturas e funções corporais, como a paralisia ou a cegueira; dificuldades para executar atividades, como caminhar ou comer; restrições à participação em certas atividades, como emprego ou transportes.

Equiv. ***funcionalidad***

funcionalidade dos recursos pedagógicos sf

Avaliação do funcionamento de certos recursos pedagógicos adaptados para alunos com deficiência.

Destacamos em especial algumas atribuições que favorecem e confirmam os objetivos dessa pesquisa, tais como o item b, em que relata a ação de programar, acompanhar e avaliar a <funcionalidade> e a aplicabilidade <dos recursos pedagógicos> e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola. (EMER, S. O., 2011, p. 86. I3-I.3.1)

Cf. **aplicabilidade dos recursos pedagógicos**

Equiv. ***funcionalidad de los recursos pedagogicos***

funcionalidade nas habilidades sf

Variável considerada no sistema de classificação funcional do atleta com deficiência.

O sistema de classificação apresenta três variáveis de acordo com a "International Sports Organization for the Disabled" (ISOD) (2004): a natureza da severidade da deficiência do atleta a <funcionalidade nas habilidades> relacionadas ao esporte desempenho do atleta observado em competições anteriores. (TEODORO, C. M., 2006, p. 42. I- I.1)

Cf. **sistema de classificação funcional**

Equiv. ***funcionalidad en las habilidades***

funções corporais sfVar. **funções do corpo**

Atribuições fisiológicas a diversas áreas do corpo, incluindo as funções mentais, sensoriais e a dor, as funções da voz, as funções neuromúsculoesqueléticas e as relacionadas com o movimento.

<Funções Corporais> Na CIF, as funções fisiológicas dos sistemas corporais. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 310. IV.2)

Equiv. ***funciones corporales*****funções visuais sf**

Atividades da visão humana como definir formas, cores, movimentos e distância.

Por exemplo, as “<funções visuais>” são definidas em termos de capacidade de perceber a forma e o contorno dos objectos, a várias distâncias, utilizando um ou ambos os olhos, de maneira que a gravidade das dificuldades de visão pode ser codificada nos níveis leve, moderada, grave ou completa em relação a esses parâmetros. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CIF, 2013, p. 22. GE)

Equiv. ***funciones visuales*****futebol de cegos sm**

Modalidade esportiva praticada por pessoas cegas ou com baixa visão, que pode ser o futebol de cinco ou o goalball.

Também o <futebol de cegos> e de pessoas com baixa visão, que conta com duas modalidades apresenta esta contribuição: o futebol de cinco e o goalball, ambos praticadas com uma bola que contém guizos em seu interior.(NOLETO, W. B. P., 2007, p. 81. I-I.1)

Cf. **futebol de cinco; goalball**Equiv. ***fútbol para ciegos*****futebol de cinco sm**

Modalidade esportiva paraolímpica praticada por cegos ou por pessoas com baixa visão.

Na modalidade <futebol de cinco> podem participar atletas cegos, classe B1, onde o goleiro pode ser B2 e com a visão residual (B2, B3). Os jogadores colocam um tampão nos olhos para evitar que os que tenham baixa visão estejam em situação de vantagem. A bola utilizada possui guizos em seu interior com a finalidade de orientar os jogadores por meio do som emitido. (TEODORO, C. M., 2006, p. 40. I-I.1)

Cf. **futebol de cegos**

Equiv. **fútbol-5**

futebol de sete sm

Modalidade esportiva paraolímpica praticada por pessoas com paralisia cerebral.

O futebol na modalidade paraolímpica trata-se do <futebol de sete>. É um esporte destinado a paralisados cerebrais, na categoria masculina. Joga-se em dois tempos de 25 minutos, em campo de 75 metros por 55 metros, gramado. Cada equipe tem sete jogadores. Seguem-se as regras da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), com certas alterações. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 33. I-I.1)

Equiv. **fútbol-7**

garantia de acessibilidade sf

Garantia, por meios públicos ou privados, de acesso ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, aos produtos e serviços por pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

No poder judiciário brasileiro existem centenas de ações intentadas pelo Ministério Público, seja no âmbito federal ou estadual, exigindo <garantia de acessibilidade> às pessoas com deficiência. (FERNANDEZ, A. B., 2013, p. 82. GE)

Nota Em 1994, houve uma revisão da Carta Magna da República Federativa do Brasil, de 1988, na qual foram inseridas questões sobre a "Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos", fortalecendo a garantia à acessibilidade.

Cf. **acessibilidade**

Equiv. **garantía de accesibilidad**

gestão da deficiência sf

Gerenciamento das condições de trabalho adequadas para pessoas que voltaram ao mercado de trabalho após surgimento de deficiência.

<Gestão da deficiência> Estratégias de intervenção e gestão de casos utilizados para atender as necessidades de pessoas com deficiência que tenham tido experiência laboral antes do aparecimento da deficiência. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 311. II-II.1)

Equiv. ***gestión de la discapacidad***

ginástica médica sf

Programa de atividade física pioneiro no desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência no Brasil, com objetivos preventivos e corretivos.

A educação física começa a se preocupar com atividade física para essas pessoas apenas, aproximadamente, no final dos anos de 1950, e o enfoque inicial para a praticadessas atividades foi o médico. Os programas eram denominados <ginástica médica> e tinham a finalidade de prevenir doenças, utilizando para tanto exercícios corretivos e de prevenção. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 28. I-I.1)

Equiv. ***gimnasia médica***

goalball sm

Modalidade esportiva paraolímpica praticada por cegos ou por pessoas com baixa visão.

O <Goalball> caracteriza-se pela presença em sua composição oposição, cooperação e finalização, sendo um confronto entre duas equipes de seis atletas vendados, três titulares e três reservas de cada time, com o intuito de pontuar por meio de lançamentos e defender sua meta das bolas lançadas pelo adversário, num jogo onde o silêncio é necessário para ouvir o guizo da bola. (BORGSMANN, T., 2013, p. 47. I-I.1)

Nota A palavra *goalball* é de origem inglesa e não recebeu tradução para o português.

Cf. **futebol de cegos**

Equiv. ***goalball***

grau de deficiência¹ sm

Var. **nível da deficiência; nível de deficiência**

Variação da deficiência, que pode ir de pequenos comprometimentos funcionais a total necessidade de ajuda de tecnologias ou de terceiros.

O <Grau de deficiência> também possui grande amplitude e varia desde pequenos comprometimentos até dependência total de terceiros. (TEIXEIRA, M. C. A., 2010, p. 32. GE)

Equiv. ***grado de discapacidad***

grau de deficiência² sm

Item considerado na classificação funcional esportiva.

Nas provas de atletismo participam atletas com deficiência física e visual, nas categorias masculina e feminina. A classificação é feita de acordo com o <grau de deficiência>, de forma que haja equilíbrio e homogeneidade de disputa na competição. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 32. I-I.1)

Equiv. ***grado de discapacidad***

guia de balizamento sf

Indicação dos limites da área de circulação de pedestres por meio de elementos construídos ou instalados no piso, perceptíveis por pessoas com deficiência visual.

<guia de balizamento> elemento edificado ou instalado junto aos limites das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 3. III.1.1)

Cf. **linha-guia**

Equiv. ***bandas direccionales***

guia intérprete sm

Profissional capacitado para guiar a pessoa surdo-cega e transmitir a ela as informações necessárias em determinada situação.

O profissional <guia intérprete> deve: a) servir de canal de comunicação e visão entre a pessoa surdo-cega e o meio no qual ela está interagindo (o

undo). (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 27. IV.1.2)

Equiv. ***guía intérprete***

guia vidente sm

Pessoa que serve de guia e orientação para o deficiente visual.

A pessoa que vier a atuar como <guia vidente> de uma pessoa cega ou com baixa visão, nas diversas situações do dia-a-dia, deve: a) dar uma pista sonora de sua aproximação e apresentar-se; b) oferecer ajuda para orientação ou como guia para locomoção; (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 28. I-I2)

Nota A palavra *guia vidente* pode ser encontrada com hífen em textos escritos antes da implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Equiv. ***guía vidente***

habilitação profissional sf

Preparação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho por meio de cursos e estágios profissionalizantes, com auxílio da Previdência Social.

Entende-se por <habilitação profissional> o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados a determinada profissão ou ocupação. (SOARES, F., 2006, p. 53. II-II.1)

Equiv. ***habilitación profesional***

háptica sf

Experiência do sentido tátil por pessoas com deficiência visual.

O reconhecimento tátil dos objetos do mesmo modo poderiam agregar informações estéticas para quem não vê, (por ex. Révész, 1950). Portanto se enfatiza na <háptica> com especial destaque na experiência do cego ao visitar o museu. (MORA, A. B., 2012, p. 49. I-I.2)

Equiv. ***háptica***

handebol em cadeira de rodas sm

- Sigla **HCR**
- Var. **handebol sobre rodas**
- Modalidade esportiva adaptada para pessoas com comprometimento funcional das pernas ou membros inferiores, jogada em cadeira de rodas.
- Fundamentos do <Handebol em Cadeira de Rodas>: O HCR é um esporte adaptado que possibilita as pessoas com deficiências a prática esportiva de iniciação e competição de um esporte coletivo, dinâmico e desafiador. De acordo com Oliveira (2008), o handebol permite a participação com pessoas com deficiência com os mais diversos tipos de comprometimento e que desejam praticar um esporte coletivo em cadeiras de rodas. (OLIVEIRA, A. C. S., 2011, p. 41. I-I.1)*
- Equiv. ***balonmano en silla de ruedas***

homogeneidade sf

Característica da escola não inclusiva.

Segundo Figueiredo (2002), "...a escola como produtora de igualdades preza pela <homogeneidade> e com isto acentua e produz desigualdades. Na tentativa de garantir a <homogeneidade> nas turmas e entre os alunos, a escola exclui aqueles que se diferenciam". (NEVES, C. P., 2006, p. 30. I3-I.3.1)

Cf. **escola inclusiva**

Equiv. ***homogeneidad***

igualdade nas relações de trabalho sf

Oportunidade de emprego à pessoa com deficiência e eliminação de qualquer ato discriminatório.

O artigo 7º cuida da <igualdade nas relações de trabalho>, garantindo a não discriminação. Araújo e Araújo (2011) chamam atenção para o fato de que esta previsão legal não significa que toda pessoa com deficiência pode pretender trabalhar em qualquer emprego ou função, mas isso não significa que a pessoa com deficiência é incapaz. (NOLETO, W. B. P., 2012, p. 55. II-II.1)

Equiv. ***igualdad en las relaciones laborales***

impedimento da dirigibilidade sm

Deficiência física ou mobilidade reduzida, permanente ou temporária, que impeça a condução segura do veículo pelo indivíduo.

Com <impedimento da dirigibilidade> Caso a deficiência física impeça a dirigibilidade com segurança de um veículo automotor convencional: a) candidato não habilitado ou habilitado que adquiriu posteriormente a deficiência: deve passar pela avaliação da prova prática de direção veicular com veículo automotor apropriado; (ABNT, NBR, 14970-2, 2003, p. 4. III.2.2)

Cf. **dirigibilidade**

Equiv. ***impedimento paraconduzir***

impraticabilidade sf

Condições específicas que impedem de se colocar em prática as normas de acessibilidade em edifícios, mobiliários e equipamentos urbanos, locais públicos, meios de sinalização e comunicação.

<impraticabilidade>: Condição ou conjunto de condições técnicas vigentes que possam impedir a adaptação das edificações, dos espaços, do mobiliário, dos equipamentos urbanos, das estações, dos trens, dos sistemas e meios de sinalização ou de comunicação às condições de acessibilidade. (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 4. III.1.1)

Cf. **acessibilidade; equipamentos urbanos; mobiliário urbano**

Equiv. ***impracticabilidad***

incapacidade sf

Restrição ou limitação no desenvolvimento de atividades sociais cotidianas, resultante de deficiência.

(...) <incapacidade> como uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos de especiais, para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (RIBEIRO, N. M. S., 2008, p. 3. GE)

Cf. **limitação funcional**

Equiv. ***incapacidad***

inclusão dos estudantes com deficiência sf

Var. **inclusão de estudantes com deficiência**

Acesso de alunos com deficiência em escolas regulares.

Ao fazer uma reflexão sobre a <inclusão dos estudantes com deficiência> na escola comum pensamos que esta, bem como os docentes tem pela frente um grande desafio, olhar para o outro não de forma estigmatizante que o reduza a condição de inferioridade, mas o de respeitar a identidade própria na diversidade, pois em uma escola que abraça a diversidade na pluralidade e que se propõem a ouvir o outro.(COSTA, V. B., 2012, p. 167. I3-I.3.1)

Cf. **escola regular**

Equiv. ***inclusión de los estudiantes con discapacidad***

inclusão escolar sf

Var. **inclusão educacional**

Acesso à educação por todos os indivíduos.

A <inclusão escolar> constitui uma das dimensões do processo de inclusão e se materializa através de um conjunto de políticas públicas e particulares voltadas à garantia do acesso a escolarização para todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude. (PÁDUA, M., 2005, p. 11. I3-I.3.1)

Equiv. ***inclusión escolar***

inclusão indiscriminada sf

Var. **inclusão forçada**

Inserção da pessoa com deficiência em contextos sociais sem consideração de suas necessidades.

O movimento de inclusão no Brasil apresenta duas correntes: uma que entende a inclusão como forma de combater a exclusão das pessoas com deficiência no ensino regular; e outra, dos que discordam da <inclusão indiscriminada>, em que não se consideram as necessidades requeridas para atendimento das pessoas com deficiência, sejam esses recursos

humanos ou materiais. (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 44. GE)

Equív. ***inclusión indiscriminada***

inclusão sf

Fras. **paradigma da inclusão; paradigma inclusivo**

Ações afirmativas, públicas e privadas, que buscam inserir, em todos os contextos, indivíduos marginalizadas historicamente ou em decorrência de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas atuais.

A <inclusão social> constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 27. GE)

Equív. ***inclusión***

inclusão digital sf

Acesso e capacitação para o uso de bens eletrônicos, internet e informação por todos os indivíduos.

A <inclusão digital> implica também em inclusão social, pois o conhecimento das TICs amplia as condições de participação do cidadão na vida social e econômica do seu Município, Estado e País. Inclusão digital significa direito à informação e comunicação. (DE PAULA, S. N., 2009, p. 58. IV.1.1)

Equív. ***inclusión digital***

inclusão no mercado de trabalho sf

Atuação efetiva das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, seja em empresa pública ou privada.

Ademais, a <inclusão no mercado de trabalho>, como forma de inclusão social, pode despertar sentimentos de autonomia, autoestima, pertencimento e valor próprio na pessoa com deficiência, além de propiciar crescimento também às pessoas não deficientes, ao propiciar ações de solidariedade.(CEZAR, K. R., 2010, p. 15. II-II.1)

Cf. **inclusão**

Equív. ***inclusión en el mercado laboral***

inclusão sociodigital sf

Acessibilidade à tecnologia e aos os meios de comunicação por todos os indivíduos.

A <inclusão sócio-digital> refere-se também a ações de inserção no cunho tecnológico e político que promovam o desenvolvimento de tecnologias que ampliem a acessibilidade de pessoas com deficiências. (EMER, S. O., 2011, p. 61. IV.1)

Equiv. ***inclusión socio-digital***

independência completa sf

Classificação do nível atividades diárias exercidas pelas pessoas com deficiência sem necessitar de ajuda.

<Independência completa> (sete) - todas as tarefas descritas são realizadas com segurança, sem alterações, sem ajuda e em tempo razoável; (SILVA, G. A. da., 2015, p. 66. IV.2)

Nota A Medida de Independência Funcional – MIF classifica os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas. A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. ***independencia completa***

independência modificada sf

Classificação do nível atividades diárias exercidas pelas pessoas com deficiência quando ela faz alguma atividade de modo arriscado, mais demorado ou com ajuda de dispositivo.

<Independência modificada> (seis) - quando há uma ou mais de uma destas ocorrências; como uso de algum dispositivo auxiliar de ajuda, tempo

acima do razoável ou risco de segurança. (SILVA, G. A. da., 2015, p. 66. IV.2)

Nota A Medida de Independência Funcional – MIF classifica os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas. A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. *independencia modificada*

independente sf

Pessoa com deficiência permanente ou temporária, mobilidade reduzida ou outras limitações que não precisam de ajuda de terceiros para executarem suas atividades diárias.

<Independente> - não necessita ajuda de alguém para desenvolver a atividade. (SILVA, G. A. da., 2015, p. 66. IV.2)

Nota A Medida de Independência Funcional – MIF classifica os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas. A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Cf. **Medida de Independência Funcional**

Equiv. *independiente*

indicação visual de acessibilidade sf

Sinal indicativo de acessibilidade por meio do Símbolo Internacional de Acesso visível em edificações, espaços, equipamentos e mobiliários urbanos.

<Indicação visual de acessibilidade>: A indicação de acessibilidade às

edificações, espaço, mobiliário e equipamentos de terminais aéreos e aeronaves deve ser feita por meio do "Símbolo Internacional de Acesso", conforme 10.1.1 da NBR 9050:1994. (ABNT, NBR, 14273, 1999, p. 4. III.1.1)

Cf. **acessibilidade; símbolo internacional de acesso**

Equiv. ***indicador visual de accesibilidad***

índice percentual de reconhecimento de fala sm

Sigla **IPRF**

Teste que determina a porcentagem máxima de palavras não compreendidas pelo indivíduo em um nível de intensidade confortável, a fim de verificar a capacidade de audição e o tipo de prótese, se necessária.

O <Índice Percentual de Reconhecimento de Fala> é um dos testes vocais que tem importância relevante, e um dos mais empregados na rotina audiológica básica, pois auxilia no topodiagnóstico da perda auditiva, bem como no processo de seleção e indicação de próteses auditivas. (ZANETTI, C., 2010, p. 15. GE)

Equiv. ***porcentaje de reconocimiento del habla***

informação ao usuário sf

Textos na tela ou áudio explicativo sobre instruções de uso do equipamento de autoatendimento.

<informação ao usuário>: Informação ou instrução transmitida por texto no vídeo ou de forma verbal através de fone de ouvido. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. IV.1.3)

Equiv. ***información al usuario***

informação audível sf

Recurso utilizado em museus ou em outros locais onde a pessoa cega não pode tatear ou o tato, apenas, não lhe traz explicações necessárias para compreender a informação desejada.

Por isso ante a impossibilidade de fornecer informação tátil se tem a <informação audível>, percurso comprovado por Peck; Childers (2003), que demonstram que informações adicionais como a descrição ao respeito

das propriedades físicas (tamanho, peso, textura) de um objeto, podem compensar a incapacidade de examiná-lo diretamente (...). (MORA, A. B., 2012, p. 50. IV.1.2)

Equiv. ***información audible***

informações sonoras faladas sf

Verbalizações digitalizadas ou sintetizadas das funções dasteclas no momento em que são acionadas.

As <informações sonoras faladas> necessárias à orientação do usuário durante a transação devem ser diferenciadas, pelo timbre de voz, das demais mensagens sonoras faladas, respeitando-se uma pausa (silêncio) de no mínimo 2 s entre diferentes tipos de informação.(ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 9. IV.1.3)

Equiv. ***información sonora hablada***

instrumento de inclusão social sm

Meio para se obter a inclusão social, que pode ser pelo esporte, pelo ensino regular, pelo mercado de trabalho, entre outras esferas da sociedade.

Ao se considerar o lazer como um <instrumento de inclusão social> constata-se a necessidade de estratégias que viabilizem formas para que as pessoas com deficiência possam usufruir e encontrem significados no lazer. (MARTINELLI, S. A., 2008, p. 37. GE)

Equiv. ***instrumento de inclusión social***

integração escolar sf

Inserção da pessoa com deficiência na escola regular sem preocupação com suas necessidades específicas.

Nessa perspectiva, a <integração escolar> surge para responder a demanda de uma época. Tinha como princípio o combate à segregação institucional, mas acabou por alimentá-la, sendo alvo de críticas que enfocavam entre outros, suas limitações frente ao proposto.

(PEREIRA, A. C. C., 2011, p. 70. I3-I.3.1)

Equiv. ***integración escolar***

integração social¹ sf**Fras. paradigma da integração social**

Inserção da pessoa com deficiência na sociedade sem preocupação com suas necessidades específicas.

O grande problema das práticas de <integração social> é que o foco da mudança está na pessoa com deficiência. Ela é quem tem o dever de adaptar-se às exigências sociais. Sabemos, entretanto, que o ideal da sociedade inclusiva só será alcançado plenamente quando houver uma mudança do meio social em relação às pessoas com deficiência. (CEZAR, K. R., 2010, p. 37. GE)

Nota A luta das pessoas com deficiência fez com que o paradigma da integração fosse substituído pelo da inclusão social, no qual é a sociedade que deve se adequar para bem atender e dar oportunidades.

Equiv. *integración social*

integração social² sf

Um dos critérios para avaliar a capacidade funcional da pessoa com deficiência medida pelas Atividades da Vida Diária – AVD, que envolve o nível de interação social, resolução de problemas e memória.

<integração social> (interação social, resolução de problemas e memória). (SILVA, G. A., 2015, p. 65. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfíncteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Equiv. *integración social*

interação humano-computador sf

Sigla IHC

Inclusão digital e relação do indivíduo com o computador.

No que diz respeito à informática, essa área de conhecimento denominada <Interação Humano-Computador (IHC)>, visa "criar ferramentas capazes de medir a facilidade de uso das interfaces", a partir de uma perspectiva

multidisciplinar "envolvendo aspectos da psicologia, ergonomia, informática e outros, objetivando atuar no projeto, execução e avaliação de ambientes computacionais" (SILVA, 2007, p. 29). (IGNÁCIO, E. A., 2007, p. 50. IV.1.1)

Cf. **inclusão digital**

Equiv. ***interacción humano-computadora***

intérprete de libras sm

Profissional capacitado para interpretar a Língua Portuguesa em Libras, ou vice versa.

O <intérprete de LIBRAS> deve ser: a) conhecedor dos aspectos relacionados com a cultura surda; b) capacitado nas duas línguas: LIBRAS e língua portuguesa; c) capacitado, quando possível, na interpretação de outro idioma, diferente do português, para LIBRAS, e na tradução de LIBRAS para esse outro idioma, visando a atuação em eventos internacionais. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 26. IV.1.2)

Cf. **língua brasileira de sinais**

Equiv. ***intérprete de lengua de signos***

isonomia sf

Princípio constitucional em que todas as pessoas são iguais.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, 'caput', consubstancia o princípio da <isonomia>, perante o qual todos são iguais, sem admitir-se qualquer forma de discriminação. (GUGEL, M. A., 2006, p. 94. GE)

Cf. **direito à igualdade**

Equiv. ***isonomía***

janela de libras sf

Sigla **LSB**

Espaço no vídeo destinado ao intérprete de libras em programas de televisão.

<janela de LIBRAS>: Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 3. IV.1.4)

Equiv. ***ventana con intérprete de lengua de signos***

joystick sm

Dispositivo periférico utilizado como acionador controlado por meio de uma alavanca e botões.

O software permite diferentes possibilidades de acesso, através do uso de periféricos (teclado, mouse, <joystick>) do próprio computador ou de recursos mais sofisticados como tela sensível ao toque ou acionadores externos de pressão, tração, sopro etc. (SCHIRMER, C. R., 2012, p. 157. IV.1.1)

Nota A palavra *joystick* pertence à língua inglesa e, no Brasil, é amplamente conhecida por usuários de vídeo game. Sem ser traduzida para a língua portuguesa, configura-se em um estrangeirismo.

Cf. **acionadores**

Equiv. ***joystick***

lazer inclusivo sm

Participação de todas as pessoas, com ou sem deficiência, em situações de lazer em comunidade, sem discriminações.

Ao analisar as barreiras para o <lazer inclusivo>, West (1984) conduziu suas pesquisas examinando como estigmas sociais e atitudes negativas e restritivas são percebidos por pessoas com deficiência na participação do lazer e concluiu que reações estigmatizantes e experiências negativas com pessoas sem deficiência, constituem-se como barreiras para a participação em atividades de lazer na comunidade. (MARTINELLI, S. A., 2008, p. 34. I-I.2)

Equiv. ***ocio inclusivo***

legenda aberta sf

Var. ***subtitling***

Legenda com tradução para o português de programa de televisão falado em língua estrangeira.

<legenda aberta> (subtitling): Tradução escrita da língua estrangeira falada no programa, destinada à audiência que necessita da tradução.

Quando disponível aparece na tela do televisor, não necessita de decodificador. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 3. IV.1.4)

Equív. ***subtitulado abierto***

legenda detalhada sf

Textos que representam não só os diálogos em filmes, mas também a descrição de outras situações que pessoas sem audição não podem captar.

<legenda detalhada> inclui, além das falas dos personagens em cena, informações e falas de personagens em off (fora de cena) e a transcrição de sons não literais, despercebidos sem o uso da audição. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 3. IV.1.2)

Equív. ***subtitulado para sordos***

legenda em rolamento sf

Var. ***roll-up***

Legenda oculta disponível em tempo real, em programas ao vivo, linha por linha, conforme vai sendo elaborada.

roll-up (<legenda em rolamento>): Legenda que aparece na tela, linha por linha. À medida que vai sendo produzida, a linha de baixo sobe, dando lugar à nova linha. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 3. IV.1.4)

Cf. **legenda oculta ao vivo**

Equív. ***subtitulado oculto en directo***

legenda instantânea sf

Var. ***pop-on***

Legenda oculta desenvolvida após a gravação do programa de televisão e transmitida integralmente na tela por um tempo determinado de exposição.

pop-on (legenda instantânea): Legenda que aparece na tela de uma só vez, permanece por tempos determinados de exposição, normalmente em sincronia com o áudio, e em seguida desaparece ou é substituída por outra legenda. (ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 3. IV.1.4)

Cf. **legenda oculta pré-gravada**

Equív. ***subtitulado instantáneo***

legenda oculta ao vivo sf

Var. **CC ao vivo**

Closed caption disponível em tempo real em programas televisivos como os de esporte, de auditório e jornalísticos.

CC ao vivo (<legenda oculta ao vivo>): Legenda produzida em tempo real, ou seja, no mesmo instante em que o programa está sendo exibido.(ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1.4)

Cf. **closed caption**

Equiv. ***subtitulado oculto en directo***

legenda oculta pré-gravada sf

Var. **CC pré-gravada**

Closed caption desenvolvido após a gravação do programa de televisão, como filmes, novelas, desenhos animados e comerciais.

CC pré-gravada (<legenda oculta pré-gravada>): Legenda produzida após o programa pronto e gravado.(ABNT, NBR, 15290, 2005, p. 2. IV.1.4)

Cf. **closed caption**

Equiv. ***subtítulos en vídeos pregrabados***

lei de cotas sf

Lei federal n. 8.213, de 1991, que prevê a reserva de um percentual entre 2% e 5% de vagas para contratação de pessoas com deficiência por empresas com cem ou mais empregados.

(...) conhecida como a <Lei de Cotas> que prevê a contratação de 2% a 5 % de pessoas com deficiência em empresas com mais de cem funcionários, sendo proibido qualquer ato discriminatório em relação ao salário ou critério de admissão associado à deficiência da pessoa. (MASCARO, C. A. A. C., 2012, p. 44. II-II.1)

Equiv. ***ley de cuotas***

leitor de tela sm

Fras. **software de leitura de tela**

Software que interage com o sistema operacional do computador ou outro dispositivo, capturando informações de texto da tela e transformando-as em

respostas sonoras por meio de sintetizador de voz.

(...) em muitas instituições de educação e associações de cegos, existem softwares disponíveis que possibilitam o acesso destas pessoas ao computador e conseqüentemente à internet. Esta ferramenta é um <leitor de tela> que trabalha conjuntamente com um sintetizador de voz. Assim, o que está no monitor é lido e então o usuário recebe uma resposta audível de tudo o que se passa ao navegar pelo sistema. (OLIVEIRA, P. M. P., 2009, p. 16. IV.1.2)

Equiv. ***lector de pantalla***

leitura labial sf

Var. **leitura orofacial**

Interpretação visual da comunicação de um falante através da decodificação dos movimentos dos lábios e das expressões fornecidas pela contração dos músculos da face.

A <leitura labial>, durante muito tempo, foi a única forma de comunicação. É a habilidade de ler, através dos movimentos labiais, o que um interlocutor está comunicando. (ANTUNES, M. M., 2013, p. 79. IV.1.2)

Nota A leitura labial, juntamente da Língua Brasileira de Sinais, são formas de comunicação alternativa entre as pessoas surdas.

Equiv. ***lectura labial***

les autres sm

Categoria de atletas com deficiências que não se encaixam nas demais elegíveis para competições em esportes paraolímpicos (paralisados cerebrais, deficientes visuais, atletas em cadeira de rodas e amputados).

Atualmente o IPC reconhece cinco categorias de deficiências elegíveis para as competições: paralisados cerebrais, deficientes visuais, atletas em cadeira de rodas, amputados e <les autres> (outros comprometimentos motores que não se encaixam nas categorias anteriores). (BENFICA, D. T., 2012, p. 19. I-I.1)

Nota A palavra *les autres* é de origem francesa e não recebeu tradução para o português.

Equiv. ***les autres***

lesão medular sf

Comprometimento total ou parcial da medula espinhal.

A <lesão medular>, segundo Munster (2006) é entendida como “traumatismo raquimedular caracterizado por comprometimento total ou parcial da medula espinhal, acarretando além de disfunções viscerais, tróficas e sexuais, déficit neuromotor e sensitivo nas regiões correspondentes ao nível e abaixo do segmento medular afetado”. (OLIVEIRA, A. C. S., 2011, p. 15. I-I.1)

Equiv. ***lesión medular***

limitação funcional sf

Fras. **peessoa com limitação funcional**

Incapacidade, transitória ou permanente, causada por deficiência física, intelectual ou sensorial.

Alguma restrição ao movimento é necessária para promover firmeza e estabilidade, mas quando em excesso pode causar <limitação funcional>. (MORAES, H. S., 2009, p. 79. GE)

Cf. **incapacidade**

Equiv. ***limitación funcional***

limitações físico-motoras sf

Condições norteadoras do tipo de adaptação e metodologia para a educação física ou esporte para pessoas com deficiência.

De acordo com Costa (2001), esporte adaptado diz respeito a toda e qualquer atividade que, levando em consideração as <limitações físico-motoras>, sensoriais e mentais impostas pelas respectivas deficiências, apresente adaptações nas regras, materiais ou campo do jogo proporcionando às pessoas com deficiência, melhores condições para a sua participação em várias modalidades esportivas e recreativas, facilitando o desenvolvimento das potencialidades residuais do indivíduo. (TEODORO, C. M., 2006, p. 29. I-I.1)

Equiv. ***limitaciones físico-motoras***

limitações mentais sf

Condições norteadoras do tipo de adaptação e metodologia para a educação física ou esporte para pessoas com deficiência.

De acordo com Costa (2001), esporte adaptado diz respeito a toda e qualquer atividade que, levando em consideração as <limitações> físico-motoras, sensoriais e <mentais> impostas pelas respectivas deficiências, apresente adaptações nas regras, materiais ou campo do jogo proporcionando às pessoas com deficiência, melhores condições para a sua participação em várias modalidades esportivas e recreativas, facilitando o desenvolvimento das potencialidades residuais do indivíduo. (TEODORO, C. M., 2006, p. 29. I-I.1)

Equiv. ***limitaciones intelectuales***

limitações sensoriais sf

Condições norteadoras do tipo de adaptação e metodologia para a educação física ou esporte para pessoas com deficiência.

De acordo com Costa (2001), esporte adaptado diz respeito a toda e qualquer atividade que, levando em consideração as <limitações> físico-motoras, <sensoriais> e mentais impostas pelas respectivas deficiências, apresente adaptações nas regras, materiais ou campo do jogo proporcionando às pessoas com deficiência, melhores condições para a sua participação em várias modalidades esportivas e recreativas, facilitando o desenvolvimento das potencialidades residuais do indivíduo. (TEODORO, C. M., 2006, p. 29. I-I.1)

Equiv. ***limitaciones sensoriales***

língua brasileira de sinais sf

Sigla **LIBRAS**

Sistema linguístico utilizado pelas pessoas surdas no Brasil, com estrutura gramatical própria e natureza visual-espacial.

LIBRAS - <Língua brasileira de sinais>. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão entre as pessoas surdas no Brasil. (FOGLI, B. F. C., 2010, p. 14. IV.1.2)

Nota A Língua Brasileira de Sinais, ou Libras, como é mais conhecida, foi

instituída como meio de comunicação e expressão da comunidade surda a partir do Decreto n° 5.626, de 22/12/2005, regulamentando a Lei n° 10.436, de 24/04/2002.

Equiv. ***lengua de signos***

linguagem visual sf

Comunicação realizada pelo conjunto de imagens e símbolos.

[...] a <linguagem visual> ainda é a forma de comunicação predominante nas estratégias de comunicação museológica, sejam elas exposições, publicações ou ações culturais. As pessoas com deficiência visual enfrentam dificuldades em usufruir destes espaços, assim como idosos e pessoas com deficiência intelectual (CARDOSO, 2012). (MORA, A. B., 2012, p. 48. IV.1.2)

Equiv. ***lenguaje visual***

linha-guia sf

Indicação dos limites da área de circulação de pedestres por meio de elementos construídos ou instalados no piso, perceptíveis por pessoas com deficiência visual.

<linha-guia>: Qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como guia de balizamento para pessoas com deficiência visual que utilizam bengala de rastreamento, tais como: paredes, muretas, corrimãos e pisos táteis. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 3. III.1.1)

Sin. **guia de balizamento**

Cf. **piso tátil; guia de balizamento**

Equiv. ***franjas-guía***

livro de inspeção do trabalho sm

Sigla **LIT**

Local onde é lavrado o termo de compromisso entre a empresa que descumpra a obrigatoriedade da lei de cotas e o auditor fiscal.

Apurado que a empresa está descumprindo a imperatividade legal de empregar pessoas com deficiência, lhe é concedido um prazo de 120 dias ou mais para sanar a irregularidade. Este acordo é lavrado pelo auditor fiscal

no <Livro de Inspeção do Trabalho (LIT)>. (RIBEIRO, M. A., 2008, p. 82. II-II.1)

Cf. **lei de cotas; termo de compromisso de ajustamento de conduta**

Equiv. ***libro de visitas de la inspección de trabajo***

locomoção sf

Um dos critérios para avaliar a capacidade funcional da pessoa com deficiência medida pelas Atividades da Vida Diária – AVD, que envolve as ações de marcha, mover-se em cadeira de rodas, subir e descer um lance de degraus.

<locomoção> (*marcha, cadeira de rodas, subir e descer um lance de degraus*); (SILVA, G. A., 2015, p. 68. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfíncteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Cf. **atividades da vida diária**

Equiv. ***locomoción***

manutenção da posição de dirigibilidade sm

Condição necessária para que a pessoa com deficiência possa dirigir com segurança.

<Manutenção da posição de dirigibilidade> *O c.m.r. deve manter-se, por meio de equipamentos ou recursos físicos próprios, na posição de dirigibilidade para sua condição físico-motora, durante todo o tempo em que o veículo estiver em movimento.* (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Cf. **dirigibilidade**

Equiv. ***mantenimiento de la posición de conducción***

maquete tátil sf

Representação, em escala reduzida, de edificações, espaços e ambientes direcionada à percepção por meio do toque de pessoas com deficiência

visual.

Em seguida, a terceira e última <maquete tátil>, com alternativas móveis, referente à questão de acessibilidade foi colocada na frente do aluno. A pesquisadora conduziu as mãos do aluno para que o mesmo reconhecesse tatilmente a primeira alternativa (configurada pelo corredor constituído pelos planos vertical e horizontal da maquete). (ABATE, T. P., 2011, p. 427. I-I.2)

Equiv. ***maqueta táctil***

marcação tátil sf

Sinalização em auto relevo para indicar a função de controles, botões ou teclas por meio do tato de pessoas com deficiência visual.

<marcação tátil>: Símbolo ou figura geométrica em relevo, com traços simples, facilmente identificável pelo tato, destinado a permitir que pessoas com deficiência visual possam distinguir controles operacionais, botões ou teclas. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 2. III.1.1; IV.1.2)

Equiv. ***marcación táctil***

marcha humana sf

Processo de locomoção do indivíduo em que o corpo em pé é apoiado sobre as pernas alternadamente.

Uma <marcha humana> saudável é descrita como uma série de movimentos cíclicos e alternados dos membros inferiores e também do tronco, o ciclo da marcha, por definição, tem início quando um calcanhar entra em contato com o solo e termina no momento em que o mesmo calcanhar toca o solo novamente. (ARAUJO, M. V., 2015, p. 13. IV.2)

Equiv. ***marcha humana***

material pedagógico especial sm

Ajudas técnicas ao ensino de alunos com necessidades específicas.

São ajudas técnicas: (...) VII - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência. (SECCÃO, OABSP, 2007, p. 36. I3-I.3.1)

Cf. ***ajudas técnicas***

Equiv. ***material pedagógico especial***

média tecnologia sf

Recursos tecnológicos não eletrônicos com certo grau de complexidade de funcionamento.

<média tecnologia>: tecnologia mecânica com grau intermediário de complexidade, como, por exemplo, cadeiras de rodas de propulsão manual; (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 69. IV.1)

Equiv. ***media tecnología***

mediação sensorial sf

Recursos sensoriais, em museus e espaços culturais, que utilizam todos os sentidos, além da visão.

O desenvolvimento do pertencimento cultural, que é um dos principais objetivos dos museus na atualidade, pode ter a <mediação sensorial> como estratégia lançando mão de recursos olfativos, de apelo ao paladar, sonoros e táteis, além é claro do recorrente apelo visual. (SARRAF, V. P., 2008, p. 28. I-I.2)

Equiv. ***mediación sensorial***

medida de independência funcional sf

Sigla **MIF**

Fras. **escala de medida de independência funcional**

Escala utilizada para classificar os níveis de funções desenvolvidas pela pessoa com deficiência com ou sem ajuda de outras pessoas.

(...) a Escala de <Medida de Independência Funcional> (MIF) é um instrumento multidimensional que avalia o desempenho do indivíduo em 18 atividades distribuídas em dois grandes domínios: o motor e o cognitivo/social. (SILVA, G. A., 2015, p. 65. IV.2)

Nota A classificação é dividida em: Independente (Independência Completa e Independência Modificada) e Dependente (Dependência Moderada: supervisão ou preparação, assistência com contato mínimo e assistência moderada; e Dependência Completa: assistência máxima e assistência total).

Equiv. ***medida de independencia funcional***

melhoria da qualidade de vida sf

Benefício do esporte adaptado para a pessoa com deficiência.

os cursos superiores contribuem para a disseminação do esporte adaptado, para a <melhoria da qualidade de vida> das pessoas com deficiência e, conseqüentemente para a ampliação de uma importante área de atuação profissional.(BENFICA, D. T., 2012, p. 32. I-I.1)

Equiv. ***mejoría en la calidad de vida***

membros alternativos sm

Próteses projetadas com aparência conforme solicitação de seu usuário.

<membros alternativos> – cuja estética ornamental é desenvolvida de acordo com a solicitação dos usuários. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 30. IV.2)

Nota Membros realistas e membros alternativos são designações provenientes do projeto americano The Alternative Limb Project, que se propõe a desenvolver próteses que reflitam os interesses e a personalidade de seus usuários.

Equiv. ***miembros alternativos***

membros inferiores sm

Sigla **MMII**

Membros do corpo humano localizados abaixo da cintura.

A jovem tem deficiência física, apresentando quadro de deformidade congênita nos <membros inferiores>: "pernas e pés tortos". Locomove-se com apoio de muleta e tem uma importante alteração na marcha. (NASCIMENTO, V. C. G., 2011, p. 64. I-I.1)

Equiv. ***miembros inferiores***

membros realistas sm

Próteses projetadas para imitar a parte do corpo humano faltante.

<membros realistas> – que imitam o corpo humano. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 30. IV.2)

Nota Membros realistas e membros alternativos são designações provenientes do projeto americano The Alternative Limb Project, que se propõe a desenvolver próteses que reflitam os interesses e a personalidade de seus usuários.

Equiv. ***miembros realistas***

membros superiores sm

Sigla **MMSS**

Membros do corpo humano localizados acima da cintura.

Objetivo: preparar os principais músculos envolvidos na condução da cadeira de rodas (<membros superiores>): bíceps, tríceps, manguito rotador, rombóide, trapézio, grande dorsal, oblíquos externos, peitoral maior. (OLIVEIRA, A. C. S., 2011, p. 65. I-I.1)

Equiv. ***miembros superiores***

mobiliário urbano sm

Objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, em espaços públicos ou privados, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público.

<mobiliário urbano>: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga; (NOGUEIRA, C. M. P., 2007, p. 21. III.1.1)

Equiv. ***mobiliario urbano***

mobilidade sf

Capacidade do indivíduo em movimentar-se.

<MOBILIDADE>: "É a capacidade ou estado nato do ser orgânico de se mover, reagindo a estímulos internos ou externos. que podem abranger área do organismo, quer em equilíbrio estático ou dinâmico". (VICTOR

LOWENFELD in TURRINI, 1996, p. 07). (LUZ, L. M. R., 1996, p. 17. IV.2)

Equiv. ***movilidad***

modalidade de tecnologia assistivasf

Var. **modalidade de TA; recurso de tecnologia assistiva**

Categoria de tecnologia assistiva que atenda a determinado tipo de deficiência.

Uma <modalidade de TA> seria algum recurso ou item que contribua para uma maior independência de pessoas com necessidades especiais.(SCHIRMER, C. R., 2012, p. 93. IV.2)

Equiv. ***tipo de tecnología asistiva***

mobilidade reduzida sf

Fras. **pessoa com mobilidade reduzida**

Redução na mobilidade, flexibilidade e coordenação motora devido à dificuldade ou insegurança da pessoa ao movimentar-se.

<Mobilidade reduzida>: condição que faz a pessoa movimentar-se com dificuldade, insegurança e necessidade de apoiar-se, locomovendo-se com ou sem aparelhos ortopédicos e/ou próteses, reduzindo efetivamente a mobilidade, a flexibilidade, a coordenação motora e a percepção.(ABNT, NBR, 13994, 2000, p. 2. I-I.1)

Nota Condição comum em gestantes, obesos, idosos e pessoas de pequena estatura.

Equiv. ***movilidad reducida***

modalidades de inserção laboral sf

Possibilidades de ingresso no mercado de trabalho estipuladas no Decreto 3.298, de 1999.

Art. 35. São <modalidades de inserção laboral> da pessoa portadora de deficiência: I - colocação competitiva (...); II - colocação seletiva (...); III - promoção do trabalho por conta própria (...). (COVRE, T. K. M., 2007, p. 25. II-II.1)

Nota O Decreto n. 3298/99, que trata da inclusão da pessoa com deficiência na

sociedade e no trabalho, estabelece três modalidades de colocação no mercado de trabalho: colocação competitiva, colocação seletiva e colocação por conta própria.

Equiv. *modalidad de inserción laboral*

modelo caritativo sm

Fras. **modelo caritativo de deficiência**

Modelo pelo qual a pessoa com deficiência é vista como incapaz, necessitada de ajuda e caridade.

O <modelo caritativo> vê a pessoa com deficiência como vítima da sua incapacidade. A deficiência é vista como um déficit. As pessoas com deficiência não seriam capazes, por esse modelo, de levar uma vida independente. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 37. GE)

Equiv. *modelo caritativo de la discapacidad*

modelo de integração sm

Var. **modelo da integração**

Fras. **paradigma de integração social**

Modelo pelo qual a pessoa com deficiência é integrada à sociedade e deve adaptar-se a ela.

Nessa perspectiva, inverte-se a lógica do <modelo de integração>, segundo o qual a deficiência é entendida como um problema da esfera individual, cabendo à pessoa nessa condição, mediante uma "atenção especial" e a ajuda de recursos e técnicas, ascender ao "padrão da normalidade" para ser incluída. (SANTOS, J. H., 2012, p. 33. GE)

Equiv. *modelo de integración social*

modelo de sociedade excludente sm

Var. **sociedade excludente; sociedade segregadora**

Sociedade segregadora, que discrimina indivíduos que não se enquadram em padrões socialmente estabelecidos.

Imerso em um <modelo de sociedade excludente>, que marginaliza homens e mulheres que não se enquadram nos padrões socialmente estabelecidos. (COSTA, V. B., 2009, p. 32. GE)

Equiv. ***modelo de sociedad excluyente***

modelo médico de deficiência sm

Var. **modelo médico da deficiência**

Concepção de deficiência como doença cuja reabilitação ou cura deve ser buscada pela pessoa com deficiência, para adequar-se à sociedade.

Por <modelo médico da deficiência> entende-se o modelo centrado na doença, na incapacidade. Segundo Fletche (1996, p. 7), tradicionalmente, a deficiência tem sido vista como um problema do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou cura.(DUTRA, F. C. M., 2008, p. 53. GE)

Equiv. ***modelo médico de discapacidad***

modelo social de deficiência sm

Concepção de deficiência como diversidade, não como algo patológico.

No modelo médico de reabilitação, a deficiência é considerada apenas sob o aspecto biológico, mas o <modelo social de deficiência> vai além da visão da patologia. A experiência da desigualdade baseada na deficiência só se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade de estilo de vida. (TEIXEIRA, E., 2013, p. 25. GE)

Equiv. ***modelo social de discapacidad***

módulo de referência sm

Projeção no piso da área ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas.

Considera-se o <módulo de referência> a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas (...). (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 6. III.1.1)

Equiv. ***módulo de referencia***

mouse alternativo sm

Tipo de mouse utilizado em substituição ao mouse comum com o propósito de acessibilidade ao computador.

<Mouse alternativo> É um recurso alternativo ao mouse convencional. Exemplo disto são os mouses estáticos de esfera ou roletes, as teclas numéricas do teclado convencional, a tela sensível ao toque, os aparelhos que imitam as funções do mouse pelo movimento da cabeça ou movimento ocular. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 29. IV.1.1)

Cf. **acionadores; acessibilidade ao computador**

Equiv. ***ratón alternativo***

mouse com botões sm

Tipo de mouse alternativo ou acionador contendo, geralmente, sete botões em uma base retangular.

O <mouse com botões> (Fig. 26) similar em suas funções aos acionadores com interface e ao teclado numérico onde cada botão realiza uma das funções do mouse: seta para cima e para baixo, para a esquerda e direita, clique e duplo clique. (MARTINS, D. S., 2011, p. 69. IV.1.1)

Cf. **acionadores; mouse alternativo**

Equiv. ***ratón con botones***

mouse controlado pelo movimento da cabeça sm

Tipo de mouse alternativo ou acionador controlado por uma câmera posicionada em cima da tela do computador que detecta o movimento da cabeça.

<Mouse controlado pelo movimento da cabeça> Este recurso é indicado para pessoas que, por diversas razões, não conseguem utilizar o mouse e o teclado, podendo porém, movimentar a cabeça com algum controle. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 33. IV.1.1)

Cf. **acionadores; mouse alternativo**

Equiv. ***ratón controlado por los movimientos de la cabeza***

mouse de controle labial sm

Tipo de mouse com adaptação na estrutura física e mecânica de mouse de computador ou outros acionadores para que a pessoa com deficiência possa ativar sua função por meio de sopro ou sucção em um tubo.

O <mouse de controle labial> (Fig. 24) é uma espécie de joystick

posicionado diante da boca e direcionado com um leve toque dos lábios e/ou a língua. (MARTINS, D. S., 2011, p. 68. IV.1.1)

- Sin. **acionador de sopro ou sucção**
 Cf. **acionadores; mouse alternativo**
 Equiv. *ratón controlado por el movimiento de los labios*

mouse de roletes sm

Tipo de mouse alternativo ou acionador adaptado para ser acionado utilizando os pés.

Com função similar ao trackball, o <mouse de roletes> (Fig. 22) apresenta uma base rígida, roletes que direcionam o cursor do mouse na vertical e horizontal e botões para as funções de clique. (MARTINS, D. S., 2011, p. 68. IV.1.1)

- Cf. **acionadores; mouse alternativo**
 Equiv. *ratón para manejo con los pies; pulador de pie*

mouse estático de esfera sm

Var. TrackBall

Tipo de mouse alternativo ou acionador semelhante ao mouse convencional, com a diferença de a esfera de movimento estar localizada na parte superior, a fim de facilitar o manuseio.

O <mouse estático de esfera>, também conhecido por trackball (Fig. 21), é basicamente um mouse original analógico de ponta cabeça onde ao invés de movê-lo sobre a mesa, gira-se uma esfera sobre o mouse estático com o toque dos dedos, polegar, da palma ou dorso da mão. Nos modelos maiores é possível operá-los com os pés. (MARTINS, D. S., 2011, p. 67. IV.1.1)

- Cf. **acionadores; mouse alternativo**
 Equiv. *ratón de bola*

mouse ocular sm

Var. mouse controlado pelo olhar

Tipo de mouse alternativo ou acionador cujas funções são ativadas por meio do movimento dos olhos e de piscadas.

O <mouse ocular> é um aparelho que possibilita o controle do cursor do

computador através da movimentação dos olhos de uma pessoa com deficiência física. (ABATE, T. P., 2011, p. 117. IV.1.1)

Cf. **acionadores; mouse alternativo**

Equiv. ***ratón ocular***

muletas sf

Objetos de apoio para auxiliar na locomoção de pessoas com limitações permanentes ou temporárias nos membros inferiores.

As <muletas> são indicadas quando não é permitida descarga de peso corporal nas extremidades inferiores. Seu objetivo é fornecer mobilidade com independência e com a possibilidade de manutenção das AVD's por proteção da extremidade inferior com redução da descarga de peso, entretanto, demanda absorção do peso corporal pelos membros superiores. (ASSAD, D. A. B., 2013, p. 33. IV.2)

Equiv. ***muletas***

muletas axilares sf

Muletas colocadas embaixo das axilas para o apoio do corpo.

Existem dois tipos de <muletas: as axilares> (conhecidas pelo dispositivo de apoio sernas axilas do indivíduo) e as não axilares ou canadenses (o apoio está no terço distal do braço). As muletas canadenses são mais indicadas, pois absorvem melhor o choque e distribuem o peso corporal mais confortavelmente que os outros tipos. (ASSAD, D. A. B., 2013, p. 33. IV.2)

Cf. **muletas**

Equiv. ***muleta axilares***

muletas canadenses sf

Var. **muletas não axilares**

Muletas colocadas no terço distal do braço para o apoio do corpo.

Existem dois tipos de muletas: as axilares (conhecidas pelo dispositivo de apoio sernas axilas do indivíduo) e as não axilares ou canadenses (o apoio está no terço distal do braço). As <muletas canadenses> são mais indicadas, pois absorvem melhor o choque e distribuem o peso corporal

mais confortavelmente que os outros tipos. (ASSAD, D. A. B., 2013, p. 33. IV.2)

Cf. **muletas**

Equiv. ***muletas canadienses***

múltipla deficiência sensorial sf

Perda da capacidade de receber mensagens por mais de um órgão de percepção, como visão, audição, olfato, paladar ou tato.

Nascimento (2006, p. 3) considera uma criança com <múltipla deficiência sensorial> aquela que apresenta a deficiência visual e auditiva associadas a outras condições de comportamento e comprometimentos. (ABATE, T. P., 2011, p. 94. GE)

Equiv. ***múltiple discapacidad sensorial***

necessidades educacionais especiais sf

Var. **necessidade educacional especial; necessidade educacional específica**

Fras. **aluno com necessidades educacionais especiais**

Demanda por recursos pedagógicos adaptados e materiais pedagógicos apropriados devido à alguma deficiência apresentada pelo aluno.

O termo "<necessidades educacionais especiais>" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.(ALMEIDA, D. C. S., 2011, p. 37. I3-I.3.1)

Equiv. ***necesidades educativas especiales***

negociação de objetivos sf

Princípio orientador da prática de ensino inclusiva.

<Negociação de objetivos> - As atividades propostas em sala de aula consideram a motivação e o interesse de cada estudante. Para isso, o docente deve conhecer a cada aluno individualmente. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 320. I3-I.3.1)

Nota Conforme o material de formação docente proposto pelo Ministério da Educação em 2005, intitulado "Educar na diversidade", o docente deve-se orientar-se pelos seguintes princípios: Aprendizagem ativa e significativa -

encorajar os alunos a participarem de atividades escolares cooperativas; Negociação de objetivos - considerar a motivação e interesse dos alunos; Demonstração, prática e feedback - apresentar a prática das teorias e gerar reflexões; Avaliação contínua - avaliar o progresso do aluno; Apoio e colaboração - favorecer à colaboração entre os alunos.

Cf. **aprendizagem ativa e significativa**

Equiv. *negociación de los objetivos*

nenhuma tecnologia sf

Recursos improvisados para funcionar como ajuda técnica.

<nenhuma tecnologia>: soluções que se restringem a procedimentos, serviços e outras condições ambientais existentes e não utilizam dispositivos ou equipamentos produzidos especialmente para o desenvolvimento de funções, como por exemplo, muletas improvisadas a partir de galhos em forma de forquilha, prestação de serviços. (FERRADA, R. B. H., 2009, p. 69. IV.1)

Equiv. *sin tecnología*

neuropróteses sf

Próteses neurais utilizadas para restabelecimento de ações ligadas ao sistema nervoso.

As <neuropróteses> são utilizadas para minimizar alterações da mão quando apresenta deficit funcional sem importantes alterações estruturais do sistema músculo-esquelético. (ROCHA, D. N., 2011, p. 2. IV.2)

Equiv. *neuroprótesis*

normalização sf

Fras. **paradigma da normalização; princípio da normalização**

Princípio pelo qual a pessoa com deficiência deve adequar-se à sociedade e aos padrões considerados normais.

O segundo princípio é o da <normalização>, o qual pressupõe que as pessoas com deficiência têm o direito de vivenciar um estilo ou padrão de vida considerado normal em sua cultura. (GIL, F. C. M., 2009, p. 54. GE)

Equiv. *normalización*

oficina protegida de produção sf

Unidade dependente de entidade pública ou beneficente que tem objetivo de desenvolver programas de habilitação de jovens e adultos com deficiência para a autonomia por meio do trabalho remunerado.

A <oficina protegida de produção> tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescentes e adultos portadores de deficiência, provendo-os com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal. (LARAIA, M. I. F., 2009, p.155. II-II.1)

Nota Oficina estabelecida pelo Decreto Federal n. 3.298, de 1999, artigo 35, § 4°.

Equiv. ***taller protegido de producción***

oficina protegida terapêutica sf

Unidade dependente de entidade pública ou beneficente que tem objetivo de integrar socialmente, por meio de capacitação para o trabalho, as pessoas cujo grau de deficiência não as permita disputar vaga no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

Considera-se <oficina protegida terapêutica> a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção. (BAHIA, M. S.; SCHOMMER, P. C., 2010, p. 443. II-II.1)

Nota Oficina estabelecida pelo Decreto Federal n. 3.298, de 1999, artigo 35, § 4°.

Cf. **colocação competitiva; oficina protegida de produção**

Equiv. ***taller protegido terapéutico***

organização das pessoas com deficiência sf

Var. **organização de pessoas com deficiência**

Mobilização e movimento das pessoas com deficiência no decorrer da história, conduzindo a um processo evolutivo do assistencialismo à esfera jurídico-protetiva, a fim de obterem seus direitos reconhecidos

constitucionalmente.

Convém nesse momento resgatar, sucintamente, a trajetória do movimento de <organização das pessoas com deficiência> no Brasil destacando que, no que se refere ao seu projeto político de inclusão, sua evolução acompanhou a transição ocorrida no âmbito da legislação, ou seja, partiu de uma concepção assistencialista para aprimorar-se numa perspectiva de autodeterminação dos sujeitos. (ASSIS, F.A. N., 2009, p. 22. GE)

Equiv. ***organización de las personas con discapacidad***

Organização Internacional do Trabalho sf

Sigla **OIT**

Órgão das Nações Unidas cuja missão é promover oportunidades de acesso a um trabalho decente e produtivo por homens e mulheres, primando pela liberdade, equidade, segurança e dignidade.

A <Organização Internacional do Trabalho> (OIT), com competência legislativa para tratar da colocação dessas pessoas no mercado de trabalho, foi prevista no Tratado de Versalhes, como resultado da Conferência da Paz de 1919. (SANTOS, A. C., 2013, p. 48. II-II.1)

Equiv. ***organización internacional del trabajo***

Organização Mundial de Saúde sf

Sigla **OMS**

Agência que trabalha em prol do desenvolvimento dos níveis de saúde em todo o mundo.

A <Organização Mundial de Saúde> fala que a saúde é um bem-estar físico, social e mental. A saúde não é uma coisa só. Ela tem que ser física, social e mental. (VIDAL, J., 2009, p. 228. GE)

Nota Ela foi fundada em 1948 e está ligada à Organização das Nações Unidas. Tem como principal objetivo elevar o nível de saúde físico e mental dos cidadãos de todo o mundo.

Equiv. ***Organización Mundial de da Salud***

orientação e mobilidade sf

Sigla **OM**

Fras. **técnicas deorientação e mobilidade**

Técnicas de locomoção em ambientes interno e externos para pessoas com deficiência.

<Orientação e Mobilidade>, ou OM, é um atendimento oferecido às pessoas com deficiência visual, sob a forma de sessões ou aulas, em programas de reabilitação, habilitando-as a locomover-se a pé, com independência, em ambientes conhecidos ou não. (SILVA, G. A., 2015, p. 68. IV.2)

Equiv. **orientación y movilidad**

órtese sf

Dispositivo externo, permanente ou provisório, que auxilia na funcionalidade mecânica ou ortopédica do indivíduo com alguma limitação.

A <órtese> apenas melhora ou facilita a função de uma parte do corpo, como talas ou estabilizadores de articulação, ou seja, são dispositivos exclusivamente externos. (SILVA, G. A., 2015, p. 68. IV.2)

Equiv. **ortesis**

órteses dinâmicas sf

Órteses utilizadas na substituição de um músculo paralisado e aplicam força para mover uma articulação.

As <órteses dinâmicas> (Figura 1.3b) têm a função de restaurar movimentos e consistem de sistemas mecânicos que podem ser ativados das mais diversas formas.(ROCHA, D. N., 2011, p. 4. IV.2)

Equiv. **ortesis dinámicas**

órteses estáticas sf

Órteses utilizadas para imobilizar o membro.

As <órteses estáticas> (Figura 1.3a) são geralmente utilizadas para garantir posicionamento e manutenção da amplitude de movimento articular, não possuem partes móveis e favorecem o posicionamento adequado tanto da mão quanto do punho.(ROCHA, D. N., 2011, p. 4. IV.2)

Equiv. **ortesis estáticas**

órteses robóticas sf

Órteses utilizadas para reproduzirem, por meio de estruturas mecânicas, algumas funções de membros do corpo humano que perderam o movimento. <Órteses Robóticas> (*Orthotic Robots*): *Estrutura mecânica que reproduz algumas funções de membros do corpo humano com o propósito de restaurar a perda de movimentos.* (ARAUJO, M. V., 2015, p. 20. IV.2)

Equiv. *ortesis robóticas*

padrões antropométricos sm

Conjunto de medidas do tamanho e proporções do corpo humano.

À medida que estes estudos avançam, surgem os <padrões antropométricos>, onde (*Antropo*) que significa homem e *metron* (*metria o metro*) que equivale à medida, procuram definir as medidas padrão para os seres humanos. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 34. IV.2)

Nota A antropometria possui técnicas de medida do corpo humano e sua origem é da Antiguidade. Hoje em dia, tem grande utilidade na medicina (especialmente na análise do desenvolvimento do corpo infantil), na resolução de atos criminosos (retrato falado, impressão digital, descrição do indivíduo) e na elaboração de produtos ergonômicos.

Equiv. *patrones antropométricos*

padrões de acessibilidade sm

Crítérios básicos definidos por leis federais para a promoção da acessibilidade.

Nielsen (2007) diz que observar os <padrões de acessibilidade> expande as possibilidades de utilização das informações e reduz as incompatibilidades de equipamentos, gerando benefícios para todos os grupos de usuários, não somente para as pessoas com deficiência. (SCHNEIDER, F. C., 2012, p. 217. GE)

Nota As leis federais que estabelecem os padrões de acessibilidade são: Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Equiv. *patrones de accesibilidad*

papel da escola sm

Fras. **o papel da escola na educação inclusiva**

Importância das ações de cada escola na inclusão educacional de pessoas com deficiência.

Isso porque é <papel da escola> construir um projeto de educação que possa educar, orientar e instruir, proporcionando deste modo o desenvolvimento de atitudes em que possamos verificar práticas inclusivas no que tange ao processo de escolarização dos estudantes com deficiência.(COSTA, V. B., 2012, p. 35. I3-I.3.1)

Cf. **escola inclusiva**

Equiv. ***papel de la escuela***

paralisados cerebrais sm

Categoria de atletas com deficiência elegível para competições paralímpicas.

Atualmente as Paraolimpíadas são realizadas trinta dias após as Olimpíadas, no mesmo local, e participam atletas portadores de deficiências visual, <paralisados cerebrais>, amputados, deficientes físicos (seqüela de pólio e Les Autres). (ROSADAS, S. C., 2000, p. 47. I-I.1)

Equiv. ***atleta con parálisis cerebral***

paralimpíada sf

Var. **paraolimpíada**

Evento esportivo de nível mundial cujos atletas são pessoas com deficiência. *A <Paraolimpíada> é o segundo maior evento esportivo do mundo. Só perde para a Olimpíada.* (BRAZUNA, M. R.; CASTRO, E. M., 2001, p. 116. I-I.1)

Nota O termo *paraolimpíada* deixou de ser usado desde 2013, prazo dado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para que todas as entidades a ele filiadas fizessem essa atualização ortográfica. A decisão da mudança ocorreu para fins de padronização internacional do termo.

Equiv. ***paralimpíada***

paralímpico adj

Var. **paraolímpico**

Relativo às paralimpíadas.

A estrutura do esporte <paraolímpico> brasileiro é semelhante à do esporte olímpico. O que consiste como diferença é que as cinco associações nacionais que representam os paratletas brasileiros foram formadas em função do tipo de deficiência e não de um esporte específico. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 32. I-I.1)

Nota O termo *paraolímpico* deixou de ser usado desde 2013, prazo dado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para que todas as entidades a ele filiadas fizessem essa atualização ortográfica. A decisão da mudança ocorreu para fins de padronização internacional do termo.

Cf. **paralimpíadas; esporte paralímpico**

Equiv. ***paralímpico***

percepção sensorial sf

Percepção e conhecimento de mundo por meio de todos os sentidos do corpo humano.

(...) que para efeito do exercício das faculdades mentais não importa quais e quantos órgãos dos sentidos sejam empregados na origem de conhecimento, ou seja, na <percepção sensorial>; (TEZZARI, M. L., 2009, p. 54. I-I.2)

Equiv. ***percepción sensorial***

perdada função motora sf

Lesão medular que pode ocasionar paraplegia ou tetraplegia.

Lianza et al. (2001) definem paraplegia como <perda da função motora> e sensitiva nos segmentos torácicos, lombar ou sacral da medula espinhal. (TEODORO, C. M., 2006, p. 21. I-I.1)

Cf. **lesão medular**

Equiv. ***pérdida de la función motora***

permanência na escola sf

Var. **permanência do aluno com deficiência na escola regular**

Continuação dos estudos pelo aluno com deficiência, sem desistência.

A <permanência na escola> é um indicador importante de qualidade na educação e, para que esta ocorra, é preciso garantir condições de aprendizagem a todos os alunos. (MARTINS, M. G., 2010, p. 20. I3-I.3.1)

Nota A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", garantindo o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência matriculados em escolas regulares.

Equiv. ***permanencia en la escuela***

permanência no ensino superior sf

Não desistência do aluno com deficiência no ensino superior, garantida pelas ações de acessibilidade.

Os serviços de apoio servem para dar suporte aos alunos com deficiência quanto a sua <permanência no ensino superior>, possibilitando a autonomia do aluno na realização das suas atividades. Observa-se que as universidades que dispõem desse tipo de serviço conseguem dar apoio mais sistematizado aos alunos e com certeza facilitam a sua permanência.(CASTRO, S. F., 2011, p. 212. I3-I.3.2)

Equiv. ***permanencia en la enseñanza superior***

perspectiva inclusiva sf

Var. **perspectiva inclusivista**

Visão pautada no princípio da inclusão.

A <perspectiva inclusiva> caminha no sentido de combater a exclusão, portanto sua prática "aparta-se da ânsia de homogeneização dos seres humanos" e passa a entender a instituição de nossa sociedade a partir das diferenças. (ALMEIDA, W. G., 2010, p. 67. GE)

Cf. **inclusão**

Equiv. ***perspectiva inclusiva***

pessoa com deficiência sf

Sigla **PCD**

Var. **pessoa deficiente**

Pessoa cuja perda ou anormalidade em alguma das funções fisiológica,

anatômica ou intelectual gere limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades.

<Pessoa com deficiência>: toda pessoa cuja mobilidade está reduzida, em virtude de uma incapacidade motora ou sensorial, e que necessite de procedimentos especiais para embarque, desembarque ou durante a viagem. (ABNT, NBR, 14020, 1997, p. 2. GE)

Nota Esta UCE, após reivindicação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, foi oficializada pela Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, a qual substitui *pessoa portadora de deficiência* por *pessoa com deficiência* na Resolução nº 35, de 6 de julho de 2005.

Na Espanha, desde 2005, há uma proposta de se substituir a UCE *personas con discapacidad* por *mujeres y hombres con diversidad funcional*.

Equiv. ***persona con discapacidad; persona con diversidad funcional***

pessoa com deficiência habilitada sf

Var. **pessoa portadora de deficiência habilitada**

Pessoa com deficiência preparada para o mercado de trabalho por meio de cursos ou por processo de habilitação e reabilitação promovido pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

a definição de <pessoa com deficiência habilitada> consiste no seguinte: 1) aquela que concluiu o curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico ou curso superior com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada legalmente credenciada no Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo INSS; (GARCIA, R. A. S., 2012, p. 104. II-II.1)

Cf. **habilitação profissional**

Equiv. ***persona con discapacidad habilitada***

pessoa com necessidade especial sf

Var. **pessoa com necessidade específica**

Pessoa, com ou sem deficiência, que necessita de qualquer tipo de atendimento especial, seja pela idade, pela condição física ou por outra situação que exija atenção especial.

Assim sendo, vale a pena lembrar que toda pessoa com deficiência poderá manifestar uma necessidade especial, mas nem toda <pessoa com necessidade especial> possui uma deficiência. (SECÇÃO, OABSP, 2007, p. 18. GE)

Equiv. ***persona con necesidad especial***

pessoa em cadeira de rodas sm

Sigla **PCR**

Var. **cadeirante; pessoa com cadeira de rodas**

Pessoa que, por motivo de deficiência ou limitação funcional, temporária ou permanente, necessita de cadeira de rodas para se locomover.

<Cadeirante>: pessoa portadora de deficiência física que utiliza <cadeira de rodas> para se locomover e para praticar esportes como, por exemplo, o basquetebol em cadeira de rodas. (GOULART, R. R., 2007, p. 19. GE)

Equiv. ***persona em silla de ruedas; persona usuaria de silla de ruedas***

pessoa portadora de deficiência sf

Sigla **PPD**

Var. **portador de deficiência**

Pessoa com deficiência.

Esse autor afirma que o nome "deficiente" refere-se a um status adquirido por essas pessoas. Então, sua preferência em utilizar o termo "pessoa deficiente" a utilizar o termo <pessoa portadora de deficiência>, pois dessa forma a deficiência torna-se uma variável estabelecida por quem está na audiência, de acordo com seus próprios padrões de normalidade. (TANNOUS, G. S., 2004, p. 17-18. GE)

Nota A partir da Portaria n. 2.344, do governo federal, de 3 de novembro de 2010, este termo foi substituído por *pessoa com deficiência*.

Cf. **pessoa com deficiência**

Equiv. ***persona portadora de discapacidad***

pessoal habilitado sm

Funcionários das empresas de trem urbano ou metropolitano, de transportes rodoviário, aquaviário e aéreo preparados para o atendimento e auxílio às

pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Na inoperância dos equipamentos de circulação, deve haver procedimento e <peçoal habilitado> para auxiliar o embarque e o desembarque da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 8. III.2.1)

Equiv. ***personal capacitado***

piso cromodiferenciado sm

Superfície diferenciada de suas adjacências por meio da cor perceptível por pessoas com baixa visão.

<piso cromo-diferenciado>: Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 4. III.1.1)

Nota A palavra *cromodiferenciado* pode ser encontrada com hífen, como no contexto e em outros textos escritos antes da implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Cf. **cromodiferenciado**

Equiv. ***piso cromo-diferenciado***

piso de referência sm

Posição e altura do usuário do equipamento de autoatendimento.

<piso de referência>: Piso do usuário; altura em que se encontra o usuário no momento de operar o equipamento. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 3. IV.1.3)

Equiv. ***altura de colocación***

piso tátil sm

Var. **piso podotátil**

Superfície diferenciada de suas adjacências por meio da textura perceptível no caminhar para pessoas com deficiência visual.

<piso tátil>: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 4. III.1.1)

Equiv. ***pavimento tátil***

piso tátil de alerta sm

Tipo de piso tátil utilizado para alertar pessoas com deficiência ou baixa visão sobre risco de segurança.

<Piso tátil de alerta> Este piso deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança. O piso tátil de alerta deve ser cromodiferenciado ou deve estar associado à faixa de cor contrastante com o piso adjacente, conforme 5.14.1. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 39)

Cf. **piso tátil**

Equiv. ***pavimento tátil de alerta***

piso tátil direcional sm

Superfície diferenciada de suas adjacências por meio da textura e cor utilizada para indicar o melhor caminho de circulação em determinados espaços.

<Piso tátil direcional> Este piso deve ser utilizado quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminhamento em ambientes internos ou externos, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação, conforme 5.14.2. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 39. III.1.1)

Cf. **piso tátil**

Equiv. ***pavimento tátil direccional***

pisos com superfície regular sm

Condição de acessibilidade em locais de lazer.

No item 3 referente a <pisos com superfície regular>, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (...). (RIBEIRO, N. M. S. 2008, p. 39. I-I.2. III.1.1)

Equiv. ***pisos con superfície regular***

plano de educação inclusiva sm

Ações e projetos desenvolvidos pela escola regular no âmbito da educação inclusiva.

Organizou em 2006 o <Plano de Educação Inclusiva>, com objetivo de ressignificar sua prática inclusiva, criando ações e projetos que contemplem o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais em suas classes comuns. (SCHMITT, M. I., 2007, p. 109. I3-I.3.1)

Equiv. ***plan de educación inclusiva***

plataforma acessível de elevação vertical sf

Equipamento eletromecânico, de percurso vertical, utilizado para transportar pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida entre os conveses de embarcações.

<plataforma acessível de elevação vertical>: Equipamento com plataforma móvel, com deslocamento vertical, por meio de guias, que permite o acesso ao convés superior da embarcação, cujos componentes e funcionamento devem atender a ISSO 9386-1. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 4. III.2.1)

Cf. **plataforma elevatória**

Equiv. ***plataforma de elevación vertical***

plataforma elevatória sf

Equipamento eletromecânico, de percurso vertical ou inclinado, utilizado para transportar pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida em superfícies desniveladas.

Todos os prédios e logradouros públicos - escolas, supermercados, shopping centers, bancos, parques e praças, hotéis, clubes, rodoviárias, bares e restaurantes, inclusive seu entorno, entre outros - deverão permitir livre acesso desde a rua e circulação às pessoas que quiserem entrar neles, através de escadas, rampas ou <plataformas elevatórias>. (MELO, G. L. V.; ALMEIDA, M. G. E.; SILVA, M. E. 2009, p. 23. III.1.1)

Equiv. ***plataforma elevadora***

plataforma elevatória veicular sf

Equipamento eletromecânico utilizado para elevar pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida ao acesso em veículos altos.

<plataforma elevatória veicular>: Dispositivo instalado no veículo para transposição de fronteira, que permite a elevação de pessoa com deficiência

ou mobilidade reduzida, em cadeira de rodas ou em pé, para acesso em nível ao interior do veículo. (ABNT, NBR, 14022, 2006, p. 2. III.2.1)

Equív. ***plataforma elevadora vehicular***

política integradora sf

Política em prol da inclusão e permanência do aluno com deficiência no ensino superior.

(...) deverão ser tomadas as medidas necessárias para conseguir a mesma <política integradora> de jovens e adultos com necessidades especiais, no ensino secundário e superior, assim como nos programas de formação profissional. (NASCIMENTO, V. C. G., 2011, p. 29. I3-I.3.2)

Equív. ***política integradora***

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva sf

Documento federal elaborado pelo Ministério da Educação, em 2008, que trata de políticas públicas em prol da educação inclusiva de qualidade.

No ano de 2008, a <Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva>, de 7 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008c), veio efetivar o acesso ao ensino regular a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, da educação infantil à educação superior, "visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos" (BRASIL, 2008c, p.01).(ZAMPROGNO, M. B., 2013, p. 95. I3-I.3.1)

Equív. ***política nacional de educación inclusiva***

Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência sf

Conjunto de normas cujo objetivo é assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Art. 1º A <Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência> compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência. (SOARES, F., 2006, p. 46. II-II.1)

Nota A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

foi instituída em 1993 pelo Decreto n. 914, o qual foi revogado em 1999 pelo Decreto n. 3.298.

Equív. ***política nacional para la inclusión de las personas con discapacidad***

políticas culturais de acessibilidade sf

Var. **políticas culturais de acesso; políticas culturais de inclusão**

Medidas postas por instituições, governamentais ou não, a fim de promover o acesso aos bens culturais a todos os cidadãos.

(...) é possível afirmar que a criação de <políticas culturais de acessibilidade> em museus representa uma tarefa urgente na agenda das instituições e órgãos culturais. (SARRAF, V. P. 2008, p. 101. I-I.2)

Equív. ***políticas culturales públicas***

políticas públicas de educação inclusiva sf

Var. **políticas públicas para a educação inclusiva**

Conjunto de ações e leis que assegurem os direitos de educação às pessoas com deficiência.

O processo de compreensão das <políticas públicas de educação inclusiva> na atualidade tem produzido um debate muito fervoroso, mesmo porque muitos autores defendem que a educação precisa deixar de agregar a inclusão enquanto adjetivo, uma vez que toda a educação, de maneira geral, precisa assumir este adjetivo, incorporando-o à sua existência, deixando, assim, de ser classificada em inclusiva ou não inclusiva. (SILVA, L. C., 2009, p. 33. I3-I.3.1)

Equív. ***políticas públicas de educación inclusiva***

ponteira sf

Var. **apontador; órtese com ponteira; ponteira de cabeça; ponteira de boca**

Dispositivo acoplado à cabeça ou à boca do indivíduo com uma ponteira para utilização do teclado do computador, pintura ou acionamentos diversos.

Apontador ou <ponteira de cabeça>: permite o acesso do indivíduo, com impossibilidade de movimentação dos membros superiores, ao teclado ou a qualquer outro dispositivo de acesso.(FERRADA, R. B. H., 2009, p. 93.

IV.1.1)

Equiv. ***varilla bucal; ratón de barrido; licornio*****posição de dirigibilidade sf**

Adequação da posição da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida ao veículo para ter condições físico-motoras de dirigir.

Antes de iniciar a condução de seu veículo, o c.m.r., de forma autônoma ou com o auxílio de equipamentos ou com ajuda de terceiros, deve ter acesso à <posição de dirigibilidade> para sua condição físico-motora.(ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Cf. **dirigibilidade**Equiv. ***posición de conducción*****pranchas alfabéticas sf**

Tipo de prancha de comunicação contendo apenas letras e números.

Para ampliar ainda mais o repertório comunicativo que envolve habilidades de expressão e compreensão, são organizados e construídos recursos como cartões de comunicação, pranchas de comunicação, <pranchas alfabéticas> e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, dependendo da maneira como for utilizado, pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação. (MARTINS., D. S, 2011, p. 48. IV.1.2)

Cf. **pranchas de comunicação**Equiv. ***tablillas alfabéticas de comunicación*****pranchas de comunicação sf**Var. **cartões de comunicação**

Recursos de comunicação alternativa para pessoas com dificuldade de fala. Podem ser desenhos, símbolos, letras e números impressos em papel ou elaborados para meios eletrônicos como celulares, tablets e afins.

As <pranchas de comunicação> podem ser construídas utilizando-se objetos ou símbolos, letras, sílabas, palavras, frases ou números. As pranchas são personalizadas e devem considerar as possibilidades cognitivas, visuais e motoras de seu usuário. (ROCHA, L. A. A., 2013, p. 5.

IV.1.2)

Cf. **comunicação alternativa e complementar**

Equiv. *tablas de comunicación*

prática segregacionista sf

Var. **modelo segregacionista; cultura segregacionista**

Separação dos alunos com deficiência em salas específicas para eles.

No entanto, essas posturas não evitaram a exclusão dos deficientes do sistema de ensino, visto que ao serem integrados tinham que se adaptar às condições já existentes nos sistemas escolares, e ainda desconsiderando as teorias de desenvolvimento humano. As estratégias adotadas, nesse caso, tinham um discurso de integração, mas uma <prática segregacionista>. (FERREIRA, L. R. C., 2010, p. 35. I3-I.3.1)

Equiv. *modelo segregacionista*

práticas pedagógicas inclusivas sf

Ações e métodos educacionais que contemplem todos os alunos em sala de aula, considerando suas diferenças e necessidades específicas.

Tentamos compreender, para além do planejamento, que as <práticas pedagógicas inclusivas> constituem fator importante para o estímulo na aprendizagem. Quando o projeto da escola é construído com e para toda a escola, possivelmente contemplará práticas e ações que permitam atender não só aos alunos com deficiência, mas a todos. (BYLAARDT, M. B., 2007, p. 86. I3-I.3.1)

Cf. **atendimento educacional especializado**

Equiv. *prácticas pedagógicas inclusivas*

presbiacusia sf

Diminuição da audição por alterações degenerativas ligadas, geralmente, ao envelhecimento.

A <presbiacusia> é caracterizada por uma diminuição na discriminação de fala, uma diminuição significativa da função auditiva central manifestando-se através do aumento do prejuízo nas habilidades auditivas, figura-fundo,

atenção auditiva, redução na velocidade de fechamento e sínteses auditivas.
(SOUZA, R. M. M. E. de., 2010, p. 7. IV.2)

Equiv. ***presbiacusia***

processo de inclusão escolar sm

Processo de mudança da escola regular, que passa ofertar o atendimento educacional especializado.

(...) o <processo de inclusão escolar> vem se tornando uma realidade na medida em que, paulatinamente, ações têm sido realizadas/incentivadas no sentido de subsidiar a consolidação desse fato. (ALMEIDA , D. C. S., 2011, p. 70. I3-I.3.1)

Cf. **atendimento educacional especializado**

Equiv. ***proceso de inclusión escolar***

produtos assistivos sm

Produtos desenvolvidos para o auxílio na vida diária de pessoas com deficiência.

O conceito de <Produtos Assistivos> da ISO 9999:2007 refere-se a qualquer produto (incluindo recursos, equipamentos, instrumentos, tecnologia e software) especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, monitorar, aliviar ou neutralizar deficiências, limitações na atividade e restrições na participação (ISO, 2007).
(MARTINS, D. S., 2011, p. 38. IV.2)

Equiv. ***productos asistivos***

programa de educação inclusiva sm

Programa governamental em apoio à formação de gestores e educadores em prol da educação inclusiva.

No Brasil, o primeiro <programa de educação inclusiva>: "Direito à Diversidade" surge no ano de 2003, com os objetivos de: garantir a entrada e a permanência às crianças e aos adolescentes com necessidades educacionais especiais no sistema de educação pública. (BASTOS, F. R., 2012, p. 47. I3-I.3.1)

Equiv. ***programa de educación inclusiva***

programa escola acessível sm

Ação federal cujo objetivo é prover recursos para escolas estaduais e municipais se adequarem às normas de acessibilidade e aos recursos pedagógicos adaptados.

O <Programa Escola Acessível>, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que incorporou a Secretaria de Educação Especial (SEESP), a partir de 2011, atua na adequação do espaço físico das escolas estaduais e municipais, visando a promover a acessibilidade nas redes públicas de ensino e apoiar a inclusão escolar dos alunos da educação especial em classes comuns do ensino regular. (BASSO, L., 2012, p. 33. I3-I.3.1)

Cf. **acessibilidade; recursos pedagógicos adaptados**

Equiv. ***programa escuela accesible***

programa incluir sm

Programa do governo criado com objetivos de garantir acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior.

O <programa Incluir> - Programa de Acessibilidade na Educação Superior -, implantado em 26 de abril de 2007, é uma ação afirmativa desenvolvida pela Secretaria da educação superior (SESU) e Secretaria da educação especial (SEESP) do MEC, a favor da inclusão da pessoa com deficiência na educação superior. Apresenta como objetivo promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. (ROSSETTO, E., 2009, p. 106. I3-I.3.2)

Equiv. ***programa incluir***

programa secundário de áudio sm

Sigla **SAP**

Opção de áudio transmitido simultaneamente na programação de um canal de televisão, a fim de que o telespectador possa escolher entre ouvir o áudio original de um filme ou sua dublagem, a cobertura de um evento com ou sem comentários, ou com os comentários opcionais.

SAP (secondary audio program ou <programa secundário de áudio>):

Segundo canal de áudio para a programação, disponível somente em televisores que possuam decodificador. (ABNT, NBR, 15570, 2009, p. 3. IV.1.2)

Equiv. ***programa secundario de audio***

projetos arquitetônicos para acessibilidade sm

Projetos de edificação e urbanismo, adaptações estruturais e reformas que garantem acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independente de sua condição física e sensorial.

Os <Projetos Arquitetônicos para a Acessibilidade> baseiam-se em adaptações da estrutura, reformas na casa e/ou no ambiente de trabalho, com rampas, elevadores, banheiros adaptados, de forma a retirar ou reduzir as barreiras físicas. (SILVA, L. C. 2011, p. 37. III.1.1)

Equiv. ***proyectos arquitectónicos de accesibilidad***

promoção do trabalho por conta própria sf

Var. **colocação por conta própria**

Modalidade de inserção laboral em que a pessoa com deficiência é autônoma, sem vínculo empregatício.

Na forma de <promoção do trabalho por conta própria>, podendo ser por meio da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal. (NOLETO, W. B. P., 2012, p. 58. II-II.1)

Nota O Decreto n. 3298/99, que trata da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e no trabalho, estabelece três modalidades de colocação no mercado de trabalho: colocação competitiva, colocação seletiva e colocação por conta própria.

Cf. **modalidade de inserção laboral**

Equiv. ***promoción del trabajo por cuenta propia***

proposta inclusiva sf

Var. **proposta inclusiva de educação**

Atendimento educacional às pessoas com deficiência sob a perspectiva da

educação inclusiva em escolas regulares.

(...) a <proposta inclusiva> está pautada no modelo social, na melhoria do sistema educacional, fundamentando-se em um ambiente menos restrito. Isso quer dizer que, no sistema educacional inclusivo, não entra só quem é convidado. (BYLAARDT, M. B., 2007, p. 78. I3-I.3.1)

Sin. **educação especial na perspectiva da educação inclusiva**

Equiv. ***propuesta inclusiva***

proteção legal às pessoas com deficiência sf

Conjunto de leis, declarações, normas e outros documentos que asseguram os direitos das pessoas com deficiência.

Sobre a <proteção legal às pessoas com deficiência>: O marco histórico fundamental para proteção dos direitos da pessoa com deficiência é a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. (SOUZA, E., 2006, p. 40. II-II.1)

Equiv. ***protección legal a las personas con discapacidad***

prótese sf

Dispositivo artificial que substitui um órgão ou parte do corpo humano.

A <prótese> é um substituto para a função uma parte ou de todo um órgão ou membro do corpo. Como exemplo, temos marca-passo, aparelhos auditivos, prótese articular e prótese dentária. (BASSO, L.,2012, p.56. IV.2)

Equiv. ***prótesis***

próteses mentais sf

Dispositivos tecnológicos que atuam no desenvolvimento cognitivo.

<Próteses mentais>: objetivam o desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e comunicação, utilizando-se dos veículos da informação que são ambientes de aprendizagem, desenvolvimento informatizados, criados com a finalidade de intervir sobre procedimentos e estruturas mentais do indivíduo. (FERRADA, R. B. H.,2009, p.69. IV.2)

Equiv. ***prótesis mentales***

público cego sm

Var. **visitante cego**

Pessoas com deficiência visual que frequentam museus, cinemas, teatros e demais espaços de lazer e cultura.

Outra das ferramentas de complementação da audição ao vivo é a audiodescrição, concebida especificamente para complementar a experiência do <público cego> em diversos ambientes (por exemplo: o cinema, obras de teatro), tentando promover igualdade de acesso da informação para quem não enxerga. (MORA, A. B., 2012, p. 70. I-I.2)

Equiv. **público ciego**

rampa de acesso sf

Inclinação da superfície do piso que interliga dois níveis para acesso de pessoas com cadeira de rodas ou mobilidade reduzida.

(...) confirmou-se a pouca acessibilidade a cadeirantes, principalmente no acesso ao restaurante da empresa, com vários degraus e sem <rampa de acesso>. (MARTINEZ, V. de La Paz, R. 2008, p. 153. III.1.1)

Equiv. **rampa de acceso**

reabilitação sf

Tratamento da pessoa com deficiência com fim no desenvolvimento de suas potencialidades e melhoria da qualidade de vida.

O trabalho de <reabilitação> buscou no esporte não só o valor terapêutico, mas o poder de suscitar novas possibilidades, o que resultou em maior interação dessas pessoas. Através do esporte “reabilitação” estava devolvendo à comunidade um deficiente, capaz de ser “eficiente” pelo menos no esporte. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 30. I-I.1)

Equiv. **rehabilitación**

reabilitação baseada na comunidade sf

Sigla **RBC**

Programa criado pela Organização Mundial de Saúde, no contexto de reivindicações dos direitos das pessoas com deficiência, a fim de contrapor o paradigma médico nos serviços de reabilitação, ampliando a cobertura

assistencial e combatendo a segregação e o internamento das pessoas com deficiência.

A <Reabilitação Baseada na Comunidade> (RBC) é outro modelo de atenção à saúde da pessoa com deficiência, colocado como proposta assistencial para os serviços de atenção primária, e existente no SUS. (OTHERO, M. B., 2012, p. 44. GE)

Nota Ela foi criada em 1970 e é frequentemente representada pela sigla CBR, proveniente do termo inglês *community-based rehabilitation*.

Equiv. ***rehabilitación basada en la comunidad***

reabilitação profissional sf

Auxílio da Previdência Social à pessoa com deficiência ou acidentada para a (re) inserção no mercado de trabalho por meio de fornecimento de aparelhos de órtese, prótese e outros instrumentos, bem como a reposição desses instrumentos em caso de avarias, além do fornecimento de transporte ao local de trabalho, quando necessário.

O art. 89, parágrafo único da Lei nº 8.213/91 prevê que a <reabilitação profissional> compreende: a) fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à reabilitação social e profissional; b) a reparação ou substituição dos aparelhos mencionados, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário; c) transporte do acidentado do trabalho quando necessário. (GARCIA, R. A. S., 2012, p. 105. II-II.1)

Equiv. ***rehabilitación laboral; rehabilitación profesional***

recurso animal sm

Ajuda técnica para pessoa cega por meio do cão-guia.

<RECURSO ANIMAL> – O CÃO GUIA - Uma ajuda técnica importante para a locomoção das pessoas cegas, é o cão-guia. (RAMOS, J. C. R., 2009, p. 31. IV.2)

Cf. ***cão-guia***

Equiv. ***recurso animal***

recurso de acessibilidade ao computador sm

Todas as adaptações na estrutura física (*hardware*) e no sistema (*software*) do computador para que possa ser utilizado por pessoas com deficiência.

*<Recurso de acessibilidade ao computador> * Software ou Hardware para tornar o computador mais acessível, segundo as necessidades do usuário. Por exemplo, equipamentos de entrada como teclados ou mouses modificados. (EMER, S. O.,2011, p. 70. IV.1.1)*

Cf. **acessibilidade ao computador**

Equiv. *recursos de accesibilidad al ordenador*

recurso de tecnologia assistiva sm

Vat. **recurso de TA**

Tipo de ajuda técnica que melhor atenda às necessidades da pessoa com deficiência.

Dessa forma ele recorreu ao que denominamos atualmente de <recurso de Tecnologia Assistiva>, ou seja, ao uso de um instrumento com objetivo de facilitar o desempenho de uma atividade humana que estava impedida devido à perda de uma função. (RAFANI, S. M., 2010, p. 29. IV.2)

Sin. **modalidade de tecnologia assistiva**

Cf. **ajuda técnica; tecnologia assistiva**

Equiv. *recurso de tecnología asistiva*

recursos multifuncionais sm

Materiais pedagógicos adaptados para o atendimento educacional especializado.

Sala de <recursos multifuncionais> pode ser entendida como um espaço organizado com materiais, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte às necessidades educacionais dos alunos. (BASTOS, F. R., 2012, p. 50. I3-I.3.1)

Cf. **recursos pedagógicos adaptados**

Equiv. *recursos multifuncionales*

recursos pedagógicos adaptados smVar. **recursos pedagógicos acessíveis**

Materiais didáticos acessíveis às pessoas com deficiência, que reduzem ou eliminam as barreiras de aprendizagem.

O problema do aluno com paralisia cerebral não se restringe, exclusivamente, à questão da eliminação das barreiras arquitetônicas, como poderia se pensar, mas constitui-se, também, de outros problemas que são comuns aos alunos com outros tipos de deficiência, como: os preconceitos enfrentados; a ausência de materiais e <recursos pedagógicos adaptados>; professores sem preparação pedagógica adequada para atendê-los, entre outros. (MELO, F. R. L. V., 2006, p. 25. I3-I.3.1)

Cf. **aplicabilidade dos recursos pedagógicos**Equiv. **recursos didáticos adaptados****rede regular de ensino sf**

Rede de escolas que oferecem ensino regular.

A legislação anterior à Lei 9394/96 assegura os direitos das pessoas com deficiência e promove a transição da educação institucionalmente segregada para a <rede regular de ensino>, bem como garante outros direitos sociais às pessoas com deficiência. (CASSOLI, R. A., 2006, p. 40. I3-I.3.1)

Cf. **escola regular**Equiv. **red de enseñanza común****redução da capacidade funcional sf**

Característica aceita pela Previdência Social para dar auxílio para a reabilitação profissional.

O artigo 89, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91, dispõe que a reabilitação profissional compreende "a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou <redução da capacidade funcional> puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação ou reabilitação social e profissional. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 160. II-II.1)

Cf. **reabilitação profissional**

Equiv. ***reducción de la capacidad laboral***

reserva de cargos e empregos públicos sf

Direito da pessoa com deficiência estabelecido pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal.

O tratamento diferenciado está evidenciado, entre outros direitos de ordem social, na <reserva de cargos e empregos públicos> para pessoas com deficiência prevista no artigo 37, VIII da Constituição, que por sua vez, não se dissocia de outros dois importantes comandos voltados à administração pública: o da acessibilidade a cargos e empregos públicos e a investidura por concurso público (Art. 37, I e II). (GUGEL, M. A., 2006, p. 45. II-II.1)

Equiv. ***reserva de cargos***

resíduo visual sm

Deficiência visual quando há baixa visão.

Bueno (2003) classifica a cegueira no âmbito da deficiência visual como a ausência total de visão ou a condição de percepção da luz, apenas; e a distinguem da Baixa Visão, a qual é caracterizada pela presença de <resíduo visual> capaz de perceber massas, cores e formas a poucos centímetros, no mínimo, ou à distância de alguns metros, no máximo.(OLIVEIRA, R. V., 2008, p. 20. GE)

Cf. ***baixa visão***

Equiv. ***residuo visual***

responsabilidade social sf

Responsabilidade que toda organização tem no impacto social e ambiental de suas decisões e atividades.

<responsabilidade social>: responsabilidade de uma organização (2.12) pelos impactos (2.9) de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente (2.6), por meio de um comportamento ético (2.7) e transparente que: - contribua para o desenvolvimento sustentável (2.23), inclusive a saúde e bem-estar da sociedade;- leve em consideração as expectativas das partes interessadas (2.20); - esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de

comportamento (2.11); e - esteja integrada em toda a organização (2.12) e seja praticada em suas relações. (ABNT, NBR, ISO 26000, 2010, p. 4. II-II.1)

Equiv. ***responsabilidad social***

restrição de participação sf

Contextos ambientais e sociais que restringem a participação plena das pessoas com deficiência nas atividades comuns da sociedade.

<Restrições de participação> são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real. A presença da <restrição de participação> é determinada pela comparação entre a participação individual com aquela esperada de um indivíduo sem deficiência naquela cultura ou sociedade. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, CIF, 2003, p. 172. GE)

Equiv. ***restricción de participación***

rota acessível sf

Trajeto interno ou externo a edificações e espaços que possa ser percorrido pelos indivíduos com ou sem deficiência sem nenhum obstáculo ou fatores de impedância.

<rota acessível>: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, portas, elevadores etc. (ABNT, NBR, 15250, 2005. p. 3. III.1.1)

Cf. **fatores de impedância**

Equiv. ***ruta accesible***

rugby em cadeira de rodas sm

Sigla **RCR**

Modalidade esportiva adaptada para pessoas com comprometimento funcional das pernas ou membros inferiores, jogada em cadeira de rodas.

Para Winnick (2004) o <Rugby em Cadeira de Rodas> (RCR) é um esporte

dinâmico, desenvolvido para possibilitar que pessoas com lesão na medula espinhal acima ou no segmento T1 (tetraplegia) pudessem praticar uma modalidade esportiva coletiva de forma efetiva.(GOUVEIA, F. B., 2013, p. 11. I-I.1)

Equiv. ***rugby en silla de ruedas***

sala de recursos multifuncionais sf

Sigla **SRM**

Var. **sala multimeios**

Espaço para atendimento educacional especializado.

I - <sala de recursos multifuncionais>: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; (LIMA, J. L., 2013, p. 29. I3-I.3.1)

Cf. **recursos multifuncionais**

Equiv. ***sala de recursos multifuncionales***

sala especial¹ sf

Sala de aula específica para alunos com deficiência.

(...) nós tínhamos a <sala especial>, agora com a inclusão está sendo eliminada a sala especial. Eles tão indo pro ciclo, pro ensino normal. (TANNOUS, G. S., 2004, p. 105. I3-I.3.1)

Equiv. ***clase especial***

sala especial² sf

Opção de condição especial para realização de provas em concursos públicos ou vestibulares que pode ser requisitado por candidato com deficiência.

<Sala Especial> para Candidatos com Deficiência Motora: Salas situadas no térreo, mesa e cadeira separadas, ledor, auxiliar para o preenchimento da folha de respostas, ampliação do tempo de prova de acordo com a legislação; (AUAD, J. C., 2007, p. 50. II-II.1)

Cf. **condições especiais**

Equiv. ***lugar de examen adaptado***

sala sensoperceptiva sf

Espaço destinado a deficientes visuais em museus ou exposições, cujos elementos podem ser tocados e sentidos.

Fomos até Quito em janeiro de 2011, e aproveitamos para visitar outras duas exposições nas quais tinham experiência em inclusão; elas foram o Centro Metropolitano de Quito, com sua <sala-Senso-Perceptiva> - e o Museu da Cidade, de Quito, com a mostra - Bandas populares. (MORA, A. B. 2012, p. 53. I-I.2)

Nota A palavra *sensoperceptiva* pode ser encontrada com hífen em textos escritos antes da implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1º de janeiro de 2016.

Equiv. ***sala senso-perceptiva***

sanitário acessível sm

Banheiro com porta de acesso medindo 80cm de largura, bacia sanitária com altura máxima do piso de 46cm, barras de apoio e lavatório no mesmo espaço.

<Sanitário acessível> é aquele que possui uma bacia sanitária, com barras de apoio e lavatório, num mesmo ambiente. (BRASIL, MEC/SEESP, 2004, p. 332. III.1.1)

Equiv. ***baño accesible***

seating sm

Var. **sistema de adequação postural**

Controle da postura, conforto e mobilidade por meio da intervenção na escolha do tipo adequado de cadeira de rodas conforme necessidade do indivíduo.

O conceito e a prática da adequação postural, também conhecida pelo termo “<seating>”, são recentes. Por muito tempo o posicionamento adequado para o usuário de cadeira de rodas era realizado de forma precária. (...) pensar em uma adequação que possibilite maior conforto, estabilidade postural e posição de funcionalidade poderá facilitar a rotina dos usuários, promovendo qualidade de vida e manutenção da saúde. (SILVA, L. C., 2007, p. 41-42. IV.2)

Nota Emprétimeo do Inglês, cuja tradução é *assento*.

Equiv. ***adecuación postural al sentado***

segregação escolar sf

Separação do ensino em especial, para os alunos com deficiência, e regular, para os aluno sem deficiência.

(...) muitas vezes a longa existência e a prática da <segregação escolar> estabeleceram a cultura e a consciência, nas escolas especiais e nos próprios educadores especiais, de que não se poderia educar os alunos com deficiência em qualquer outro lugar a não ser nas escolas. (BASTOS, F. R., 2012, p. 47. I3-I.3.1)

Equiv. ***segregación escolar***

segurança lógica sf

Fras. **grau de segurança lógica**

Garantia de privacidade aos usuários no acesso e troca de informações em computador por meio de procedimentos e/ou dispositivos que visam segurança.

Deve-se garantir o mesmo grau de <segurança lógica> para a troca de instruções e informações a todos os usuários. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 16. IV.1.3)

Equiv. ***seguridad lógica***

sentidos remanescentes sm

Sentidos que restam à pessoa quando perdem o da visão.

A pessoa com deficiência visual utiliza os <sentidos remanescentes> para obter a compreensão de uma maquete, como com o uso das percepções tátil, auditiva e cinestésica. (ABATE, T. P., 2011, p. 413. GE)

Nota A pessoa cega utiliza do tato, do olfato, da audição e, quando há, da visão residual para adquirir conhecimento.

Equiv. ***sentidos remanentes***

serviços convencionais sm

Serviços disponíveis na sociedade para todos os cidadãos, como transporte,

saúde, habitação, educação e trabalho.

<Serviços convencionais>. Serviços disponíveis a qualquer integrante de uma população, independente de apresentarem deficiência ou não - por exemplo, transporte público, educação e treinamento, serviços voltados a trabalho e emprego, habitação, saúde e sistemas de renda. (DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE., 2011, p. 314. GE)

Equiv. ***servicios convencionales***

serviços educacionais especiais sm

Var. **serviços educativos especiais**

Serviços prestados pelos diversos setores da escola destinados a contribuir com a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Ressalta que a integração escolar pressupõe a existência de <serviços educacionais especiais> destinados a contribuir para o melhor desempenho escolar das crianças e defende que os serviços e os profissionais especializados devem estar dentro da escola, implicados com esta como um todo.(PEREIRA, J. B. C., 2008, p. 19. I3-I.3.1)

Equiv. ***servicios educativos especiales***

sessão do usuário sf

Período em que um mesmo usuário faz uma ou mais transações em equipamento de autoatendimento.

<sessão do usuário>: Período no qual o equipamento de auto-atendimento é utilizado por um mesmo usuário para a realização de uma ou mais transações. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 3. IV.1.3)

Cf. **equipamento de autoatendimento**

Equiv. ***sesión del usuario***

severidade da deficiência sf

Variável considerada no sistema de classificação funcional do atleta com deficiência.

O sistema de classificação apresenta três variáveis de acordo com a "International Sports Organization for the Disabled" (ISOD) (2004): a natureza da <severidade da deficiência> do atleta a funcionalidade nas

habilidades relacionadas ao esporte desempenho do atleta observado em competições anteriores. (TEODORO, C. M., 2006, p 42. I-I.1)

Cf. **sistema de classificação funcional**

Equiv. *severidad de la discapacidad*

símbolo de acessibilidade assistida sm

Indicação, por meio de figura, de que a empresa ou estabelecimento oferece assistência para condução de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida por funcionário habilitado.

<símbolo de acessibilidade assistida>: Símbolo que indica a existência de assistência ou acompanhamento por empregado habilitado da empresa operadora, para condução de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (ABNT, NBR, 15450, 2007, p. 4. III.1.1)

Equiv. *símbolo de accesibilidad*

símbolos de comunicação pictórica sm

Var. **sistema PCS**

Sistema de símbolos gráficos formado por imagens e desenhos de fácil reconhecimento para ser utilizado por pessoas surdas ou com dificuldade de fala.

Picture Communication Symbols (PCS). Os <Símbolos de Comunicação Pictórica> foram criados no início dos anos 80 pela fonoaudióloga americana Roxanna Mayer Johnson e compõe, atualmente, o conjunto de símbolos mais difundido em todo o mundo. (PELOSI, M. B., 2008, p. 67. IV.1.2)

Nota Símbolos de Comunicação Pictórica é a tradução que foi dada para o sistema de símbolos americano *Picture Communication Symbols*, criado e meados de 1981 pela fonoaudióloga Roxanna Mayer Johnson para auxiliar na comunicação de pessoas com dificuldades ou sem fala funcional. Está disponível o Brasil por meio do *software* Boardmaker.

Cf. **sistemas simbólicos**

Equiv. *símbolos de comunicación pictográfica*

símbolo internacional de acesso sm

Indicação, por meio de figura, de condições de acessibilidade em transportes, edificações, equipamentos, mobiliários urbanos e serviços.

O <símbolo internacional de acesso> deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 18. III.1.)

Cf. **acessibilidade**

Equiv. ***símbolo internacional de acceso***

sinalização de assento preferencial sf

Var. **sinalização do assento preferencial**

Indicação, por meio de figura e cor, de assento reservado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos, gestantes, pessoas com criança de colo em transporte público, repartições públicas, cinemas, teatros, auditórios e outros estabelecimentos de natureza similar.

A < sinalização do assento preferencial > deve ser instalada entre 1,00 m e 1,50 m do piso. (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 33. III.1.)

Equiv. ***señalización de asiento reservado***

síntese de voz sf

Processo em que a voz humana é reproduzida artificialmente por meios tecnológicos.

Alguns editores de texto possuem a função de retorno auditivo, por síntese de voz, que pode ser programado para falar depois de cada letra, palavra ou frase. (BERSCH, R. C. R.; PELOSI, M. B., 2006, p. 48. IV.1.2)

Equiv. ***síntesis de voz***

sintetizador de voz sm

Sistema operacional utilizado no processo de síntese de voz.

Finalmente, o sistema operacional Dosvox, tecnologia assistiva nacional e disponibilizada gratuitamente na internet, também possibilita a síntese de voz no acesso ao computador e é considerado de fácil instalação e utilização, viável inclusive para os usuários iniciantes. Constitui-se

atualmente no < sintetizador de voz > mais utilizado no país. (CEZARIO, K. G., 2009, p. 81. IV.1.2)

Nota O Sistema DOSVOX foi criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por meio de síntese de voz, a pessoa cega pode executar tarefas como leitura, edição e audição de textos.

Cf. **síntese de voz**

Equiv. ***sintetizador de voz***

sistema de auxílio à locomoção sm

Sigla **SAL**

Tecnologia desenvolvida para auxiliar na locomoção de pessoas com deficiência visual ou motora.

O <SAL> utiliza dados antropométricos do usuário para gerar um padrão de marcha personalizado. Desta forma, a órtese, em questão, é capaz de adaptar o tamanho do passo para não colidir com obstáculos presentes no ambiente e transpor buracos com diversos tamanhos, subir e descer escadas e calçadas com diferentes valores de altura e comprimento. (ARAUJO, M. V., 2015, p. RESUMO. IV.2)

Equiv. ***ayudas técnicas para la locomoción***

sistema de classificação funcional sm

Var. **classificação funcional esportiva**

Divisão dos atletas com deficiência em níveis de classificação conforme as semelhanças de capacidade física e competitiva.

< Sistema de classificação funcional >: Este sistema foi aceito para ser usado nos Jogos Paraolímpicos de Barcelona em 1992 (STROHKENDL, 1996). É utilizado no esporte para deficientes físicos e diferencia as peculiaridades de cada modalidade, nível de lesão e grau de comprometimento. (TEODORO, C. M., 2006, p. 42. I-I.1)

Equiv. ***clasificación funcional deportiva***

sistema de cotas sm

Mecanismo de ação afirmativa que obriga empresas com mais de cem empregados a contratarem um percentual de pessoas com deficiência, bem

como a reserva de vagas em concursos públicos.

O < sistema de cotas > brasileiro obriga à contratação de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, por meio de contrato entre empregado e empregador, ou através da utilização de vaga reservada em concurso público.(LARAIA, M. I. F., 2009, p. 6 II-II.1)

Nota O sistema de cotas é amparado pela Lei Federal n. 8.213, de 1991, artigo n. 93.

Equiv. ***sistema de cuotas***

sistema de leitura de tela sm

Var. **programa de leitura de tela; software de leitura de tela**

Qualquer programa instalado no computador que faça a leitura do conteúdo da tela para deficientes visuais.

< Sistema de leitura de tela > - permite captar todas as informações textuais exibidas na tela do computador e as transmitir através de voz sintetizada.
(ABNT, NBR, 15599, 2009, p. 38. IV.1.1)

Equiv. ***programa para lectura de pantalla***

sistema eletromecânico de elevação sm

Var. **aparelho eletromecânico de elevação**

Meio de transporte para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida embarcarem em aviões.

Quando o embarque/desembarque não se der por meio de passarela telescópica, deve ser efetuado por < sistema eletromecânico de elevação > que permita que a pessoa portadora de deficiência possa ser transportada de/até a porta da aeronave, de modo confortável, seguro e sem demora.
(ABNT, NBR, 14273, 1999, p. 3. III.2.1)

Equiv. ***sistemade elevación electromecánico***

sistemas simbólicos sm

Var. **sistemas de símbolos**

Conjuntos de imagens e figuras utilizadas como forma de comunicação alternativa por pessoas com dificuldades ou sem a propriedade da fala.

Os símbolos, conforme já visto, podem ser estabelecidos a partir de

imagens fotográficas, figuras desenhadas pelos mediadores ou pelos sujeitos, ou figuras obtidas por outros meios. Porém, existem conjuntos de imagens desenhadas a partir de um mesmo padrão. Dentre o conjunto dos <istemas simbólicos>, foram elencados os três mais utilizados. (AVILA, B. G., 2011, p. 54. IV.1.2)

Equiv. ***sistemas de signos***

sistemas simbólicos apoiados sm

Var. **sistemas simbólicos que necessitam de recursos externos**

Recursos para comunicação por meio de sistemas simbólicos que podem ser simples, de baixa tecnologia, como os objetos concretos e símbolos gráficos organizados em pranchas de comunicação, ou de alta tecnologia, quando incluem os sistemas simbólicos apresentados em comunicadores pessoais ou computadores.

Os <istemas simbólicos apoiados> requerem instrumentos além do corpo do aluno para produzir uma mensagem. (PELOSI, M. B., 2008, p. 41. IV.1.2)

Cf. **sistemas simbólicos**

Equiv. ***sistemas de signos con ayuda***

sistemas simbólicos não apoiados sm

Var. **sistemas simbólicos que não necessitam de recursos externos**

Recursos para comunicação por meio de sistemas simbólicos expressados por gestos, sinais manuais, vocalizações e expressões faciais.

Nos <istemas simbólicos não apoiados> o aluno utiliza apenas o seu corpo para se comunicar. (PELOSI, M. B., 2008, p. 41. IV.1.2)

Cf. **sistemas simbólicos**

Equiv. ***sistemas de signos sin ayuda***

Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada sf

Sigla **SOBAMA**

Sociedade civil de caráter científico e educacional em prol do desenvolvimento da atividade motora adaptada.

Outro destaque que também representa um avanço da educação física

adaptada foi a criação da <Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada> (SOBAMA), em 9 de dezembro de 1995, ano em que foi realizado o primeiro congresso desta sociedade com representantes internacionais, simbolizando um grande avanço da área como órgão de divulgação e socialização das informações. (TEODORO, C. M., 2006, p. 50. I-I.1)

sociedade inclusiva sf

Var. **sociedade inclusivista**

Sociedade adequada para incluir todos os indivíduos em seus diversos segmentos, na qual se aceite e valorize a diversidade humana.

A idéia de uma <sociedade inclusiva> se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social. (BYLAARDT, M. B., 2007, p.39. GE)

Cf. **inclusão**

Equiv. **sociedad inclusiva**

sociedade integrativa sf

Sociedade pautada apenas na política da igualdade, sem considerar os ideais de inclusão social.

A <sociedade integrativa> seria aquela que proporciona oportunidades às pessoas excluídas que consigam efetivamente superar os obstáculos, através de uma política de igualdade de oportunidades apenas. A sociedade inclusiva, segundo Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, constrói condições de acolhimento de todos, vindo na direção das demandas inerentes às diversidades. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 52. GE)

Cf. **integração social**

Equiv. **sociedad integrativa**

softwares especiais de acessibilidade sm

Programas de computador desenvolvidos como tecnologia assistiva para facilitar o uso por pessoas com deficiência.

<Softwares especiais de acessibilidade>: São os componentes lógicos das

TICs quando construídos como Tecnologia Assistiva. São programas especiais de computador que possibilitam ou facilitam a interação do aluno com a máquina. (NETO, H. C., 2007, p. 56. IV.1.1)

Equiv. ***software para accesibilidad***

surdocegueira sf

Var. **surdo-cegueira**

Deficiência sensorial e múltipla, na qual o indivíduo perde ou não possui a habilidade de ouvir e ver ao mesmo tempo.

A <surdocegueira> é uma deficiência única, com grave perda visual e auditiva combinadas e não há necessariamente uma perda total dos sentidos da visão e da audição. (ABATE, T. P., 2011, p. 95. GE)

Cf. **múltipla deficiência sensorial**

Equiv. ***sordoceguera***

taxa de desemprego sf

Número de pessoas com deficiência sem emprego.

Em alguns países industrializados que sentem os efeitos da recessão econômica, a <taxa de desemprego> entre as pessoas deficientes que procuram trabalho é o dobro da taxa que ocorre entre os não deficientes. (COVRE, T. K. M., 2007, p. 23. II-II.1)

Equiv. ***tasa de desempleo***

teclado alfabético sm

Conjunto de teclas contendo as letras do alfabeto.

<teclado alfabético>: Conjunto formado pelas teclas alfabéticas. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 3. IV.1.1)

Equiv. ***teclado alfabético***

teclado ampliado sm

Conjunto de teclas de computador com padrão maior que as de um teclado convencional.

<Teclados ampliados> Estes teclados auxiliam os usuários com dificuldades motoras que possuem movimentos amplos e pouco

coordenados e os usuários com baixa visão. As teclas são maiores que as convencionais, as letras são ampliadas e podem ter cores diferentes. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 19. IV.1.1)

Equiv. ***teclado ampliado***

teclado com colmeia sm

Recurso feito em acrílico transparente com furos coincidentes às teclas do teclado convencional para facilitar, eliminar ou diminuir os erros de digitação por pessoas com dificuldades motoras.

<Teclado com colmeia>: É uma máscara de acrílico para teclado. (DUSIK, C. L., 2013, p. 74. IV.1.1)

Equiv. ***sobreteclado acrílico; carcasas***

teclado de funções sm

Conjunto formado pelas teclas com função de cancelar, corrigir e entrar em um equipamento de autoatendimento.

<teclado de funções>: conjunto formado pelas teclas "Cancela", "Corrige" e "Entra" ou pelas teclas "Cancela" e "Entra". (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 3. IV.1.3)

Equiv. ***teclado de funciones***

teclado lateral sm

Teclas dispostas na lateral do monitor de um equipamento de autoatendimento.

<teclado lateral>: Conjunto formado pelas teclas localizadas nas laterais do monitor de vídeo. As funções atribuídas às teclas laterais devem estar disponíveis também através do teclado numérico. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 3. IV.1.3)

Cf. **equipamento de autoatendimento**

Equiv. ***teclado lateral***

teclado programável sm

Var. **teclado de conceito**

Teclado de computador com superfície adaptável conforme a necessidade

do usuário, podendo ter alterações em seu tamanho, distanciamento entre as teclas, cor, presença de relevos, inserção de texturas e sensibilidade ao toque.

Os <teclados programáveis> apresentam uma superfície que pode ser totalmente programada criando-se teclados com diversos formatos e inúmeras funções. (MARTINS, D. S., 2011, p. 64. IV.1.1)

Equiv. ***teclado programable***

teclado reduzido sm

Teclado de computador com tamanho reduzido para facilitar o uso por pessoas com pouca amplitude de movimento de braços e mãos.

Utilizados quando o usuário tem boa coordenação mas pequena amplitude de movimento, não conseguindo levar as mãos em todas as teclas do teclado convencional. O <teclado reduzido> pode possuir um tamanho bastante inferior a de um teclado convencional. (BERSCH, R. C. R; PELOSI, M. B., 2006, p. 19. IV.1.1)

Equiv. ***teclado reducido***

teclado virtual sm

Software que simula um teclado na tela do computador, adequado para pessoas que não podem usar o teclado convencional, mas mouses alternativos ou acionadores.

No <teclado virtual>, as teclas de letras, de números e demais sinais ficam visíveis no monitor e são selecionadas, uma a uma, produzindo a escrita. Dependendo do tipo de teclado virtual, o acesso às teclas pode acontecer de forma direta ou indireta (utilizando-se também a varredura e acionadores). (DUSIK, C. L., 2013, p. 83. IV.1.1)

Cf. **mouse alternativo; acionadores**

Equiv. ***teclado virtual***

técnicas de Hoover sf

Métodos de utilização da bengala longa.

A bengala longa de Hoover deveria transmitir ao seu usuário, a presença de obstáculos a sua frente. Isto ocorre através da utilização das <Técnicas

de Hoover>, que vão desde a forma de segurá-la, a postura do usuário, os toques, o rastreamento, até a coordenação dos movimentos de braços e pernas.(RAMOS, J. C. R.,2009, p. 30. IV.2)

Nota As técnicas de utilização e locomoção com a bengala longa foram desenvolvidas por Richard Hoover, oftalmologista solicitado pelo exército americano para auxiliar na reabilitação de soldados que ficaram cegos durante a Segunda Guerra Mundial.

Cf. **bengala longa**

Equiv. *técnicas de Hoover*

tecnologia assistiva sf

Produtos, instrumentos, tecnologias, equipamentos e procedimentos que favoreçam à autonomia pessoal, total ou assistida, das pessoas com deficiência permanente ou temporária.

<tecnologia assistiva> conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visem auxiliar a mobilidade, a percepção e a utilização do meio ambiente e seus elementos por pessoa com deficiência.(ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 2. IV.2)

Sin. **ajuda técnica**

Equiv. *tecnología asistiva*

tecnologias de informação e comunicação sf

Sigla **TIC**

Conjunto de recursos tecnológicos utilizados na transmissão de informações e processos comunicativos integrando elementos de hardware, software e as telecomunicações.

as <Tecnologias de Informação e Comunicação> (TIC) possibilitam a criação de novos ambientes com estruturas flexíveis, abertas, integrando várias mídias e propiciando a capacidade de interação e construção coletiva.(MARTINS, M.D. C. C., 2013, p. 13. IV.1)

Equiv. *tecnologías de la información y la comunicación*

telefone para surdos sm

Sigla **TS**

Aparelho com teclado, visor e monofone destinado a enviar mensagens de texto via linha telefônica para outro aparelho do mesmo tipo.

TS - <Telefone para surdo> - telefone com mensagem de texto para linha telefônica fixa convencional. Com teclado, visor e monofone, permite a comunicação entre usuários surdos e entre surdo e ouvinte e vice-versa. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 37. IV.1.2)

Equiv. ***teléfono para sordos***

telefone público para surdos sm

Sigla **TPS**

Aparelho de telefone para surdos localizado em locais públicos.

TPS - <Telefone publico para surdos> - telefone público com mensagem de texto. Com teclado, visor e monofone, permite a comunicação com e entre usuários de TS. (ABNT, NBR, 15599, 2008, p. 37. IV.1.2)

Cf. **telefone para surdos**

Equiv. ***teléfono público para sordos***

tênis em cadeira de rodas sm

Modalidade esportiva adaptada para pessoas com comprometimento funcional das pernas ou membros inferiores, jogada em cadeira de rodas.

(...) em Atenas os números aumentaram: foram mais de 4.000 atletas de 143 países que disputaram 19 modalidades: arco e flecha, atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima, futebol de cinco, (...), <tênis em cadeira de rodas>, vela e voleibol. (FLORENCE, R., 2009, p. 91. I-I.1)

Equiv. ***tenis en silla de ruedas***

termo de compromisso de ajustamento de conduta sm

Sigla **TCAC**

Documento assinado pelas empresas que ainda não apresentam o número de contratações de pessoas com deficiência exigido por lei, junto ao Ministério Público do Trabalho.

Às empresas que não apresentam o número de pessoas com deficiência exigido por lei, é assinado, junto ao MPT, o <termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta>, que propõe ao empregador o cumprimento da

cota e define um período para a sua realização, que varia de seis meses a dois anos (NERI, 2003). (LOBATO, B. C., 2009, p. 71. II-II.1)

Equiv. ***sanción por incumplimiento***

tipo de deficiência sm

Critério de seleção para modalidades esportivas para pessoas com deficiência.

O que consiste como diferença é que as cinco associações nacionais que representam os paratletas brasileiros foram formadas em função do <tipo de deficiência> e não de um esporte específico. (MARTINS, A.; COSTA, D., 2004, p. 32. I-I.1)

Equiv. ***tipo de discapacidad***

torneira de acionamento facilitado sf

Torneira acionada por sensor automático ou por alavanca.

No item 20 referente a <torneira de acionamento facilitado>, (...) 1 juiz especialista marcou não atende e colocou uma observação específica que o acionamento da torneira não é facilitado sendo necessário uma boa destreza manual para acioná-la.(RIBEIRO, N. M. S. 2008, p. 34. III.1.1)

Equiv. ***soluciones de grifería para uso de las personas mayores y/o con movilidad reducida***

trabalhador reabilitado sm

Pessoa com deficiência ou acidentada que recebeu auxílio da Previdência Social para ser (re) inserida no mercado de trabalho.

O <trabalhador reabilitado> da Previdência Social é um dos destinatários da reserva de cargos em empresas com 100 ou mais empregados, nos termos do artigo 93 da Lei n. 8.213/91. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 159. II-II.1)

Cf. ***reabilitação profissional***

Equiv. ***trabajador rehabilitado***

trabalho inclusivo sm

Local de trabalho onde não há barreiras físicas, atitudinais, discriminação e

outros aspectos que impeçam a inclusão de qualquer indivíduo.

A criação de um mercado de <trabalho inclusivo> torna-se difícil, diante de muitos obstáculos que inviabilizam o cumprimento da lei de cotas, conforme os dados investigados na presente pesquisa: fatores como o despreparo das empresas, dos gestores e recursos humanos; (SILVA, A. C. M., 2013, p. 173. II-II.1)

Cf. **inclusão**

Equiv. ***trabajo inclusivo***

trabalho protegido sm

Var. **emprego protegido**

Emprego em empresa criada especificamente para dar trabalho a pessoas com deficiência.

Por <trabalho protegido>, compreendem-se as experiências de profissionalização voltadas exclusivamente às pessoas com deficiência, com o intuito de "prepará-los" para a inserção no mercado de trabalho. (HAAS, C., 2013, p. 142. II-II.1)

Equiv. ***empleo protegido***

transferências sf

Um dos critérios para avaliar a capacidade funcional da pessoa com deficiência medida pelas Atividades da Vida Diária – AVD, que envolve as ações de transferir-se para cama, cadeira, cadeira de rodas, vaso sanitário, banheira ou chuveiro.

Transferir-se (cama, cadeira, cadeira de rodas) - envolve todos os aspectos da <transferência> de e para a cama, cadeira e cadeira de rodas, assim como ficar em pé se a marcha for o modo de locomoção habitual da pessoa. (SILVA, G. A., 2015, p. 68. IV.2)

Nota As Atividades da Vida Diária (AVD) são definidas pela American Occupational Therapy Association (AOTA) por atividades orientadas para o cuidado do indivíduo para com o seu próprio corpo, que são divididas em seis grupos: cuidados com o corpo; controle dos esfíncteres; transferências; locomoção; comunicação; integração social.

Cf. **atividades da vida diária**

Equiv. ***transferencias***

transtornos globais do desenvolvimento sm

Sigla **TGD**

Dificuldades nas interações sociais e na comunicação com outras pessoas.

Segundo a APA (2000), os <Transtornos Globais do Desenvolvimento> (Pervasive Developmental Disorders), apresentam algumas características similares entre si. Os sujeitos pertencentes a este grupo costumam apresentar dificuldades em suas interações sociais, em suas práticas de comunicação, e também são comuns problemas comportamentais como estereotípias, atividades e interesses incomuns. (AVILA, B. G., 2011, p. 32. I3-I.3.1)

Nota Os Transtornos Globais do Desenvolvimento aparecem, geralmente, até os cinco anos de idade, e entre eles estão o autismo, a psicose infantil, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

Equiv. ***trastorno generalizado del desarrollo***

tratamento diferenciado¹ sm

Atendimento prioritário ou atendimento a necessidades específicas de pessoas com deficiência.

Visando alcançar a igualdade de condições, o candidato com deficiência, que necessitar, poderá requerer <tratamento diferenciado> para a realização das provas e exames, indicando as condições diferenciadas. (GUGEL, M. A., 2006, p. 94. GE)

Cf. **atendimento prioritário**

Equiv. ***tratamiento distinto***

tratamento diferenciado² sm

Tratamento discriminatório por motivo de deficiência.

Segundo os autores, estes alunos muitas vezes sentem-se à parte da classe, isolados socialmente e percebem um <tratamento diferenciado> por parte dos colegas. Para os alunos pesquisados, esse sentimento de rejeição era muito mais desmotivante do que não conseguir realizar uma atividade por alguma limitação motora. (GORGATTI, M. G., 2005, p. 125. GE)

Cf. **discriminação**

Equiv. *tratamiento distinto*

universitários com deficiência sm

Alunos do ensino superior com deficiência.

A perspectiva de escutar a voz de <universitários com deficiência> procura contribuir para romper com a cultura cristalizada pelo modelo médico-psicológico, (FERREIRA, 2009), através do qual a deficiência é entendida como “doença”, associada a limitações e incapacidades, isto é, segundo essa concepção, a deficiência é uma condição centralizada na pessoa. (NASCIMENTO, V. C. G., 2011, p. 22. I3-I.3.2)

Equiv. *universitarios con discapacidad*

usabilidade sf

Medida da experiência e satisfação de um usuário ao interagir com um produto ou um sistema, seja um site, um software, ou todo dispositivo operado por um usuário.

A <usabilidade> é uma combinação dos fatores que afetam a experiência do usuário com o produto ou o sistema, quais sejam: facilidade da aprendizagem, eficiência do uso, memorização, frequência de erros e severidade, satisfação subjetiva. (ABNT, NBR, 15250, 2005, p. 3. IV.1.3)

Equiv. *usabilidad*

usuário de TA sm

Var. **usuário de tecnologia assistiva**

Qualquer indivíduo que faça uso de uma tecnologia assistiva.

Ficou evidenciado a premente necessidade de se dar maior atenção ao <usuário de TA>, envolvendo-o amplamente na criação, na produção e na validação de um produto assistivo. (BENEDETTO, I. L. C., 2011, p. 85. IV.2)

Cf. **tecnologia assistiva**

Equiv. *usuario de tecnología asistiva*

utilização assistida sf

Auxílio remoto ou presencial de pessoal habilitado no uso de equipamentos de autoatendimento por quaisquer usuários.

<utilização assistida>: Uso de equipamento com auxílio de pessoal habilitado para acionamento dos comandos do mesmo através de monitoramento local ou remoto em qualquer uma das etapas do percurso.(ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 6. IV.1.3)

Equiv. ***utilización asistida***

vaga reservada sf

Vaga em edital de concurso público reservada para pessoa com deficiência.

Para a utilização da <vaga reservada>, no ato de sua inscrição o candidato deve optar entre utilizar a vaga ou não. Optando pela utilização da vaga, ele deve declarar a sua condição. Independentemente da condição informada na inscrição, a publicação do resultado não deve fazer nenhuma distinção entre os que optaram pela vaga reservada, eis que a lista de aprovados será única e observará a ordem geral de classificação. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 144. II-II.1)

Equiv. ***plaza reservada***

vagas de estacionamento reservadas sf

Cf. **vagas de estacionamento exclusivas**

Espaços reservados em estacionamentos, identificados por figura, paraveículos conduzidos por pessoas com deficiência ou por seu acompanhante.

<Vagas de estacionamento reservadas> Trata-se de vagas reservadas em estacionamentos públicos e privados para pessoas com deficiência mediante a identificação através de uma carteira oferecida pelo órgão de trânsito competente do seu município. (AACD, 2014, p. 21. III.1.1)

Equiv. ***plazas de aparcamiento reservadas***

varredura sf

Var. ***scanning***

Fras. **sistema de varredura; processo de varredura**

Processo pelo qual o usuário aguarda o sinal visual ou sonoro de seu item

desejado em um teclado virtual para acioná-lo por um mouse ou outro tipo de acionador.

A <varredura> se dá quando um sinal visual ou auditivo percorre as teclas do teclado virtual. O usuário deverá aguardar até que seja sinalizada a tecla que deseja ativar e, então, confirmar sua ativação através do acionador ou outro periférico. (BERSCH, R. C. R.; PELOSI, M. B., 2006, p. 21. IV.1.1)

Sin. **acesso indireto**

Cf. **teclado virtual**

Equiv. ***barredura***

veículo acessível sm

Carro de passageiros com condições de acessibilidade.

<veículo acessível>: Aquele que permite acesso, acomodação e uso, com segurança, por pessoa com deficiência. (ABNT, NBR, 14021, 2005, p. 2. III.2.1)

Sin. **carro acessível de passageiro**

Cf. **acessibilidade**

Equiv. ***vehículo accesible***

veículo adaptado sm

Var. **veículo automotor apropriado**

Automóvel com alterações técnicas para possibilitar sua direção por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Somente após obter o resultado dos exames, a pessoa pode matricular-se em um Centro de Formação de Condutores (CFC), que possua <veículo adaptado>. (AACD, 2014, p. 5. III.2.2)

Cf. **adaptações veiculares**

Equiv. ***vehículo adaptado***

veículo automotor convencional sm

Var. **veículo convencional**

Automóvel sem adaptações.

<veículo automotor convencional>: Aquele que não recebeu nenhum

equipamento de transferência de controle ou automação dos comandos originais de dirigibilidade. (ABNT, NBR, 14970-1, 2003, p. 3. III.2.2)

Cf. **adaptações veiculares**

Equiv. ***vehículo automotor convencional***

vestuário para pessoas com deficiência sm

Roupas fabricadas conforme a demanda da pessoa com deficiência.

A pesquisa de <vestuário para pessoas com deficiência>, em geral, centraliza suas propostas nos requisitos de conforto, usabilidade, funcionalidade e durabilidade. (SILVA, G. A., 2015, p. 68. IV.2)

Equiv. ***vestuario para personas con discapacidad***

vida independente sf

Condições de realização autônoma das tarefas e atividade diárias, bem como de provimentos para autosustento.

(...) desenvolvimento de meios e recursos destinados a facilitar ou promover a <vida independente>, a auto-suficiência e a integração total, em condições de igualdade, à sociedade das pessoas portadoras de deficiência. (LARAIA, M. I. F., 2009, p. 104. IV.2)

Equiv. ***vida independiente***

visitável adj

Qualquer espaço de convívio social acessível.

<visitável>: Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível. (ABNT, NBR, 9050, 2004, p. 4. I-I.2)

Cf. **espaço acessível**

Equiv. ***visitable***

viver sem limite sm

Fras. **plano viver sem limite**

Plano de ação afirmativa criado pelo governo federal para implementar a inclusão das pessoas com deficiência sob o viés de quatro eixos principais:

acesso à educação, à saúde, inclusão na sociedade e acessibilidade.

O <Viver sem Limite> é mais uma iniciativa do Governo Federal para ampliar a integração das pessoas com deficiência na sociedade, porém, em uma abrangência inédita. Este plano conta com o envolvimento conjunto de 15 órgãos do governo federal, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), com o propósito de contemplar diversos aspectos da integração social. (BASSO, L., 2012, p. 36. GE)

vocalizadores sm

Var. **comunicadores com voz**

Recursos de comunicação alternativa que emite voz gravada ou sintetizada ao ter seus botões ativados, os quais podem ser personalizados para representarem as mensagens desejadas pelos usuários.

Já os <vocalizadores> são recursos eletrônicos de gravação e reprodução que permitem aos seus usuários expressarem seus pensamentos. Através de figuras/símbolos aplicados sobre pranchas, é possível que imediatamente, ao ser acionados, a mensagem gravada se reproduza. (SILVA, L. C. O., 2011, p. 34. IV.1.2)

Cf. **voz sintetizada**

Equiv. **vocalizadores**

voleibol sentado sm

Adaptação do jogo de vôlei para pessoas com deficiência física ou intelectual.

O <Voleibol Sentado> é um esporte em que pessoas com e sem deficiência podem praticar juntas com alto nível técnico, representando uma boa oportunidade para desenvolver a cooperação e a integração.

(BORGSMANN, T., 2013, p. 57. I-I.1)

Equiv. **voleibol sentado**

voz digitalizada sf

Som de voz humana gravada e reproduzida em meio digital.

<voz digitalizada>: Voz humana gravada em meio digital.(ABNT, NBR,

15250, 2005, p. 3. IV.1.2)

Equiv. ***voz digitalizada***

voz sintetizada sf

Voz humana reproduzida artificialmente por meio de sintetizadores.

Uma <voz sintetizada> faz a leitura dos textos digitalizados e dá informações ao usuário sobre imagens e legendas, estrutura de colunas, cabeçalhos e outras informações de layout. (BERSCH, R. C. R.1; PELOSI, M. B., 2006, p. 45. IV.1.2)

Cf. **sintetizador de voz**

Equiv. ***voz sintetizada***

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, o objetivo principal foi defender, por meio de um estudo epistemológico, a existência da área Inclusão das Pessoas com Deficiência. Os estudos terminológicos propiciaram apresentar uma terminologia para esse campo do saber.

Para tanto, buscou-se, inicialmente, fazer um levantamento histórico do modo como as pessoas com deficiência são vistas pela sociedade. Na maior parte do tempo, elas estavam segregadas, à margem da sociedade. Passaram pelo abandono, na era primitiva; por seres diabólicos, durante a inquisição; por fardos renegados, deixados em asilos, conventos ou hospícios. No Brasil, somente por volta da metade do século XX é que surgiram as organizações civis e movimentos pioneiros no trato da saúde e educação das pessoas com deficiência (Instituto Pestalozzi, APAE, AACD). Até o momento, o paradigma vigente era o médico, e a deficiência vista como algo a ser curado.

Apenas em meados de 1960 é que começamos a ver a mudança para o paradigma social, inicialmente pautado na integração das pessoas com deficiência. Ou seja, apesar de elas serem inseridas nos contextos sociais, deviam adequar-se a ambientes pouco ou nada acessíveis, já que suas necessidades específicas não eram consideradas. Todavia, essa integração foi um grande passo em direção à inclusão, e já trouxe novas concepções sobre as pessoas com deficiência, as quais foram, aos poucos, alterando não só o comportamento da sociedade, mas também a linguagem com a qual o assunto era tratado, sobretudo após 1980.

Dos anos de 1980 em diante é que o paradigma social toma mais força, com a criação de organizações políticas formadas pelas próprias pessoas com deficiência. Nesse processo, observou-se que a área foi se configurando como tal a partir dos movimentos em prol da inclusão, provenientes de diversos setores, entre eles o educacional, o político, o de saúde e o de direitos humanos. O surgimento de textos relativos à área e a preocupação com a forma de se referir às pessoas com deficiência foram os princípios para o surgimento de uma nova linguagem de especialidade. Termos até então usados, como “retardados”, “aleijados”, “incapacitados”, passaram a ser substituídos por “pessoa deficiente”. Um fator fundamental para isso foi a influência do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981.

Colocar a palavra “pessoa” antes de qualquer outra designação foi um grande avanço para a concepção sob o ponto de vista social, pois não foi só a mudança de um termo, mas da noção de que, independente do tipo de deficiência, há uma pessoa, um

cidadão de direitos garantidos pela Constituição. Assim, aos poucos a preocupação com a inclusão vai gerando uma preocupação também com a linguagem.

A história da inclusão e das mudanças de conceitos, que continua em construção e sofrendo alterações, é refletida nos discursos atuais. Falar ou escrever de assuntos relacionados à deficiência é algo que gera tensão e, por vezes, um tipo de emoção devido a toda carga valorativa e aos componentes sociais de estigma e preconceito presentes na história. É comum, na tentativa de sermos politicamente corretos e não transparecermos preconceito, fazermos uso de termos e expressões outrora usados, presentes em textos de leis, por exemplo, sem termos noção de que esses termos foram substituídos no decorrer dos anos, conforme os conceitos e pontos de vista sob os quais o tema é tratado também sofreram mudanças. Ou, então, superestimamos a pessoa com deficiência na expectativa de acertarmos, usando termos como “especiais”, “excepcionais”, sem nos atentarmos de que são, antes de tudo, pessoas comuns que possuem diversidades funcionais.

É imprescindível conhecer os conceitos provenientes do paradigma social da inclusão para tratar corretamente dos assuntos da área: “O rigor com os conceitos está intimamente ligado à atenção com a linguagem. A mudança de mentalidade deve estar atrelada à da terminologia” (ANDI, 2003, p. 38).

A pesquisa mostrou que a história da inclusão das pessoas com deficiência foi, aos poucos, integrando novos conceitos, gerando reflexões acerca de uma linguagem que seja apropriada a esses novos conceitos. Quer dizer que a inclusão das pessoas com deficiência é uma área do conhecimento que não só tem uma linguagem própria, mas que essa linguagem precisa refletir as novas práticas sociais e os novos paradigmas, eliminando conceitos obsoletos, representados por termos que carregam desconhecimento e preconceito.

A escolha da Teoria Comunicativa da Terminologia habilitou o estudo dessa nova linguagem, pois a partir de seus pressupostos foi possível mostrar que ela é constituída por um conjunto de UCEs que a configuram. Os significados das UCEs foram verificados em meio à rede de conceitos estabelecidos pelo domínio em questão e, apresentados na estrutura conceptual, passaram a representar visual e conceitualmente a inclusão das pessoas com deficiência, facilitando o trabalho de elaboração do dicionário.

A estrutura conceptual dividiu a área em quatro suportes, com base em Aranha (2001) e Sasaki (2006): Suporte Social (143 UCEs), Suporte Econômico (41 UCEs),

Suporte Físico (73 UCEs) e Suporte Instrumental (182 UCEs), além das UCEs genéricas que perpassam todas as áreas (101).

Um fato importante que ocorreu durante a elaboração do dicionário foi com relação ao seu título. Enviamos um email para Cláudia Werneck, jornalista especialista em comunicação e saúde e pioneira na disseminação do conceito de sociedade inclusiva, a fim de comentarmos sobre nossa pesquisa, já que ela tem publicações nas quais demonstra sua preocupação com a comunicação voltada à inclusão. Na ocasião, o nome do dicionário era “Dicionário Terminológico da Inclusão Social das Pessoas com Deficiência”. Logo de início, a jornalista nos alertou de um equívoco: a inclusão das pessoas com deficiência não é pura e unicamente social. Explicou que agregar o adjetivo “social” ao termo “inclusão” pode não só restringir os princípios inclusivos, mas também gerar conflitos sobre o que social quer dizer: sociedade? Socialização? Afinal, há muitos projetos de inclusão social que não envolvem, por exemplo, pessoas com deficiência. Assim, passamos a utilizar “inclusão da pessoa com deficiência”.

Durante a definição dos termos, nos preocupamos muito em pesquisar e conhecer bem os conceitos da área, para que outros equívocos não fossem cometidos. Por vezes, as definições dos termos não continham informações bastantes para a compreensão de conceitos basilares da área, para não se tornarem longos textos inadequados a uma definição terminológica. Logo, as notas têm papel fundamental no dicionário aqui proposto, sobretudo porque dados sócio-históricos marcam esse campo do saber.

Elaborar um dicionário terminológico já é, por si só, uma tarefa difícil, que exige conhecimentos teóricos, metodológicos e conceituais. Torna-se ainda mais complexa quando se trata de uma área com tamanha transformação, formada por conceitos de diversas outras áreas, e que continua sendo objeto de discussões, reflexões, ainda em construção.

Acreditamos, portanto, que este trabalho contribui com a estruturação e representação da inclusão das pessoas com deficiência enquanto área do conhecimento especializado, e que a apresentação de sua terminologia foi um passo a mais entre os esforços para que não sejam feitas mais abordagens superficiais, com termos pejorativos, que refletem toda a herança discriminatória relacionada à deficiência.

Este dicionário não é apenas um repertório com suas definições, senão um material de apoio aos comunicadores, educadores e todos os atores sociais que desejam

conhecer, transmitir, contribuir, melhorar e multiplicar as ações em prol da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência. Como diz Cláudia Werneck:

Praticar a inclusão é adotar uma nova ética, inspirada na certeza de que a humanidade encontra infinitas formas de se manifestar, sobre as quais é impossível atribuir um valor mais ou menos humano. Apropriar-se dessa “ética da diversidade” significa abandonar o equivocado hábito de hierarquizar condições humanas, definindo quais delas têm ou não têm direitos, dos mais simples aos mais complexos. O velho hábito será substituído por inusitadas reflexões e atos que garantam a cada recém-nascido o direito de nunca ter o seu valor humano questionado, sob qualquer alegação, não importa o que lhe aconteça, de que forma ande, pense, leia, enxergue ou se expresse. (WERNECK, 2003, p. 10).

No Brasil, desde que o Congresso Nacional tornou-se signatário da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida como Convenção de Guatemala, especificou-se o que é discriminação com base na deficiência por meio do Decreto n° 3.956, de 8 de outubro de 2001. Ou seja, já se passaram mais de 15 anos e continuamos o exercício de refletir e transmitir à sociedade que a inclusão não é uma forma de caridade e apoio às pessoas com deficiência, mas um direito delas como cidadãos. Elas têm o direito à educação, à saúde, ao trabalho, o direito a se comunicarem e a ir e vir sem barreiras, sem discriminação. É a sociedade que precisa se adequar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. B. A. problemática epistemológica em terminologia: relação entre conceitos. *Alfa*, São Paulo, 42(n. esp.), p. 223-233, 1998.

_____. [O percurso da Terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma](#). *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*, São Paulo, FFLCH – USP, vol. 9, p. 211-222, 2003.

_____. A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática. *Alfa*, São Paulo, 50 (2), p. 85-101, 2006.

ALMEIDA, G. M. B.; ALUÍSIO, S. M. O que é e como se constrói um *corpus*? Lições aprendidas na compilação de vários *corpora* para pesquisa lingüística. *Caleidoscópio*, vol. 4, nº 3, p. 156-178, set/dez 2006.

ALVES, I. M. *Terminologia: um percurso histórico*. 2000.

_____. A terminologia no Brasil: histórico e perspectivas II. *Terminômetro. Terminologia no Brasil*, número especial 3, União Latina, 1998, p. 10-12.

_____. *Glossário de termos neológicos da economia*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1998.

ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Mídia e deficiência*. Veet/Vivarta, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf. Acesso em 10 nov. 2016.

ARANDA, C. M. *Glossário terminológico da inteligência emocional*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, n. 2, p. 63-70, 1995.

_____. *Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência*. Centro Rui Bianchi, 2001. Disponível em: http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/08dez08_biblioAcademic_o_paradigmas.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, Terminografia: identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: Simpósio Latino-Americano de Terminologia e I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica, 2, 1990, Brasília. *Anais do Simpósio latino-americano de terminologia e do I encontro brasileiro de terminologia técnico-científica*. Brasília, 1990, p. 152-158.

_____. Contribuição ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. *Ciências da Informação*. Vol. 4, n. 3, 1995.

_____. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções, In: ALVES, I. M (org.). A constituição da normalização terminológica no Brasil - *Cadernos de Terminologia*, 1, São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996. p. 23-45.

_____. *Aspectos da produção dos vocábulos técnico-científicos*. São Paulo: Belas Infieis, v. 2, n. 2, 2013. p. 7-15.

BARROS, L. A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BEVILACQUA, C. R. *Unidades fraseológicas especializadas: estado de la cuestión y perspectivas*. 1999. Tese (Doutorado). Universidad Pompeu Fabra. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Barcelona, 1999.

BEVILACQUA, C. R.; KRIEGER, M. G. A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área. *Debate Terminológico*, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/21287>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

BEVILACQUA, C. R.; FINATTO, M. J. B. Lexicografia e Terminologia: alguns contrapontos fundamentais. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 43-54, 2006.

BIBER, D.; CONRAD, S. e REPPEN, R. *Corpus linguistics: Investigating language structure and use*. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

BOULANGER, J. C. Convergências e divergências entre a lexicografia e a terminografia. In: LIMA, M. S.; RAMOS, P. C. *Terminologia e ensino da segunda língua: Canadá e Brasil*. Porto Alegre: Núcleo de Estudos Canadenses, Instituto de Letras, UFRGS, 2001. p. 7-28.

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártica/Empúries, 1993.

_____. (et. al.). La terminología hoy: replanteamiento o diversificación. *Revista Organon 26 – Terminologia e Integração*, Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

_____. *La terminología: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, M. T.; FELIU, J. *La Terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001.

CHAGAS, A. M. de R. *Avanços e impedimentos para a construção de uma política social para as pessoas com deficiência*. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Política

Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CONTENTE, M. *Terminocriatividade, sinonímia e equivalência interlinguística em medicina*. Lisboa: Edições Colibri – Universidade Nova de Lisboa, 2008.

CREMONESE, L. E. *Bases epistemológicas para a elaboração de um dicionário de linguística da enunciação*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Letras. Porto Alegre, 2007.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

DINIZ, D. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

FAULSTICH, E. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*. Brasília, vol. 24, n. 3, 1995.

FERNANDES, L. B.; SCHLESENER, A; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, Curitiba, v. 2, p. 132 –144, 2011.

FERRAS, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. *Lei Brasileira de Inclusão e o “novo” conceito de deficiência: será que agora vai “pegar”?*, 2015. Disponível em <http://justificando.com/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/>. Acesso em 5 de set. de 2016.

FIGUEIRA, E. *Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FINATTO, M. J. B. *Definição terminológica: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação*. 2001. 395 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

_____. A definição terminológica do dicionário Termisul: expressão lingüística de relações conceptuais complexas. In: PIRES DE OLIVEIRA, A. M., ISQUERDO, A. N . (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 209-22.

GUGEL, M. A. *A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade*. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 21 jan. 2014.

HAENSCH, G. *et al. La lexicografía*. De la lingüísticateórica a la lexicografía práctica. Madrid, Gredos, 1982. p. 95-153.

KENNEDY, G. *An Introduction to Corpus Linguistics*. London; New York, Longman, 1998.

KRIEGER, M. G. O termo: questionamentos e configurações. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (orgs.) *Temas de Terminologia*, 2001, p. 111-140. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49146>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

KRIEGER, M. G; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.) *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p.

LARA, L. F. Término y Cultura: hacia una teoría del término. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. vol. 3. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

LEONGÓMEZ, J. B. 1983. Resenha a HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*, Madrid, Edit. Gredos, 1982. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/38/TH_38_001_159_0.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

LORENTE, M. Teoría e innovación en terminografía: la definición terminográfica. In: CABRÉ, M. T.; FELIU, J. *La Terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2001.

NOGUEIRA, C. M. *A história da deficiência: tecendo a história da assistência à criança deficiente no Brasil*. Trabalho de conclusão de disciplina (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ONU, *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*, 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em 09 out. 2014.

PAVEL, S. & NOLET, D. (2002) *Manual de terminologia*. Trad. Enilde Faulstich. Disponível em: <https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

PÉREZ, I. S. *La terminología: definición, funciones y aplicaciones*. 2009. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/12770/8/La_terminolog%C3%ADa.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

PESSOTTI, Isaias. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Quieiroz/Edusp, 1984.

RENOUF, A. (ed.). *Explorations in Corpus Linguistics*. Amsterdam, Rodopi, 1998.

RONDEAU, G. *Introducción a la terminologie*. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SALES, R. de. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado. In: *VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (pôster)*, 2007. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--036.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

SANCHEZ, A. Definición e historia de los corpus. In: A. SANCHEZ et al (org.). *CUMBRE – Corpus Linguístico de Espanol Contemporaneo*. Madrid: SGEL,1995.

SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus: histórico e problemática*. Delta, vol. 16, nº 2, 2000, p. 323-367.

_____. *Linguística de corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. *O que é um corpus representativo*. 2000. Disponível em <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers44.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

SASSAKI, R, K. *Curso de inteligências múltiplas na educação inclusiva*, 2001.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Mídia e deficiência*. Brasília: andi/Fundação Banco do Brasil, p. 160-165, 2003.

_____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SINCLAIR, J. 2005. Corpus and Text - Basic Principles. In: M. WYNNE (ed.), *Developing Linguistic Corpora: a Guide to Good Practice*. Oxford, Oxbow Books, p. 1-16. Disponível em: <<http://ahds.ac.uk/linguistic-corpora/>>. Acesso em: 30 out. 2006.

SILVA, M. M. A. da. *Dicionário terminológico da gestão pela qualidade total em serviços*. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Otto Marques da. *A Epopéia Ignorada – A história da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, O. L. da. *Das Ciências do Léxico ao léxico nas Ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista – FCLAR/UNESP, 2008.

SILVA, E. R. et al. Terminologia como ciência fundamental à sociedade moderna. *Revista de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura*. Vol 8, 2011. ISSN 1982-7717. Disponível em: <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume8/primeirasletras/TerminologiaCom oCienciaFundamentalASociedadeModerna.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2014.

TEMMERMAN, R. *Towards New Ways of Terminology Description*, John Benjamins Publishing Company, Amesterdam / Philadelphia, 2000.

TEZZARI, M. L. *Educação especial e ação docente: da medicina à educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WERNECK, Cláudia. *Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano*. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

Referências de websites

APAE BRASIL. Disponível em <<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

CÂMARA, Cibele, N. S.; SILVA, Diego, S. G. *Poliomielite no Brasil: histórico e inclusão no mercado de trabalho*. Revista Digital. Ano 16, N° 156. EFDportes: Buenos Aires, 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd156/poliomielite-no-brasil-historico-e-inclusao.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

FEDERAÇÃO PESTALOZZI. Disponível em <<http://www.pestalozzibrasil.org.br/rede-pestalozziana/historia>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

REFERÊNCIAS DO CORPUS ESPECIALIZADO DO *DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*

I – Artigos

ANDREGHETTI, Eduardo *et al*. Inclusão social do deficiente visual: experiência e resultados de Assis. *Arq. Bras. Oftalmol.*, São Paulo, v. 72, n. 6, p. 776-782, 2009.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492009000600007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em <http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>. Acesso em 19 set. 2014.

ARAUJO, Denize Arouca; LIMA, Elenice Dias Ribeiro de Paula. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 281-303, 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

AUAD, Juliana Cal; CONCEICAO, M. I. G. Inserção social universitária: uma investigação com base no átomo social mínimo. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 139-154, 2008. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

AVILA, C. F.; TACHIBANA, Miriam; VAISBERG, T. M. J. A. Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 155-164, 2008. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

- AZEVEDO, P. H; BARROS, J. D. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. *Revista Brasileira Ciências Do Movimento*, v.12, n.1, 2004, 77-83. Disponível em <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/546/570>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- BAHIA, Melissa Santos; SCHOMMER, Paula Chies. Inserção profissional de pessoas com deficiência nas empresas: responsabilidades, práticas e caminhos. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 17, n. 54, p. 439-461, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BARROS, Alessandra. Alunos com deficiência nas escolas regulares: limites de um discurso. *Saude soc.*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 119-133, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estud. psicol.*, Natal, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. De volta à teoria da curvatura da vara: a deficiência intelectual na escola inclusiva. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 277-302, ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BITTENCOURT, Z. Z. L. C.; FONSECA, A. M. R. Percepções de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 187-195, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BRAGA, M. M.S.; SCHUMACHER, A. A. Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela teoria do reconhecimento social de Axel Honneth. *Soc. estado.*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 375-392, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BRAZUNA, M. R.; CASTRO, E. M. de. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado. *Motriz*, Vol. 7, n.2, Jul-Dez, 2001, pp. 115-123. Disponível em <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/07n2/Brazuna.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci; MOCELIN, Daniel G. Saindo da "escuridão": perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, p. 300-327, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- BRUNSTEIN, Janette; SERRANO, Cláudia Aparecida. Vozes da diversidade: um estudo sobre as experiências de inclusão de gestores e PcDs em cinco empresas paulistas. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 01-27, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512008000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CAMARGO, Eder Pires de. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de mecânica. *Ciênc. educ.*, Bauru, v. 16, n. 1, p. 258-

- 275, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CAMPOS, J. G. F.; VASCONCELLOS, E. P. G.; KRUGLIANSKAS, Gil. Incluindo pessoas com deficiência na empresa: estudo de caso de uma multinacional brasileira. *Rev. Adm.*, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 560-573, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072013000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CECATO, Juliana Francisca *et al* . Inclusão social de um paciente com déficit intelectual moderado por meio de repertório verbal. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 69-82, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CELIO SOBRINHO, Reginaldo; ALVES, Edson Pantaleão. A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 49, p. 323-338, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000300018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CHUN, Regina Yu Shon. Comunicação suplementar e/ou alternativa: abrangência e peculiaridades dos termos e conceitos em uso no Brasil. *Pró-Fono R. Atual. Cient.*, Barueri, v. 21, n. 1, Mar. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872009000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 jul. 2014.
- COELHO, C. M.; SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Trabalhadores com deficiência: vivências de prazer e sofrimento. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 214-223, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CORDEIRO, Mariana Prioli *et al* . Deficiência e teatro: arte e conscientização. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 148-155, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- COSTA, L. G.; NEVES, M. C. D.; BARONE, D. A. C. O ensino de Física para deficientes visuais a partir de uma perspectiva fenomenológica. *Ciênc. educ.*, Bauru, v. 12, n. 2, p. 143-153, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- CROCHIK, José Leon *et al* . Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 123-132, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 115-122, 2007. Disponível em

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- FARO, Ana Cristina Mancussi e; GUSMAI, Luana de Fátima. Educação inclusiva em enfermagem: análise das necessidades de estudantes. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 229-234, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000100029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- FRANCA, Inacia Sátiro Xavier de; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 178-185, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- FRANCA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F; SOUSA, R. A. Discurso político-acadêmico e integração das pessoas com deficiência: das aparências aos sentidos. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 24-33, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342003000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- FREITAS, M. N. C. Validação do Inventário de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho (ICD-ST). *Psico-USF*, Itatiba, v. 17, n. 1, p. 33-42, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- FREITAS, M. N. C.; MARQUES, A. L. Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 244-257, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- FREITAS, M. N. C; MARQUES, A. L. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302007000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- GARCIA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 165-187, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- GUERREIRO, E. M. B. R; ALMEIDA, M. A.; SILVA FILHO, J. H. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. *Avaliação*, Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 31-60, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- JURDI, Andréa Perosa Saigh; AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo de Moraes. A inclusão escolar de alunos com deficiência mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 191-202, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- KASPER, Andrea de Aguiar; LOCH, Márcia do Valle Pereira; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 31, p. 231-243, 2008.

- Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- LAPLANE, A. L. F.; BATISTA, C. G. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 75, p. 209-227, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- LIMA, Maria da Conceição Barbosa; CASTRO, Giselle Faur de. Formação inicial de professores de física: a questão da inclusão de alunos com deficiências visuais no ensino regular. *Ciênc. educ.*, Bauru, v. 18, n. 1, p. 81-98, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- LUZ, L. M. R. *A Educação Física Como Instrumento Facilitador Da Aprendizagem Das Técnicas de Orientação e mobilidade*. Monografia (Especialização). Curso de Especialização em Educação Física Adaptada. Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000297453>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- MACEDO, Marasella del Cármen Silva Rodrigues *et al*. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 179-189, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MACHADO, Wiliam César Alves; FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. Base fixa teto/mãos: cuidados para autonomia funcional de pessoas com sequela de lesão neurológica espástica. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 66-73, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MARTINS, A.; COSTA, D. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira Ciência e Esporte*. 2004;25(3):27-42. Disponível em <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- MASINI, Elcie Aparecida, F. S. Uma experiência de inclusão: providências, viabilização e resultados. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 23, p. 29-43, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 44, p. 217-233, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. *Saude soc.*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

- MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 41, p. 80-93, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MORAES, Antonio Bento Alves de *et al.* Verbalizações de alunos de odontologia sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 607-615, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 41, p. 125-143, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- NABUCO, Maria Eugênia. Práticas institucionais e inclusão escolar. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 63-74, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- NERES, Celi Corrêa; CORREA, Nesdete Mesquita. O trabalho como categoria de análise na educação do deficiente visual. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 75, p. 149-170, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- NERI, Marcelo. As empresas e as cotas para pessoas com deficiência. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 57, n. 9, p. 58-61, 2003. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/29935>. Acesso em 24 out. 2013.
- PAGNI, Pedro Angelo. Diferença, subjetivação e educação: um olhar outro sobre a inclusão escolar. *Pro-Posições*, Campinas, v. 26, n. 1, p. 87-103, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072015000100087&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- PEREIRA, Luciane Maria Fagundes *et al.* Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário. *Fisioter. mov. (Impr.)*, Curitiba, v. 24, n. 2, p. 299-306, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- PLAISANCE, Eric. Ética e inclusão. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 13-43, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- QUINTAO, Denise Teresinha da Rosa. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 75-80, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- RIBEIRO, Marco Antônio; CARNEIRO, Ricardo. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 16, n. 50, p. 545-564, 2009. Disponível em

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302009000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- RORIZ, Ticiano Melo de Sá; AMORIM, Katia de Sousa; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Inclusão social de crianças com paralisia cerebral: óptica dos profissionais de saúde. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 329-342, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- SEKKEL, M. C.; ZANELATTO, Raquel; BRANDAO, S. B. Uma questão para a educação inclusiva: expor-se ou resguardar-se?. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 296-307, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- SILVA, Claudia Lopes da; LEME, Maria Isabel da Silva. O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 494-511, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- SILVA, F. T; GONCALVES, E. A. V.; ALVARENGA, K. F. Inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular: revisão da literatura. *J. Soc. Bras. Fonoaudiol.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 96-103, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-64912012000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- SIMONELLI, A. P.; CAMAROTTO, J. A. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 18, n. 1, p. 13-26, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2011000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- TELES, F. M.; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, R. F. Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar: barreiras para uma inclusão efetiva. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 3023-3031, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000027&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- TESSARO, Nilza Sanches *et al.* Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. *Psicol. Esc. Educ.*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 105-115, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- TETTE, Raissa Pedrosa Gomes; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; OLIVEIRA, Cristina Borges de. Ações afirmativas e inclusão sustentável de estudantes com limitações por deficiência na educação superior. *Motriz: rev. educ. fis.*, Rio Claro, v. 17, n. 3, p. 568, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742011000300020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- TISSI, Maria Cristina. Deficiência e trabalho no setor informal: considerações sobre processos de inclusão e exclusão social. *Saude soc.*, São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 77-86, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902000000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- OLIVEIRA, Marcos Santos de. Relações entre significado do trabalho e percepção de suporte para pessoas com deficiência em organizações brasileiras. *Estud. psicol.*, Natal, v. 19, n. 3, p. 217-226, 2014. Disponível em

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- VASCONCELOS, Fernando Donato. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador, Bahia. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, v. 35, n. 121, p. 41-52, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- VELTRONE, A. A; MENDES, E. G. Descrição das propostas do Ministério da Educação na avaliação da deficiência intelectual. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p. 413-421, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de. A inclusão da criança com necessidades especiais na visão de berçaristas. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 75-93, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2015.

II – Dissertações

- ALMEIDA, D. C. S. DES. Entre a escola e a sociedade: bases para a formação continuada de professores de Geografia na perspectiva da inclusão escolar de estudantes com baixa visão e cegos. Dissertação (mestrado). Instituto de Geografia / UFU, Uberlândia, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_17eeacacfc308297f36eb6100cd8efd7. Acesso em: 6 nov. 2013.
- ALMEIDA, M. A. G. *Famílias, cuidados e deficiências*: um estudo a partir de famílias de camadas médias de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_ed609451c3e5a9e74758409e5036a6b4. Acesso em: 6 nov. 2013.
- ALMEIDA, M. P. S. C. B. S. *O itinerário da cidadania*: a acessibilidade das pessoas com deficiência visual ao centro histórico de São Luís – Maranhão. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=190216. Acesso em: 5 nov. 2013.
- ALMEIDA, W. G. A política nacional de educação inclusiva: *um estudo de escolas da rede municipal de gurinhém/PB*. Dissertação (mestrado). UFPB, João Pessoa, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_7e0070b0bdf00dc75ce01c1ad2365873. Acesso em: 5 nov. 2013.
- AMARAL, M. C. *Sexualidade e deficiência mental*: impacto de um programa de orientação para famílias. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_8f0b4f1ada5741c566991024536d382d. Acesso em: 6 nov. 2013.
- AMAZONAS, M. M. P. *Psicologia escolar e deficiência mental*: um olhar bioecológico sobre a inclusão. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada). Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_f3d162d6d0ac4f44f5b2bb2f7d17676c. Acesso em: 5 nov. 2013.

AMORIN, B. M. P. *Uma contribuição crítica para o redesenho de cadeira de rodas adaptada para crianças e adolescentes com paralisia cerebral*. Dissertação (Mestrado). Programa de Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_2be08f69a97f8ef6ecfa081eda0ab6c4. Acesso em: 6 nov.2013.

ARAÚJO, E. T. *Parcerias estado e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=33266. Acesso em: 5 nov. 2013.

ARAUJO JUNIOR, R. P. *A educação musical inclusiva nas escolas de educação básica: perspectivas conceituais e metodológicas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_a51b6f775b2a5af9719b2aeb4fa2f65a. Acesso em: 5 nov.2013.

ARCHANJO, V. W. *O significado do lazer para pessoas com cegueira adquirida: análise de depoimentos*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_4b3e41e7b4d95d1b42e3641120eef473. Acesso em: 20 ago.2014.

ASSAD, D. A. B. *Desenvolvimento de barra de apoio modular removível para indivíduos com aparelho locomotor acometido*. Dissertação (mestrado). Instituto de química de São Carlos / USP, São Carlos, 2013. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4c9f929918dc6dad85355ef42f351848. Acesso em: 5 fev. 2014.

ASSIS, F.A. N. *Inclusão educacional de crianças com deficiência no município de João Pessoa: as representações sociais das mães (1996-2006)*. Dissertação (mestrado).

PPGE/UFPB, João Pessoa, 2009. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_f30197d079e8ee45a320038c621f7c16. Acesso em: 6 nov. 2013.

AUAD, J. C. *Inserção social universitária: uma leitura psicodramática*. Dissertação (mestrado). Instituto de Psicologia/ UNB, Brasília, 2007. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_925246cac45d721e3d017267f6eb3879. Acesso em: 6 nov. 2013.

AVILA, B. G. *Comunicação aumentativa e alternativa para o desenvolvimento da oralidade de pessoas com autismo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_bc3eeffbe8059f6a99d9ac8d7e43bab. Acesso em: 5 fev.2014.

BARBOSA, C. S. *Habilidades excepcionais: uma avaliação das capacidades produtivas de pessoas portadoras de deficiência mental*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Disponível em

- http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_bbbc3f4afd39bb09eb9644ae40c080ef. Acesso em: 6 nov.2013.
- BARBOSA, F. K. *Professores com deficiência física no ensino superior: estudo de trajetórias escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_09091d4fb0a6300cdca688e1407f98ac. Acesso em: 6 nov.2013.
- BARBOZA, F. V. *Estratégias de recursos humanos para incluir a pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho*. Dissertação (mestrado). Centro Universitário Álvares Penteado / UNIFECAP, São Paulo, 2003. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FECP_33e707e05aa6dac14e3484caa4e99825. Acesso em: 6 nov. 2013.
- BARBOSA, G. O. L. *Validação de Tecnologia Assistiva para deficientes visuais na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5523>. Acesso em: 5 fev.2014.
- BARBOSA, J. S. L. *A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS_934d792e1617da849908d7d94a5d5465. Acesso em: 5 fev.2014.
- BASSO, Aline. *Natação para bebês com necessidades especiais: efeitos de um programa de estimulação aquática*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_b5df8b1858ef2454743f767ef47aa310. Acesso em: 20 ago.2014.
- BASSO, L. *A contribuição do designer no projeto de recursos de tecnologia assistiva: proposta de intervenção colaborativa*. Dissertação (Mestrado em Design). Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_2d0adbc5748de3f39d8d74e8a2177254. Acesso em: 6 nov.2013.
- BASTOS, F. R. *Política de educação inclusiva em Pelotas: percepções e interpretações dos responsáveis pelos alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares municipais*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em [http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q="+assunto:"%22Person%20with%20disabilities%22](http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=). Acesso em: 6 nov.2013.
- BATISTA JR, J. R. L. B. *Os discursos docentes sobre inclusão de alunas e alunos surdos no ensino regular: identidades e letramentos*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras. Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_ecc0647231291eed3c880cfc383fba83. Acesso em: 6 nov.2013.
- BELTRAME, A. L. N. *Centro de iniciação desportiva paralímpica no distrito federal: um estudo na ótica da educação inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCB_154dff99d4f0cbdac94bcb76f690fb9c. Acesso em: 20 ago.2014.

- BENEDETTO, I. L. C. *Contribuições metodológicas para o desenvolvimento de produtos em tecnologia assistiva*. Tese (doutorado). PPGCM/UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_25f7215ee8d263836b0e7accedd754a5. Acesso em 5 fev. 2014.
- BENDINELLI, R. C. *Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_c983e2442b943a83f9eb24a672cad8d1. Acesso em: 6 nov. 2013.
- BENFICA, D. T. *Esporte paraolímpico: analisando suas contribuições nas (re)significações do atleta com deficiência*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em <http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2010/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Dalila.pdf>. Acesso em: 20 ago.2014.
- BERETTA, E. M. *Tecnologia assistiva: personalização em massa através do design e fabricação de assentos customizados para cadeiras de rodas*. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_d29c53aa38bab1138c33af18c6b23756. Acesso em: 5 fev.2014.
- BERGAMO JUNIOR, Adilson. *O trabalho de pessoas com deficiência em empresas privadas*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_84abfc3d0ccba92fc4d1b35395d838e. Acesso em: 5 nov.2013.
- BINS, K. L. G. *Aspectos psico-sócio-culturais envolvidos na alfabetização de jovens e adultos deficientes mentais*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_0d2d8fbf1225f65327ce26b7b4b69aba. Acesso em: 6 nov. 2013.
- BOMFIM, A. P. *A escuta na escola inclusiva : saberes e sabores do mal-estar docente*. Dissertação (mestrado). FE/UnB, Brasília, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_c2b2917f1ef868a81288292a1cf5696d. Acesso em: 6 nov. 2013.
- BORGMANN, T. *O ensino do esporte paralímpico na escola a partir da visão dos professores : o caso do goalball e do voleibol sentado*. Dissertação (mestrado). FEF/UNICAMP, Campinas, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_e9a3d53346911b47d483a5ea0d4cc255. Acesso em: 20 ago. 2014.
- BRITO, L. G. F. *A tabela periódica: um recurso para a inclusão de alunos deficientes visuais nas aulas de química*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_5fe2c5a64013e2e3c18b35945cd128dc. Acesso em: 6 nov.2013.
- BYLAARDT, M. B. *Até a quarta série está bom!* Compreendendo o processo inclusivo no município de Massaranduba – SP. Dissertação (Mestrado em Educação).

- Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2007. Disponível em [http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q="+assunto:%22Disabl ed%20person%22](http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=). Acesso em: 6 nov.2013.
- CAMPANA, M. B. *O rúgbi em cadeira de rodas: aspectos técnicos e táticos e diretrizes para seu desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_e00e6132041a6c633e0b7c30bb091e9d. Acesso em: 20 ago.2014.
- CANTARELI, E. M. B. *Barreiras sócio-culturais e lazer das pessoas portadoras de deficiência física: um estudo do grupo Fraternidade Cristã de Doença e Deficiência de Campinas, SP*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_482dc4b6a8f2a8d67aa75980005ac46b. Acesso em: 20 ago.2014.
- CARVALHO, L. R. *O letramento do aluno com deficiência mental no contexto da escola inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004. Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=18. Acesso em 6 nov. 2013.
- CARVALHO, S. M. C. R. *Representação social da pessoa com deficiência frente à exclusão / inclusão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_07075f66e49fa3ac5d458f357ac61b35. Acesso em: 5 nov.2013.
- CASSOLI, R. A. *As várias faces da produção do fracasso escolar: em nome da inclusão, uma história da exclusão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2983. Acesso em: 5 nov. 2013.
- CASTALDI, M. S. D. *A qualificação e a inserção no mundo do trabalho da pessoa portadora de deficiência: um estudo sobre o impacto da extinção da lei 6.297/75*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação e Letras. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_1717d149fdc1b6ad9270db02f5723671. Acesso em: 6 nov. 2013.
- CEZAR, Katia Regina. *Pessoas com deficiência intelectual e o direito à inclusão no trabalho: a efetividade da lei de cotas*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-01082011-090820/pt-br.php>. Acesso em: 6 nov. 2013.
- CEZARIO, K. G. *Avaliação de tecnologia assistiva para cegos: enfoque na prevenção ao uso de drogas psicoativas*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=166747. Acesso em: 5 fev.2014.
- CHAGAS, A. M. R. *Avanços e impedimentos para a construção de uma política social para as pessoas com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Política Social).

- Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_6342b3e9959337de0c68b2f5eb8b6048. Acesso em: 18 set.2014.
- COSTA, V. B. *A prática social da convivência escolar entre estudantes deficientes visuais e seus docentes: o estreito caminho em direção à inclusão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_2c7e9f74613f69a57f1467c2804262dc. Acesso em: 6 nov.2013.
- COVRE, T. K. M. *O significado do trabalho para a pessoa com deficiência mental*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios de Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_5106f7748bc342e996fdaf61ac72d2d6. Acesso em: 6 nov. 2013.
- CRESPO, T. C. F. *Educação especial frente a inclusão de jovens e adultos: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.openthesis.org/documents/Especial-frente-de-jovens-e-352724.html>. Acesso em: 5 nov.2013.
- DANDENA, Fabiana. *A educação ambiental e a educação especial pela ótica da inclusão e exclusão nas legislações e políticas educacionais*. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2008. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=134820. Acesso em: 6 nov.2013.
- DANTAS, C. K. L. *Considerações sobre o trabalho fonoaudiológico institucional na inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1402. Acesso em: 5 nov.2013.
- DE PAULA, S. N. *Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PCAM_bc95f5f2d008d09afb3dd83eaaca81d2. Acesso em: 6 nov.2013.
- DELSIM, J. C. *Análise de mesas auxiliares (de refeição) para pacientes utilizadas no ambiente hospitalar e proposta de requisitos de projeto para novo modelo*. Dissertação (Mestrado em bioengenharia). Programa de pós-graduação interunidades em bioengenharia/ USP, São Carlos, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_c0f3b938652d5a5837359151298b5d5d. Acesso em: 5 fev. 2014.
- DEPIZZOLI, A. M. *Catequese no Brasil junto à pessoa com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15590. Acesso em: 5 nov.2013.
- DEZOTTI, M. C. *Indivíduo com síndrome de Down: história, legislação e identidade*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em

- http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_b74b4da5c2c90cf4cdf72990d7f70ea2. Acesso em: 6 nov. 2013.
- DIAS, B. C. D. *Inclusão as pessoas portadoras de deficiência: um tipo de responsabilidade social*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_69a8066b6d21e165a35e125d4d127da8. Acesso em: 5 nov.2013.
- DIAS, M. C. *Atendimento educacional especializado complementar e a deficiência intelectual: considerações sobre a efetivação do direito à educação*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_b58e517d3fb9f55c4bc99b6a71ac1e99. Acesso em: 6 nov. 2013.
- DOVAL, J. L. M. *Inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho: desafios e tendências*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_2bf08f747eda267890801af7d62f5ad2. Acesso em: 6 nov.2013.
- DUQUE, L. F. *O agente de inclusão escolar no apoio aos alunos com deficiência intelectual: um estudo em escolas municipais de são paulo*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_03ab83d789e87fab8106f6a5668757c5. Acesso em: 6 nov.2013.
- DUSIK, C. L. *Teclado virtual silábico-alfabético: tecnologia assistiva para pessoas com deficiência física*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_52fc992b9f8792fd14138a6fba85ddb5. Acesso em: 5 fev.2014.
- EMER, S. O. *Inclusão escolar: formação docente para o uso das tics aplicada como tecnologia assistiva na sala de aula*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_eb3b3989ffbd1416cb6144338c931fed. Acesso em: 5 fev. 2014.
- FAÇANHA, A. G. *Uma proposta para acessibilidade visual e tátil em dispositivos touchscreen*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciência da Computação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC_7432709c17fe4a8882091cc4a1621dcf. Acesso em: 5 fev. 2014.
- FARIAS, A. Q. *Gênero e deficiência: uma história feminina de ruptura e superação de vulnerabilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_f5dba06148a32703fe30a442dd718fca. Acesso em: 6 nov.2013.
- FAVIEIRO, G. W. *Desenvolvimento de um sistema neuro-fuzzy para análise de sinais mioelétricos do segmento mão-braço*. (Mestrado em Engenharia Elétrica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_3ac5b6219df606497d03ea563aa012e5. Acesso em: 5 fev.2014.

- FERNANDES, E. F. B. F. *Diretrizes e sentidos: análise de discursos produzido em situação de inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em linguística. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_d7b94d22e4b8ef736b88c4d8de171cec. Acesso em: 5 nov.2013.
- FERRADA, R. B. H. *Inclusão digital de sujeitos com deficiência física através do uso da tecnologia assistiva*. Programa de pós-graduação em Educação/ UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_4a4c4c56e559d71da6a5fc0fd61b7444. Acesso em: 5 fev. 2014.
- FERREIRA, L. R. C. *Experiências vivenciadas por alunos com deficiência visual em instituições de ensino superior na cidade de Uberlândia – MG*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_963c192e9845c4d95aa35baf4878c70. Acesso em: 5 nov.2013.
- FERREIRA, N. M. C. *Educação inclusiva no ensino superior: análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_d597620acda71e61d3731ecc7e33f954. Acesso em: 5 nov.2013.
- FONSECA, T. U. *responsabilidade social da empresa e inclusão pelo trabalho: um estudo no Posto Cidadão Capaz de Pelota - RS, à luz do beneficiário*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas - UCpel, Pelotas, 2012. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/16119529/dissertacao-tais-ullrichpdf-universidade-catolica-de-pelotas>. Acesso em 6 nov. 2013
- FONSECA, V. G. *Religião e saúde: o caso de pessoas com deficiência intelectual e sua autodefensoria*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=959. Acesso em: 5 nov.2013.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *A educação escolar de jovens e adultos com deficiência: do direito conquistado à luta por sua efetivação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_6e69bbd25c4b0b94d1c41d6f00d49268. Acesso em: 6 nov. 2013.
- GAIÃO, C. R. *As atitudes implícito-explicitas dos educadores diante dos educandos com deficiência em sala de aula regular*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_42ff4d01a046eb7e571230c11978e131. Acesso em: 6 nov.2013.
- GARCIA, R. A. S. *A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: medidas de discriminação positiva, seus mitos e suas possibilidades*. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_5b61c0c0d1561820086c5dfe92b800c9. Acesso em: 5 nov. 2013.
- GIL, F. C. M. *A criança com Deficiência Visual na escola regular*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação / USP, São Paulo, 2009. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_71368e114f64eb90abccd1185dee969a. Acesso em: 6 nov. 2013.

GODÓI, A. C. B. *Detecção de potenciais evocados P300 para ativação de uma interface cérebro-máquina*. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Escola Politécnica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_fc2d378dd6aae6de60497f53b7f38059. Acesso em: 5 fev.2014.

GOMES, D. P. *Os sentidos da inclusão de alunos com deficiência no discurso dos professores de educação física*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação Física. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em <http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2009/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-D%C3%AAnia.pdf>. Acesso em: 5 nov.2013.

GONSALES, L. F. S. *Atendimento a pessoas com deficiência no ensino superior: estudo sobre o centro universitário SENAC*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_1a971621be2b2155cd3fa4503537f2de. Acesso em: 6 nov.2013.

GONZAGA, A. K. S. *O processo de inclusão de pessoas com deficiência e a educação infantil: um estudo de caso na escola de educação básica – UFPB*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_343f504bb083839bee9091649b870e54. Acesso em: 5 nov.2013.

GOULART, R. R. *As viagens e o turismo pelas lentes do deficiente físico praticante de esporte adaptado: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCS_68e65e6b5a1b0a6b4ed1fe8a0b5dae09. Acesso em: 20 ago.2014.

GOUVEIA, F. B. *Avaliação do desempenho anaeróbio de atletas de rugby em cadeira de rodas*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_65c9dd73a2123c00e66a84391118d2bf. Acesso em: 20 ago.2014.

GUSMÃO, D. C. G. *A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma visão atual*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_04a9a79cc3d721f91280e54daaf8543a. Acesso em: 5 nov.2013.

HAAS, Clarissa. *Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência: “Isso me lembra uma história!”*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_e0bcacf38eaaeb09fa00b8b06259f837. Acesso em: 6 nov.2013.

HOLLEBEN, Denise. *Turismo de aventura e a deficiência visual*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCS_d7b130bd21be902b12b2ea60fb5ba2fb. Acesso em: 20 ago.2014.

IGNÁCIO, E. A. *Análise da acessibilidade da informação digital pelas pessoas com deficiência em sites de órgão de pesquisa brasileiros*. Dissertação (Mestrado em

- Ciência da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PCAM_941877c460e75b73bf9aec69c127e99 Acesso em: 5 fev.2014.
- KIRST, A. C. *As aprendizagens do público com deficiência visual: uma experiência de diálogo com a arte contemporânea*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Artes Visuais. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UDSC_3fe3341b1c6efeaf1085fde970035be3. Acesso em: 6 nov.2013.
- LARAIA, M. I. F. *A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho*. Dissertação (Mestrado em Direito). PUC-SP, São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp121701.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- LEITE, Z. H. M. *Inclusão escolar de alunos com deficiência mental no ensino fundamental: entre o possível e o desejável*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_8038e477dd0648a10ebf89c9fb6ec77c. Acesso em: 5 nov. 2013.
- LIMA, E. M. C. *Fisioterapeutas no atendimento à pessoa com deficiência física em reabilitação: representações sociais e perspectivas de futuro na inclusão social*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_7a0be10fb863a83cad3d192f04949036. Acesso em: 6 nov.2013.
- LIMA, O. M. B. *A trajetória da inclusão de uma aluna com NEE, síndrome de down, no ensino superior: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_a8466317d27d613c0d0f9af1b8601946. Acesso em: 6 nov.2013.
- LIMA, J. L. *A comunicação suplementar e/ou alternativa no contexto educacional*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Distúrbios da Comunicação. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=579. Acesso em: 5 fev.2014.
- LIMEIRA, J. M. Q. *(Re)conhecer-se: um percurso pelas experiências da trajetória de vida e nela a formação profissional do professor que exerce a sua docência junto a alunos com deficiência visual*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_99a3036c6626d5f421765609e4efc12a. Acesso em: 6 nov.2013.
- LOBATO, B. C. *Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da lei de cotas*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_947fc7a889f674c3451ce187f0ce1e5d. Acesso em: 5 nov. 2013.
- MAHL, Eliane. *Práticas pedagógicas dos professores de educação física frente à inclusão de alunos com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_193e613cdf9d49ef886a970fa11422ea. Acesso em: 5 nov.2013.

- MAIA, F. N. *A contribuição da metodologia de projeto em design no processo de desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva*. Dissertação (Mestrado em Design). Escola Superior de Desenho Industrial. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_08dba2a4b7aa9d74045eea522728e17e. Acesso em: 5 fev.2014.
- MANHÃES, V. S. *Análise da participação social na gestão de políticas públicas para a empregabilidade de pessoas com deficiência*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_84ed77b1f5b841fc89deddb5ca19e9b1. Acesso em: 6 nov.2013.
- MARCUZZO, L. C. *Obtenção, caracterização e aplicação de microcápsulas em espumas de poliuretano visando o conforto térmico para potencial uso na tecnologia assistiva*. Dissertação (Mestrado). Escola e Engenharia e Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_1229c9f93501e64d59bee77b32d2ff4d. Acesso em: 5 fev.2014.
- MARI, Carina M. M. *Avaliação da acessibilidade e da usabilidade de um modelo de ambiente virtual de aprendizado para a inclusão de deficientes visuais*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_e60b6a2e35b9c4bf5ae300231e730ae8. Acesso em: 5 nov. 2013.
- MARIANO, M. R. *Desenvolvimento e avaliação de jogo educativo para cegos: acesso à informação sobre o uso de drogas psicoativas*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1981>. Acesso em: 5 fev.2014.
- MARIANTE, A. B. *A avaliação da aprendizagem de estudantes do ensino superior com necessidades educacionais especiais: entre a teoria e a prática docente*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_c479e767e76531ddca2038fba087fd25. Acesso em: 6 nov.2013.
- MARTINELLI, S. A. *Inclusão: lazer e participação social sob o olhar de pessoas com deficiência mental e suas famílias*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_66e4ce1a2aab04e404d3f23f1a07db38. Acesso em: 6 nov.2013.
- MARTINS, D. S. *Design de recursos e estratégias em tecnologia assistiva para acessibilidade ao computador e à comunicação alternativa*. (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_d2d44b1e8de5a2b6202f4705cd1eab4c. Acesso em: 5 fev.2014.
- MARTINS, Maria Del Carmen, C. *Práticas pedagógicas com o plano ceibal para a inclusão escolar: estudo de casos em escolas do Uruguai*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em

- http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_15dfec39238ae22222f859d6350ea13d. Acesso em: 5 fev.2014.
- MARTINS, M. G. *Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_8a8cf623cff5015fca78fc383e3bbf59. Acesso em: 5 fev.2014.
- MARTINS, V. S. B. *O REUNI na UFMA e o favorecimento do acesso de alunos com deficiência ao ensino superior: questões para reflexões*. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_ba05e884f55f83a37fd15139eb97a649. Acesso em: 6 nov.2013.
- MARTINEZ, V. de La Paz, R. *Gestão da diversidade e pessoas com deficiência: percepção dos gestores e empregados sobre os impactos da lei de cotas*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_fafd4ec2c0d434f864122403756dad08. Acesso em: 5 nov.2013.
- MASCARO, C. A. A. C. *Capacitação de pessoas com deficiência intelectual para o trabalho: estudo de caso de um curso de Educação Profissional*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_8072478cad561a23652d45b20c33a9c9. Acesso em: 6 nov.2013.
- MASIERO, C. M. T. *A resiliência em pessoas com lesão medular que estão no mercado de trabalho: uma abordagem psicossomática*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=120267. Acesso em: 6 nov.2013.
- MATOS, N. R. V. *Emprego apoiado: uma análise psicossocial da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=+assunto:%22Emprego%20apoiado%22>. Acesso em: 5 nov.2013.
- MATSUI, R. *Iº jogos escolares brasileiros da confederação brasileira de desportos para cegos: um estudo de caso*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação Física/ UNICAMP, Campinas, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_d1978c8827d6e9240166e79887e7e80f. Acesso em: 20 ago.2014.
- MEDOLA, F. O. *Desenvolvimento de um aro de propulsão manual ergonômico para cadeira de rodas*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de pós-graduação Interunidades Bioengenharia. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_75306ff3f4a091289bf7d5234b049f98. Acesso em: 5 fev.2014.
- MELO, F. A. P. *Influência de um programa de iniciação esportiva em crianças com deficiência física*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_c8b31cd316cd3421b8bb791df4297984. Acesso em: 20 ago.2014.

- MELO, I. S. C de. *Um estudante cego no curso de licenciatura em música da UFRN: questões de acessibilidade curricular e física*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_2afda08151b7bcd103cd334b676aac86. Acesso em: 5 nov.2013.
- MELO, Y. R. *O professor e a inclusão: entraves e desafios*. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2004. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_1ade23d548a69a31965696688ee83d9a. Acesso em: 6 nov. 2013.
- MIANES, F. L. *Produções identitárias das pessoas com deficiência visual no orkut*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_55324cb903f8c7e6aa4dc05008c2a902. Acesso em: 6 nov.2013.
- MONTEIRO, S. H. M. *O compromisso e o cuidado com a vida nas origens históricas e nos documentos oficiais da igreja metodista no Brasil*. Subsídios teóricos para a inclusão da pessoa com deficiência física. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_b2491a16921a151c77c0a24898a6dd85. Acesso em: 5 nov. 2013.
- MONTEIRO, K. R. A. *Inclusão escolar e avaliação em larga escala: pessoas com deficiência na prova Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SANT_b40ef6c8f36771b6d9977e2445e72827. Acesso em: 5 nov. 2013.
- MORA, A. B. *Design inclusivo centrado no usuário: diretrizes para ações de inclusão de pessoas cegas em museus*. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_431514a30b3f53b5e8b2beba4a67119f. Acesso em: 6 nov.2013.
- MORAES, M. C. *Acessibilidade no brasil: análise da NBR 9050*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_d19d62eba224d87e431c05f6316ea589. Acesso em: 7 jul.2014.
- MORAES, H. S. *Projeto conceitual de sistemas de assento para cadeira de rodas: uma abordagem sistemática*. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_79e4efc51aa0b8e2bcbb18adfb5bee61. Acesso em: 5 fev.2014.
- MOREIRA, J. E. H. *Práticas pedagógicas para uma escola inclusiva: ação colaborativa na educação de pessoas com necessidades especiais*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em http://tede.utp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=204. Acesso em: 5 fev.2014.
- NASCIMENTO, Luciana. *A ocupação e o bem-estar pessoal de uma população de adultos com síndrome de down*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível

em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_91dbce46d1e9b503dd8b0199832c2bbe. Acesso em: 6 nov.2013.

NASCIMENTO, M. A. *Erving goffman, as interações no cotidiano escolar, desvendando o estigma dentro da inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Educação. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_8746407d4aab1330a626ae569098d47b. Acesso em: 6 nov.2013.

NASCIMENTO, V. C. G. *Quando as "exceções" desafiam as regras: vozes de pessoas com deficiência sobre o processo de inclusão no ensino superior*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_9e9c28a3a50f3444187b5892729e6096. Acesso em: 5 nov.2013.

NEVES, C. P. *A inclusão de pessoas com deficiência segundo professores de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=287. Acesso em: 5 nov. 2013.

NOBRE, C. A. N. *O regime jurídico da "lei de cotas"*. Dissertação (Mestrado). PPG/PUC, São Paulo, 2012. Disponível em [http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q="+assunto:%22Lei%20de%20cotas%22](http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=). Acesso em 6 nov. 2013.

NOGUEIRA, C. M. P. *O fisioterapeuta e a acessibilidade das pessoas com deficiência física*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_be6c82b5ce919e336abe8692fdff7183. Acesso em: 6 nov.2013.

NOLETO, W. B. P. *A efetividade dos direitos da pessoa com deficiência à luz da constituição federal*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Direito. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_a4dceec25bac7c5fb51a90da8e9da928. Acesso em: 6 nov.2013.

NORONHA, L. F. F. *A representação da deficiência na literatura infanto-juvenil nos tempos de inclusão*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_ef7cbe08a28fa29f0fe9894e455443c9. Acesso em: 6 nov.2013.

NOVAES, V. S. *O híbrido paraolímpico: resignificando o corpo do atleta com deficiência a partir de práticas tecnologicamente potencializadas*. Dissertação (mestrado). PPGD/UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_fb4f5e5dd487431a6d8eef3720e7fb3e. Acesso em: 20 ago. 2014.

OLIVEIRA, A. C. S. *Proposta de sistematização pedagógica e avaliação no handebol em cadeira de rodas*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_aa88deb81b2c3024e1f21adce077ae67. Acesso em: 20 ago.2014.

OLIVEIRA, E. R. *Ações de inclusão de funcionários com deficiência em empresa de diferentes ramos de atividade*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do

Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_833067495f5de910a9fe2c5db2922708.

Acesso em: 5 nov.2013.

OLIVEIRA, E. S. *O currículo escolar: uma análise na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência intelectual*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em

UFRN_06aa29d789f1269d7e25a58e517dc113. Acesso em: 6 nov.2013.

OLIVEIRA, L. A. C. *O deficiente visual em contato com a música*. Dissertação (mestrado). Faculdade de ciências médicas/Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_6d77606dcc88a4f1e0b6b32fdbf645d0.

Acesso em: 20 ago. 2014.

OLIVEIRA, P. M. P. *Avaliação de uma tecnologia assistiva sobre amamentação para pessoas cegas*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1726>. Acesso em: 5 fev.2014.

OLIVEIRA, M. G. *Manual saúde sexual e reprodutiva: métodos anticoncepcionais comportamentais – desenvolvimento e avaliação de tecnologia assistiva*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6990>. Acesso em: 5 fev.2014.

OLIVEIRA, R. V. *Itinerário educacional de uma aluna cega e a busca pela imagem adaptada*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_ba685fcb1ebf5a66fe9fa307991d12c6. Acesso em: 6 nov. 2013.

OLIVEIRA, S. G. *A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Serviço Social. PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_ee4f6432e88df7297b7bdca98a01aaa2. Acesso em: 6 nov. 2013.

OLIVEIRA NETO, I. A. *Desenvolvimento de uma cadeira de rodas robótica para transporte de portador de necessidades especiais*. Dissertação (mestrado).

PPGEEC/UFRN, Natal, 2013. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_68241bce231b1d51bce347d2686ac155.

Acesso em: 5 fev. 2014.

OSHIRO, Milena. *O brincar na infância das crianças com deficiência: um estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_eafa7d201fff67de297cd7985ea05be8. Acesso em: 20 ago.2014.

OTHERO, M. B. *Atenção à saúde da pessoa com deficiência: necessidades sob a perspectiva dos sujeitos*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_205ccf87939611d2738adbaccd12b6e8. Acesso em: 5 nov.2013.

PÁDUA, Marília de. *O lugar da família no processo de atendimento de pessoas com deficiência: um estudo de caso do Centro de Educação Especial da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do

- Salvador, Salvador, 2005. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSa_59a181502d81917503160bf6a6d44667. Acesso em: 6 nov. 2013.
- PEDROSO, C. Caminhos da inclusão: *o modelo da educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais no município de Barueri/SP*. Dissertação (mestrado). Universidade Presbiteriana Makienze, São Paulo, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_299fe6cee5ca6ce10f9c3e976ef93108. Acesso em 6 nov. 2013.
- PARIS, J. V. *Análise da função pulmonar e análise cinemática da mobilidade toracoabdominal em sujeitos tetraplégicos praticantes de rúgbi em cadeira de rodas*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_847ece6bd83187946d183ecc7d3e2064. Acesso em: 20 ago.2014.
- PEREIRA, A. C. C. *Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional: análise multifacetada de uma organização*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_9986c6e22e4379f4475de46c61c071bc. Acesso em: 5 nov.2013.
- PEREIRA, A. C. C. *As representações docentes sobre os estudantes incluídos nos cursos do IF-Sul-Rio-Grandense, Campus Charqueadas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_ac913d068bcb4e9c2d380c3a1fd47565. Acesso em: 6 nov.2013.
- PEREIRA, C. C. *Inclusão de pessoas com deficiência em espaços não formais de educação: um estudo dos centros para crianças e adolescentes*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_f127fd247f3112143d1ce8e7b1ee4011. Acesso em: 5 nov. 2013.
- PEREIRA, M. M. *Inclusão e universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_ed73f8f3fe44e0c74d0714673c067d0a. Acesso em: 6 nov.2013.
- PRESTES, R. C. *Tecnologia Assistiva: atributos de design de produto para adequação postural personalizada na posição sentada*. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_13adae2bbba7711052f7b08aa37068ca. Acesso em: 5 fev.2014.
- PRETI, F. R. *Tecnologias assistivas e ambiente computacional como recurso de inclusão de deficientes visuais no contexto de escolarização: a concepção dos professores*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_7584e6a8deaeedd94c2dc3db82ae0c2. Acesso em: 5 fev.2014.
- PRUMES, C. P. *Ser deficiente, ser envelhescente, ser desejante*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

- Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-05-28T11:41:33Z-3324/Publico/Cristiane%20P%20Prumes.pdf. Acesso em: 6 nov.2013.
- RAFANI, S. M. *Desenvolvimento do protótipo de um virador de página*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de pós-graduação Interunidades Bioengenharia. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_1549d271a0fc5101997a9ae2bcac06d9. Acesso em: 6 nov.2013.
- RAMOS, D. R. *O processo de revisão do benefício de prestação continuada – BPC: uma lógica de exclusão ou inclusão social na avaliação social?* Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_d78d96a051b538d355c7166a9c3ea0b0. Acesso em: 6 nov.2013.
- REAL, D. C. *A literatura infanto-juvenil: “nas águas” da inclusão escolar – navegar é preciso*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_a29e42f55df8dbb6c44c08ae4169749e. Acesso em: 6 nov.2013.
- RENDERS, E. C. C. *Por falar em ausência: as pessoas com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/METO_8b5b5de076bded4420ccc373de716baf. Acesso em: 6 nov.2013.
- RIBAS, C. G. *Tecnologia Assistiva: construção de um artefato para a adequação da postura sentada da criança com paralisia cerebral e com múltipla deficiência*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Tecnologia em Saúde. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_PR_09897373e99de801fff279a0a93853f8. Acesso em: 5 fev.2014.
- RIBEIRO, M. A. *A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: estudo de casos na circunscrição do Ministério Público do Trabalho de Belo Horizonte sob uma análise neoinstitucional*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FJP_d88373ccbb45f355bc65232ff51a25d9/Details. Acesso em: 5 nov. 2013.
- RIBEIRO, N. M. S. *Elaboração e validação de um instrumento de avaliação de acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_77363707e4710f514faf0bd3a8e0acb5. Acesso em: 6 nov.2013.
- RICIERI, M. *A formação de tutores e sua atuação na educação a distância: a realidade do curso de tecnologias assistivas, projetos e acessibilidade*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_5037db429e51ea2a0b6863f77c321ea1. Acesso em: 5 fev.2014.
- RICOTTA, L. C. A. *O ingresso de pessoas com deficiência na administração pública municipal: um estudo exploratório*. Dissertação (Mestrado). Universidade Presbiteriana

- Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_50c1c285bf7539e3aea5f610e535fece. Acesso em: 6 nov. 2013.
- ROCHA, L. A. A. *Interface multimodal aplicada à comunicação alternativa para pessoas com deficiências motoras graves*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Engenharia Elétrica. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_6d30ce1efe5c129ef5c2d7b02c773b1d. Acesso em: 5 fev.2014.
- RODRIGUES, G. F. “*E se os outros puderem me entender?*” Os sentidos da comunicação alternativa e suplementar (CAS) produzidos por educadores especiais. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_d22f8945a665dd0bb06ff4653461d630. Acesso em: 5 fev.2014.
- RODRIGUES, E. S. *Inclusão escolar de pessoas com deficiência visual no município de Ipatinga (MG): a perspectiva dos alunos e professores*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8GZPCG>. Acesso em: 6 nov.2013.
- RODRIGUES, M. C. *Representações de professores acerca da inclusão de alunos com deficiência visual no ensino regular*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo, 2012. Disponível em <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/507>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- RODRIGUES, M. R. V. M. *Trajetória do IFRN em inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática / UFRN, Natal, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_3ef1b6931ee778be369aceaf360b6881. Acesso em: 6 nov. 2013.
- ROSARIO, S. S. D. *Inclusão da criança com deficiência na estratégia de saúde da família*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_dbc09f32580b38f4c35a23c5742b5d0e. Acesso em: 6 nov.2013.
- SALES, A. J. S. *O benefício de prestação continuada como forma de inclusão social e expressão do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana*. Dissertação (Mestrado em Direito Previdenciário). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12294. Acesso em: 6 nov.2013.
- SALVALAIO, C. L. *Contribuição ao estudo da captura do movimento aplicado ao design em tecnologia assistiva*. Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_3df30d9c3b9f32f71c8cb1a7a9bbfcdf. Acesso em: 5 fev.2014.
- SANTOS, A. C. *Preparação e inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_a732231776645e0867d432c102d7f421.

Acesso em: 5 nov. 2013.

SANTOS, A. C. N. *Acessibilidade da pessoa com deficiência física: o caso da Universidade Federal de Sergipe – Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS_b5c5dd76f36a1bf641706b4215c094cb Acesso em: 6 nov.2013.

SANTOS, A. S. *Inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade do Natal/RN: análise das condições oferecidas no processo seletivo vestibular*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_18f30d0225f10a2f10fb94651a77d27e. Acesso em: 6 nov.2013.

SANTOS, F. S. *Abstração de eventos de sensores para dispositivos de interação*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_769953b72fcc1d0eca480d3facdc823c. Acesso em: 5 fev.2014.

SANTOS, J. H. V. *Polidez e inclusão: o ser e o parecer no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS_8db3ee94f662d4c05aed596a75be5d4e. Acesso em: 5 nov.2013.

SANTOS, M. H. C. *Inclusão de pessoas com deficiência nas organizações: estudo de caso na região do vale do Paraíba Paulista*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Administração. Universidade de Taubaté, Taubaté, 2010. Disponível em http://www.bdtd.unitau.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=555. Acesso em: 5 nov.2013.

SARRAF, V. P. *Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_85dff0c7ba13cecc01351c6f5fedc008. Acesso em: 6 nov.2013.

SARTORI, J. R. *Processo de adaptação de trabalhadores com deficiência intelectual em trabalho competitivo com suporte natural*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_ef5a979c312ef248564976b7125c2cc0.

Acesso em: 5 nov. 2013.

SATO, D. T. B. *A inclusão da pessoa com síndrome de down : identidades docentes, discursos e letramentos*. Dissertação (mestrado). IL/UnB, Brasília, 2008. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_127ae38658fde7977bd804bcd913cba3. Acesso em 6 nov. 2013.

SCHMITT, M. I. *Inclusão escolar na educação básica: a trajetória de uma escola da rede sinodal de educação da IECLB*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2007. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_287d2a3c007bf2c9fb3e293400883cf8. Acesso em: 6 nov.2013.

- SCHNEIDER, F. C. *Cidade um computador por aluno – UCA total: uma totalidade inclusiva em discussão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_f05fb231bd12e79a0084c2e2867959c7. Acesso em: 6 nov.2013.
- SERRANO, C. A. *Desenvolvimento de competências no contexto da diversidade nas organizações: um estudo sobre os desafios dos gestores frente a inclusão da pessoa com deficiência*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Administração de Empresas. Universidade Presbiteriana, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_2c2a0b5b6a7295e382971ebaa897a0eb. Acesso em: 5 nov.2013.
- SEVERINO, M. P. S. R. S. *As pessoas com deficiência no mercado de trabalho: expressão das desigualdades sociais*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_4eb0b6ab5add6cbc2cc60713934c7e66. Acesso em: 5 nov.2013.
- SHIMONO, S. O. *Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_5a3f89667b2aa935c579372193258852. Acesso em: 5 nov.2013.
- SILVA, A. C. M. *Autismo: o acesso ao trabalho como efetivação dos direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCAP_7f8eccfa12ad1c8475d83cfe29c7ca9c. Acesso em: 5 nov.2013.
- SILVA, E. A. *Entre lutas, normas e preconceitos: pessoas com deficiência e os (des) caminhos da inclusão social*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em História Social. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_5057a10f0e7b534cad46a8d8ca49635c. Acesso em: 6 nov.2013.
- SILVA, A. J. *Esporte educacional e deficiência: encontros esportivos no contexto escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_26c85aed761abd006f29950f1404a110. Acesso em: 20 ago.2014.
- SILVA, G. P. *Tecnologia assistiva como apoio à ação docente*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UOES_e5e7bdadf2cf893ef1822e91e92e82da. Acesso em: 5 fev.2014.
- SILVA, J. O. *Processos de inclusão social ilusórios: um novo olhar frente à diversidade no contexto educacional*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_26eb482438f78e22c5fbef7c28db80ed. Acesso em: 5 nov.2013.
- SILVA, L. C. *O design de equipamentos de tecnologia assistiva como auxílio no desempenho das atividades de vida diária de idosos e pessoas com deficiência, socialmente institucionalizados*. Dissertação (Mestrado em Design). Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_c4c0fd75297e1c6086f5b1c8b01faa30.

Acesso em: 6 nov.2013.

SILVA, L. J. A. L. *Possíveis influências da inclusão escolar na reabilitação terapêutica de crianças com paralisia cerebral*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_5acfc94674d0125f14081fc4af4c7c67.

Acesso em: 6 nov.2013.

SILVA, M. S. *Caracterização de servidores com deficiência de uma instituição federal de ensino superior*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_fd3d10b8554b13ac7ded8ae00aea8559.

Acesso em: 5 fev.2014.

SILVEIRA, C. M. *Professores de alunos com deficiência visual: saberes, competências e capacitação*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_RS_4ba06c83bc1fc1b3332d0a53d975f0f2. Acesso

em: 6 nov. 2013.

SOARES, Flávia. *Uma reflexão sobre o processo de inclusão no mercado de trabalho: a perspectiva da pessoa com deficiência*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em

<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3297/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 nov.2013.

SOARES, L. *Formação e prática docente musical no processo de educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_4893a06f0e0783f9bc7ae7cb5cba2b05. Acesso em: 6 nov.2013.

SOLERA, Marcia de Camargo, O. G. *É possível a inclusão? Um estudo sobre as dificuldades da relação do sujeito com a diferença*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_2d33ddadea9a910024bf7872cbd9d829. Acesso em: 5 nov. 2013.

SOUZA, A. A. *A progressão escolar de alunos com deficiência em classes comuns: a experiência de Santo André*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em

[http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q="+assunto:%22Inclus%C3%A3o%20educacional%22](http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=). Acesso em: 6 nov. 2013.

SOUZA, Eliete de. *Problematizando a Equidade: a questão da inclusão profissional da pessoa com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=33754. Acesso em: 5 nov.2013.

SOUZA, G. C. *Reorientação didático-pedagógica na educação física na perspectiva da inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011. Disponível em

http://www6.univali.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=953. Acesso em: 6 nov.2013.

SPINELLI, M. F. N. *Inclusão social: estudo sobre deficiência física e trabalho na região metropolitana de João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade

- Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_487391e722f944cdef202b636e98eccf. Acesso em: 5 nov.2013.
- TANNOUS, G. S. *Inclusão do aluno com deficiência mental : experiências psicossociais dos professores da escola pública*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004. Disponível em <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7745-inclusao-do-aluno-com-deficiencia-mental-experiencias-psicossociais-dos-professores-da-escola-publica.pdf>. Acesso em: 6 nov.2013.
- TEHZY, S. K. *Simplesmente igreja: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_ad675444bcf4994e5b9daf5aadfa6df1. Acesso em: 5 nov.2013.
- TEIXEIRA, Erika. *Projetos arquitetônicos de acessibilidade domiciliar e tecnologia assistiva: um estudo com arquitetos, terapeutas ocupacionais e usuários na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_36b354d0a7ba3cbd8f8c09a4e49c13e6. Acesso em: 5 fev.2014.
- TEIXEIRA, M. C. A. *Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_bb8432f962460a6a0a1d1402691dc7ed. Acesso em: 24 fev. 2013.
- TENOR, Ana Cláudia. *A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu*. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/AnaClaudiaTenor.pdf>. Acesso em: 6 nov.2013.
- TEODORO, C. M. *Esporte adaptado de alto rendimento praticado por pessoas com deficiência: relatos de atletas paraolímpicos*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_ae43eef60c9621bbf64a6f6306b59d9. Acesso em: 20 ago.2014.
- TOKUNAGA, R. B. *A inclusão social como fator de efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador: uma visão constitucional sobre a deficiência*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8694. Acesso em: 5 nov.2013.
- TOFANI, A. P. M. *Uma ferramenta para notação musical em Braille*. Dissertação (Mestrado). Programa de Ciência da Computação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_e3db4038121e905277e19437f518345f. Acesso em: 5 fev.2014.
- TOZZO, C. R. *Elementos necessários à atuação de professores de 1ª à 4ª série atuando em escolas municipais inclusivas*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do

Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_3512483caf6309b96c6e1d87703ed596.

Acesso em: 6 nov. 2013.

TRESOLDI, M. E. *Agora, sim, o sol é para todos: a inclusão e a música no município de Cachoeirinha (RS)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_07657bc8a64d66e3182b280331a5de3e.

Acesso em: 6 nov.2013.

VARELA, R. C. B. *Crianças com deficiência: compreendendo seu cotidiano e a importância do uso de recursos tecnológicos na atenção em terapia ocupacional*.

Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-30092010-145702/pt-br.php>. Acesso em: 5 fev.2014.

VAZ, Daniela. *Acessibilidade à paisagem*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_c50eb178c59804df9e097d39c201620f. Acesso em: 6 nov.2013.

VIDAL, Jussara. *Um diálogo entre a política cultural e a educação não-formal: contribuições para o processo de constituição da cidadania das pessoas com deficiência*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_88137161fd2481771a7e619224d1e9d9. Acesso em: 6 nov. 2013.

VIEIRA, C. M. *Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: efeitos nas atitudes e concepções de crianças não-deficientes*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_a0ed17fd33985dd67933ebc070503cb5.

Acesso em: 5 nov. 2013.

VILLELA, T. C. R. *Uma criança com deficiência visual e múltipla: análise da comunicação e interação e social*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial).

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_f9dacf8e19690e8a55eed8b476723627. Acesso em: 6 nov.2013.

ZAMPROGNO, M. B. *As políticas de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado).

Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

Disponível em

http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6670_MARISANGE%20BLANK%20ZAMPROGNO.pdf. Acesso em: 5 nov.2013.

ZUIM, G. M. *A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: o relato das famílias*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_0a3aa38c1e787f2ddd2e0f8bb35df31c. Acesso em: 6 nov.2013.

III – Guias, cartilhas e livros

AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente. Guia dos direitos e benefícios das pessoas com deficiência. Disponível em <http://aacd.org.br/wp-admin/images/GuiaDireitosbeneficios.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

- BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. *Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II* / Secretaria de Educação Especial, Brasília: ABPEE - MEC : SEESP, 2006. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=103339. Acesso em 12 fev. 2014.
- BRASIL Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. *Ensaio Pedagógicos: Educação inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>. Acesso em 12 fev. 2014.
- CORRÊA, Rosa Maria (org.). *Cartilha da inclusão dos direitos da pessoas com deficiência*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. Disponível em http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/cartilha_inclusao_puc.pdf. Acesso em: 18 set. 2014.
- DEFICIÊNCIA, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE. *The World Bank*; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo, 2011. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf. Acesso em: 19 set. 2013.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. 2007. Disponível em <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/texto-1-o-que-c3a9-deficic3aancia.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.
- GUGEL, M. A. *Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta*. Goiânia: Editora da UCG, 2006. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/pcd-direito-concurso-publico.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/Hist%C3%B3ria%20do%20Movimento%20Pol%C3%ADtico%20das%20Pessoas%20com%20Defic%C3%Aancia%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.
- LODI, Lucia Helena. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/liv_etic_cidad.pdf. Acesso em: 17 set. 2014.
- MELO, G. L. V.; ALMEIDA, M. G. E.; SILVA, M. E. *A cidade para todos : o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência*. Teresina : SEID, 2009. Disponível em <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/livros/cartilha2.pdf/view>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- NERI, M. *Retratos da Deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. Disponível em: <http://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Retrato-da-defic%C3%Aancia-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CIF: classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. 2003. Disponível em <http://arquivo.esep.ips.pt/esep/cursos/edespecial/CIFIS.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.

- SASSAKI, R. K. *Terminologia sobre deficiência na era da inclusão*. 2005. Disponível em <https://acessibilidadecultural.files.wordpress.com/2011/09/terminologia-sobre-deficic3aancia-na-era-da-inclusc3a3o.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.
- _____. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009. Disponível em <http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer,%20trabalho%20e%20educacao.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- _____. *Paradigmas da inclusão e suas implicações educacionais*. 2014. Disponível em <http://www.ines.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/forum5-old1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- SECCÃO, Ordem dos Advogados do Brasil et al. *Guia dos direitos das pessoas com deficiência*. In: *Guia dos direitos das pessoas com deficiência*. OABSP, 2007. Disponível em http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/defesa-direitos-pessoas-especiais/cartilhas/guia_direito.pdf. Acesso em: 7 jul. 2014.
- UNESCO. *Carta Internacional da Educação Física e do Esporte*. O autor. 1978. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.

IV – Leis, Declarações, Decretos e Portarias Federais

Leis

- BRASIL. Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF, 12 nov. de 1985. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm. Acesso em: 7 jul. 2014.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho e 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.
- BRASIL. Lei nº 8.859, de 23 de março de 1994. Revogada pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL, Lei de Diretrizes. Bases da educação Nacional. **Lei**, v. 9394, p. 96, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014. BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 mar. 1998. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm. Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 dez. 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abr. 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

Declarações

TODOS, Declaração Mundial Sobre Educação Para. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. In: Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia. 1990. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

DE SALAMANCA, Declaração. linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

Decretos

BRASIL. Decreto-lei nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência . 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Revogado pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm#art60. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.076, de 1 de julho de 1999. Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3076.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1999.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001. Revogado pelo Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm#art14. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jul. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de

que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 set. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007. Revogado pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm#art15. Acesso em: 18 ago. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 19 ago. 2014.

Portarias

BRASIL. Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994. . Ministério da Educação, Brasília, DF, dezembro de 1994. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999. Ministério da Educação, Brasília, DF, 26 fev. 1999. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port319.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 554, de 26 de abril de 2000. Ministério da Educação, Brasília, DF, 26 abr. 2000. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria554.pdf>.

Acesso em:

17 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 8, de 23 de janeiro de 2001. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, DF, 8 jan. 2001. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port8.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Ministério da Educação, Brasília, DF, 26 abr. 2000. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 976, de 5 de maio de 2006. Ministério da Educação, Brasília, DF, 5 mai. 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port976.pdf>.

Acesso em: 17 abr. 2015.

BRASIL. Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006. Ministério da Educação, Brasília, DF, 16 nov. 2006. Disponível em

<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/F-POR142-NOV06.DOC>. Acesso em: 17 abr. 2015.

V – Normas ABNT e ISO

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso: (NBR 14020)*. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial: (NBR 14273)*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência: (NBR 13994)*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Saídas de emergência em edifícios: (NBR 9077)*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios-2001.pdf. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade em veículos automotores - Parte 3 : Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado: (NBR 14970-3)*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade em veículos automotores - Parte 2 : Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida: (NBR 14970-2)*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade em veículos automotores - Parte 1 : Requisitos de dirigibilidade: (NBR 14970-1)*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos: (NBR 16001)*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: (NBR 9050)*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gen erico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade em comunicação na televisão: (NBR 15290)*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano: (NBR 14021)*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário: (NBR 15250)*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/normas-tecnicas/NBR15250.pdf/view>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário: (NBR 15320)*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros: (NBR 14022)*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- 10 abnt
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário: (NBR 15450)*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços: (NBR 15599)*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência: (NBR NM 313)*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional Parte 1: Plataformas de elevação vertical: (NBR 15655-1)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Transporte — Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros: (NBR 15570)*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Diretrizes sobre responsabilidade social: (NBR 26000)*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Aeroportos - Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida - Requisitos: (NBR 15208)*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/normas-abnt>. Acesso em: 11 mai. 2015.
- ISO 9999, Norma Internacional, de 1998. Disponível em http://www.inr.pt/uploads/ISO%209999%20lista%20a%20publicar1_convertido.pdf. Acesso em: 19 ago. 2014.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS* ESPECIALIZADO EM ESPANHOL

AYA, L. T.; CHARRY, L.; RODRÍGUEZ, D. E. Configuración de la identidad en estudiantes con Discapacidad auditiva: el papel de la inclusión educativa. Disponível em: <http://intellectum.unisabana.edu.co/bitstream/handle/10818/11353/Laura%20Torres%20Aya%20%28tesis%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 nov. 2016.

ARÉVALO, N. J.; GARZÓN, S. L. R. Proyecto institucional: inclusion de las personas con discapacidad en el mercado laboral en la localidad de la Candelaria en Bogota D.C. Disponível em: <http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/2505/1020734817-2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 nov. 2016.

BEJAR, R. M.; DÍAZ, K. G. La actuación intersectorial en el manejo de la discapacidad en el distrito capital. 2008. Disponível em: <http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/3800/17941318-2007-28.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 nov. 2016.

BERNAL-CASTRO, C. A. Aplicación de sistemas de clacificación em contextos educativos: facilitando los procesos de inclusión de personas em situación de discapacidad intelectual. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfmun/v61n2/v61n2a04.pdf>. Acesso em 7 nov. 2016.

CALDERÓN, D. P. V. El Ocio en las Personas con Discapacidad Intelectual, un Acercamiento al Ocio Inclusivo. 2015. Disponível em: <https://digitum.um.es/xmlui/bitstream/10201/46567/1/Pedro%20Vicente%20Calder%20C3%B3n.pdf>. Acesso em 7 nov. 2016.

CRUZ, M. M. LA PARTICIPACIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL EN CENTROS DE ALUMNOS: CIUDADANÍA E INCLUSIÓN SOCIAL. 2012. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/117116/Tesis%20M%20C3%B3nica%20Miranda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 nov. 2016.

GUZMÁN-SUÁREZ, O. B. Certificación de discapacidad como herramienta para la accesibilidad a derechos e inclusión social. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsap/v15n1/v15n1a14.pdf>. Acesso em 7 nov. 2016.

HERNÁNDEZ PRECIADO, M. L. *et al.* Experiencia en la aplicación de las guías de rehabilitación basada en comunidad de la oms - componente fortalecimiento en un grupo de personas con discapacidad del municipio de Zipaquirá. 2013. Disponível em: <http://intellectum.unisabana.edu.co/bitstream/handle/10818/9094/Martha%20Liliana%20Hern%C3%A1ndez%20Preciado%20%28TESIS%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 nov. 2016.

HERNÁNDEZ-SUAREZ, C. A.; JIMÉNEZ-HERNÁNDEZ, L. A. Desarrollo tecnológico para el mejoramiento de la comunicación a distancia entre personas con discapacidad. 2009. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsap/v11n5/v11n5a16.pdf>. Acesso em 7 nov. 2016.

LÓPEZ, G. P.; RUIZ, Y. O. Alianza estratégica con el sector industrial del municipio de Mosquera (Cundinamarca) para la inclusión laboral de personas con discapacidad. 2013. Disponível em: <http://intellectum.unisabana.edu.co/bitstream/handle/10818/9510/Yenny%20Paola%20Orjuela%20Ruiz%20tesis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 7 nov. 2016.

MOLANO, A. C. M.; QUIÑONEZ, F. R. Proyecto de gestión fortaleciendo las instituciones educativas en el manejo de los niños con discapacidad cognitiva que asisten al centro de especialistas renacer ltda. 2013. Disponible em:

<http://intellectum.unisabana.edu.co/bitstream/handle/10818/9096/Ana%20Carolina%20Mu%C3%B1oz%20Molano%20%28TESIS%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acceso em 7 nov. 2016.

MORALES, F. H. F.; DUARTE, J. H.; GUTIÉRREZ, G. J. Estrategia pedagógica para la formación de ingenieros con discapacidad visual. 2014. Disponible em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/paptra/n29/n29a03.pdf>. Acceso em 7 nov. 2016.

MORENO-ANGARITA, Marisol *et al.* Valoración ocupacional de las personas con discapacidad, desde la perspectiva de las capacidades humanas. 2013. Disponible em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsap/v15n5/v15n5a12.pdf>. Acceso em 7 nov. 2016.

MUÑOZ, A. P. Inclusión educativa de personas con discapacidad. 2011. Disponible em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcp/v40n4/v40n4a07.pdf>. Acceso em 7 nov. 2016.

PALACIOS, A.; ROMAÑACH, J. El modelo de la diversidad. La Bioética y los Derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. Disponible em: <http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/9899/diversidad.pdf?sequence=1>. Acceso em 7 nov. 2016.

PEREZ, A.; GAVIGLIO, A.; CAMÚN, A.; FERNÁNDEZ, M. E. Un modelo de gestión integrador en la Universidad Nacional de Quilmes a la luz de las políticas de inclusión educativa. 2014. Disponible em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/132239/2014-466.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acceso em 7 nov. 2016.

RAMÍREZ, D. C. *et al.* Gestión social: herramienta para la inclusión de mujeres en situación de discapacidad. 2008. Disponible em: <http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/3694/Bi33rehabaja.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acceso em 7 nov. 2016.

SEPÚLVEDA O., A. Expectativas de inclusión laboral y discapacidad intelectual: un estudio de caso de estudiantes del diploma de habilidades laborales de la Universidad Andrés Bello. 2011. Disponible em: http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/111520/cs-sepulveda_a.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acceso em 7 nov. 2016.

TARQUINO, L. M. A.; RENGIFO, D. L. Estratégias pedagógicas en el área de educación física para la inclusión educativa de escolares con discapacidad cognitiva de los grados cuarto y quinto de primaria en la institución educativa Villa Santana del municipio de Pereira. 2011.

Disponible em: <http://repositorio.utp.edu.co/dspace/bitstream/handle/11059/2674/37192886132A284.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acceso em 7 nov. 2016.